

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A MÍDIA E O PRESIDENTE:  
UM JULGAMENTO COM BASE NA TEORIA DA  
VALORAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**Sara Regina Scotta Cabral**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2007**

**A MÍDIA E O PRESIDENTE:  
UM JULGAMENTO COM BASE NA TEORIA DA  
VALORAÇÃO**

**por**

**Sara Regina Scotta Cabral**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Doutor em Letras**

**Orientador: Profa. Dra. Nina Célia Almeida de Barros**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2007**

C117m Cabral, Sara Regina Scotta  
A mídia e o presidente : um julgamento com base na teoria  
da valoração. – 2007.  
249 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Nina Célia Almeida de Barros  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria,  
2007

1. Lingüística 2. Linguagem 3. Semântica 4. Discurso  
5. Mídia 6. Julgamento 7. Valoração 8. Silva, Luiz Inácio  
Lula da I. Barros, Nina Célia Almeida de II. Título.

CDU 81'37:316.774

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Doutorado em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese de  
Doutorado

**A MÍDIA E O PRESIDENTE: UM JULGAMENTO COM BASE NA  
TEORIA DA VALORAÇÃO**

elaborada por  
**Sara Regina Scotta Cabral**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Doutor em Letras**

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

**Profa. Dra. Nina Célia Almeida de Barros  
(Presidente/Orientador)**

**Profa. Dra. Vera Wannmacher Pereira (PUC – RS)**

**Prof. Dr. Orlando Vian Junior (UNIFESP – SP)**

**Profa. Dra. Vera Lúcia Pires (UFSM - RS)**

**Prof. Dr. Marcos Gustavo Richter (UFSM - RS)**

Santa Maria  
30 de novembro de 2007

## **RESUMO**

**Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria**

### **A MÍDIA E O PRESIDENTE: UM JULGAMENTO COM BASE NA TEORIA DA VALORAÇÃO**

**AUTORA: SARA REGINA SCOTTA CABRAL  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. NINA CÉLIA ALMEIDA DE  
BARROS**

Fazer avaliações através da linguagem é um procedimento que está vinculado a contextos de situação e a normas sociais que regem o comportamento de um grupo. Através de investigações em Semântica do Discurso, Martin e White (2005) defendem que, em alguns domínios discursivos, convenções particulares de composição condicionam fortemente os estilos avaliativos empregados pelos escritores. A partir dos trabalhos de Fairclough (1995) sobre o discurso jornalístico e das orientações da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1989, 1994), este trabalho pretende investigar, na área da Semântica do Discurso, as manifestações lingüísticas de julgamento, tanto autoral quanto não-autoral, em torno da polêmica expulsão do jornalista Larry Rohter, que havia sugerido que o Presidente do Brasil abusava da bebida. A hipótese inicial era a de que, ao registrarem julgamentos públicos quanto à pessoa de Luís Inácio Lula da Silva, os autores os construiriam em termos de sanção social, em preferência aos de estima social. Para isso, foram reunidos 153 artigos escritos por jornalistas brasileiros, no período de 10 de maio a 10 de junho de 2004, e publicados na internet, em jornais *on-line* e no Observatório da Imprensa, cujo tema inicial foi uma reportagem publicada no jornal The New York Times, acerca de supostos hábitos étlicos do Presidente da República. Após a seleção do *corpus*, os textos foram agrupados em quatro blocos, equivalentes aos quatro momentos percebidos durante o período. A seguir, foi feito o levantamento de todas as ocorrências de julgamento em relação ao comportamento do Presidente em

cada uma das fases, tanto em declarações autorais quanto em atribuições. Por fim, buscou-se elaborar uma tipologia de julgamentos específica para o *corpus* em questão, a partir do cruzamento entre a Teoria da Valoração (MARTIN e WHITE, 2005; WHITE; 2004) e os recursos de avaliação de Bednarek (2006). Após a análise manual do *corpus*, foi utilizada a ferramenta computacional TextStat 1.52, para a verificação dos dados obtidos. Os resultados indicam que, dos cinco recursos encontrados – CAPACIDADE, USUALIDADE, TENACIDADE, VERACIDADE e PROPRIEDADE -, os julgamentos autorais indicam valores negativos de estima social, especialmente USUALIDADE e CAPACIDADE, e em menor número valores de sanção social (VERACIDADE e PROPRIEDADE). Quanto aos julgamentos não-autorais, observou-se maior frequência de valores de TENACIDADE (estima social) e de PROPRIEDADE (sanção social) organizados em forma de discurso direto, com verbos neutros ou assertivos, e várias ocorrências de CAPACIDADE e USUALIDADE (estima social). O estudo de caso levou à conclusão de que a voz do articulista ultrapassa a voz do correspondente, mas não atinge a voz do comentarista, pois os julgamentos de sanção social não são totalmente livres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semântica do Discurso, avaliação, vozes jornalísticas, julgamento, estima social, sanção social.

# **ABSTRACT**

**Doctoral Thesis  
Post graduation Program in Letters  
Federal University of Santa Maria**

## **THE MEDIA AND THE PRESIDENT: A JUDGEMENT BASED ON APPRAISAL THEORY**

**AUTHOR: SARA REGINA SCOTTA CABRAL  
ADVISOR: PROF. DR. NINA CÉLIA ALMEIDA DE  
BARROS**

Evaluation through language is a procedure which is connected to contexts of situation and also to social rules that define the behavior of a group. Through investigations in Discourse Semantics, Martin and White (2005) argue that in some discursive domains particular conventions of composition strongly determine the evaluative styles used by their authors. Drawn from the works of Fairclough (1995) about the journalistic discourse and orientations of Systemic Functional Grammar (HALLIDAY, 1989, 1994), this work intends to investigate, in the area of Discourse Semantics, the authorial or non-authorial linguistic manifestations of judgement, around the polemic expulsion of the journalist Larry Rohter, who had suggested the alcohol abuse of the Brazilian President. The initial hypothesis was that making any public judgement against the person of Luís Inácio Lula da Silva the authors would build them in terms of social sanctions and less as social esteem. To accomplish that, 153 news articles written by Brazilian journalists were gathered, from May 10th to June 10th, 2004, and published on the Internet, in on-line newspapers and on the "Observatório da Imprensa". Its initial theme was an article published on The New York Times about the supposed Presidential alcoholic habits. After the *corpus* selection, the texts were divided into four blocks, related to the four moments perceived during the period. Furthermore, it was made a selection of all occurrences of judgement in relation to the president's behavior in each of the movements as authorial statements and as attributions. Finally, it was elaborated a typology of



judgements specially for the *corpus* analyzed, from the cross-check of the Appraisal Theory (MARTIN e WHITE, 2005) and the parameters of evaluation of Bednarek (2006). After the *corpus* manual analysis, it was used the TextStat 1.52 computational tool to verify the data obtained. The results indicate that the five parameters found - CAPACITY, USUALITY, TENACITY, VERACITY and PROPERTY -, the authorial judgement indicates negative values of social esteem, especially USUALITY and CAPACITY, and less number of social sanctions (VERACITY and PROPERTY). As to the non-authorial judgements, it was observed more frequency of TENACITY values (social esteem) and PROPERTY (social sanction) organized in the form of direct speech, with neutral or assertive verbs, and evidences of CAPACITY and USUALITY (social esteem). From the case study, it can be concluded that article writers go beyond the voice of the correspondent, but they do not reach the voice of the commentator, because there are constraints on social sanction judgements.

**KEYWORDS:** Discourse Semantics, appraisal, journalistic voices, judgement, social esteem, social sanction.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 – Tipos de modalidade .....	46
Figura 2.2 – Modalidade e polaridade .....	47
Figura 2.3 – Ciclos de codificação da linguagem .....	53
Figura 2.4 – Atitude e recursos de valoração .....	57
Figura 2.5 – Categorias de Julgamento .....	59
Figura 2.6 - Metafunção interpessoal de Halliday e elementos lexicogramaticais .....	62
Figura 2.7 – Correspondência entre julgamento e modalização .....	63
Figura 2.8 – Correspondência entre metafunção interpessoal e valoração .....	64
Figura 2.9 – <i>Continuum</i> entre gramática e léxico .....	64
Figura 2.10 – Equivalência entre possibilidade e necessidade.....	68
Figura 2.11 – Taxonomia dos sentidos de Engajamento .....	78
Figura 3.1 – Sistema de vozes jornalísticas .....	87
Figura 4.1 –. Número de textos selecionados em cada fase.....	106
Figura 5.1 - Valores em seqüência cronológica: Declaração.....	135
Figura 5.2 - Formas de organização do discurso não-autoral .....	152
Figura 5.3 – Comportamento dos recursos periféricos .....	153
Figura 6.1 – Proposta de sistema de vozes jornalísticas .....	161

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Gêneros relacionados ao jornal .....	37
Quadro 2.1 – Papéis da linguagem e MODO .....	44
Quadro 2.2 – Funções de fala e possíveis respostas .....	44
Quadro 2.3 – Recursos lexicogramaticais de valoração .....	55
Quadro 2.4 – Estima social .....	60
Quadro 2.5 – Sanção social .....	61
Quadro 4.1 – Recursos de avaliação: artigos do episódio Lula x Larry Rohter .....	107
Quadro 4.2 – Correlação entre recursos de avaliação e comportamentos julgados .....	108
Quadro 5.1 - Recursos de avaliação pertinentes ao <i>corpus</i> .....	124
Quadro 5.2 - Primeira fase: Dados relativos ao julgamento autoral .....	127
Quadro 5.3 – Segunda fase: Dados relativos ao julgamento autoral .....	129
Quadro 5.4 - Terceira fase: Dados relativos ao julgamento autoral .....	131
Quadro 5.5 - Quarta fase: Dados relativos ao julgamento autoral .....	134
Quadro 5.6 - Ocorrência de recursos centrais nas quatro fases .....	135
Quadro 5.7 - Cômputo de atribuições: Primeira fase .....	139
Quadro 5.8 - Cômputo de recursos em atribuições: Primeira fase.....	141
Quadro 5.9 - Cômputo de atribuições: Segunda fase.....	141
Quadro 5.10 - Cômputo de recursos em atribuições: Segunda fase .....	143
Quadro 5.11 - Cômputo de atribuições: Terceira fase .....	144
Quadro 5.12 - Cômputo de recursos em atribuições: Terceira fase .....	146
Quadro 5.13 - Cômputo de atribuições: Quarta fase .....	147
Quadro 5.14 - Cômputo de recursos em atribuições: Quarta fase .....	150
Quadro 5.15 – Número de atribuições do discurso a fontes externas.....	152
Quadro 5.16 – Ocorrência de recursos periféricos nas quatro fases .....	153

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I – MÍDIA E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS</b> .....	17
1.1 Mídia e discurso .....	18
1.2 Jornalismo e contexto de produção .....	24
1.3 Gêneros jornalísticos .....	29
1.4 Artigo de opinião .....	36
<b>CAPÍTULO II – LINGUAGEM E JULGAMENTO</b> .....	41
2.1 Metafunção interpessoal .....	42
2.2 Estudos iniciais sobre avaliação .....	49
2.3 Teoria da Valoração: Afeto e Julgamento .....	52
2.3.1 Julgamento .....	59
2.4 Outros recursos para avaliar .....	65
2.4.1 Parâmetros centrais .....	65
2.4.2 Parâmetros periféricos .....	69
<b>CAPÍTULO III – VOZES AUTORAIS E ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO</b> .....	73
3.1 Ponto de partida : a concepção de <i>heteroglossia</i> .....	73
3.2 Engajamento .....	75
3.2.1 Contração dialógica .....	77
3.2.2 Expansão dialógica .....	81
3.3 Vozes autorais .....	86
3.4 Modos de atribuição do discurso .....	88
<b>CAPÍTULO IV – PREPARAÇÃO DO JULGAMENTO</b> .....	95
4.1 Caracterização da pesquisa .....	95
4.2 Seleção do <i>corpus</i> .....	97
4.3 Procedimento de análise .....	103

4.3.1 Organização do <i>corpus</i> .....	103
4.3.2 Delineamento da configuração contextual .....	104
4.3.3 Identificação das fases do episódio .....	104
4.3.4 Identificação das ocorrências de julgamento .....	105
4.3.5 Identificação das vozes autorais .....	108
4.3.6 Organização dos dados estatísticos .....	108
<b>4.4 Ferramenta auxiliar de análise</b> .....	<b>109</b>
<b>CAPÍTULO V – JULGAMENTO FINAL</b> .....	<b>110</b>
<b>5.1 Episódio Lula x Larry Rohter: configuração contextual</b> .....	<b>110</b>
5.1.1 Campo .....	110
5.1.2 Relações.....	112
<b>5.2 Identificação das fases temáticas</b> .....	<b>114</b>
5.2.1 Primeira fase: Apoio ao Presidente .....	115
5.2.2 Segunda fase: Indignação contra o Presidente .....	116
5.2.3 Terceira fase: Descrédito do Presidente .....	119
5.2.4 Quarta fase: Avaliação dos Atos do Presidente.....	121
<b>5.3 Recursos de julgamento</b> .....	<b>123</b>
5.3.1 Recursos centrais.....	125
5.3.1.1 Primeira fase: Apoio ao Presidente .....	125
5.3.1.2 Segunda fase: Indignação contra o Presidente .....	128
5.3.1.3 Terceira fase: Descrédito do Presidente .....	129
5.3.1.4 Quarta fase: Avaliação dos Atos do Presidente .....	131
5.3.2 Recursos periféricos .....	136
5.3.2.1 Primeira fase: Apoio ao Presidente.....	139
5.3.2.2 Segunda fase: Indignação contra o Presidente .....	141
5.3.2.3 Terceira fase: Descrédito do Presidente .....	143
5.3.2.4 Quarta fase: Avaliação dos Atos do Presidente.....	146
<b>5.4 Enfim, o fim</b> .....	<b>154</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>164</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

“Cabe uma anedota dessas em assunto tão sério?” A pergunta de Muniz Sodré<sup>1</sup>, que inicia a seção “Herança melancólica” em um artigo seu, leva-nos a refletir sobre o papel que a linguagem exerce na sociedade. Ao partilharmos da concepção de Halliday (1989, 1994) de que a linguagem é um sistema sócio-semiótico, estamos defendendo que ela é central para a sociedade e a experiência humana. Com propósitos bem definidos, dentre eles propósitos pragmáticos, a linguagem faz parte dos atos inter-humanos e presta-se a promover a interação no grupo social.

“Piada tem hora”, dizemos freqüentemente. E acrescentamos: o modo de usar a linguagem nas mais variadas situações sociais também tem hora, pois a cada evento comunicativo é devida uma confluência especial de palavras, modos, posturas e também, tema. As diversas esferas das atividades humanas requerem configurações específicas de comunicação, os “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279), uma vez que os significados são condicionados pelo contexto de situação e se transformam em discurso.

Neste trabalho, pretendemos fazer algumas reflexões sobre a metafunção interpessoal da linguagem (HALLIDAY, 1989; 1994), responsável pelas trocas lingüísticas e pela construção das *personae* textuais (MARTIN e WHITE, 2005), em termos de identidade e de relações. Para tanto, derivamos nosso trabalho para a Semântica do Discurso e enfocamos os modos como essas *personae* avaliam o mundo que as cerca. Interessa-nos especialmente fazer investigações a partir da teoria de valoração (*appraisal*, de MARTIN e WHITE, 2005) e de avaliação (BEDNAREK, 2006). Nosso propósito é trazer um pouco de contribuição para a área, que, aos poucos, começa a interessar lingüistas, sociólogos e antropólogos.

É certo que, com este trabalho, não conseguiremos abordar o amplo espectro que as teorias acima mencionadas atingem. Na medida em que a

---

<sup>1</sup> Frase retirada do artigo “Faltou um despacho saneador”, de Muniz Sodré, publicado em 18 de maio de 2004, no Observatório da Imprensa ([www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br)).

linguagem é o resultado de “escolhas”, na concepção de Halliday (1989, 1994), cria-se o problema de saber todos os propósitos que concorrem para a realização de determinados eventos, traduzidos em textos. Isso acontece porque o que temos em mãos é o texto, e ele é a materialidade lingüística que chega ao leitor. Lembramos aqui Fairclough (2001), que argumenta que a análise do discurso, para ser completa, precisa englobar os processos de produção, de circulação e de consumo dos textos. Nesta tese estamos trabalhando com o consumo dos significados, embora não deixemos de fazer algumas considerações sobre a circulação das porções de linguagem a serem analisadas.

Ademais, focamos nossa pesquisa no discurso jornalístico, que possui suas peculiaridades, conforme o apresentado por Fairclough (1995) e outros estudiosos da mídia (MELO, 1994, 2006; SILVERSTONE, 2002; CHAPARRO, 1998 ; BONINI, 2003, 2005; THOMPSON, 1998; LAGE, 2005). Os temas abordados por essa esfera de atividade humana e os respectivos textos consumidos pelos leitores diferem em recursos de tempo e espaço: o contexto de produção não é o mesmo do contexto de consumo, o que acaba por estabelecer diferenças bem profundas entre os dois acontecimentos. O texto produzido solitária ou coletivamente nas redações de jornal é lido por diferentes pessoas, ao mesmo tempo, em vários lugares do mundo, devido aos benefícios das novas tecnologias de comunicação, como, por exemplo, a internet.

O que chega ao leitor é o texto – objeto do qual nos ocupamos neste trabalho. Muitas informações podemos deduzir do contexto de produção, mas o que circula e é constantemente recontextualizado (tomamos aqui emprestado o termo de FAIRCLOUGH, 2001) é o texto. Nossa análise está centrada nos textos e nos significados que, segundo nossa compreensão, repousam por trás da lexicogramática. Avançamos, assim, para um nível mais abstrato da linguagem, denominado por Martin e White (2005) Semântica do Discurso.

Não somente fatos são noticiados pelos jornais. Opiniões circulam, e as redações costumam possuir gêneros específicos para cumprir tal propósito. Um deles é o artigo, bastante prestigiado pelo fato de ter, como objetivo principal, o debate sobre temas do momento e a formação de opiniões, além da busca da adesão dos leitores às teses apresentadas. De caráter essencialmente argumentativo, o artigo é um gênero ainda não definido claramente na literatura, conforme Bonini (2003). Muitas vezes é confundido com a coluna que, na verdade,

tem uma definição mais por força metonímica que por propósito comunicativo. Nosso objetivo não é buscar definições do gênero *artigo*, mas sim trabalhar com a sua característica principal: as avaliações feitas pelos escritores em relação ao mundo que os cerca. A partir das realizações lingüísticas expressas nos textos, queremos investigar as ações realizadas pela linguagem e as reações que elas buscam provocar.

Outra peculiaridade do discurso jornalístico que também nos interessa é a crescente conversacionalização que se verifica nas produções atuais. Fowler (1991) e também Fairclough (1995) já apontavam tal fenômeno, na medida em que esse recurso visa a naturalizar os termos pelos quais a realidade é representada. A mídia tem se apropriado dessa estratégia, e vários gêneros têm procurado se aproximar da linguagem utilizada pelo leitor em conversas informais. Expressões como “deixar a turma do Planalto pendurada no pincel”, “doída como ferroadada de marimbondo”, “botar a dor de lado”, “deu um tiro no próprio pé”, “Ora, vejam só!”, “adora uma branquinha” e “jornal de bêbado não tem dono” são uma pequena amostra do que circula nos textos da imprensa brasileira.

Sarangi (2003), ao lembrar John Dryden, cita: “Respirar é julgar”<sup>2</sup>. Albert Camus, em 1951, veio reiterar a afirmativa de Dryden: “Viver é, em si mesmo, um juízo de valor. Respirar é julgar”<sup>3</sup>. Na visão de Sarangi, se “respirar” for substituído por “usar a linguagem”, tal concepção coaduna-se com a de Bakhtin, para quem “não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa” (BAKHTIN, 1999, p. 135), uma vez que em “qualquer enunciação, por maior que seja a amplitude do seu espectro semântico e da audiência social de que goza, uma enorme importância pertence à apreciação” (BAKHTIN, 1999, p. 135).

Se aceitarmos a equivalência de *to breathe is to judge* a usar a linguagem é avaliar, facilmente decorrem aí duas ações: representar e expressar afeição<sup>4</sup>, o que remete às funções hallidayanas ideacional e interpessoal. Assim,

respirar : julgar

::

usar a linguagem : avaliar

<sup>2</sup> “*To breathe is to judge*” (DRYDEN, 1660).

<sup>3</sup> No original, “*To live is in itself a value judgement. To breathe is to judge.*”

<sup>4</sup> Os estudos de Ochs (1989) e Painter (2003) demonstram que o aspecto afetivo do ser humano é fundamental no modo de ver e apreender o mundo. Jakobson (1983) já afirmava que a função de representação (referencial) e a de afeição (emotiva) podem ser vistos como um *continuum*.



::

representar : expressar afeição

::

agir ideacionalmente : agir interpessoalmente

Cria-se, então, uma dualidade que precisamos examinar: as proposições podem remeter a entidades do mundo, simplesmente representando-as, ou podem expressar valores em relação a elas ou a entidades do discurso. É importante que distingamos, então, fato e opinião. As asserções que podem ser verificadas como verdadeiras ou falsas têm a ver com a realidade. Se uma proposição apresentar um fato, estaremos usando a metafunção ideacional da linguagem. As opiniões, entretanto, não podem ser submetidas a evidências, ou seja, provas de veracidade. São o resultado de juízos feitos sobre as entidades do mundo real ou do mundo ficcional e têm caráter interpessoal. No discurso jornalístico, especialmente para os gêneros com finalidade persuasiva, a divisão entre fato e opinião é bastante significativa.

Fazer avaliações através da linguagem é um procedimento que está vinculado a contextos de situação e a normas sociais que regem o comportamento de um grupo. A linguagem, por sua vez, possibilita um número muito grande de recursos através dos quais a opinião pode ser expressa. Biber *et al.* (1999, p. 966) afirmam: “Somado ao conteúdo proposicional comunicativo, falantes e escritores comumente expressam sentimentos, atitudes, julgamentos de valor pessoais ou avaliações; ou seja, eles expressam uma opinião”.

Para Hunston (1999), ao trabalharmos com valoração, não podemos perder de vista três variáveis: o que é avaliado, quem avalia e como é feita a valoração. Nossa tese situa-se nessa linha de pensamento e tem como tema o estudo da valoração<sup>5</sup>, em sua manifestação lingüística, em um conjunto de textos produzidos no Brasil no ano de 2004. Justificamos a escolha de um conjunto de textos com base em Hunston (1999), para quem a valoração pode ser analisada tanto em textos únicos quanto em conjuntos de textos. Também Martin e White (2005, p. 161), ao analisarem textos jornalísticos, argumentam que “em alguns domínios discursivos -

---

<sup>5</sup> Usaremos nesta tese indistintamente os nomes “avaliação” e “valoração” quando se referir à atitude valorativa do sujeito locutor. No Brasil, ainda não se consolidou um termo que traduza, ao mesmo tempo, “appraisal”, “evaluation” ou “stance”.

por exemplo, os dos “grandes jornais” [*broadsheets*] – convenções particulares de composição de textos operam para condicionar fortemente os estilos avaliativos empregados pelos escritores”.

A partir dessa orientação, selecionamos 153 artigos de opinião publicados em jornais *on-line* no Brasil, que têm como característica a posição atitudinal dos jornalistas brasileiros quanto ao comportamento do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, por ocasião de um episódio que envolveu um jornalista do jornal americano *The New York Times* e todo o Brasil. Denominamos esse evento, na nossa tese, de “o caso Lula x Larry Rohter”, muitas vezes referido pelos jornalistas como “o imbróglio”, “a trapalhada”, “a confusão”. Como todo o material coletado mantém um mesmo tema norteador e nele os textos estão encadeados intertextualmente, passamos a considerar, no conjunto de textos, fases bem definidas em relação aos acontecimentos.

Nosso objetivo principal é identificar as marcas de julgamento presentes nos artigos selecionados e, a partir daí, elaborar uma tipologia própria, adequada à realidade brasileira, mediante o contexto de situação e de cultura em que as peças jornalísticas foram produzidas. Tendo em vista o nosso tema e uma vez delimitado o *corpus* de análise, realizamos esta pesquisa em busca da confirmação da seguinte tese:

Ao redigirem seus artigos de opinião, os jornalistas brasileiros fazem uso de julgamentos que se caracterizam por valorizarem mais a estima social e menos a sanção social. Assim, a voz do correspondente prevalece sobre a voz do comentarista.

São estas as perguntas que orientaram o nosso trabalho de investigação sobre o caso Lula X Rohter:

- Se tomarmos como ponto de partida um conjunto de textos que dialogam sobre o mesmo tema, que regularidades lingüísticas, em termos de avaliação, encontraremos?
- Ao redigirem seus artigos de opinião, quais são as ocorrências de julgamento do comportamento do presidente Luís Inácio Lula da Silva?
- Dentre as ocorrências de julgamento, quais emanam do próprio autor (autorais) e quais são atribuídas a fontes externas (não-autorais)?

- De que natureza são as ocorrências de julgamento, tanto as autorais quanto as não-autorais?
- Qual é o valor, ou seja, em que pólo estão situadas as ocorrências de julgamento presentes tanto em avaliações feitas pelos autores como por fontes externas?
- Que voz jornalística predomina nos artigos analisados?

Para que pudéssemos realizar a pesquisa, buscamos fundamentação em três áreas de estudo: a Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente no trabalho de Fairclough (1995) sobre o discurso midiático, a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF, de HALLIDAY, 1989, 1994), através da metafunção interpessoal da linguagem, e a Semântica do Discurso, através da Teoria da Valoração (WHITE, 1998; WHITE, 2004; MARTIN e WHITE, 2005) e do estudo de Bednarek (2006) sobre avaliação em notícias de jornais britânicos.

As estratégias utilizadas para a realização do trabalho foram organizadas em etapas bem delimitadas, de modo que o resultado de uma fase pudesse servir de base para a realização da seguinte. Reunimos 153 artigos de opinião escritos por jornalistas brasileiros acerca do episódio Lula x Larry Rohter, publicados em *sites* de jornais *on-line* ou do Observatório da Imprensa, no período entre 10 de maio e 10 de junho de 2004. A seguir, elaboramos duas planilhas, uma em ordem alfabética, segundo o nome dos autores, e outra em ordem cronológica, para que pudéssemos ter a exata dimensão de como os acontecimentos e os textos foram evoluindo naquele mês.

Depois, dividimos o conjunto de textos em quatro blocos, observando o decorrer das decisões do governo brasileiro e a produção de textos relativos ao episódio. Identificamos, nos artigos, as ocorrências de julgamento e as distribuimos em categorias. Separamos as ocorrências de evidencialidade autoral das não-autorais, em co-ocorrência com os verbos de atribuição, a fim de verificarmos se há regularidades lingüísticas no modo de organização dos discursos, tendo em vista o posicionamento atitudinal dos escritores.

Por fim, transformamos os dados obtidos em porcentagens e os expressamos em quadros e gráficos, para permitir uma visualização mais clara dos resultados.

Além da análise manual dos textos, contamos com o auxílio da ferramenta computacional TextStat - Simple Text Analysis Tool, versão 1.52, a qual nos forneceu ocorrências e frequência de formas, bem como citações.

Esta tese está composta de cinco capítulos. Inicialmente, apresentamos a fundamentação teórica sobre mídia e discurso, onde discutimos a caracterização do discurso midiático, seu modo de circulação e seu papel como responsável por práticas sociais que influenciam fortemente o comportamento das pessoas. No segundo capítulo, fazemos considerações sobre a manifestação das avaliações, especialmente o julgamento, através de recursos lexicogramaticais e semânticos e, no terceiro capítulo, apresentamos estudos realizados acerca das vozes jornalísticas e dos modos de organização desses discursos.

O quarto capítulo está destinado à metodologia de análise dos textos, em que citamos os passos do procedimento para verificação das hipóteses e indicamos os instrumentos utilizados para tal. O quinto capítulo apresenta os resultados obtidos e busca elaborar uma taxonomia de valores de julgamento específica para o *corpus*. Por fim, apresentamos as considerações finais e fazemos sugestões para novos trabalhos.

## CAPÍTULO I – MÍDIA E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

Neste primeiro capítulo, discutiremos questões relativas à mídia para situar o panorama em que ocorreram os eventos sociais aqui analisados. O conjunto de textos trabalhados versou sobre relações de poder: o Quarto Poder contra o Poder Executivo.

A vida social está constituída de práticas econômicas, políticas, familiares, culturais, que podem ser definidas como maneiras habituais pelas quais pessoas aplicam recursos para interagirem, em determinado tempo e espaço. Tais práticas sociais articulam diferentes elementos: atividades, sujeitos, relações sociais, valores, componentes do mundo material e discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Em toda prática social, os significados são partilhados pelo grupo de indivíduos que compõem uma comunidade.

Usar a linguagem é uma prática social, pois sempre que as pessoas falam, escrevem, lêem ou ouvem, fazem-no de um modo determinado socialmente, o que causa efeitos no grupo. Em situações de interação verbal, falantes e escritores inserem-se em contextos e empregam regras específicas de comportamento, o que é evidenciado pelas escolhas lexicais. A simples discussão sobre o significado de palavras de cunho político, por exemplo, consiste em uma disputa de sentido, às vezes vista como “meramente preliminares ou originadoras de processos e práticas reais de política” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

Assim, adotamos a concepção de Halliday (1989, 1994) para quem a linguagem é um sistema sócio-semiótico através do qual o homem constrói sua experiência. No mundo moderno, dominado pelas novas tecnologias de informação, a linguagem verbal e a visual ocupam espaços individuais ou os compartilham em determinados gêneros do discurso. O farto material disponível na rede mundial de computadores demonstra a mescla entre as variadas formas de linguagem.

O conhecimento e mesmo sua circulação passam por questões discursivas. Nesta tese, adotaremos a concepção de Fairclough (2001, p. 90-91), que considera o discurso como o “uso da linguagem em situações concretas”. Para o autor, “os

eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados”.

Interessa-nos o exame de tais determinações e configurações, especialmente como elas ocorrem em determinados textos da mídia brasileira. Nos estudos da Análise Crítica do Discurso sobre a mídia, com base em Fairclough (1995), assenta-se o primeiro pilar desta tese, ao qual se juntarão outros dois – Gramática Sistêmico-Funcional e teorias de avaliação.

Abordaremos pontos centrais relativos ao discurso que circula no meio jornalístico brasileiro, em especial aquele que se faz presente nos artigos de opinião da mídia digital. Faremos também considerações sobre o contexto de produção dos textos midiáticos e sobre os critérios que concorrem para a escolha dos temas que irão figurar nos grandes jornais.

### **1.1 Mídia e discurso**

A mídia não é uma atividade isolada da sociedade; pelo contrário, através dela circulam informações, conhecimentos, valores e crenças pertencentes aos grupos sociais. Tem sido objeto de estudo de várias disciplinas, como a antropologia, a sociologia e a lingüística. Sob o ponto de vista da antropologia (SPITULNIK, 1993), a mídia tem sido estudada como veículo de cultura, como bem pertencente à sociedade ou como espaço de representação coletiva na sociedade moderna.

Segundo Spitulnik (1993, p. 293), a mídia constitui “artefatos, experiências, práticas e processos” e, uma vez que é “econômica e politicamente dirigida”, está intimamente ligada ao desenvolvimento das novas tecnologias e faz uso íntimo e peculiar da linguagem. A autora vê a mídia como um fato social total<sup>6</sup> da atualidade, uma vez que a vida na modernidade está permeada pelo uso e pela influência dos meios de comunicação de massa.

Tendo em vista esse cenário, a autora (1993, p. 295) identifica como crucial uma abordagem dos estudos midiáticos que pense em onde localizar “a produção de sentido e a ideologia no processo de comunicação de massa”. Considera importante

---

<sup>6</sup> O conceito de “fato social total” foi criado por Mauss (1974), em “Ensaio sobre a Dádiva”. Significa que determinados eventos sociais trazem em si a totalidade da sociedade e de suas instituições, e que é esta totalidade o alvo de uma boa análise antropológica.

também que se atente para a multivocalidade e a indeterminação dos textos midiáticos, sugerindo um tratamento mais minucioso das estratégias composicionais utilizadas pelos operadores da mídia em seus textos.

Aplicar as investigações funcionalistas de comunicação de massa iluminaria não somente o nível proposicional da codificação e da decodificação das mensagens apresentadas ideologicamente, mas a construção semiótica das relações entre emissor-receptor e dos aparatos avaliativos para recepção (SPITULNIK, 1993, p. 298).

A sociologia (GIDDENS, 1991, 1997, 2003; BAUMAN, 2001; HABERMAS, 1984), por sua vez, tem voltado a atenção para a existência de uma sociedade orientada e centralizada pelos meios de comunicação, em que público e privado se misturam. Até o âmbito da política tem sofrido a invasão desenfreada do privado, através da interferência da mídia em questões mais particulares, a exemplo das denúncias de foro íntimo, no Brasil, que vieram à tona durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Habermas (1984), especialmente, aborda a questão da interpenetração progressiva da esfera pública no setor privado, como também as mudanças de função política da esfera pública.

Além da antropologia e da sociologia, outras áreas têm se dedicado ao estudo da mídia como meio de impacto social e cultural. Silverstone (2002) argumenta que a mídia é um mecanismo de controle social, o qual reproduz, estabiliza e transforma valores e crenças, bem como desigualdades sociais. O autor (SILVERSTONE, 2002, p. 12) considera que a mídia é “onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea”. Por isso, preocupa-se em justificar o estudo dessa prática como uma contribuição para a compreensão do mundo e seus significados.

Quero mostrar que deveríamos estudar a mídia, nos termos de Isaiah Berlin, como parte da “textura geral da experiência”, expressão que toca a natureza estabelecida da vida no mundo, aqueles aspectos da experiência que tratamos como corriqueiros e que devem subsistir para vivermos e nos comunicarmos uns com os outros (SILVERSTONE, 2002, p. 13).

Ainda segundo o mesmo autor, no “cerne dos discursos sociais que se incrustam em torno da experiência e a encarnam, e para os quais nossa mídia se tornou indispensável, está um processo e uma prática de classificação: a realização de distinções e juízos” (p. 31). Silverstone (2002) lembra também que instituições

extremamente poderosas exercem poder sobre a mídia contemporânea e controlam sua produção e distribuição bem como a produção de palavras, imagens e dados, ao mesmo tempo em que os governos nacionais tiveram debilitada sua capacidade de controlar o fluxo da informação dentro das fronteiras nacionais.

Para tanto, “é necessário perceber que a mídia se estende para além do ponto de contato entre textos midiáticos e seus leitores e espectadores” (SILVERSTONE, 2002, p. 33). Ela envolve tantos produtores quanto consumidores que ou se engajam ou se desengajam com os significados mediados, ao mesmo tempo em que desenvolvem a experiência social.

A Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente representada por Norman Fairclough (1989, 1995, 2001, 2003), também tem demonstrado preocupações com o papel da mídia na sociedade moderna e com as implicações do discurso midiático na construção de identidades e ideologias. Especialmente na mídia escrita, em que não há interação face a face, as representações modelam as identidades, de certo modo alterando o universo ético que profissionais e leitores habitam. As identidades fragmentam-se, e os significados passam a ser sujeito de reexame para aceitação ou rejeição.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), as diferenças de representações podem ser especificadas em termos de uso de diferentes discursos, este (o discurso) definido como uma construção lingüístico-semiótica de uma prática social dentro de outras práticas sociais – a mídia, por exemplo. Os autores discutem a questão crucial de que as práticas mediatizadas de linguagem buscam fazer relatos (ou “falar sobre”) de uma realidade que ocorre fora das redações e, ao mesmo tempo, acabam por constituir essa realidade.

Fairclough (1995) identifica duas tensões que afetam a linguagem da mídia contemporânea: a tensão entre informação e entretenimento e a tensão entre público e privado. Para o autor, elas são indicativas de duas tendências: a de que a mídia se apresenta cada vez mais “marquetizada”, e a de que os temas públicos tornam-se a cada vez mais conversacionalizados. Tal estado corresponde a uma mudança na estrutura interna da mídia, ao que o autor denomina um “relaxamento das fronteiras entre os temas públicos e o entretenimento”.

A marquetização é um processo que afeta não somente a mídia (...), mais e mais domínios da vida social têm sido forçados a operar com uma base mais explicitamente marquetizada – instituições educacionais incluindo



escolas e universidades, serviços de saúde e setores da arte, entre eles (FAIRCLOUGH, 1995, p.10).

A conversacionalização, por sua vez, diz respeito à adaptação de traços lingüísticos e contextuais que o locutor faz em seu discurso, tendo em vista parecer falar como uma pessoa qualquer do povo, dotada de um senso comum advindo da vida ordinária: uso de vocabulário coloquial, uso de expressões típicas da fala cotidiana como provérbios e comparações, uso de pronomes de tratamento que expressem mais afetividade e calor, uso de narrativas no tempo presente e outros. A conversacionalização está diretamente ligada à tentativa de desfazer a assimetria que existe entre a sociedade civil e as instituições políticas, com base em uma distribuição desigual de recursos e papéis, e tem por objetivo provocar a naturalização das relações.

No que se refere aos meios de comunicação de massa, cria-se aí uma contradição entre “a natureza pública das produções da mídia e a natureza privada do consumo da mídia” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 11). A linguagem conversacionalizada na mídia contribui para a ilusão de oralidade pela qual a realidade é representada (FOWLER, 1991, p. 61), o que não é diferente em relação à política: o uso da conversacionalização serve a propósitos ideológicos.

Entretanto, efeito reverso pode ser provocado por tal postura: na medida em que os políticos aproximam-se da massa para persuadi-los de seus intentos, correm o risco de serem considerados como cidadãos comuns e perdem sua aura carismática. “Em um sentido bem limitado, os políticos estão agora mais nas mãos das pessoas comuns, não importa quão superficial seja sua retórica política populista, mesmo porque esse ‘poder popular’ é manipulado pela mídia” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 14).

Como a mídia atua dentro de um sistema social, é importante que analisemos seu discurso e observemos os três efeitos provocados por ele. Fairclough lembra que “o trabalho ideológico da linguagem da mídia inclui modos particulares de representação do mundo (...), de identidades sociais (...) e de relações sociais (...)” (1995, p. 12). Uma questão central a ser levantada é que as proposições, dadas como garantias, já que ajudam a construir e a reproduzir relações sociais, sejam independentes de sua verdade ou falsidade.

O maior impacto social da mídia não é somente tratar de como eles

representam seletivamente o mundo, apesar de que isso seja um tema virtualmente importante; é também tratar de que tipos de identidades sociais, quais versões de *self*<sup>7</sup> eles projetam e que valores culturais (sejam eles consumismo, individualismo ou culto à personalidade) eles compreendem (FAIRCLOUGH, 1995, p. 17).

O autor correlaciona os efeitos do discurso (sistemas de conhecimento e crença, identidades sociais e relações entre os participantes) às funções hallidayanas da linguagem: conhecimentos e crenças correspondem à metafunção ideacional, e identidades e relações à metafunção interpessoal. A metafunção textual de Halliday (1989; 1994), para Fairclough (2001), tem *status* diferente, pois se refere ao modo como a informação é organizada e à situação social externa ao texto.

A análise lingüística fornece subsídios para que analisemos a natureza da mídia. “Minha visão é que nós precisamos analisar a linguagem da mídia como *discurso* [uso da linguagem em situações reais], e a análise lingüística da mídia deveria fazer parte da análise do discurso da mídia” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 16). Na opinião do teórico, muito já se tem estudado sobre representação, mas pouco sobre as identidades e relações que são construídas pelo texto midiático.

Para Halliday (1989; 1994), a manifestação da interpessoalidade se faz através de vários traços lingüísticos nos textos, especialmente o modo (declarativo, interrogativo, imperativo) e a modalidade (o grau de comprometimento ou de afinidade com as proposições expressas no texto, associado ao ponto de vista particular do autor). Fairclough (1995) expande o foco de análise e acrescenta que são também traços importantes na análise o sistema de trocas, o controle e a mudança de tópicos, a formulação (fidedigna ou parafrástica) e a polidez.

O aspecto interpessoal do texto – relações e identidades – tem se mostrado múltiplo devido à grande quantidade de participantes envolvidos no processo de geração e de publicação de um texto. Na mídia escrita, especialmente, há três categorias maiores: os repórteres, a audiência (em grande parte dos casos massiva) e outros participantes, especialmente do domínio público, como políticos, empresários, cientistas, professores, que também interagem, ora como escritores, ora como leitores ou mesmo como fontes de informação.

---

<sup>7</sup> *Self* é definido, no construcionismo social de Rom Harré (1998), como uma posição a partir da qual a pessoa percebe o mundo e o lugar a partir do qual age. As pessoas são descritas como seres reais, constituídas de vários *selves*. Daí a fórmula: Pessoa {Self 1, Self 2, Self 3...}. Cada um dos *selves* encontra sua forma particular de expressão no discurso, o que torna a investigação das práticas discursivas lugar privilegiado para a pessoalidade.

As vozes apontadas como recurso de autoridade são tecidas junto com o texto jornalístico e acabam por impor ao leitor uma ordem e uma interpretação específica. Os relatos das vozes das fontes raramente são imparciais nas representações: a algumas é dada maior proeminência, a outras cabe a marginalização. Quando uma voz é utilizada para moldar outra, os traços que circundam o discurso reportado deve ser objeto de investigação. Por exemplo, ao trocar “dizer” por “clamar”, a semântica do verbo adquire novos contornos.

Para o exame do discurso mediatizado, especialmente o político, Fairclough (1995) propõe um modelo tridimensional, através do exame do repertório de vozes, discursos e gêneros, das escolhas promovidas em cada repertório, da articulação das vozes em diferentes manifestações da mídia. As vozes da mídia, para o autor, são cinco, cada uma delas podendo apresentar subdivisões: a voz do repórter político (repórter, correspondente, apresentador, etc.), do político (presidentes, governadores, prefeitos, parlamentares, líderes de partidos políticos, políticos locais e também representantes de grandes organizações comerciais ou de ordens religiosas), do *expert* (comentaristas e analistas políticos), dos representantes de movimentos sociais e a voz das pessoas comuns.

Na mesma direção, embora com referência aos estudos dos significados implícitos a citações, White (1998) e Martin e White (2005) constroem uma tipologia de vozes presentes no discurso midiático, com a finalidade de determinar o quão envolvido o jornalista está com o dizer de sua fonte: é o Engajamento, um dos três domínios da Teoria da Valoração, que elege a voz do repórter, a voz do correspondente e a voz do comentarista. Esse tema será abordado em seções seguintes.

Fairclough (1995) aponta que os produtores constroem uma audiência ideal, ora produto da crença no tipo de leitor, ora apoiados por pesquisas de opinião ou percentagens de audiência. O mesmo autor reforça que “enquanto as pessoas públicas são solicitadas a dar suas opiniões, as pessoas privadas são geralmente interrogadas acerca de suas experiências” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 40).

Os textos midiáticos escritos apresentam uma outra característica: as marcações de tempo e de espaço relativos à produção não são os mesmos das de consumo. O consumo, por ocorrer em tempos diferentes, acaba por provocar correntes (*chains*, para FAIRCLOUGH, 1995) de eventos comunicativos – uma

notícia pode gerar artigos de opinião, conversas informais, palestras, redações escolares, discursos em assembléias e outros gêneros.

Uma recontextualização – “uma nova articulação de elementos aos quais [um discurso ou gênero] é incorporada, uma nova hibridização” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 93-94) – possibilita que analisemos como os acontecimentos do domínio público são transformados à medida que se movem na corrente de gêneros. “O ponto geral é que os eventos comunicativos e as práticas sociais são recontextualizados diferentemente, dependendo dos objetivos, valores e prioridades da comunicação em que são recontextualizados” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 41). Isso levanta a questão de quão manipulados, verdadeiros ou tendenciosos podem ser os textos, ao progredir e evoluir no processo de produção e recepção.

A grande contribuição da ACD tem sido a percepção de que a análise do discurso deve ser textualmente orientada. É na intersecção entre as duas áreas – ACD e lingüística – que os significados sociais poderão ser desvendados. Várias têm sido as abordagens a respeito da relação entre mídia e linguagem: van Dijk (1988, 2005), Caldas-Coulthard (1994), van Leeuwen (1987), White (1998), Martin (1989), Martin e White (2005), Bednarek (2006), Bonini (2003, 2005), Meurer e Motta-Roth (2002), Heberle (2000) dentre outros.

O discurso jornalístico, interesse especial de nosso trabalho, será alvo de investigação nesta tese. Como as manifestações da mídia constituem uma prática social e atendem a várias orientações – política, econômica, científica, de prestação de serviços – os pressupostos de Fairclough constituem nosso ponto de partida. Entretanto, no decorrer deste trabalho, dirigiremos nossa atenção para os fenômenos lingüísticos que concorrem para que os significados se manifestem e produzam os efeitos desejados.

Nas seções seguintes, paulatinamente abordaremos as teorizações necessárias para a verificação das ocorrências de julgamento no discurso jornalístico, especialmente através dos depoimentos autorais e não-autorais.

## **1.2 Jornalismo e contexto de produção**

O jornalismo surgiu dos ideais da Revolução Francesa, como instrumento de cidadania, uma espécie de serviço de utilidade pública delegado pela sociedade, para sua informação e formação. Em nosso país, a história do jornalismo brasileiro

pode ser dividida, segundo Melo (2006), em quatro momentos: ético-social (década de 50), técnico-editorial (a partir de 1964), político-ideológico (década de 80) e crítico-profissional (a partir dos anos 90).

O primeiro refere-se à orientação da imprensa na metade do século passado, em que questões de cunho social eram constantemente abordadas tendo em vista o momento de reorganização política que o país atravessava após os governos de Getúlio Vargas. A partir de 1964, com o advento do regime ditatorial e a conseqüente restrição à liberdade de imprensa, o interesse voltou-se mais para as técnicas de produção.

Na terceira fase, década de 80, com a conseqüente abertura política, as redações começaram a se reorganizar, e as produções do período davam vazão ao processo de reconstrução democrática por que passava o país. Hoje, segundo Melo (2006), o jornalismo brasileiro vive um período em que há preocupações de cunho social e político, também voltadas para a formação da identidade acadêmica dos profissionais.

Como o jornalismo é considerado uma prática social, também constitui um dos elementos de formação da opinião pública. Fonseca (2007) considera:

Organizada de modo capitalista, a mídia jornalística é parte da esfera pública onde se vai formatar esse fenômeno de difícil definição chamado opinião pública. Apesar da imprecisão conceitual, entretanto, nestes tempos regidos pelas idéias de visibilidade e de transparência, a opinião pública constitui um fator de referência a orientar a ação de governos, empresas, movimentos sociais, partidos políticos, organizações não-governamentais etc. ([www.facom.ufba.br/Pos/gt/Jornalismo/doc](http://www.facom.ufba.br/Pos/gt/Jornalismo/doc)).

Porque é o elemento de mediação entre a esfera pública e a esfera privada, o jornalismo deve atender a questões de responsabilidade social, de prestação de serviços e de ética na sua prática diária. Entretanto, a pesquisa de Fowler (1991) aponta, como fatores condicionantes para a publicação das notícias, freqüência, novidade, ausência de ambigüidade, significância, pertinência, surpresa, continuidade, composição, referência a nações mais importantes, referência a pessoas mais importantes, referência a pessoas, referência a algo negativo, todos esses em ordem de importância.

Já Bednarek (2006), em pesquisa realizada acerca da imprensa inglesa, evidenciou também alguns traços do contexto comunicativo que caracterizam o

discurso jornalístico: o complexo processo de geração e de escritura da notícia, a ausência da audiência no momento da produção, a criação de uma imagem estereotipada de autor e leitor, a inserção do discurso de outrem no discurso do jornalista.

Quanto ao estilo, a autora também correlaciona o uso do padrão formal a temas como política nacional e internacional, operações militares, vida social, violência, desastres, esportes e interesses humanos, dentre outros. Muitas vezes, entretanto, o padrão formal é usado em concomitância com um estilo mais conversacional, pelas limitações de tempo e principalmente de espaço, a periodicidade da publicação e a acessibilidade a um número cada vez maior de leitores.

Para Fowler (1991, p. 2), tanto a seleção quanto a transformação das notícias são “guiadas por referência, geralmente inconsciente, a idéias e crenças”. Para tal concorre o fato de que as empresas de comunicação fazem parte de uma sociedade consumista e são instituições cuja finalidade maior é a atividade comercial. As notícias a serem divulgadas na mídia são submetidas a complexos critérios de seleção: não basta acontecer o evento para que se torne notícia.

Esses critérios são conhecidos pelos operadores do jornalismo como “valores da notícia”, e a convergência do maior número deles concorre para publicação do fato. Melo (2006, p. 50) avalia que a atividade jornalística hoje deve estar embasada em três valores “de mediação jornalística”: a veracidade, a clareza e a credibilidade. A veracidade diz respeito à factividade; a clareza, à identificação do objeto narrado; e a credibilidade, à evidencialidade do fato.

O contexto de produção do jornalismo mudou muito nas últimas décadas. Das redações apinhadas de profissionais, do envio de correspondentes para o exterior, da diversificada formação dos integrantes de uma empresa jornalística, da venda de jornais em bancas ou através de particulares, à popularização da internet, mudanças estruturais têm acontecido, de modo a reconfigurar a atividade jornalística. A circulação fácil da informação, a possibilidade da notícia em tempo real, a necessidade constante da novidade, a procura crescente pelas versões *on-line*, as parcerias efetuadas com as agências internacionais de notícias, acompanhadas da exigência legal da legitimação na carreira, exigiram da área adaptações profundas.

Nesse cenário, tem sido motivo de debate a questão da imparcialidade do trabalho jornalístico. Uma vez que os gêneros produzidos em jornal, rádio e televisão são mediados e passam por um criterioso processo de seleção e filtragem durante sua edição, é de se questionar até que ponto as transformações ocorridas no texto final estão permeadas da ideologia das instituições. Nessa perspectiva, um tema que tem sido debatido pelos profissionais da área é a desejada objetividade da imprensa.

Segundo Melo (2006), a discussão tem girado em torno de posicionamentos de que a objetividade tornou-se um mito, “mais precisamente um mito da imprensa burguesa” (p. 38). Considera também que “a objetividade converteu-se em sinônimo de *verdade absoluta*. E é vendida como ingrediente para camuflar a tendenciosidade que existe na prática cotidiana dos veículos de comunicação” (p. 39). Com o tempo, a obsessão pela objetividade tornou-se mais uma doutrina que uma questão ética, “transmutando-se num receituário para a ação. Operou-se um reducionismo instrumental, convertendo-se a objetividade em norma, padrão de atuação profissional” (MELO, 2006, p. 43).

A análise do autor conduz a outras constatações responsáveis por uma pseudo-objetividade: a industrialização dos processos de produção jornalística, a standardização de padrões (pauta, copidesque, modelo de redação da pirâmide invertida<sup>8</sup>) e os privilégios reservados aos proprietários das empresas jornalísticas. A grande luta do profissional do jornalismo hoje é o direito de emitir sua opinião sobre os acontecimentos que presencia, “deixando de ser mero figurante do cenário da atualidade e assumindo-se como protagonista” (MELO, 2006, p. 48).

O direito à informação é, segundo o autor, uma questão de cidadania e uma prerrogativa democrática, alicerçada em duas “vertentes do relato jornalístico: a descrição dos fatos (informação objetiva: veraz, comprovável, confiável) e a sua interpretação (informação opinativa: analítica, valorática, orientadora)” (MELO, 2006, p. 49). Esta divisão do autor foi um dos critérios para a escolha de nosso *corpus*, que privilegiou a segunda vertente: a opinião dos jornalistas, não vista como

---

<sup>8</sup> O modelo de pirâmide retoma o conceito criado por Maslow (1975), para quem as necessidades humanas estruturam-se em uma seqüência piramidal: na base encontrar-se-iam as necessidades primárias (de segurança e fisiológicas), seguidas das secundárias (sociais, de estima e de socialização). Em linguagem jornalística, pirâmide invertida é um modelo de produção textual, em que a informação mais importante deve constar no início do texto, de forma que as linhas finais possam ser eliminadas, quando necessário.

interpretação, mas como posicionamento diante de um fato através de uma prática social.

No Brasil, cresce a cada dia a disponibilização das versões digitais, mesmo a dos pequenos jornais. Alguns profissionais possuem vínculos exclusivos com suas instituições, enquanto outros escrevem para vários veículos ao mesmo tempo, não raro o mesmo texto, com ou sem cortes, ou adaptações<sup>9</sup>. Além disso, vários jornalistas mantêm interação com seus leitores através de *blogs*, o que tem se revelado uma fonte de informações muito valiosa e um veículo de propagação de opiniões.

A produção jornalística brasileira tem sido analisada por vários profissionais e teóricos da área (ROSSI, 1994; MEDINA, 1982; LAGE, 2005; MELO, 1994, 2006), e múltiplos são os enfoques de áreas afins (história, sociologia, psicologia social, antropologia, política, geografia humana, lingüística). Hoje o Brasil conta também com duas “microcomunidades intelectuais” (na denominação de MELO, 2006), que fazem a interlocução da área com a sociedade em geral: o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo - FNPJ - e a Sociedade Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor. Há ainda a publicação de periódicos que subsidiam a área: Pauta Geral – Revista de Jornalismo (Editora Calandra, Salvador), o Anuário de Jornalismo (Faculdade Cásper Líbero, São Paulo), e as revistas Jornalismo e Mídia (Editora Insular, Florianópolis) e *Brazilian Journalism Research*, subsidiada pela SBPJor, com a primeira edição em 2005 (MELO, 2006).

Uma tendência que tem se verificado no jornalismo atual, especialmente na França e nos Estados Unidos, é a existência de instituições denominadas *midia watching* – espaços de livre circulação de idéias, independente de vínculos profissionais com empresas, focados na crítica da mídia. No Brasil, o *Observatório da Imprensa* exerce esse papel. Criado por iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo - e de um projeto do Laboratório dos Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas, é uma entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária, que tem por objetivo acompanhar o desempenho da mídia no país. Funciona como um fórum

---

<sup>9</sup> É o caso de jornalistas como Cláudio Humberto Rosa e Silva, que mantém uma coluna própria ([www.claudiohumberto.com.br](http://www.claudiohumberto.com.br)), publicada em 29 jornais brasileiros, que recebe 214 mil visitantes por mês (PINHEIRO, D. Perfil. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq30052001991.htm>>).



permanente em que os usuários da mídia, organizados em associações, podem manifestar livremente suas opiniões.

O Observatório da Imprensa iniciou suas atividades em 1998 e pode ser acessado livremente na internet, no *site* [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br). Conta também com uma versão televisiva na TV Cultura de São Paulo e na TVE do Rio de Janeiro, transmitida às terças-feiras para todo o território nacional. Mantém um programa diário transmitido pela rádio Cultura FM de São Paulo e por rádios do Rio de Janeiro e de Brasília. Os áudios dos programas radialísticos estão disponíveis no *site* do Observatório.

No Brasil, há farta produção de jornais nos mais variados formatos, tendo em vista a dimensão continental do país. Os jornais de maior circulação são os do Rio de Janeiro (O Globo, mantido pela família Marinho; Jornal do Brasil), os de São Paulo (Folha de São Paulo, pertencente à família Frias; o Estado de São Paulo – o Estadão) e os de Brasília (Jornal de Brasília; Correio Braziliense). A Rede Globo de Comunicações mantém afiliadas em praticamente todo o Brasil e subsidia um grande número de emissoras de televisão e de jornais publicados em outras capitais do país. As publicações *on-line* ficam disponíveis na internet para qualquer usuário por, pelo menos, uma semana após a publicação, período após o qual o acesso só é permitido a assinantes.

### **1.3 Gêneros jornalísticos**

Os estudos de gênero têm sido preocupação da lingüística, especialmente os que desenvolvem intersecções com outras atividades humanas. Ao definir enunciado como “unidade da comunicação verbal”, Bakhtin ([1979], 2000, p. 293) destaca que as fronteiras do enunciado concreto são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes. Assim, os gêneros são o resultado da combinação de determinadas condições de produção e de determinadas funções sociais – os tipos relativamente estáveis de enunciado – e são constituídos de unidade composicional e lingüística.

Bakhtin destaca que não só os diálogos reais, formas mais simples e mais clássicas da comunicação verbal, mas as obras de construção mais complexa, pertencentes aos vários gêneros das ciências e das artes, são também limitadas pela alternância os sujeitos falantes (fronteira externa) (BARROS, 2002, p. 202).

Quando escolhemos uma palavra ou um enunciado, não os tiramos exclusivamente do sistema da língua, mas de enunciados que já foram ditos por membros do grupo social. Tais enunciados têm semelhança com os outros, em termos de composição, estilo e tema: “O enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 315).

O tema é, para o filósofo (1999, p. 20), “um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura readaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. É uma reação da consciência em devir ao ser em devir”. Assim, o tema é a expressão de uma situação histórica completa, e não pode ser segmentado; é fluido, concreto e dinâmico. A instabilidade característica de cada enunciado é somada à significação, o que dá origem ao tema, “resultado final e global do processo da construção de sentido” (CEREJA, 2005, p. 202).

A partir dos fundamentos de Bakhtin, ampliaram-se os estudos de gêneros no campo da lingüística (MILLER, 1984; MARTIN, 1989; SWALES, 1990; FORTKAMP E TOMITCH, 2000; MEURER, 2000; MEURER E MOTTA-ROTH, 2002; DIONÍSIO, MACHADO E BEZERRA, 2002; MEURER, BONINI e MOTTA-ROTH, 2005). Dos três gêneros aristotélicos (deliberativo, judicial, epidítico), partiu-se para um número infinito de outros gêneros, muitos deles novos e emergentes, em vista das necessidades sociais e profissionais da vida moderna.

Vistos como “classes de eventos comunicativos que envolvem membros que têm os mesmos propósitos” (SWALES, 1990, p. 58) ou como “processos e ações sociais específicos e, portanto, práticas sociais específicas” (MEURER, 2000, p. 151), os gêneros são, acima de tudo, mais que simples substância ou forma de discurso (MILLER, 1984, p. 151-167). É a ação social que eles desencadeiam que deve ser observada. Interessa examinar a “conexão entre gênero e situação recorrente e o modo pelo qual pode ser expresso para representar uma situação retórica tipificada” (MILLER, 1984, p. 151).

Uma vez que concordamos com a concepção de Miller (1984) de que o gênero caracteriza-se como elemento de ação social, tornando-se mais do que uma entidade formal, buscamos também apoio em Bakhtin – “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, [1979] 2000, p. 293), tendo em vista que, na concepção do teórico russo, os enunciados estão sujeitos a condições sociais e provocam atitudes responsivas ativas. O conceito de gênero que adotamos não tem caráter

reducionista nem contraditório, porque os gêneros não existem fora de situações de interação verbal e “o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e criatividade, não pode ser considerado como uma combinação absolutamente livre das formas da língua” (BAKHTIN, [1979], 2000, p. 304). Para o autor (1999, p. 123), isso acontece porque qualquer enunciação, independente de sua extensão, constitui apenas “um elo de uma corrente de comunicação ininterrupta”, do que decorre o necessário estudo das relações entre a situação concreta e a situação extralingüística, compreendido aí também o contexto social

Essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. (...). Essas relações tomam formas diversas, e os diversos elementos da situação recebem, em ligação com uma ou outra forma, uma significação diferente (...). (BAKHTIN, 1999, p. 124).

É natural que, aos poucos, os gêneros sofram redefinições, reconfigurações, em função das práticas sociais em que são produzidos e consumidos. Tais reconfigurações geram o que Fairclough (2001) denomina hibridização do gênero, ou seja, a presença da criatividade dos agentes sociais na formulação da ação comunicativa. Há também a possibilidade, advinda da hibridização, da criação de novos gêneros, especialmente aqueles da mídia. Tome-se como exemplo os *talk-shows*, que constituem um gênero híbrido de entrevista e conversa informal, e as fotopotocas, misto de fotografia e história em quadrinhos.

As particularidades dos produtos que circulam na mídia permitem que se observem traços recorrentes e constitutivos dos gêneros, reconhecíveis por sua composição e sua função social. A camada lingüística também se apresenta com particularidades que se repetem e que apresentam marcas específicas das situações em que é empregada.

Um editorial, por exemplo, não tem uma forma única, estandardizada. Em investigação sobre esse gênero, Fowler (1991) destaca, nos editoriais, o emprego de procedimentos textuais variados, embora reconheça a presença significativa de um número de características recorrentes como: modalidade, domínio da hipotaxe e observância do paralelismo sintático, entre outros (PINHEIRO, 2002, p. 279).

As diversas esferas de atividade humana elaboram seus gêneros discursivos, adequados às condições e situações variadas de interação verbal. Desde o diálogo informal, gerador de todos os outros gêneros, os grupos sociais

fazem uso de gêneros mais ou menos formalizados, a fim de poderem atuar como elementos de transformação no grupo social. Assim é com a área da ciência, da história, da religião, da saúde, das operações militares, dentre outras.

Os meios de comunicação (rádio, jornal, televisão, revistas), como esfera de atividade humana que tem por objetivo principal justamente a interação com o maior número de pessoas possível, apresenta singularidades “que levam ao domínio de estratégias indicativas de uma certa especialização que se reflete na construção de um gênero sócio-histórico culturalmente determinado” (PINHEIRO, 2002, p. 281). As estratégias, entretanto, podem diferir em textos que se inscrevem em um mesmo gênero, dada a diferente natureza dos meios que o envolvem.

Em relação aos gêneros presentes na mídia, várias são as tipologias propostas. Para Martin (1995) é natural que se formem taxonomias de gêneros com referência aos sentidos ideacionais, interpessoais e textuais. A literatura da escola australiana tem identificado vários subtipos de gêneros persuasivos assim como vários estágios na estruturação de cada subtipo (WHITE, 1998).

Martin e White (2005) dividem os gêneros textuais jornalísticos em operação em veículos da imprensa inglesa em três grandes áreas: notícias, análise, opinião e comentário, com conteúdos anexados ou a itens individuais de notícias ou divididos em seções no jornal. É costume, na Inglaterra, que as notícias precedam as colunas destinadas a opinião/comentário, apesar de que a distribuição nem sempre seja observada. Os textos de análise tendem a ocorrer tanto em seções de notícias como em seções de opiniões/comentários.

Em estudos realizados acerca da imprensa inglesa, White (1997, 1998) demonstrou que falta regularidade de traços lingüísticos característicos dos gêneros jornalísticos. Entretanto, em pesquisas posteriores, Martin e White (2005, p. 165) estimam que é possível “relacionar os conteúdos de um modo informal a regularidades no uso de textos jornalísticos quanto a recursos de valoração”, para os quais concorreriam as vozes jornalísticas presentes no texto (tema que será desenvolvido na seção 3.3 desta tese).

Para Fowler (1991, p. 227), não há dúvidas de que existem gêneros distintos nos jornais: editoriais, revisões, reportagens da área financeira, esportes, resumos de reuniões do Parlamento e outros. O autor declara: “Presumivelmente, cada gênero emprega certas estratégias textuais que orientam os leitores a esperar um

tipo particular de experiência discursiva, uma visão particular de uma porção especializada do mundo representado” (FOWLER, 1991, p. 227).

Em relação aos jornais brasileiros, Melo (2006) argumenta que os gêneros resultam de inúmeras influências estrangeiras (portuguesa, francesa, inglesa, espanhola e, mais fortemente, americana), o que necessariamente não significa “uma fisionomia amorfa”. O autor acrescenta: “Na verdade, o jornalismo brasileiro estruturou-se criativamente, absorvendo com seletividade os modelos que se nos insinuaram ou impuseram, adquirindo feição diferenciada” (MELO, 2006, p. 69).

Em trabalho de 1994, Melo apresenta uma tipologia de gêneros jornalísticos brasileiros com base em dois critérios: a intencionalidade e a articulação processual (entre o real, o relato e a leitura). Através do primeiro critério, o teórico propõe a existência de duas vertentes já citadas na seção 1.2: a reprodução do real e a leitura do real, ou seja, a descrição do fato e a identificação do seu valor. De modo geral, corresponderiam, em estudos de linguagem, a denotação e conotação, embora tal divisão não seja tão simplista (MELO, 1994).

O segundo critério – da natureza estrutural dos relatos no processo jornalístico – agrupa os gêneros em duas categorias: os de informação e os de opinião, estes últimos controlados pela instituição jornalística em termos de autoria e angulação. A autoria diz respeito a quem emite a opinião, e a angulação, à perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião. Desse modo, Melo (1994) propõe a seguinte classificação:

- jornalismo informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista;
- jornalismo opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta.

No que diz respeito ao jornalismo opinativo, o autor faz algumas considerações em termos de semelhanças e diferenças quanto à angulação e à autoria. Para ele, o “comentário, o artigo e a resenha pressupõem autoria definida e explicitada” (MELO, 1994, p. 65), o que não acontece com o editorial. Já o comentário e o editorial apresentam angulação temporal e imediatismo, “o que não ocorre com a resenha e o artigo” (p. 65). Também apresentam autoria a coluna, a crônica, a caricatura e a carta, embora tenham angulações diferentes: “A coluna e a caricatura emitem opiniões temporalmente contínuas, sincronizadas com o emergir e o repercutir dos acontecimentos” (p. 66). Se o critério for a angulação espacial, a

“crônica e a coluna incorporam ou fazem a mediação com a ótica da comunidade ou dos grupos sociais a que a instituição jornalística se dirige” (p. 66).

Essa tipologia é confirmada pelo mesmo autor em obra de 2006, em que informa não ter havido, nesse meio tempo, grandes alterações na tipologia de gêneros do jornal. Ele reafirma que, no Brasil, são escritos comentários, colunas e crônicas, os quais explicitam juízos de valor e buscam a adesão dos possíveis leitores, e observa que “é singular o caso de nossas colunas, que funcionam como núcleos de poder, assumindo dimensões só comparáveis ao fenômeno do coronelismo, remanescente sociocultural de carcomida estrutura fundiária brasileira” (MELO, 2006, p. 70). A crônica, o editorial, a resenha e a caricatura também assumem a forma de gêneros em que as opiniões dos autores se fazem presentes, embora com outras características peculiares.

Chaparro (1998) critica a classificação de Melo com base no argumento de que a angulação, especialmente a temporal, não se sustenta, já que a atividade jornalística, hoje, está mais centrada no que está por acontecer, e não no que já aconteceu. Também a questão da autoria é questionada, já que Chaparro (1998) aposta na criatividade do jornalista, que é o sujeito enunciador, portanto, ideológico. Também a diferença entre informação e opinião é criticada pelo autor, que as vê imbricadas de modo que “os juízos de valor estão lá, implícitos, nas intencionalidades das estratégias autorais, e explícitos, nas falas (escolhidas) dos personagens, às vezes até nos títulos” (CHAPARRO, 1998, p. 114).

Entretanto, tendo em vista a convivência de vários gêneros emergentes com gêneros tradicionais nos jornais em papel e em versão digital, esta tese adota a classificação feita por Bonini (2003). O autor propõe a distribuição dos gêneros jornalísticos com base no processo social de linguagem envolvido: os gêneros da atividade jornalística, presentes no ambiente de produção do jornal (a reunião de pauta, a pauta e a entrevista) e os gêneros do jornal (aqueles que ocorrem no jornal propriamente dito). Bonini (2003, 2005) denomina-os centrais e periféricos.

Os gêneros centrais no jornal estão relacionados à organização e aos principais objetivos sociais e comunicacionais do jornal. Dividem-se em presos e livres. Os gêneros centrais presos são os estruturadores do jornal e apresentam-se como carta do leitor, expediente, cabeçalho, chamada, editorial, foto-manchete e índice. Os gêneros centrais livres, por sua vez, são definidos por Bonini (2003, 2005)

como aqueles que fazem o jornal funcionar e distribuem-se em duas categorias: os autônomos e os conjugados.

Os gêneros centrais livres autônomos são os que constituem unidades textuais independentes ou predominantes em blocos de textos. Bonini (2003, 2005) cita, nesta categoria, a análise, o artigo, a nota (suelto<sup>10</sup>, obituário), a notícia, a reportagem, a entrevista, a enquete, a fotorreportagem, a foto-legenda, o comentário, a crítica, a resenha, a tira, o cartum, a charge, o roteiro, a previsão do tempo e a carta-consulta. Os gêneros centrais livres conjugados, por sua vez, constituem apêndices de outros gêneros, especialmente da reportagem. Para Bonini (2003, 2005) são: a cronologia, o gráfico, o mapa, o perfil, a *story-board*<sup>11</sup>, a tabela, a errata, a fotografia, a ficha técnica, a galeria, a grade<sup>12</sup>, o indicador, a cotação, o infográfico, a lista (questionário, vocabulário, discografia, bibliografia), o lidão<sup>13</sup>, o endereço eletrônico, a caricatura, a referência bibliográfica, o endereço e o cineminha.

Os gêneros periféricos mantêm relação com propósitos sociais e comunicacionais. Constituem uma lista extensa: anúncio (*teaser*<sup>14</sup>, classificados, saia-e-blusa<sup>15</sup>), propaganda, aviso, cupom, expressão de opinião, informe publicitário, ensaio, editorial de moda, crônica, horóscopo, teste, folhetim, charada, palavra cruzada, poesia, conto, edital, balancete, receita, ata, apostila, dama e xadrez.

Bonini (2003) cita também alguns "rótulos", os quais não considera gêneros, mas aponta como passíveis de reflexão. São eles a coluna, a história de interesse humano, a opinião ilustrada e a opinião do leitor (para Bonini correspondem ao artigo), o título, o *ombudsman*, a propaganda comercial, institucional, legal, governamental, comunitária, corporativa, social, funerária, política, religiosa, ineditorial (por exemplo, o "santinho político"), a novela, o jogo, as histórias em quadrinhos - HQs e tiras -, o encarte e o agendamento.

---

<sup>10</sup> Suelto corresponde a "notícia solta, boato".

<sup>11</sup> *Storyboard* significa um roteiro que possui desenhos em seqüência cronológica, mostrando as cenas mais importantes de uma notícia.

<sup>12</sup> Grade é utilizada na acepção de "quadro", "tabela".

<sup>13</sup> Lidão é definido como texto de até 60 linhas usado em reportagens para coordenar matérias diversas sobre um mesmo tema.

<sup>14</sup> *Teaser* é o *flash* de uma notícia a ser divulgada, em detalhes, posteriormente.

<sup>15</sup> Saia e blusa é um padrão clássico de diagramação, que separa claramente a parte visual da textual: em cima, a imagem, e embaixo, o texto.

Melo (1994) informa que a coluna surgiu no jornalismo americano, como fruto do desejo do público de que as matérias fugissem do anonimato, o que ocasionou o aparecimento de matérias assinadas, com mais personalidade, e que “talvez possa ser identificado como uma sobrevivência, no jornalismo industrial, daquele padrão de jornalismo amador e eclético que caracterizou as primeiras publicações periódicas” (p. 137). O autor identifica quatro tipos de colunas: a coluna padrão, a coluna miscelânea, a coluna de mexericos e a dos bastidores da política, e as caracteriza como “um complexo de mini-informações”. Para ele, colunas são “fatos relatados com muita brevidade, comentários rápidos sobre situações emergentes, pontos de vista apreendidos de personalidades do mundo noticioso” (p. 137).

A partir da classificação proposta por Melo (1994) e alinhados à posição de Bonini (2003), também consideramos que existe a necessidade de se investigar mais detalhadamente a diversidade dos gêneros que circulam em um jornal. Assim, “eles podem ser objeto de pesquisas (e de interessantes reflexões)” (BONINI, 2003, p. 10), opinião da qual compartilhamos no que se refere à coluna sobre os bastidores da política. Por ser “um espaço onde circulam vários gêneros” (BONINI, 2003, p. 10), muitas dificuldades têm sido encontradas na caracterização da coluna como gênero específico.

O Quadro 1.1 sumariza os diversos gêneros centrais e periféricos que fazem parte do jornal.

#### **1.4 Artigo de opinião**

Conforme o mencionado na seção anterior, Bonini (2003) hipotetiza existirem alguns “rótulos” dentre os gêneros do jornal, não necessariamente classificados como tal. A coluna, para ele, constitui um espaço em que vários gêneros circulam. Na clássica divisão de Bond (1962, p. 240-243) em relação às colunas de jornais, dentre os oito tipos populares de coluna jornalística encontra-se a coluna sobre os bastidores de política. Para o autor, essa última

tem muito da mesma técnica da coluna de mexerico e muito do mesmo apelo, mas transcende aquela tagarelice, em significação. Na coluna política os nomes triviais cedem lugar aos dos líderes de governo: políticos, congressistas e senadores, e os mexericos referem-se a assuntos nacionais e internacionais. Arrastam o leitor, através de suas



promessas subentendidas de ‘matéria confidencial’ (BOND, 1962, p. 243).

Na definição de Rabaça e Barbosa (1978, p. 102), coluna é a “seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, geralmente assinada, e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum”. A coluna de opinião, por sua vez, é definida por Rystrom (1993, p. 241) como artigo interpretativo

NA ATIVIDADE JORNALÍSTICA	NO JORNAL			PERIFÉRICOS
	CENTRAIS		CONJUGADOS	
	PRESOS	LIVRES		
		AUTÔNOMOS		
* reunião de pauta * pauta coletiva: * entrevista	* carta do leitor * expediente * cabeçalho * chamada * editorial * foto-manchete * índice	* análise * artigo * nota [suelto, obituário] * notícia * reportagem * entrevista * enquete * fotorreportagem * foto-legenda * comentário * crítica * resenha * tira * cartum * charge * roteiro * previsão do tempo * carta-consulta * efeméride	* cronologia * gráfico * mapa * perfil * <i>story-board</i> * tabela * errata * fotografia [fotopotoca <sup>16</sup> , <i>portrait</i> <sup>17</sup> , de cena] * ficha técnica * galeria * grade * indicador * cotação * infográfico * lista [questionário, vocabulário, discografia, bibliografia] * lidão * endereço eletrônico * caricatura * referência bibliográfica * endereço * cineminha <sup>18</sup>	* anúncio [ <i>teaser</i> , classificados, saia-e-blusa] * propaganda * aviso * cupom * expressão de opinião * informe publicitário * ensaio * editorial de moda * crônica * horóscopo * teste * folhetim * charada * palavra cruzada * poesia * conto * edital * balancete * receita * ata * apostila * dama * xadrez

Fonte: Bonini, 2003

#### Quadro 1.1 - Gêneros relacionados ao jornal

<sup>16</sup> Fotopotoca é um termo específico da Comunicação Social. É conhecido como cartum fotográfico e se caracteriza pela inserção de balões com diálogos humorísticos em fotos ou gravuras antigas.

<sup>17</sup> *Portrait* refere-se a retrato fotográfico.

<sup>18</sup> Cineminha corresponde a uma seqüência de fotos que mostra o desenrolar de uma cena. Também é usado em reportagens didáticas, que visam a mostrar ao leitor como proceder passo-a-passo.

ou analítico que pode revelar o ponto de vista do escritor, embora seu primeiro propósito seja dar aos leitores informações e previsões e talvez levantar questões”. Para o mesmo autor, esses artigos classificam-se em escritos que expressam desde a opinião pessoal até a discordância em relação a editoriais de jornais.

Segundo Berlo (1999), as atitudes de uma fonte de comunicação influenciam a efetividade do evento e podem abranger três aspectos: a atitude para consigo (a personalidade da fonte), a atitude para com o receptor (postura em relação ao leitor/ouvinte) e a atitude para com o assunto (a crença da fonte naquilo que escreve/diz).

Barros (2002, p. 200) posiciona-se diferentemente e define a coluna jornalística como “um gênero textual do discurso jornalístico que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o discurso midiático”. Para a autora, quando

se engajam em um processo de comunicação, como o realizado através do jornal, os participantes procuram observar certas leis, certas regras, como dar informação verdadeira, pertinente, suficiente, clara, não-ambígua. Por ser a comunicação verbal uma relação social, submetem-se às regras da polidez. Situações de confronto podem ocorrer quando há transgressão de qualquer uma dessas leis (BARROS, 2002, p. 200).

Através do comentário, da resenha, da coluna, da crônica, da caricatura e “eventualmente através do artigo” (p. 94), Melo (1994) situa a opinião do jornalista como profissional vinculado a uma determinada empresa. Já o colaborador, personalidade representativa da sociedade civil, “expressa-se sob a forma de artigos” (p. 94). Ainda segundo o mesmo autor, embora sejam gêneros praticamente universais, “assumem caracterização própria em nosso país, embora ainda possam guardar certos traços do jornalismo europeu ou norte-americano, de que se nutrem na sua origem” (MELO, 1994, p. 95).

O colunismo brasileiro, na visão do mesmo autor, presta-se a ambigüidades, uma vez que pela maioria das pessoas é considerada como uma seção fixa: “Assim sendo, a coluna abrange, segundo essa noção, o comentário, a crônica e até mesmo a resenha” (MELO, 1994, p. 136). Melo (1994) prefere usar a palavra “seção” para denominar a coluna, em vista da diagramação horizontal adotada modernamente nos jornais, desfazendo a ligação do nome com a antiga diagramação vertical “em que as matérias eram dispostas de cima para baixo, passando, se necessário, à coluna vizinha” (p. 136).

Na visão de Melo (1994), apesar de ter caráter aparentemente informativo, a coluna veicula juízos de valor, “com sutileza ou de modo ostensivo. O próprio ato de selecionar os fatos e os personagens a merecerem registro já revela o seu caráter opinativo” (p. 137). Notemos também o papel de formadores de opinião que os colunistas exercem na sociedade atual, já que podem apresentar versões que, muitas vezes, levarão a mudanças no curso dos acontecimentos.

Outro efeito resultante do colunismo é a visibilidade que as personagens enfocadas acabam por adquirir: “Quanto mais vezes um nome é registrado nas colunas, repetido, mais legitimação social ele adquire” (MELO, 1994, p. 139). É o fenômeno da projeção, em que governantes, empresários, estrelas, escritores, desportistas passam a fazer parte do ideário das pessoas comuns que se projetam nos colunáveis<sup>19</sup>.

Os grandes jornais geralmente se preocupam em manter articulistas em várias áreas, o que traz para o veículo um toque de “calor e vigor pessoal” em oposição à suposta impessoalidade e frieza das reportagens e notícias” (BOND, 1962, p. 238). As opiniões políticas quase sempre estão presentes. Os jornais brasileiros contam com articulistas como Dora Kramer, Suely Caldas (O Estado de São Paulo), Eliane Cantanhêde, Hélio Schwartzman, Alcino Leite Neto, Antônio Carlos de Faria, Clóvis Rossi, Kennedy Alencar, Gilberto Dimenstein (Folha de São Paulo), Elio Gaspari, Fernando Henrique Cardoso, Helena Chagas, Jorge Bastos Moreno, Teresa Crunivel (O Globo), Antônio Machado (Correio Braziliense), Ana Amélia Lemos e Rosane de Oliveira (Zero Hora).

Uma vez que os operadores do jornalismo não possuem consenso em relação a uma tipologia de gêneros, decidimos optar pela denominação “artigo de opinião” às matérias veiculadas em colunas fixas e mesmo em espaços abertos a colaboradores externos à empresa. Tal denominação se justifica porque, ao utilizar apenas o nome “coluna”, estaríamos contemplando a metonímia do nome pelo qual a seção é conhecida, e não o seu tema. Um outro fator que sustenta nossa escolha é a afirmação de Bonini (2003) de que na coluna circulam vários gêneros: o artigo de opinião, a notícia, a piada, a carta, o quebra-cabeça, a adivinhação, dentre outros.

O artigo, classificado por Bonini (2003) como um gênero central livre, é definido por Rabaça e Barbosa (1978, p. 25) como

---

<sup>19</sup> Melo faz referência ao “olimpismo moderno”, expressão cunhada por Edgar Morin para denominar o “universo de novos deuses criado pela indústria cultural” (MELO, 1994, p. 140-141).

texto jornalístico interpretativo ou opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma idéia ou comenta um assunto a partir de uma determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere do editorial por não apresentar enfaticamente, como este, uma “receita” para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística.

Melo (1994) informa que, no jornalismo americano, o artigo situa-se na categoria dos *comments* (em oposição às notícias), na imprensa britânica corresponde ao *formal essay* (de apreciação e de julgamento) e no jornalismo espanhol constitui qualquer matéria opinativa. Quanto ao aspecto formal, o artigo brasileiro realiza-se sob a forma de artigo propriamente dito ou de ensaio, em que os juízos emitidos são determinantes: enquanto o artigo apresenta opiniões mais passageiras, o ensaio toma-as como mais definitivas.

As fontes são também importantes: enquanto o primeiro argumenta baseado no conhecimento e na sensibilidade próprios, o segundo baseia-se em fontes de maior credibilidade documental. Outra distinção apresentada por Melo (1994) dentre artigo e ensaio diz respeito à localização do texto no próprio jornal: o artigo aparece normalmente nas páginas convencionais, enquanto o ensaio ocupa normalmente os cadernos especiais, as edições dominicais ou as publicações temáticas.

A imprensa brasileira também conta com artigos escritos por colaboradores, mas que necessariamente passam por um processo de seleção, em que a atualidade do tema e a projeção do autor são levadas em conta.

Neste capítulo, tivemos por objetivo fundamentar a inter-relação entre mídia e discurso e fazer abordagens sobre o discurso jornalístico e os gêneros que circulam nos jornais hoje. No capítulo a seguir, apresentaremos fundamentação sobre a metafunção interpessoal e as teorias de avaliação de Martin e White (2005) e de Bednarek (2006).

## CAPÍTULO II - LINGUAGEM E JULGAMENTO

Quando escreveu “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin já demonstrava preocupação com o aspecto valorativo da palavra. Ao trabalhar com a questão da significação, o autor deixou claro que “toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, (...), mas também um acento de valor ou apreciativo (...). Sem acento apreciativo, não há palavra” (BAKHTIN [1929], 1999, p. 132). Entretanto, para Bakhtin, a questão se amplia ao se dirigir ao enunciado: “nem todos os julgamentos de valor são como esses<sup>20</sup>. Em qualquer enunciação, por maior que seja a amplitude do seu espectro semântico e da audiência social de que goza, uma enorme importância pertence à apreciação” (p. 134).

As afirmações de Bakhtin vêm corroborar a importância de se trabalhar com os modos como os julgamentos de valor se manifestam nos discursos. Como a “orientação apreciativa” depende da situação real de enunciação, não é possível afirmar que os juízos de valor são estáveis: situam-se “tanto no horizonte imediato como no horizonte social mais amplo de um dado grupo social”. Em decorrência, as mudanças de significação constituem, para o autor, uma “reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN, [1929] 1999, p. 135).

Motivados pelas constatações de Bakhtin, desenvolvemos, neste capítulo, alguns pressupostos teóricos acerca da valoração em linguagem. Inicialmente apresentamos uma abordagem sobre a metafunção interpessoal de Halliday (1989, 1994) e, logo após, um panorama geral de estudos realizados na década de 90 sobre “posicionamentos atitudinais” manifestos no discurso de vários falantes. Por fim, passamos para a Teoria da Valoração, de Martin e White (2005), seguida da pesquisa de Bednarek (2006) sobre avaliação em jornais britânicos.

---

<sup>20</sup> Nesta passagem, Bakhtin faz referência a um excerto retirado do *Diário de um Escritor*, de Dostoiévski.

Assim, neste capítulo, apresentamos dois outros pilares que sustentam nossa tese: a Gramática Sistêmico-Funcional e a Semântica do Discurso, onde se enquadra a teoria de valoração de Martin e White (2005). Salientamos que as contribuições de Bednarek (2006) complementam o trabalho de Martin e White. Os exemplos que utilizamos foram todos retirados do *corpus* de análise desta tese. Dessa forma, testamos a aplicabilidade dos conceitos à análise de artigos de opinião.

## 2.1 Metafunção interpessoal

Ao fazer uso do discurso como uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001), o sujeito mobiliza recursos para interagir com seu grupo em um determinado tempo e espaço, os quais provocam três efeitos principais: a construção das identidades (efeito identitário, modo de ser), a construção da relação entre as pessoas (efeito relacional, modo de interagir) e a construção de sistemas de conhecimentos e crenças (efeito representacional, modo de representar).

Segundo o mesmo autor, é possível estabelecer correspondência com as funções hallidayanas de linguagem: os dois primeiros efeitos (identitário e relacional) correspondem à metafunção interpessoal, e o último (representacional), à metafunção ideacional. Os três efeitos constituem significados que se deixam transparecer no discurso e estão em relação dialética entre si. Essa divisão é feita, segundo Fairclough (2001), unicamente para fins analíticos, já que são interdependentes, assim como as três funções da linguagem apontadas por Halliday (1989, 1994), posição que também adotamos nesta tese.

Quando pretendemos examinar a manifestação de juízos, opiniões e posicionamentos do locutor<sup>21</sup>, no campo da linguagem verbal, é necessário que direcionemos nossa atenção primeiramente para a interpessoalidade, já que é através dela que organizamos a interação entre o falante, ou escritor, e sua audiência (HALLIDAY, 1994). Os papéis dos falantes são determinados por condições particulares, sejam elas sociais, econômicas, profissionais ou outras. A análise das trocas lingüísticas dá conta, assim, do tipo de proposição ou proposta

---

<sup>21</sup> Este trabalho usará indistintamente os termos “locutor”, “falante”, “enunciador”, “autor”, “escritor” e “jornalista” para designar o participante do evento comunicativo que aciona as estratégias discursivas de produção de sentido.

que está ocorrendo, das atitudes e julgamentos encapsulados na camada verbal e dos traços retóricos que a constituem como um ato simbólico interpessoal (HALLIDAY, 1989).

O sistema de MODO apresenta diferentes alternativas para a realização da interação, tendo em vista o papel exercido pelo interactante e a natureza da negociação que está sendo realizada: as orações podem se apresentar no modo declarativo, no interrogativo e no imperativo. As escolhas da função discursiva envolvem as categorias tradicionais de declaração, pergunta, oferta e comando.

As interrogativas podem realizar-se através de perguntas QU- ou de questões que suscitam respostas do tipo sim/não. Já as declarativas podem ser exclamativas e não-exclamativas. “O sistema de MODO pertence à metafunção interpessoal da linguagem e é o recurso gramatical para se realizarem movimentos interativos no diálogo” (MARTIN, MATTHIESSEN E PAINTER, 1997, p. 58). São exemplos:

“Se não deu na Globo então não aconteceu!” (102.AF.C5)

“O Zé é muito meticoloso”. (79.JM.94)

“Quem são os conterrâneos que fizeram confidências ao jornalista?”

(11.DS.70)

“São fontes confiáveis?” (11.DS.70)

“Que Constituição?” (34.CH.53)

“Governe com moderação.” (7.CH.51)

Segundo Halliday (1994), a linguagem, nos eventos comunicativos, exerce papéis, quais sejam os de ‘dar’ ou ‘solicitar’, dependentes da natureza da ‘negociação’ que está ocorrendo. Para o autor, pode-se dar e/ou solicitar informação e/ou bens e serviços. Quando se dá informação, faz-se uma declaração e quando se dá um bem e serviço, faz-se uma oferta. Por outro lado, quando se solicita uma informação, faz-se uma pergunta e quando são solicitados bens e serviços, faz-se um comando. Ao mesmo tempo, Halliday propõe que as trocas entre os interlocutores, quando constituem informações, sejam denominadas ‘proposições’ e, quando constituem bens e serviços, sejam chamadas ‘propostas’.

Cada uma das funções apresentadas no Quadro 2.1 (a seguir), quando ativadas pelo locutor, pode ser considerada ou não pelo interlocutor. Por parte do

primeiro, há uma expectativa de retorno comunicativo, que pode ou não acontecer. As declarações pressupõem reconhecimento, as perguntas aguardam respostas, as ofertas esperam aceitações e os comandos aguardam empreendimento por parte do interlocutor.

mercadoria papel na troca	informação	bens e serviços
dar	declaração	oferta
solicitar	pergunta	comando
	<b>proposição</b>	<b>proposta</b>

Fonte: Halliday, 1994, p. 69

#### Quadro 2.1 – Papéis da linguagem e MODO

Entretanto, sabe-se que nem sempre as expectativas do locutor confirmam-se. Pode-se ter, alternativamente para cada uma das situações, contradição, desconsideração, rejeição ou recusa (Quadro 2.2).

<b>Função</b>	<b>resposta esperada</b>	<b>resposta alternativa</b>
Declaração	reconhecimento	contradição
Pergunta	resposta	desconsideração
Oferta	aceitação	rejeição
Comando	empreendimento	recusa

Fonte: Halliday, 1994, p. 69

#### Quadro 2.2 – Funções de fala e possíveis respostas

Dentre os recursos gramaticais que contribuem para explicitar a metafunção interpessoal da linguagem, podemos encontrar: vocativos, perguntas, opiniões do autor ou dos leitores presentes no texto, marcadores de polaridade (“sim, não, nenhum, nada”), advérbios de modo (“provavelmente, possivelmente, certamente”), marcadores atitudinais (“infelizmente, felizmente, com prazer, pesarosamente, francamente”), modalizadores (“poder, dever, ter de, precisar, necessitar”), avaliativos (“interessante, necessário, prudente, horrível”), advérbios de frequência (“usualmente, às vezes, nunca, sempre, raramente”) e elementos metadiscursivos



(“esta seção descreve, como vimos anteriormente”). Os seguintes excertos do *corpus* exemplificam esses recursos.

“O que querem seus críticos?” (79.JM.94)

“Não gostou? Aos tribunais” (97.CS.44)

“O que tem demais o presidente tomar uns drinques?” (4.AC.3)

“Isto posto, vamos aos prováveis porquês.” (80.LW.103)

“Provavelmente nem mesmo quem urdiu a trama, poderia esperar uma repercussão internacional para o Brasil”. (86.AL.1)

“Vão dizer que é cachaça e, infelizmente, não o é, respondeu lacônico.” (77.CH.55)

“Meu Deus! Para mostrar que o presidente não bebe, passaram a idéia de que o governo bebe”. (52.TC.145)

“Melhor, só o assombroso assessor especial Frei Betto, no Globo de ontem.” (80.LW.103)

“... a carta de um leitor preocupado com o alcoolismo de Lula.” (11.DS.70)

“Beber pode”. (6ABR26)

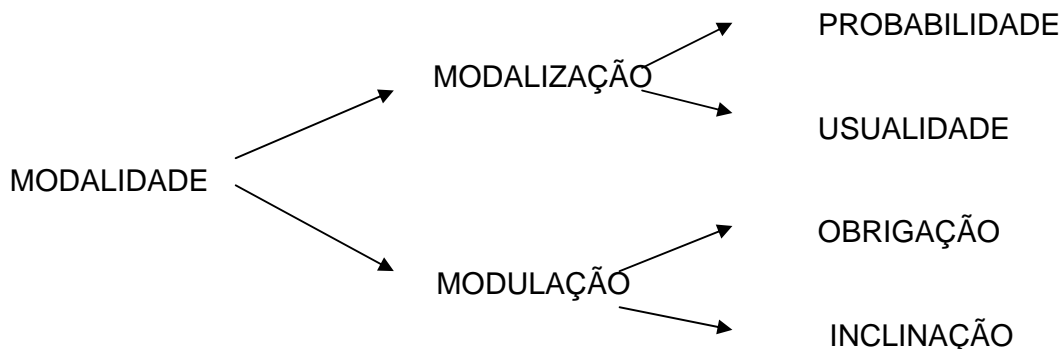
“Não é necessário ler o resto do parágrafo, é?” (11.DS.70)

“Como, às vezes, tenho a ligeira impressão de que não se respira democracia em alguns gabinetes da administração federal, retomo o tema Larry Rohter ...” (149.GM.84)

Normalmente a polaridade (“a escolha entre positivo e negativo”, HALLIDAY, 1989, p. 88) situa-se no âmbito da forma verbal, ao se usarem sentenças afirmativas ou negativas. É possível que a opinião se situe em níveis intermediários, desde o menos negativo até o menos positivo. Esses graus intermediários, que situam a fala humana entre um pólo positivo e outro negativo, são conhecidos como modalidade. A modalidade é um recurso gramatical utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em graus de positividade ou de negatividade.

A noção de modalidade está relacionada à distinção entre proposições (informações) e propostas (bens e serviços), denominadas, respectivamente, modalização e modulação. Quanto às proposições, há dois tipos de possibilidades intermediárias: graus de probabilidade e graus de usualidade. Ambos podem ser

expressos em termos de verbos e adjetivos modais ou de adjuntos modais (Figura 2.1).



Fonte: Halliday, 1994

**Figura 2.1 – Tipos de modalidade**

Os graus de probabilidade são três: possibilidade, probabilidade e certeza. Realizam-se com formas verbais do tipo “pode/é possível”, “deve/é provável”, “deve/é certo”. Já os graus de usualidade realizam-se com adjuntos modais ou sintagmas adverbiais do tipo “usualmente, às vezes, sempre, é costume”. Juntas, a probabilidade e a usualidade constituem o que Halliday (1989, p. 89) denomina modalização. Pertencem, para Halliday (1994), à categoria da modalidade epistêmica, e podem ser constatados nos seguintes exemplos:

“O presidente Lula pode estar sofrendo do mesmo preconceito...”

(9.CRO.67)

“É pouco provável que o julgamento lhe seja desfavorável...” (94.VC.151)

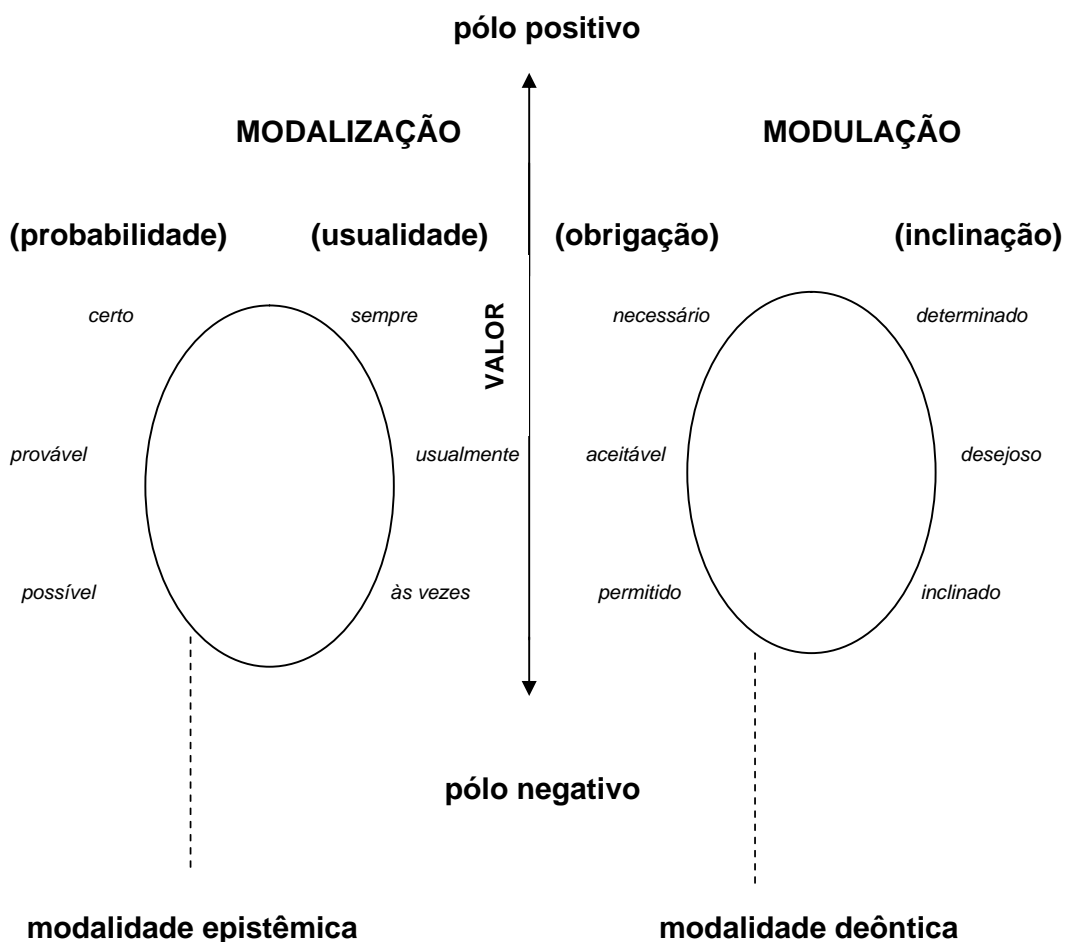
“... o que o governo deve esperar nas próximas pesquisas...”

(93.MBD.107)

“Saiu-se mal o chanceler Celso Amorim, um diplomata normalmente impecável...” (94.MMA.109)

Quanto às propostas, relativas a bens e serviços (ofertas e comandos), Halliday (1994) propõe o termo modulação. Na modulação, também há graus intermediários que se situam entre os pólos positivo e negativo. Se comando, há

graus de obrigação: “permitido, aceitável, necessário”; se oferta, há graus de inclinação: “inclinado, desejoso, determinado”. Tanto a categoria obrigação quanto a categoria inclinação podem realizar-se gramaticalmente através de um verbo modalizador, de uma expansão do predicador ou por um adjetivo. A modulação pertence à categoria da modalização deôntica (Figura 2.2).



Fonte: Halliday, 1994

Figura 2.2- Modalidade e polaridade

Os exemplos a seguir foram retirados do *corpus* desta tese:

“O governo deve confessar que errou e voltar atrás”. (44.OF.125)

“Não é necessário entrar na “motivação” para a virtual expulsão do jornalista...” (38.JM.91)

“... cargo historicamente confiado a homens de paz, inclinados à negociação...” (150.AN.42)

A metáfora gramatical, para Halliday (1994), consiste em uma variação de uma expressão que possua algum significado conhecido. As palavras ou expressões que mantêm sua configuração semântica usual são denominadas congruentes. Aquelas que adquirem sentido vário, ou “transferido”, são denominadas metafóricas. Assim, em lugar de “Apague a luz” (congruente), podemos dizer “É possível apagar a luz?” (metafórico). A escolha pela metáfora, por parte do locutor, implica a seleção de determinados traços semânticos, escolhidos por esse locutor.

“Os modos metafóricos de expressão são característicos de todo discurso dos adultos” (HALLIDAY, 1994, p. 342). Os diversos registros da fala do adulto revelam a grande variedade de escolhas metafóricas feitas na elaboração das falas/textos. As metáforas podem realizar-se tendo em vista dois tipos: as metáforas de modo (denominadas interpessoais) e as metáforas de transitividade (denominadas ideacionais). As metáforas interpessoais podem realizar-se quanto à modalidade ou quanto ao modo. Metáforas de modalidade baseiam-se na relação semântica de projeção (oração hipotática complexa). É a opinião do falante, apresentada através da modalidade, como podemos observar no exemplo a seguir:

“Agora é bastante provável que muitas das vezes que o defendiam passem a atacá-lo.” (37.HS.87)

As metáforas mais comuns são as de probabilidade e apresentam-se conforme as seguintes categorias:

- Metáfora subjetiva: explícita (‘Eu penso’, ‘Eu estou certo’) e implícita (‘Ela deve saber’). Exemplos:

“Acho que aquele caso tinha um fundo de verdade”. (61.CR.64)

“Como envergonhado deve estar o país...” (67.NR.123)

- Metáfora objetiva: explícita (‘É certo’, ‘É provável’) e implícita (‘provavelmente’, ‘certamente’). Exemplos:

“... seria muito mais provável que (...) se sentisse compelido ao ...”

(129.MU.119)

“...provavelmente eu não estaria escrevendo estas linhas ...”

(133.SB.142)

A modalidade pode ainda apresentar o valor do julgamento que está sendo emitido: se alto, médio ou baixo. O valor mais alto é o que se encontra mais próximo ao pólo positivo e o mais baixo é o que se encontra mais próximo ao pólo negativo. O valor é importante porque dá ao leitor a verdadeira medida das opiniões do autor.

## 2.2 Estudos iniciais sobre avaliação

A linguagem possibilita um número muito grande de recursos através dos quais a opinião pode ser expressa em termos de emoção, atitude, certeza ou dúvida. Biber *et al.* (1999) afirmam que sentimentos, atitudes, julgamentos e avaliações são expressos por falantes e escritores juntamente com o conteúdo proposicional das sentenças.

Posicionamento (*stance*), para Biber *et al.* (1999), é a expressão de emoções, atitudes, julgamentos de valor e avaliações. Tem sido caracterizado por White (2003) como a voz do falante ou do escritor, o que lhe atribui uma forte natureza dialógica. Para Precht (2007), os posicionamentos são usados para comunicar informações extraconceituais.

Ao pensarmos em “avaliação” como um termo de sentido amplo que cobre uma larga área de investigação em linguagem, um número significativo de pesquisas tem desenvolvido abordagens nessa direção: estudos sobre afeto (OCHS, 1989; OCHS e SCHIEFFLEN, 1989; HAVILAND, 1989; BESNIER, 1989; BIBER e FINEGAN, 1989; THOMPSON E HUNSTON, 1999), estudos sobre evidencialidade (GIVÓN, 1982; HAVILAND, 1989; BIBER E FINEGAN, 1989; CHAFE e NICHOLS, 1986; PRECHT, 2003), opinião (HUNSTON, 1999; PRECHT, 2003; WHITE, 2003) e modalidade (HALLIDAY, 1994; WHITE, 2003).

Pesquisa realizada por Precht (2003), em um grande *corpus* constituído de conversações realizadas entre adultos americanos e britânicos, destacou três fatores característicos nas conversações: a presença de manifestações de afeto (entre os americanos), de posicionamentos atitudinais através do uso de

delimitadores (entre os britânicos) e o uso de verbos bulomaicos (*boulomaic planning*, entre os americanos), como “querer” e “necessitar”.

A presença de verbos de modalidade bulomaica, modais e evidencializadores para negociar diferenças entre os interlocutores, tem a função de minimizá-las ou acentuá-las. Para Precht (2003), os modos de expressar o posicionamento – evidencialidade e afeto – estão intimamente relacionados a fatores culturais, e emitir uma opinião torna-se um ato de socialização. Apesar de a linguagem permitir um número ilimitado de opções para exprimir a opinião, as pessoas são “culturalmente programadas para usar um conjunto muito limitado, muito específico dessas opções” (p. 240), cuja expressão também é ajustada ao contexto e à audiência.

Thompson e Hunston (1999) adotam, em suas pesquisas, o termo *avaliação* como um superordenado, definido como “um termo muito amplo para a expressão de atitude, opinião, ponto de vista ou sentimentos do falante ou escritor acerca de entidades ou proposições das quais estão falando” (1999, p. 5). Os pesquisadores trabalham com recursos de avaliação e indicam os significados bom/mau, certeza/probabilidade, obviedade/expectativa e importância/relevância, em que o primeiro (bom/mau, positivo/negativo) é a base para os outros. Afirmam também que os recursos variam de acordo com o papel que a avaliação exerce em um discurso, ou seja, a avaliação também está ligada ao gênero em que é utilizada (artigos acadêmicos, informativos, crítica literária, artigos persuasivos, etc.).

Os autores vêem a necessidade de separar o que se diz sobre alguma coisa e a opinião do autor sobre essa coisa, já que, em ambos os casos, a avaliação acontece em termos de bom/ruim, certo/errado. Em uma análise mais cuidadosa, observam que a avaliação pode se referir a opiniões sobre entidades (expressa em sintagmas nominais) e pode se relacionar a proposições (expressas por orações). Sugerem que esta última é uma construção mais gramaticalizada que a primeira.

Ao adotarem a terminologia “avaliação”, Thompson e Hunston (1999, p. 5-6) referem-se à flexibilidade sintática e morfológica do termo, que não só expressa a orientação do usuário, mas também permite que se abordem os valores atribuídos a entidades e a proposições. Os autores estão interessados na avaliação em ação – o quê, por que, quando e como falantes e escritores avaliam. A flexibilidade do uso combina-se com a flexibilidade do foco em que repousa sua investigação.

Para tais autores, a avaliação é usada com uma ou mais de uma das três funções principais:

- (1) exprimir a opinião do falante ou do escritor e, fazendo isso, refletir sobre o sistema de valores daquela pessoa ou daquela comunidade;
- (2) construir e manter relações entre o falante ou escritor e o ouvinte ou leitor;
- (3) organizar o discurso (THOMPSON e HUNSTON, 1999, p. 6).

Ao expressar sua opinião, o escritor conta ao leitor o que ele pensa e sente sobre algo ou alguém. O conjunto de valores comuns a determinado grupo é expresso durante as avaliações, porque o que alguém pensa sempre está vinculado à ideologia da sociedade em que o texto foi produzido. As ideologias não existem em silêncio, mas também não são expressas abertamente; elas são “construídas e transmitidas através de textos, e é em textos que sua natureza é revelada; são essencialmente conjuntos de valores – o que é bom ou mau, o que poderia ou não acontecer, o que conta como verdadeiro ou falso – a avaliação é um conceito lingüístico chave” (THOMPSON E HUNSTON, 1999, p. 7).

Ao organizar o discurso, a valoração apresenta não apenas o que está acontecendo ou o que o autor pensa sobre determinada coisa, mas também orienta o leitor no sentido do percurso textual realizado para tal, como, por exemplo, dizer ao leitor que “agora eu estou introduzindo o texto”, “agora eu estou expondo um problema e alguns argumentos”, “agora eu estou apresentando uma solução”, “agora eu estou encerrando o texto”, “aqui termina nossa interação”.

No texto escrito, a avaliação funciona como uma sinalização para a mudança de parágrafo, e tal organização ocorre interativamente, pois, ao construir o texto e solicitar, mesmo implicitamente, a participação do leitor, o autor o “conscientiza das fronteiras do discurso e da natureza da conexão entre as várias partes” (THOMPSON E HUNSTON, 1999, p. 12).

Lexicalmente, segundo Thompson e Hunston (1999), os itens que claramente revelam a avaliação do autor são adjetivos, advérbios, nomes e verbos. Tais itens são localizados através do auxílio de ferramentas de computador, que podem revelar todas as ocorrências de determinados itens e suas combinações em *corpora* bastante grandes. Para os pesquisadores, alguns nomes e verbos tendem a transformar a avaliação, imprimindo nuances de significado ou mais ou menos polêmico à sentença (por exemplo, colaborar, interferir, ajudar, participar; colaborador, interventor, ajudante, participante).

Muitos nomes e adjetivos são usados para descrever pessoas, coisas ou situações e, ao mesmo tempo em que revelam informações, também revelam aprovação ou desaprovação por parte do escritor (por exemplo, “execução, assassinato, tragédia, barbárie; assassino, bárbaro, matador”). Ao se utilizarem programas de computador na análise de *corpora* variados, a ferramenta “concordância” pode estabelecer contextos de avaliação positiva ou negativa em que tais vocábulos estão presentes – é a prosódia semântica.

A prosódia semântica, ou sentido pragmático (preferentemente a conotação), é definida por Channell como um fenômeno de co-ocorrência (ou colocacional) em que “uma palavra ou sintagma pode ocorrer mais freqüentemente no contexto com outras palavras ou sintagmas, que são predominantemente positivos ou negativos em sua orientação avaliativa” (CHANNELL, 1999, p. 38).

Hunston (1995)<sup>22</sup> informa que uma palavra pode apresentar uma prosódia semântica se ela co-ocorrer tipicamente com outras palavras que pertençam ao mesmo contexto semântico. Nesta mesma linha, Page (2003) argumenta que a valoração sempre se apresenta prosodicamente realizada, ou seja, um determinado espectro de elementos lingüísticos cria contextos em que os elementos avaliativos se repetem. Segundo ela, também é preciso que se analisem os textos sob o ponto de vista de um leitor ideal, o que pode ser observado através das avaliações implícitas. Assim, é necessário que se examinem os textos a partir de uma naturalização da posição desse leitor ideal.

Na seqüência de publicações sobre a avaliação na linguagem, está a obra de Martin e White, de 2005, que se desenvolveu no interior da Gramática Sistêmico-Funcional de base hallidayana. Em lugar de trabalhar com o termo superordenado *avaliação*, para reunir os conceitos de Atitude, Engajamento e Gradação (a serem discutidos), os autores preferiram usar o termo *valoração*.

### 2.3 Teoria da Valoração: Afeto e Julgamento

A metafunção interpessoal da linguagem (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004) manifesta a participação dos locutores no texto e pode

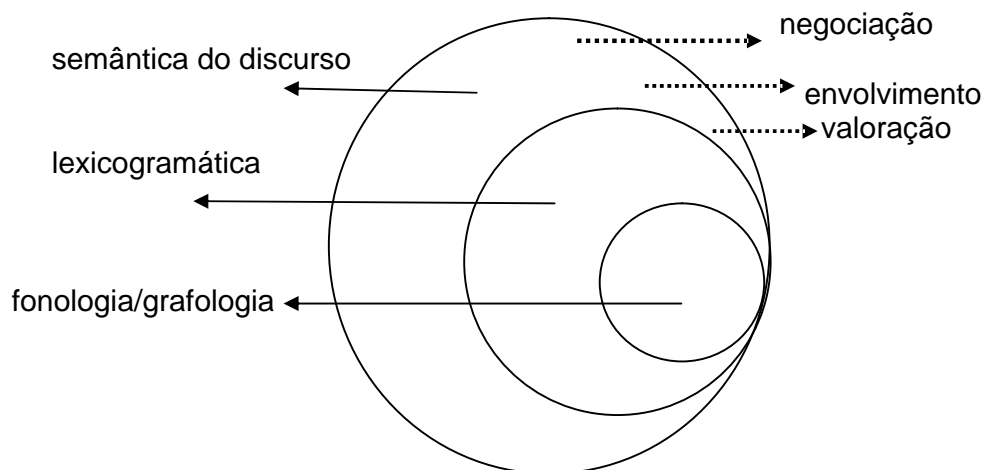
---

<sup>22</sup> O conceito de semântica prosódica foi exposto inicialmente por Sinclair (*Corpus, concordance, collocation, 1991*), desenvolvido por Louw (Irony in the text or insincerity in the writer? The diagnostic potential of semantic prosodies. In: Baker et. al. *Text and Technology*, 1993) e posteriormente por Stubbs (Collocation and semantic profiles: on the cause of the trouble with quantitative studies. *Functions of Language* 2, 1:23-25, 1995).



indicar como eles aprovam ou desaprovam, entusiasmam-se ou odeiam, aplaudem ou criticam os seres e os fatos do contexto social, e como esses agentes constroem a identidade de seus leitores/ouvintes, de modo a persuadi-los de suas crenças, seus valores, suas opiniões. É a construção das *personae* textuais, a que Martin e White (2005) se referem.

A Teoria da Valoração, ao operar como uma das realizações da metafunção interpessoal (“relações”, HALLIDAY, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), é proposta por Martin e White (2005) como um sistema localizado em um terceiro ciclo de codificação – a Semântica do Discurso – dos diferentes níveis em que se realiza a linguagem (Figura 2.3). Os autores argumentam que é possível encontrar, no texto, elementos que comprovem sentimentos e valores “postos” de uma comunidade, de modo a demonstrar emoções, gostos e avaliações normativas. Desse modo, valorar diz respeito a usar a modalidade epistêmica, a evidencialidade e a intensificação.



Fonte: Martin e White, 2005 (adaptado)

**Figura 2.3 – Ciclos de codificação da linguagem**

Como podemos verificar na Figura 2.3, a Semântica do Discurso pretende dar conta dos significados além da oração: os textos, em outras palavras (MARTIN e WHITE, 2005, p. 9). Como a GSF está em constante desenvolvimento, essa foi a contribuição dos autores para a ampliação de seus níveis de abordagem.

A valoração, segundo Martin e White (2005, p. 33), complementa a negociação (de solidariedade ou não) entre os participantes, ao focar aspectos interativos do discurso, funções de fala e estrutura de troca. Negociação e valoração dizem respeito a proposições ou a propostas (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004) utilizadas pelos participantes. Já o envolvimento complementa a valoração “ao focar recursos não-graduáveis para negociar as relações interpessoais” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 33), especialmente a solidariedade (ex.: interjeições, recursos lexicais que sinalizam afiliação a grupos, gírias, linguagem técnica, etc.).

A Teoria da Valoração (*Appraisal*), construída por pesquisadores da Escola de Sydney, tem sua afiliação teórica, segundo Martin e White (2005), no construcionismo social de Harré (1998)<sup>23</sup> e nas perspectivas transculturais da avaliação (LUTZ e WHITE, 1986); LUTZ E ABU-LUGHOD, 1990<sup>24</sup>). A partir dessas teorias, vários pesquisadores da linguagem, além de Martin (1999, 2003) e Martin e White (2005), têm se envolvido com o estudo das manifestações lingüísticas das emoções humanas (OCHS e SCHIEFFLEN, 1989; HAVILAND, 1989; BESNIER, 1989) e com a valoração – *Appraisal* – (BIBER e FINEGAN, 1989; SARANGI, 2003; PAINTER, 2003; PAGE, 2003; PRECHT, 2003; MACKEN-HORARIK e MARTIN, 2003).

Valorar através da linguagem, para Martin e White (2005 e [www.grammatics.com/appraisal](http://www.grammatics.com/appraisal)) cumpre três funções principais:

- demonstrar o posicionamento atitudinal do autor/falante frente a comportamentos e eventos/coisas concretas, através do elogio ou da censura;
- expor, através da aceitação do posicionamento de outrem ou mesmo da contraposição a ele (procedimentos de ordem intertextual), seu próprio posicionamento, ou mesmo manter-se neutro;

---

<sup>23</sup> Rom Harré, representante da Psicologia Discursiva, ramo da Psicologia Social, publicou a obra *The singular self: an introduction to the psychology of personhood* (1998), demarcando sua afiliação ao construcionismo social.

<sup>24</sup> Catherine Lutz é antropóloga. Juntamente com Abu-Lughod, organizou uma coletânea de concepção euro-americana (*Language and the politics of emotions*, 1990) sobre as emoções (etnopsicologia) em que a oposição-chave se realiza entre emoção e pensamento.

- explicitar os recursos dialógicos utilizados para estabelecer as relações interpessoais entre autor e leitor, através da antecipação ou da resposta a indagações do leitor/ouvinte.

Como recurso para construir sentidos interpessoais, a valoração abrange três domínios: Atitude, Engajamento e Gradação, que se realizam através de elementos lexicogramaticais, explicitados no Quadro 2.3. Não consideraremos, neste trabalho, a Gradação como um sistema independente dentro da Teoria da Valoração. Para nós, a Gradação é um processo subordinado aos outros dois, intensificando tanto as Atitudes como o Engajamento.

O posicionamento atitudinal faz referência à avaliação positiva ( + ) ou negativa ( - ) acerca de pessoas, lugares, acontecimentos, estados de coisas, etc. A Atitude compreende três subtipos: posicionamento afetivo, posicionamento ético e posicionamento estético, denominados, respectivamente, de Afeto, Julgamento e Apreciação.

Semântica do discurso	Lexicogramática
<b>Valoração</b> - Atitude - Afeto - Julgamento - Apreciação - Engajamento - Gradação	léxico avaliativo verbos modais adjuntos modais polaridade intensificação repetição modo etc.

Fonte: Martin e White, 2005 (adaptado)

### Quadro 2.3: Recursos lexicogramaticais de valoração

Lingüisticamente, o Afeto, que se refere a disposições emocionais positivas e negativas, pode ser indicado por verbos de emoção (processos mentais: “gostar, odiar, desanimar”), advérbios (especialmente de modo: “infelizmente, amavelmente”), adjetivos (“aborrecido, alegre, satisfeito”) e nominalizações (“satisfação, tristeza, serenidade”). A Gradação é inerente ao vocabulário atitudinal, como exemplifica “gostar, amar, adorar, venerar”. Além disso, o Afeto pode partir do autor (primeira pessoa) ou não (segunda e terceira pessoas). São exemplos:

“É triste ver um brasileiro que já teve importância chegar ao seu ocaso político de forma tão melancólica.” (10.DR/LT.63)

“Mas o que este leitor registra com satisfação ...” (125.LW.104)

Já o Julgamento é uma avaliação atitudinal em que o autor se manifesta positiva ou negativamente quanto a comportamentos humanos ou a um conjunto de normas sociais. Julgar envolve, então, posicionamentos como “elogiar” ou “criticar” atos, crenças e valores. Concorrem, nessa perspectiva, sistemas psicológicos e sociais como capacidade e incapacidade, moralidade e imoralidade, legalidade e ilegalidade, polidez e impolidez, entre outros, como atestam os exemplos a seguir:

“O Presidente da República é burro.” (18.AP.25)

“... a iminência de ele mesmo virar churrasco em plena intimidade do expediente não fará de nenhum jornalista um reles chapa-branca.”

(122.JP.95)

“A reação à crise revelou o viés autoritário do governo.” (115.CRO.68)

A Apreciação, por sua vez, difere do Julgamento na medida em que constitui uma avaliação positiva ou negativa de objetos, seres, processos ou fenômenos naturais. É a avaliação estética de objetos e artefatos relativos a obras de arte, indústria, construções arquitetônicas, livros, instrumentos científicos e de uso cotidiano, bem como dos fenômenos naturais. Também os seres humanos podem ser apreciados sob o ponto de vista estético (bonito/feio).

A Apreciação diz respeito à reação de alguém diante do objeto/fenômeno (“impressionante, trivial”), à composição em termos de equilíbrio (“harmonioso, desorganizado”) e complexidade (“detalhado, confuso”) e ao valor (“autêntico, falso”). Os excertos que seguem constituem apreciações relativas a textos e pessoas:

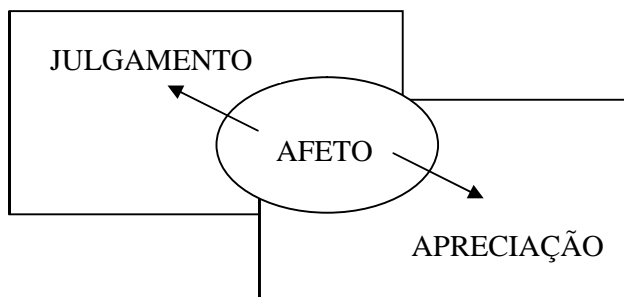
“A reportagem fajuta já gerou uma série de piadas.” (17.AGO.18)

“Mas Brizola já chamou Lula de ‘sapo barbudo’ e certamente não faria a essa altura nenhum elogio ao presidente.” (19.CL.47)

“Mas há uma grande diferença: a qualidade do texto. Excelente, no

brasileiro; sofrível, no americano.” (116.DS.71)

Dentre as três regiões semânticas, o Afeto ocupa lugar especial, uma vez que tanto Julgamentos quanto Apreciações deixam-se perpassar de emoção. A Figura 2.4 explicita o exposto.



Fonte: Martin e White, 2005 (adaptado)

**Figura 2.4: Atitude e recursos de valoração**

Tanto Afeto, Julgamento quanto Apreciação estão ligados a sentimentos. A diferença é a seguinte: no Afeto, os sentimentos constituem reações eventuais e personalizadas das pessoas a determinados estímulos. Julgamento e Apreciação expressam sentimentos de certa forma institucionalizados. No Julgamento, os sentimentos dirigem-se à forma de comportamento; na Apreciação, os sentimentos referem-se às propriedades objetivas do fenômeno avaliado em si mesmo (WHITE, 2004, p. 183). Os exemplos anteriormente apresentados confirmam essa distinção.

Nem sempre o posicionamento atitudinal corresponde à presença clara de elementos lexicais no estrato fono/grafológico. Muitas vezes esta presença ocorre de modo indireto e subjaz ao texto. Martin e White argumentam: “O ponto geral aqui é que a seleção de sentidos ideacionais é suficiente para implicar a valoração, mesmo na ausência do léxico atitudinal que mostra claramente como sentir” (2005, p. 62). Os mesmos autores discutem também a presença de elementos subjetivos na análise ideacional.

É o que ocorre com o primeiro dos exemplos a seguir, em que indiretamente o jornalista Cláudio Humberto critica os participantes do governo Lula por se “invocarem” (cismarem, intrigarem) com o governo norte-americano. No Brasil, é muito comum a expressão “invocado” para pessoas que ficam irritadas com outras,

especialmente quando bêbadas. No segundo exemplo, a expressão “parir um rato” significa “ter como resultado algo falso”.

Direito autoral

“A Associação Internacional dos Jericos Invocados (AJI) vai processar o Governo Lula por apropriação indébita de idéias.” (34.CH.53)

“Pois, no caso, a montanha de credibilidade acumulada pelo “NYT” pariu um rato.” (40.MCL.111)

Ao analisar a valoração implícita, variáveis de contexto devem ser levadas em conta do mesmo modo como se deve considerar que tipo de leitura o leitor faz: complacente, resistente ou tática. Leitura tática, segundo Martin e White (2005), é a leitura tipicamente parcial e interessada, que organiza um texto para propósitos sociais diferentes daqueles que ele naturaliza. A leitura de resistência opõe-se à leitura naturalizada pela co-seleção dos sentidos em um texto, enquanto a leitura complacente reforça tais sentidos. Os autores sugerem que um texto naturaliza uma posição de leitura quando a valoração refere-se ao que será regularmente diretivo nos tipos de atitude que ele deseja que os leitores compartilhem.

Outros mecanismos podem indicar valoração implícita, como construir alguma ação ou evento como contrário ao esperado, fazer uso de imprecações, palavrões, expletivos, eufemismos, interjeições, alinhamento à voz de alguma personagem de uma narração, expressão de sentimentos gramaticalmente negados (“infeliz, inseguro”), nomes pejorativos. Apontamos como exemplos:

“F\*\*\*\* a Constituição!” (34.CH.53)

“-Já escolheram o novo correspondente do New York Times no Brasil.

- Quem é?

- Um tal de Johnnie Walker...” (47.RB.131)

“Fim de papo (hic!)

O “núcleo duro” do governo já estava sendo chamado de “núcleo líquido...” (89.CH.56)

“Vira, vira, vira

É maldade afirmar que o novo avião de US\$ 56 milhões do presidente

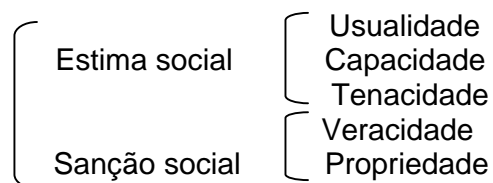
Lula fica estacionado no aeroporto de Viracopos.” (98.CH.57)

Como o foco principal do trabalho é o Julgamento, a ele daremos um lugar de destaque nesta seção, pois as diferenças básicas já foram comentadas.

### 2.3.1 Julgamento

O segundo subsistema da Atitude – Julgamento – refere-se à avaliação social do comportamento dos indivíduos sob a perspectiva do falante/escritor. No modelo de Martin e White (2005), o Julgamento diz respeito à estima social e à sanção social. A estima social explicita-se através de valores como usualidade, capacidade e tenacidade. Já a sanção social explicita-se através de valores como veracidade e propriedade.

O subdomínio Julgamento está esquematizado na Figura 2.5:



Fonte: Martin e White (2005)

**Figura 2.5 – Categorias de Julgamento**

A estima social é controlada pela cultura oral, através de conversas, fofocas, jogos e histórias de vários tipos, geralmente com o humor a desempenhar um papel importante. Tais valores são importantes para a formação das redes sociais (família, amigos, colegas, etc.). A usualidade refere-se à originalidade do comportamento de alguém (“Quão especial tal comportamento é?”); a capacidade, às habilidades particulares de alguém (“Quão capaz essa pessoa é?”) e a tenacidade diz respeito à autonomia e persistência do ator social (“Quão resoluto X é?”).

O Quadro 2.4 organiza as possibilidades de Julgamento através da estima social. Martin e White (2005), nessa fase de sua pesquisa, apresentaram apenas realizações lingüísticas em forma de adjetivos para expressar avaliações positivas ligadas à usualidade, capacidade e tenacidade.

<b>ESTIMA SOCIAL</b>	<b>POSITIVA</b>	<b>NEGATIVA</b>
<b>usualidade</b> 'quão especial?'	sortudo, afortunado, encantado...	azarado, infeliz, 'sem graça'...
	normal, natural, familiar...	esquisito, excêntrico...
	tranquilo, estável, predizível...	errante, imprevisto ...
	'in', 'na moda', 'de vanguarda'...	antiquado, retrógrado...
	'famoso'	obscuro, 'sem classificação'...
<b>capacidade</b> 'quão capaz?'	poderoso, vigoroso, robusto...	débil, fraco, queixoso...
	sadio, saudável, capaz...	adoentado, doente, mutilado...
	adulto, maduro, experiente...	imaturo, infantil...
	gracioso, humorístico, cômico...	triste, melancólico, sombrio...
	criterioso, inteligente, talentoso...	atrasado, estúpido, grosso...
	equilibrado, ajuizado ...	neurótico, insano...
	experiente, inteligente...;	ingênuo, inexperiente, insensato...
	letrado, educado, instruído...	mal-educado, ignorante...
	competente, talentoso...	incompetente, sem cultura...
bem-sucedido, produtivo...	mal-sucedido, improdutivo...	
<b>tenacidade</b> 'quão dependente?'	corajoso, bravo, heróico...	tímido, covarde, medroso...
	cauteloso, cuidadoso, paciente...	imprudente, impetuoso...
	cuidadoso, perfeito, meticuloso...	precipitado, indiferente...
	incansável, perseverante...	fraco, distraído...
	confiante, dependente...	inseguro, independente...
	leal, fiel, constante...	desleal, inconstante...
	flexível, adaptável, acomodável...	teimoso, determinado...

Fonte: Martin e White, 2005, p. 53

#### Quadro 2.4 - Estima social

Em exemplos do *corpus* podemos verificar tais formas de avaliação em contextos de uso:

“A decisão do governo foi tomada de forma refletida e ponderada.”  
(29.AS.24)

“Uma trapalhada totalmente desnecessária prejudicou enormemente a imagem do governo...” (100.MR.110)

“No Festival de Besteiras que Assolou o País após a reportagem do New York Times, ...” (110.CB.45)

“E o futuro pode ainda reservar sérios constrangimentos para o atarantado Lula da Silva;...”(134.AS.33)



Podemos verificar que, no segundo exemplo, o próprio substantivo “trapalhada” já é avaliativo, pois contém em si mesmo um julgamento negativo de estima social relacionado à capacidade de ação do governo. No terceiro exemplo, um substantivo acompanhado de locução com núcleo substantivo (“de besteira”) e oração adjetiva encaixada (“que assolou o país”) também expressa um julgamento negativo da capacidade de gerir crises. Dessa forma, o Quadro, com os numerosos adjetivos, serve apenas para orientar a aplicação dos índices de valoração. Os julgamentos não são feitos apenas por meio de adjetivos.

A sanção social é mais codificada pela escrita, manifestada através de editais, decretos, regras, regulamentos e leis sobre como se comportar segundo o controle da Igreja e do Estado, ou seja, os valores da observância religiosa e os do dever civil. Diz respeito à veracidade (“Quão honesto X é?”) e à propriedade (“Quão ético X é?”).

O que foi observado em relação ao quadro da estima social também se aplica ao quadro da sanção social (Quadro 2.5): os autores ofereceram como alternativas de avaliação apenas adjetivos para estabelecer julgamentos de valor relacionados à veracidade e à propriedade. Mas, em contextos concretos de uso, outras realizações lingüísticas são possíveis para julgar se as ações de um ator social são dignas de crédito. Cabe aos trabalhos com base na teoria expandir as possibilidades de expressar avaliações do ponto de vista da verdade e da ética. Novamente, os adjetivos servem apenas para responder às perguntas: “Quão honesto é o indivíduo? Seu comportamento é apropriado?”.

<b>SANÇÃO SOCIAL</b>	<b>POSITIVA</b>	<b>NEGATIVA</b>
<b>veracidade</b> [verdade] 'quão honesto?'	verdadeiro, honesto, confiável...	desonesto, enganoso, mentiroso...
	franco, sincero, direto...	enganoso, manipulativo, desviado...
	discreto, diplomático...	áspero, tagarela....
<b>propriedade</b> [ética] 'quão distante está da repressão?'	bom, moral, ético...	mau, imoral, diabólico...
	legal, íntegro, justo...	corrupto, desonesto, injusto...
	sensível, amável cuidadoso...	insensível, vil, cruel...
	altruísta, generoso, caridoso...	interesseiro, voraz, avarento...

Fonte: Martin e White, 2005, p. 53

**Quadro 2.5- Sanção social**

Alguns exemplos são aqui apresentados, com avaliações em forma de adjetivos e segmentos mais longos:

“É a mais pura verdade e há muito tempo circulam boatos, especialmente em Brasília, de que o presidente Lula anda exagerando na bebida ...”

(14.MP.113)

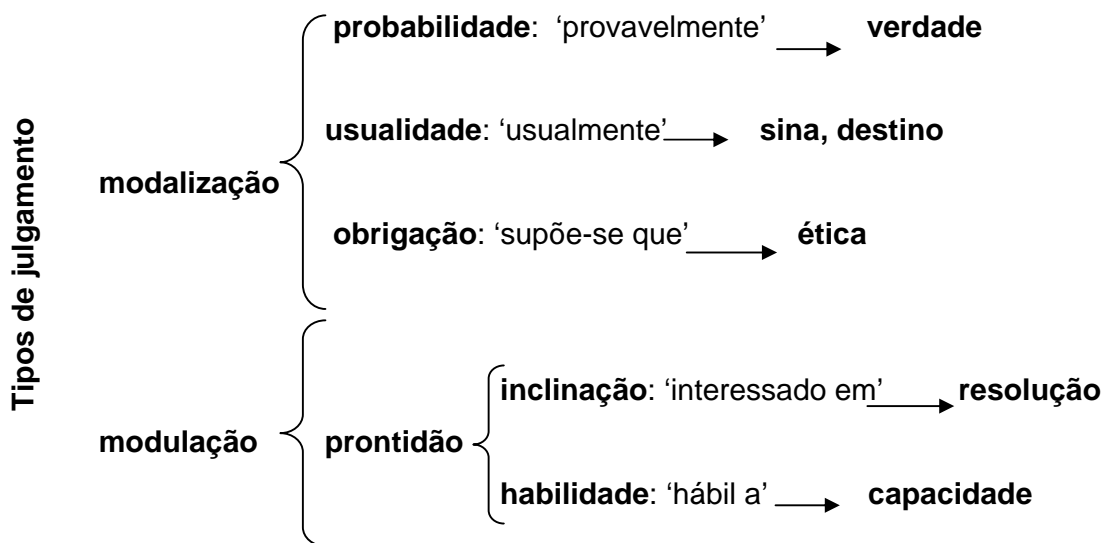
“O mais importante é que Lula reviu uma decisão equivocada.” (65.KA.97)

“... ao dizer à revista IstoÉ que este colunista foi “fonte”. É falso: o New York Times apenas citou a enquete do site ... (77.CH.55)

“Não há nada de errado em se perguntar uma coisa dessas. Errado seria não se perguntar...” (119.FB.80)

A Teoria da Valoração une-se à metafunção interpessoal de Halliday, fazendo uso também das metáforas interpessoais. Os tipos de julgamento podem realizar-se através de modalização (informações) ou de modulação (bens e serviços). A modalização trabalha com as opções de probabilidade e usualidade. Já a modulação realiza-se através da obrigação e da prontidão, especificada através de inclinação e habilidade.

A Figura 2.6 esquematiza a metafunção interpessoal de Halliday com as



Fonte: Martin e White, 2005

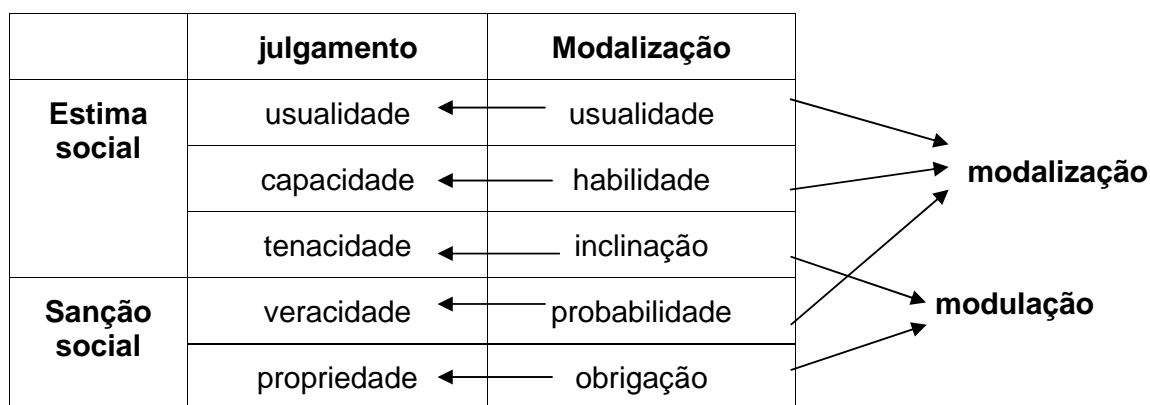
Figura 2.6 – Metafunção interpessoal de Halliday e elementos lexicogramaticais

realizações lexicogramaticais correspondentes, comparando-as com os conceitos discutidos na Teoria da Valoração. É possível verificar que os critérios de julgamento organizam-se no escopo da modalização e modulação.

Segundo Martin e White (2005), os recursos para a organização do julgamento refletem as distinções gramaticais do sistema de modalização. Os autores fazem a relação estabelecida na Figura 2.7.

Em proposições (solicitar ou receber informações), a probabilidade, a usualidade e a capacidade podem apresentar realizações lexicais congruente e metaforicamente. Assim, a modalização de probabilidade pode ser lexicalizada com julgamentos de veracidade (“Ele é cauteloso”; “Ele certamente é cauteloso”; “É verdade que ele é cauteloso”), a modalização de usualidade pode ser lexicalizada com julgamentos de usualidade (“Ele é cauteloso”; “Ele às vezes é cauteloso”; “É normal que ele seja cauteloso”) e a modalização de habilidade pode ser lexicalizada como julgamento de capacidade (“Ele pode governar”; “Ele está apto a governar”; “Ele é capaz de governar”).

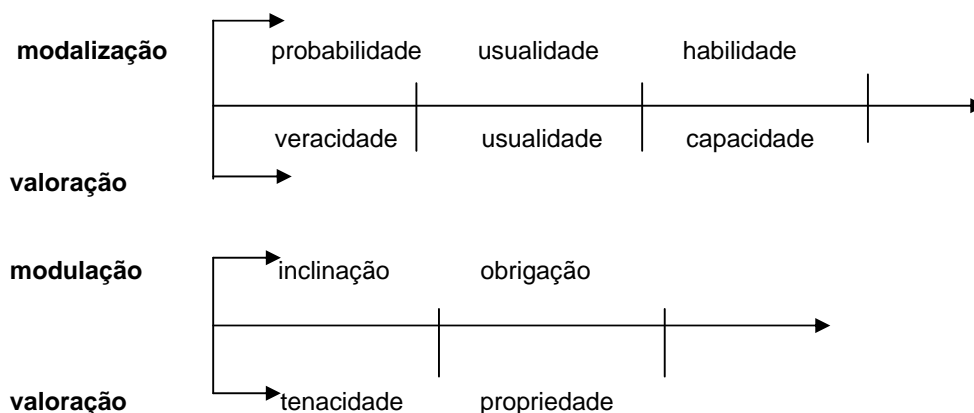
Já em relação a propostas (solicitar ou receber bens e serviços), as modulações de inclinação podem ser lexicalizadas através de itens de tenacidade (“Eu estou determinado a comparecer”; “Eu estou resolvido a comparecer”) e as modulações de obrigação podem ser lexicalizadas através de itens que expressem julgamento de propriedade (“Comparecerei por motivos éticos”, “O meu comparecimento é uma questão de justiça para com os envolvidos”).



Fontes: White, 2004; Martin e White, 2005

**Figura 2.7: Correspondência entre julgamento e modalização**

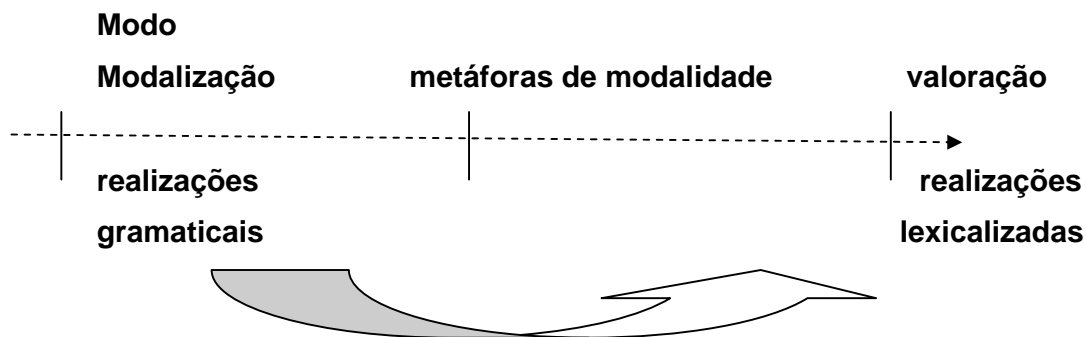
O trabalho de Halliday quanto a modo, modalidade e metáforas interpessoais dá condições para se fazer a ligação entre a gramática interpessoal e a Teoria da Valoração, o que Martin e White (2005) colocam em um *continuum*, com realizações gramaticais lexicalizadas (Figuras 2.8 e 2.9).



Fonte: Martin e White, 2005

**Figura 2.8 – Correspondência entre metafunção interpessoal e valoração**

Pela comparação entre os dois sistemas, é possível verificar como se dá o encaixe da Teoria da Valoração no interior da Gramática Sistemico-Funcional.



Fonte: Martin e White, 2005

**Figura 2.9: Continuum entre gramática e léxico**

Além das pesquisas já abordadas, vamos incluir um sistema de avaliação desenvolvido posteriormente, que busca acrescentar, agrupar ou subdividir conceitos trabalhados por Martin e White.

## 2.4 Outros recursos usados para avaliar

A pesquisa de Bednarek (2006) buscou caracterizar os valores sobre os quais incide a avaliação em notícias (*hardnews*: notícias sobre guerra, violência, crimes, etc.) em dez jornais da imprensa inglesa, cinco grandes (*broadsheets*) e cinco tablóides. Partindo dos estudos prévios realizados na área, a pesquisadora identificou nove parâmetros<sup>25</sup> sobre os quais incidem tais avaliações: COMPREENSIBILIDADE, EMOTIVIDADE, EXPECTATIVA, IMPORTÂNCIA, POSSIBILIDADE/NECESSIDADE, VERACIDADE, EVIDENCIALIDADE, DISPOSIÇÃO MENTAL e ESTILO<sup>26</sup>.

A partir da delimitação dos nove recursos, a autora subdividiu-os em centrais e periféricos. Os centrais dizem respeito a avaliações de entidades, situações ou proposições que envolvem escalas de avaliabilidade situadas entre dois pólos e permitem estágios intermediários entre eles; já os periféricos referem-se a avaliações “que ocorrem em pequenas áreas do texto, e podem ser relacionadas à avaliação de diferentes maneiras” (BEDNAREK, 2006, p. 53).

Os centrais, desse modo, permitem que os sentidos avaliativos sejam localizados em um *continuum* de intensidade ou força, de baixa para alta e vice-versa. “A intensidade é assim considerada não como um parâmetro de avaliação no modelo adotado aqui, mas antes um modulador de avaliação” (BEDNAREK, 2006, p. 44).

### 2.4.1 Parâmetros centrais

São seis os parâmetros centrais estabelecidos por Bednarek (2006): COMPREENSIBILIDADE, EMOTIVIDADE, EXPECTATIVA, IMPORTÂNCIA, POSSIBILIDADE/NECESSIDADE e VERACIDADE.

O parâmetro COMPREENSIBILIDADE diz respeito à avaliação dos escritores em termos de clareza quanto a entidades, situações ou proposições e abrange também os conceitos de vagueza e explicitude. Inclui também conceitos

---

<sup>25</sup> Bednarek, em *Evaluation in media discourse* (2006), denomina “parâmetros” aos recursos lingüísticos de avaliação. Nesta tese, manteremos a terminologia adotada pela autora apenas quando a informação se referir a seus trabalhos. Em nossa análise, optamos pelo termo “recursos”, uma vez que “parâmetros” é um termo marcado pela lingüística chomskyana.

<sup>26</sup> Bednarek (2006) grafa o nome dos recursos em letras maiúsculas.

como os de “clareza mental, inexplicabilidade e mistério” (BEDNAREK, 2006, p. 45). Pode realizar-se através de itens lexicogramaticais positivos, como “compreensível, claro” e negativos, como “misterioso, obscuro, inconsistente, sem explicações, incompreensível”, etc. Os excertos a seguir comprovam a ocorrência do parâmetro de COMPREENSIBILIDADE:

“... como bem diagnosticou nesse espaço a editora de Opinião, Dad Squarisi. Só isso justificaria atitudes intempestivas ou misteriosas de nosso presidente.” (149.GM.84)

“... cotoveladas ou fissuras entre o governo e imprensa agravados pela incompreensível dificuldade de trazer o grande comunicador que é Lula da Silva ...” (104.ADI.10)

A EMOTIVIDADE também pode ser apresentada nos pólos positivo e negativo, e diz respeito às avaliações do autor em relação a eventos como bons ou ruins. O escritor manifesta sua avaliação de emotividade com recursos como “polido, agradável, vigoroso, fanático, bem sucedido, perverso, perigoso, desgraçado” e outros. Bednarek (2006) aponta, neste parâmetro, a necessidade de se observar o fenômeno da gradação, em que a emotividade pode variar de uma escala de plena positividade para uma de plena negatividade, formando um *continuum*, como é o caso das diferenças semânticas entre os verbos “participar, ajudar e interferir”. É o caso de:

“... permitiu que lá fora os críticos equiparem a democracia brasileira às democracias de opereta desta triste América Latina.” (30.AM.28)

“...e do qual resultou a infeliz decisão de cassar o visto do jornalista Larry Rohter...” (57.AM.29)

O terceiro parâmetro – EXPECTATIVA – refere-se a avaliações do escritor em termos do que é esperado/inesperado e do que é comparado e contrastado. O (in)esperado realiza-se lexicogramaticalmente através de indicadores de contraposição (“estonteante, sem precedentes, imprevisto”), usualidade (“usualmente, comum, diferente, surpreendente”), familiaridade, estranheza (“estranho, bizarro, curioso, inusitado”). Também concorrem para a

(contra)expectativa articuladores de oposição como “mas, embora”, elementos de inclusão (“adicionalmente, a mais, também”) e noções de contraposição e comparação em geral. Isso pode ser observado nos exemplos a seguir:

“... o novo presidente tem um perfil "estranho", é um trabalhador, não freqüentou universidades ...” (6.ABR.26)

“Revelou ao mundo uma surpreendente inabilidade do governo para lidar com os instrumentos jurídicos disponíveis, de punição contra excessos semelhantes.” (51.SL.141)

A avaliação em termos de IMPORTÂNCIA diz respeito ao julgamento que o locutor faz em termos de significância e relevância das coisas do mundo. Inclui noções de status, como fama (“célebre, famoso, estrela”), autoridade e influência (“chefe, líder, poderoso, máximo”), significância (“fundamental, significativo”), importância (“importante, crucial, decisivo, chave”) e noções relacionadas (“exclusivo, emergencial, premente”). Também aqui é possível perceber a escala que se cria entre o menos e o mais importante (“comum, mediano, famoso”).

O parâmetro de IMPORTÂNCIA ocorreu em vários textos, dos quais selecionamos:

“Hábito de beber do líder brasileiro torna-se preocupação nacional”.  
(1.ABD.36)

“ ... garantindo um salvo-conduto ao agora famoso jornalista Larry Rohter, melhorou um pouco a imagem do Brasil lá fora ...” (81.MCH.112)

“... a reportagem de Rohter era chifrim ...” (81.MCH.112)

POSSIBILIDADE/NECESSIDADE é o quinto parâmetro observado por Bednarek (2006) e se refere ao que normalmente se denomina modalidade deôntica ou dinâmica – se, na avaliação do autor, o evento ou a entidade é (ou não) necessário, e é (ou não) possível. A autora reúne as duas modalidades no mesmo parâmetro, por entender que elas estão logicamente relacionadas e exemplifica: “Não é possível que você saia” é logicamente equivalente a “É necessário que você não saia/permaneça” (BEDNAREK, 2006, p. 50).





uma mentira, diga-se. Lula, como se sabe, não gostou da matéria e reagiu fora do tom...” (50.CL.49)

“Mas o governo não conseguiu demonstrar que a reportagem é “mentirosa”, do que a acusou para cancelar o visto de Rohter.” (80.LW.103)  
 “Ainda que verdadeiro, o jornal poderia ter tido a decência de lembrar (por meio da famosa "retranca", ou background information, como queiram)...” (129.MU.119)

#### 2.4.2 Parâmetros periféricos

A pesquisa de Bednarek (2006) estabeleceu, além dos seis recursos centrais, outros três, aos quais denominou periféricos: EVIDENCIALIDADE, DISPOSIÇÃO MENTAL e ESTILO.

A EVIDENCIALIDADE, em que a fonte do dizer não é o escritor, refere-se a avaliações que o locutor/autor faz em relação ao que é dito por outrem. Seis diferentes dimensões de EVIDENCIALIDADE foram estabelecidas: o ouvir-dizer, o pensar-dizer, a percepção, o conhecimento geral, a (falta de) prova e a não-especificação.

O ouvir-dizer diz respeito à fala de um terceiro, identificado como o falante que não é o escritor, ou seja, é o caso do emprego do discurso direto e indireto, quando um ente em específico consta como autor no discurso do escritor. Os verbos introdutórios do discurso constituem processos verbais (“dizer, declarar, falar”). Já o pensar-dizer, cujo agente é um Experienciador, introduz o discurso de um terceiro com verbos como “pensar, sentir, experienciar”.

São passagens em que os jornalistas utilizaram a EVIDENCIALIDADE no nosso *corpus*:

“Meu chefe Vinicius Torres Freire já disse quase tudo o que havia a dizer sobre o texto do jornal "The New York Times" ...” (8.CR.62)

“Os jornalistas beberiam algo? “É agora”, pensei. Ninguém agüentaria um terceiro tempo naquele ritmo.” (88.AN.41)

A percepção realiza-se através de verbos de processo mental, que podem ser distribuídos em três subgrupos: verbos de percepção mental (“parecer,

perceber”), de percepção sensorial (“ver, ouvir”) e de apresentação (“revelar, mostrar, denunciar”).

O conhecimento geral diz respeito a conteúdos proposicionais de regras e normas já estabelecidas na comunidade de prática (“Dizem”, “Todos sabem”, “É de conhecimento geral”), enquanto a (falta de) prova estabelece-se como um forte argumento de natureza concreta (“provar que”). A não-especificação, em virtude da dificuldade em identificá-la, expressa-se através de evidencializadores como “deduz-se que”, “significa que”). Observemos os excertos:

“Se a idéia de sua expulsão foi mesmo, como dizem, do porta-voz presidencial, sem dúvida o colega norte-americano fica a dever-lhe essa aleluia.” (81.MCH.112)

“Todos os brasileiros sabem que essa não é uma preocupação do povo.” (109.BS.43)

A evidencialidade tem a ver não com escalas de positividade e negatividade, mas sim com a fonte da informação. Tais fontes dão caráter de veracidade às declarações do escritor, que se apóia em outrem para sustentar sua própria opinião, seja ela a favor ou contra.

O segundo parâmetro periférico é denominado por Bednarek (2006) DISPOSIÇÃO MENTAL. Faz referência à avaliação do escritor quanto à disposição mental de outro ator social, e expressa valores relativos a crenças (“respeito, verdade, seriedade”), emoções (“cuidado, zelo, confusão”), expectativas, conhecimentos, desejos, intenções, etc. A autora justifica esse parâmetro como periférico, porque se situa mais no âmbito interpretativo e descritivo que avaliativo, na medida em que “eu amo política” (avaliação autoral) descreve a emotividade do escritor e tem conotações diferentes de “ele ama política”, em que é, além de informada, avaliada a emotividade de um terceiro. Exemplos:

“Governo em polvorosa. Aconteceu tudo muito rápido.” (109.BS.43)

“Uma injustiça com “The New York Times”.” (13.JF.92)

O último parâmetro, o ESTILO, faz referência à avaliação que o autor faz em relação à linguagem que é usada. O ESTILO codifica lingüisticamente como a

informação é apresentada ou avalia o tipo de linguagem que é usada. São recursos lexicogramaticais como verbos, substantivos, adjetivos e advérbios distribuídos em cinco categorias: neutro (“dizer, falar, contar, de acordo com”), ilocucionário (“acusar, declarar, defender, insistir, oferecer, ordenar, persuadir, questionar, solicitar, acentuar, sugerir, ameaçar”), declarativo (“absolver, contestar, culpar, esclarecer, diagnosticar, sentenciar, interromper, ordenar”), sinalizador discursivo (“acrescentar, concluir, prosseguir, replicar”) e paralingüístico (“cochichar, guinchar, murmurar, aclamar, soluçar”). Para essa classificação, Bednarek (2006) baseia-se no trabalho de Caldas-Coulthard (1994). Seleccionamos os seguintes exemplos:

“...Roberto Abdenur, e deixou explícito que de nada tinha a se desculpar ou a retratar.” (125.LW.104)

“Ditas à boca miúda, sob o conforto do anonimato, as insinuações foram ato de pura covardia e inveja.” (9.CRO.67)

“Vejam isto!”, berrou Jânio.” (88.AN.41)

“A velha e batida questão ética...”, bocejou um crítico.” (119.FB.80)

Os conceitos desenvolvidos por Bednarek (2006) admitem a possibilidade de os recursos se mesclarem, durante a investigação mais apurada de um *corpus*. Sua pesquisa revelou que tanto os centrais quanto os periféricos podem coexistir em uma só porção de linguagem, como é o caso de evidencialidade/estilo, veracidade/estilo, evidencialidade/disposição mental, evidencialidade/estilo/veracidade, veracidade/disposição mental/emotividade. Alguns exemplos são:

“Lula escapou pela direita com a agilidade de um Garrincha: "Esse é um problema superado", gingou bonito.” (88.AN.41)

"Este país tem leis, e aqui as leis são cumpridas", bravateou.” (150.AN.42)

“Sempre que pôde alfinetou duramente Lula – "sapo barbudo" é um bom exemplo – em várias ocasiões.” (111.CP.46)

Neste capítulo, abordamos dois eixos importantes para o decorrer do trabalho: a metafunção interpessoal, um construto da Gramática Sistemico-Funcional, e a valoração, como elemento da Semântica do Discurso. Enfocamos

nossa atenção nos pressupostos de Martin e White (2005), quanto ao subdomínio “Julgamento”, e nas pesquisas realizadas por Bednarek (2006).

No capítulo seguinte, daremos atenção a outros aspectos da Teoria da Valoração que vão sustentar o “julgamento do Presidente”: o Engajamento e os posicionamentos expressos nas vozes dos jornalistas. Esclarecemos que o termo vozes, para Martin e White, tem um sentido restrito, a ser explicitado no decorrer do trabalho, de vozes de *repórter*, *correspondente* e *comentarista*.

## **CAPÍTULO III - VOZES AUTORAIS E ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO**

Completado o ciclo das perspectivas teóricas que embasam nossa tese – o discurso jornalístico, a Gramática Sistemico-Funcional e as teorias de valoração -, no terceiro capítulo fazemos algumas considerações sobre Engajamento, heteroglossia e investigamos os modos de citação das falas externas, especialmente aqueles que dizem respeito aos discursos direto e indireto.

Na medida em que queremos investigar os modos como o discurso alheio figura nos artigos de opinião selecionados, também queremos fazer a conexão com a Semântica do Discurso, em busca do “valor apreciativo” (Bakhtin, [1929] 1999) autoral que está explícita ou implicitamente colocado nos textos dos jornalistas. Este capítulo complementa os anteriores, pois a opinião e a valoração circulam através dos elementos lingüísticos postos nos enunciados. Como o jornalista tem o papel social de formador de opinião, seus posicionamentos serão de grande influência no grupo.

Apresentamos, a seguir, a concepção bakhtiniana de heteroglossia que fundamentou o conceito de Engajamento, de Martin e White (2005) e, por extensão, o de ESTILO, de Bednarek (2006).

### **3.1 Ponto de partida: a concepção de *heteroglossia***

A enunciação, para Bakhtin (1999), é de natureza sociológica e faz parte de uma cadeia verbal, onde cada enunciado é apenas um elo do fenômeno de todas as interações verbais de um determinado grupo localizado histórica e socialmente. “Toda situação inscrita duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira e conseqüentemente um certo repertório de pequenas fórmulas correntes” (BAKHTIN, 1999, p. 126). Para o autor, o diálogo é, em sentido amplo, “toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN, 1999, p. 123), e o livro é considerado um ato de fala impresso.

Todas as enunciações partem de um tema, que se apresenta como “a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação” (BAKHTIN, 1999, p. 128). O tema é determinado não só pelas formas lingüísticas, mas também pelos elementos não-verbais da situação concreta em que a enunciação se realiza. A enunciação sempre contém uma orientação apreciativa, que é responsável pela criatividade nas mudanças de significação. “A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN, 1999, p. 135).

A heteroglossia é definida por Bakhtin (1981, p. 428) como “a condição básica que governa a operação de sentido em qualquer uso da linguagem. É o que concede a primazia do contexto sobre o texto”. A qualquer tempo, em qualquer lugar, sempre há um conjunto de condições (sociais, históricas, espaciais, temporais, fisiológicas) que assegurarão que uma palavra empregada naquele lugar e naquele tempo terá um sentido diferente do que poderia ter sob outras condições.

Através da heteroglossia, o discurso autoral (o discurso do jornalista, no nosso caso), e o discurso das personagens (das fontes externas, no nosso caso) são unidades que podem entrar na composição de um romance, por exemplo, de modo a permitir uma multiplicidade de vozes sociais e uma grande variedade de ligações e inter-relações mais ou menos dialogizadas, através de diferentes linguagens e de tipos de elocução.

Todos os usos são heteroglóssicos na medida em que eles funcionam como uma matriz de forças praticamente impossíveis de recuperar e conseqüentemente impossíveis de resolver. A heteroglossia é uma conceitualização tão hermética quanto possível daquele lugar em que as forças centrípetas e centrífugas colidem; como tal, é o que uma lingüística sistemática deve sempre supor (BAKHTIN, 1981, p. 428).

Bakhtin afirmava a necessidade de estudo das práticas prosaicas (não apenas as clássicas) em diferentes discursos, dando-lhes a característica de pluralidade. “Este é o núcleo conceitual a partir do qual as formulações sobre os gêneros (...) [criam] um lugar para manifestações discursivas da heteroglossia, isto é, das diversas codificações não restritas à palavra” (MACHADO, 2005, p. 152). Graças à abertura conceitual de Bakhtin, é possível considerar as enunciações em um amplo campo da comunicação mediada, seja aquela processada pelos meios de

comunicação de massas ou das modernas mídias digitais, embora não mencionadas por Bakhtin, mas de grande convergência em relação a suas formulações.

Na verdade, o estudo (do romance) interessou a Bakhtin porque nele acontece a representação da voz comum dos que falam, discutem idéias, procuram posicionar-se no mundo. “Mais do que reverter o quadro tipológico das criações estéticas, o dialogismo, ao valorizar o estudo dos gêneros, descobriu um excelente recurso para “radiografar” o hibridismo, a heteroglossia e a pluralidade dos signos da cultura” (MACHADO, 2005, p. 153).

Os gêneros prosaicos, justamente por surgirem nessa esfera da linguagem, constituem, para Bakhtin, “contaminações de formas plurilingüísticas: paródia, estilização, linguagem carnalizada, heteroglossia – eis as características fundamentais a partir das quais os gêneros prosaicos se organizam” (MACHADO, 2005, p. 155). Enunciações da vida pública, institucional, artística, científica e filosófica, do ponto de vista do dialogismo, permeiam a esfera prosaica das enunciações e concorrem para a construção de um quadro dialógico por excelência.

Para Bakhtin, uma linguagem é sempre uma imagem criada pelo ponto de vista de outra linguagem. É por esse viés que se pode falar em heteroglossia e, conseqüentemente, em dialogia de linguagens. O discurso alheio, ao integrar a cadeia discursiva, é reprocessado, provocando deslocamentos, mas não pode ser ignorado como discurso do outro, “tal como a bivocalidade da palavra alheia incorporada” (MACHADO, 2005, p. 162). O discurso alheio passa a ter, assim, uma dupla expressividade – a alheia e a do enunciado.

Martin e White (2005) baseiam o Engajamento, um dos três domínios da Teoria da Valoração, nos conceitos bakhtinianos de dialogia e heteroglossia, pelos quais toda a comunicação verbal é dialógica na medida em que falar ou escrever sempre é feito para revelar a influência de outrem, referir-se a ele, ou indicar de alguma maneira o que foi dito ou escrito anteriormente. Além disso, a comunicação verbal antecipa simultaneamente as respostas dos atuais, potenciais ou imaginados leitores.

### **3.2 Engajamento**

Toda interação verbal, oral ou escrita, faz referência, mesmo que implicitamente, ao que foi dito ou escrito anteriormente e, ao mesmo tempo, pode

antecipar respostas dos ouvintes/leitores reais, potenciais ou imaginados. Na lingüística, tal tema tem sido tratado a partir do conceito de dialogismo de Bakhtin (1999). Fairclough (2003, p. 47), por sua vez, levanta questionamentos como “que textos e vozes são incluídos, quais são excluídos”. Interessa também verificar se o que está sendo reportado é ou não diferente da fala original.

Para Martin e White (2005), o ato de escolher citar palavras de outrem já manifesta avaliação por parte do autor, tanto pelo tipo de citação que escolheu quanto pelo modo como faz a referência no texto, o que também funciona como um indício da relevância de tais falas para os propósitos comunicativos em questão. Como consequência, ao tomar uma posição a respeito de determinado tema, o falante/escritor estabelece uma comunidade socialmente significativa de crenças e valores partilhados.

O posicionamento intersubjetivo autor/leitor pode variar através de recursos estabelecidos por Martin e White (2005): ele pode ser neutro, monoglóssico ou heteroglóssico (este último retomando Bakhtin, [1975]1981). A proposição é freqüentemente denominada neutra, objetiva ou mesmo factual. A proposição monoglóssica não referencia abertamente outras vozes ou não reconhece posições alternativas, enquanto o posicionamento heteroglóssico reconhece que toda comunicação é diversificada, e o espaço dialógico é preenchido por outras e variadas vozes.

As causas do emprego da posição neutra, mono ou heteroglóssica dependem dos objetivos comunicativos a serem pretendidos pelo texto como um todo (argumentar, explicar, narrar, etc.), do papel da proposição em relação aos objetivos comunicativos e da natureza da proposição (por exemplo, o grau com que privilegia o sentido avaliativo em relação ao sentido ideacional).

Ao trabalharem com a questão do posicionamento intersubjetivo, Martin e White (2005) apontam o Engajamento como uma categoria que se refere aos modos pelos quais os recursos lingüísticos como projeção, modalidade, polaridade, evidencialidade, intensificação, atribuição, concessão e adverbiais de comentário colocam o falante/escritor com respeito à posição de valor utilizada e à resposta potencial para tal posição (discurso direto, discurso indireto, possibilidade, afirmação, etc.).

O exame das ocorrências de Engajamento oferece condições para se verificar se falantes/escritores apresentam-se como simpatizantes, contrários,



indecisos ou neutros com respeito aos outros falantes e suas posições de valor. Ao mesmo tempo, a perspectiva dialogística conduz à compreensão do aspecto antecipatório do texto, ou seja, para os sinais que falantes/escritores emitem a seus leitores/ouvintes na expectativa de resposta e de posições de valor. Tais posições de valor podem buscar ou um leitor assíduo ou opositivo, ou mesmo alguém questionador, resistente ou rejeitado.

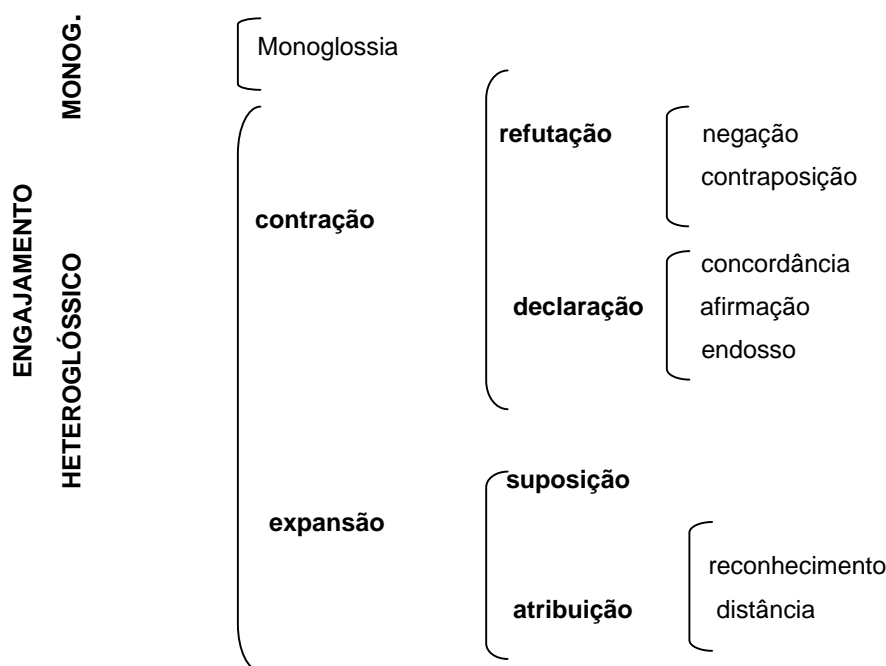
O aparato teórico que Martin e White (2005) fornecem refere-se a posicionamentos intersubjetivos que modelam os efeitos-chave do dialogismo associados a esses sentidos. Os autores apontam posições intersubjetivas de alinhamento ou de desalinhamento (aceitação ou discordância) em relação à avaliação atitudinal, a crenças e suposições sobre a natureza do mundo, sua história ou como ela deveria ser. As declarações são dirigidas dialogicamente à aceitação (alinhamento) do receptor em uma comunidade de valores e crenças estabelecidos. Objetivam a negociação com o suposto receptor, envolvendo-o e fazendo engajar-se ou não aos valores do escritor/falante.

O Engajamento envolve, para os autores, um cenário mono e heteroglóssico de contextos priorizados, pontos de vista alternativos e respostas antecipadas. A taxonomia dos sentidos de Engajamento heteroglóssico pode ser sumarizada na Figura 2.11. Como podemos observar, quando organiza a figura dos sentidos de Engajamento, Martin e White “esquecem” o que se refere à monoglossia, colocando, em sua figura original (2005, p. 104), reticências.

Na Teoria da Valoração, o posicionamento intertextual pode realizar-se em movimento de contração ou da expansão dialógica em relação às palavras de outrem. Através da contração, o autor coloca-se como alguém que não abre perspectivas de diálogo com seus leitores, na medida em que se posiciona firmemente contra os dizeres relatados ou a eles adere. Ao contrário, quando acontece a expansão, o autor se inscreve como aquele que dá aos leitores possibilidades de discussão acerca das palavras de outrem.

### 3.2.1 Contração dialógica

Ao usar a estratégia de *contração dialógica*, o falante/escritor fecha o espaço dialógico para posicionamentos alternativos e pode fazer uso de recursos lexicogramaticais de refutação e de declaração. A refutação é uma formulação



Fonte: White, 2003; Martin e White, 2005, p. 104

**Figura 2.11 - Taxonomia dos sentidos de Engajamento**

através da qual uma posição alternativa é invocada, de modo a ser diretamente rejeitada; pode realizar-se através de negação ou de contraposição.

A negação é um recurso para introduzir uma posição alternativa no diálogo para, conhecendo-a, poder rejeitá-la. É um mecanismo variável com respeito ao alinhamento e à posição do leitor suposto. Em alguns textos de comunicação de massa, a negação é dirigida para além da relação autor-leitor, como se o escritor indicasse a uma terceira pessoa um desalinhamento. Assim fazendo, o autor alinha o leitor a uma posição contrária à visão dessa outra pessoa. Citamos como exemplos:

“Mas as citadas pelo”NYT” não são boas referências, porque são extrema e reconhecidamente parciais.” (40.MCL.111)

“Também não serve para nada dizer que o governo não cometeu nenhuma ilegalidade e que apenas utilizou seu direito de conceder ou negar vistos.” (97.CS.44)

A contraposição é a formulação que representa a proposição em um caminho como recolocável ou suplantável a outra proposição que seria esperada em seu lugar. São recursos lexicogramaticais da contraposição as adversativas (“mas, porém, contudo”), as concessivas (“embora, conquanto, ainda que”), os adjuntos de comentário (“surpreendentemente, inesperadamente”), além de outros adjuntos (“mesmo, somente, só, ainda”). As contraposições, similarmente às negações, projetam para o leitor crenças particulares e expectativas, ou seja, paradigmas particulares, como podemos observar nos excertos:

“Mas nosso Lula não acredita em bruxas. Pero que las hay, las hay...”  
(17.AGO.18)

“Com quem lhe é próximo, entretanto, comenta que não foi pai da idéia. Embora feche, fielmente, com as motivações que levaram o presidente Lula a adotá-la.” (83.RB.132)

“... em que o governo se meteu ao dar caráter de grave questão de Estado ao que era uma bobagem, lamentável, mas bobagem.” (61.CR.64)

Ao declarar, o falante/escritor pode concordar, afirmar ou endossar. Declarar também corresponde a formulações que envolvem a ênfase autoral ou as intervenções autorais explícitas ou interpolações: “eu dirirjo, os fatos são que, a verdade é que, podemos somente concluir que, você deve concordar que”; também ocorre com intensificadores (“realmente, sem dúvida”) e acentuação prosódica ou gráfica no discurso (“o fato É que”).

Para concordar, faz uso de itens lexicogramaticais como “naturalmente, é óbvio, obviamente, com certeza”, ou com expressões como “sustento que, a verdade é que, não há dúvidas de que, X demonstra/mostra Y”. São exemplos:

“Lula proclamou: “O Brasil está cada vez mais respeitado em todo o mundo”. Lógico que o “povo” pode adorar... (64.IG.88)

“A decisão final da Justiça será acolhida, é claro, como disse o ministro Gushiken aos correspondentes estrangeiros.” (69.TC.146)

“Esta outra fonte fala num tom que não deixa dúvida sobre a obstinação de Lula:...” (69.TC.146)

“Parte dele foi posta na web no dia 13 de janeiro passado, como se pode comprovar em (<http://conjur.uol.com.br/textos/23905>).” (114.CT.31)

Afirmar constitui uma intervenção aberta no texto pela voz autoral. Acontece pela interpolação que insiste sobre o valor ou a desejabilidade da proposição. Também pressupõe a presença de uma pressão contrária (de dúvida) à voz autoral. Assim, o custo interpessoal para quem se opuser é maior e o espaço dialógico é reduzido. As instâncias de afirmação são dirigidas contra a posição contrária do outro e, por isso, são dialógicas e contrastivas.

As conseqüências das relações autor-escritor com o uso de afirmações dizem respeito à posição de valor vista como se fosse do leitor ou de uma terceira pessoa. No primeiro caso, a afirmação confronta-se com a opinião do leitor e há ameaça à solidariedade; já no segundo, a afirmação confronta-se com a opinião de um terceiro, em que o texto constrói solidariedade entre autor-leitor. Esta estratégia é muito utilizada na retórica política e nos comentários jornalísticos.

As diversas realizações lexicogramaticais da afirmação são retórica, discursiva e semanticamente motivadas. Implicam dois eixos de variação: (a) o eixo subjetivo x objetivo e (b) o eixo explícito x implícito. No eixo subjetivo, o autor se anuncia (“eu, nós, eu creio”) e, no eixo objetivo, há obscurecimento, reserva ou impersonalização do autor (“é provável, provavelmente”).

No eixo explícito, a afirmação está codificada na oração principal/matriz (“eu acredito que, é provável que”) e, no eixo implícito, a afirmação é um elemento da oração (“ele provavelmente é, ele pode estar sendo”). Pode ocorrer também a posição subjetiva implícita, realizada de duas maneiras: (a) através da ênfase do auxiliar (“ele É considerado”) ou do uso de letras maiúsculas na escrita e de maior entonação na fala (“eu ERA teu amigo”). Esta última alternativa é muito comum, segundo Martin e White (2005), em manchetes de tablóides.

Exemplificamos com as seguintes passagens:

“Agora, é bastante provável que muitas das vozes que o defendiam passem a atacá-lo.” (37.HS.87)

“Mas para muitos, no governo, pareceria um gesto de fraqueza diante dos Estados Unidos. Certo é que, com recuo ou sem ele, o estrago está feito.”

(52.TC.145)

“... atributos indispensáveis ao exercício do jornalismo. Provavelmente os dois articulistas estão corretos.” (121.IL.90)

Endossar refere-se a formulações pelas quais as proposições originadas de fontes externas são construídas pela voz autoral como corretas, válidas, inegáveis ou, por outro lado, maximamente desejáveis. Realiza-se com processos verbais e formas nominalizadas equivalentes: “mostrar, provar, demonstrar, encontrar, apontar”. Ao citar um falante anterior, a voz autoral entra em relação dialógica de alinhamento com o falante.

O endosso difere da atribuição, que explora a gramática do discurso reportado e, assim, dissocia a proposição da voz autoral interna. Endossar não promove dissociação, uma vez que a voz interna responsabiliza-se pela proposição ou, pelo menos, compartilha responsabilidade com a fonte citada. Aqui a subjetividade é múltipla: a da fonte externa e a da voz autoral interna, o que cria uma alternativa dialogicamente contrativa, pois alinha o leitor à posição de valor. Para afirmar, usa “Eu duvido, Não pode haver dúvida” e para defender, “X tem demonstrado que, como X tem mostrado”, etc. Por exemplo:

“Além do mais, senhores senadores, deixemos de hipocrisia: duvido que alguns dos senhores não tenham ouvido, em algum momento, que o presidente exagera, ...” (50.RL.140)

“A imprensa nacional tem demonstrado que tanto sua felicidade como sua dor são as maiores do mundo.” (123.LM.100)

### 3.2.2 Expansão dialógica

A *expansão dialógica* abre espaço para outros posicionamentos e se realiza através da consideração a outras alternativas – suposição ou atribuição. A diferença básica entre a suposição e a atribuição é que o primeiro constitui a voz interna do texto e o segundo, a fonte externa.

Ao supor, a voz textual representa a proposição como uma entre várias posições possíveis. São marcadores: “parece que, sugerem que, é quase certo que, talvez, provavelmente, aparentemente”, evidências (“aparentemente, parece”),

semelhanças (“Eu penso, Eu suponho”) e indicações de rumores (“Dizem, Ouvi falar”). Constituem a modalidade epistêmica e os modais de probabilidade na Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994). Nosso *corpus* apresentou várias ocorrências, dentre as quais destacamos:

“Gozamos hoje, no Brasil, de uma efetiva liberdade de opinião e de informação, talvez maior do que nunca em nossa errática história política.” (46.RL.129)

“E não falemos apenas de jornalistas e de políticos, que há muito comentam o tema: há gente do povo, como meu respeitável amigo Raimundo, um senhor de 84 anos que já viu de tudo, que se refere aos churrascos do presidente como "cervejada" ou "cachaçada". (110.CB.45)

Além da modalidade epistêmica, Martin e White (2005) sustentam que a modalidade deôntica também pode realizar a suposição, sob forma de locuções de permissão e de obrigação. São os atos diretivos, classificados em monoglóssicos (com o uso do imperativo) e heteroglóssicos (com o uso de modalizadores). Os diretivos são construídos como contingentes e individualmente baseados, em que o papel do falante como um participante da troca dialógica é reconhecido.

Para atribuir a proposição a uma voz externa, pode haver a indicação explícita do informante (“X disse/reconhece/acredita/considera”) e o emprego de intensificadores (“realmente”) e de estruturas como “É fato...”, “há rumores de que”. A responsabilidade que o autor se atribui em relação ao dizer do outro pode variar em graus: o autor ou assume completa responsabilidade pelo uso do falar alheio, assume-a parcialmente ou não a assume.

É também importante a origem da fonte de informação, se humana ou não, se identificada ou não, se individual ou coletiva, se possuidora de alto ou baixo *status* social. A atribuição realiza-se comumente na gramática da fala e do pensamento em discurso direto e discurso indireto, como nos excertos a seguir:

“Foi uma baixaria!”, disse Virgílio.” (10.DR/LT.69)

“Sob a brisa do mar Leonel Brizola explicou ontem como, onde e por que virou fonte de Larry Rohter.” (79.ABD.39)

Os elementos lexicogramaticais que exteriorizam a atribuição são os verbos de processos comunicativos (“dizer”, etc.), os verbos de processos mentais (“acreditar, suspeitar”, etc.), as nominalizações de tais processos (“assertiva, crença”, etc.), alguns adjuntos adverbiais (“de acordo com”) e fontes não especificadas (“Ouvi dizer, Dizem”). São exemplos:

“O ato causa mais danos do que a frívola notícia inicial”, diz Temer.”  
(28.AGO.19)

“Essa é uma das vias pelas quais Lula acredita estar mudando a geografia comercial do mundo.” (97.CS.44)

“Mesmo com a insistente afirmação de Lula de que a economia não mudará, Dirceu continua lançando dúvidas sobre a sua manutenção.”  
(30.AM.28)

“Não, o escritor não externava matéria contrária à moral e aos bons costumes, conforme reconheciam os dois peritos, tanto o da União como o do escritor.” (117.DS.72)

“Pensando bem ... o New York bebe e dizem que o presidente é quem fica de porre.” (98.CH. 57)

“...duvido que alguns dos senadores não tenham ouvido, em algum momento, que o presidente exagera...” (50.RL.140)

A inserção da fala de outrem no texto pode estar explícita ou implicitamente representada. Quando usado o discurso direto, faz-se a clara separação entre a fonte atribuída e as palavras do texto; quando assimilada, as fronteiras não são bem delimitadas, confundindo-se a fala do autor com a fala do informante. Nesse caso, é importante que o leitor acione seu conhecimento de mundo, uma vez que a intertextualidade está mesclada e nem sempre bem definida. Observemos as seguintes passagens retiradas de nosso *corpus*:

“Jânio Quadros, eleito em 1960, foi um bebedor manifesto que um dia declarou: ‘Bebo porque é líquido’(...)” (106.AO.17)

“Disse Bloch: “Como se coubesse à imprensa algum dever mais combativo do que informar, confrontar fatos, indignar-se, denunciar e opinar.”

(119.FB.80)

“No ar, o assessor Ricardo Kotscho confessou que se opusera à violência, mas, como membro do governo, cabia sustentá-la.” (125.LW.104)

“Viana disse que convive com Lula há 20 anos e que ele sempre teve um comportamento correto.” (56.AGO.20)

“A própria matéria de capa da Veja e a maior parte das reportagens dominicais sobre o assunto admitem que os boatos sobre o apetite alcoólico do presidente circulam há muito tempo entre os jornalistas da capital.”

(119.FB.80)

A atribuição pode ter duas subcategorias: o reconhecimento e o distanciamento. O primeiro constitui as locuções onde não há indicação clara, pelo menos na escolha do autor, de onde parte a voz autoral com respeito à proposição. É o domínio exclusivo dos verbos de citação: “dizer, declarar, anunciar, acreditar, pensar”, etc., que são antecipadamente dialogísticos, abrindo espaço para visões alternativas. É o caso dos seguintes excertos:

“Em resumo, o "feito" de um jornalista é sempre maior, melhor ou mais importante e noticiado do que qualquer outra coisa que possa acontecer neste nosso Brasil.” (123.LM.100)

“O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que “os Estados Unidos têm vários casos de homens públicos que são alcoólatras declarados”.” (10.DR.LT)

“Eu quase não acredito que é verdade que um jornal com a responsabilidade do The New York Times publique uma matéria ofensiva ao Brasil, à instituição Presidência da República e, menos, ao presidente Lula, ao cidadão Luiz Inácio Lula da Silva”, afirmou Dirceu.” (10.DR/LT.69)

O distanciamento revela um afastamento explícito da voz autoral em relação ao material atribuído. É mais tipicamente realizado por verbos de citação (“aclamar”) e por destaques (aspas, por exemplo, na linguagem escrita). Pode então a voz autoral soar como alinhada ou desalinhada em relação à posição tomada, neutra ou desinteressada. O distanciamento é, por natureza, dialogisticamente expansivo, como podemos perceber nas passagens:



“Era o que faltava: alguém afirmar que se tratava de um ataque à nação e não a Lula...” (22.NS.121)

“Definiu bem a liderança petista no Congresso ao descrever, sob reservas, o ambiente que cerca o presidente Lula no Palácio do Planalto e do qual resultou a infeliz decisão de cassar o visto do jornalista Larry Rohter, do The New York Times: “Ele está acuado, não tem amigos, fica cercado de pessoas que não têm coragem de falar a verdade”.” (57.AM.29)

A atribuição, seja realizada através de reconhecimento ou de distanciamento, é tratada no discurso acadêmico com nomes como citação, referência ou intertextualidade. Alguns textos operam de modo a deixar o falante/autor indiferente ou não implicado com quaisquer posições de valor contidas no material atribuído, como é o caso das notícias pesadas (*hardnews*: notícias de desastres, acidentes, crime, política). Tais textos são relativamente impersonalizados ou imparciais, como é o caso de:

“O jornalista não construiu uma notícia sobre as preferências de bebida do presidente, mas uma notícia dizendo que a bebida está interferindo no governo.” (27.AD/GE/DR.16)

“Anteontem, Lula ainda pediu tempo para refletir depois de ler o pedido de desculpas. Mas saiu-se da enrascada.” (95.TC.148)

Entretanto, há muitos modos pelos quais os textos indiretamente indicam que o escritor ou é a favor ou é contra a posição de valor atribuído. Grau maior ou menor de alinhamento (a favor ou contra) será indicado e o texto pode ser interpretado como a alinhar ou mais ou menos o leitor a uma posição de valor particular. O falante/escritor pode manifestar-se categoricamente alinhado com uma dada posição de valor e, desse modo, tentar alinhar o leitor a tal ponto de vista. O leitor pode ser levado a ver o material avaliado como altamente crível e desejável ou duvidoso e irrealizável. A alta credibilidade pode estar implicada no uso de fontes que têm alto *status* na área. Já a baixa credibilidade pode ser invocada pelo uso de fontes de baixo *status* social ou mostradas como minoridade.

As atribuições de alinhamento neutro são a minoria. São comuns em comentários da mídia, discursos políticos e artigos acadêmicos (MARTIN e WHITE, 2005).

### 3.3 Vozes autorais

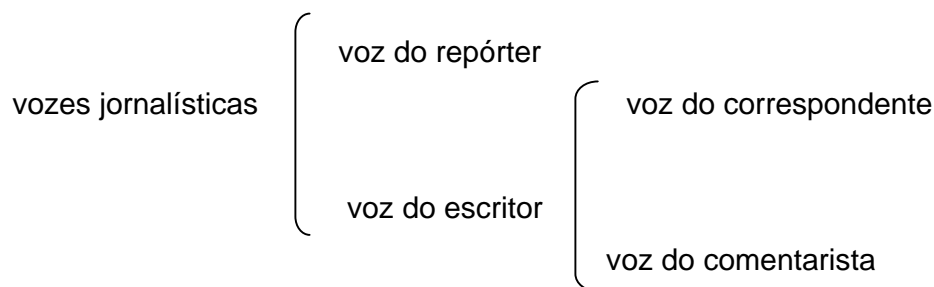
Como foi visto, a heteroglossia pressupõe várias outras vozes que se pronunciam em um discurso, favoráveis ou contrárias, utilizadas como prova ou mesmo contraponto ao querer-dizer, criando um contexto de dialogismo. Em discursos jornalísticos e em uma infinidade de gêneros, primários ou secundários, o locutor utiliza o recurso de inserir, junto com a sua própria voz, a voz do outro, normalmente alguém legitimado na área em questão.

Se retomarmos Fairclough (2003), “quando a voz de outro é incorporada a um texto, há sempre escolhas sobre como inseri-la (emoldurá-la), como contextualizá-la em termos das outras partes do texto” (p. 49). Vale ressaltar que, nessa relação interpessoal, falantes e escritores acabam por se construir como *personas* textuais diante de seus ouvintes/leitores, os quais também são construídos através da linguagem. Tal processo acontece quando os primeiros ajustam seu texto à audiência e com ela negociam os sentidos textuais, o que propicia modos pelos quais “os recursos lingüísticos agem para inscrever o leitor no texto” (MARTIN E WHITE, 2005, p. 95).

Central à análise deste trabalho está o cruzamento elaborado por Martin e White (2005), entre as vozes jornalísticas e os critérios de julgamento (estima social e sanção social). Pela Figura 3.1, podemos visualizar as possibilidades de vozes jornalísticas. Elas dividem-se em voz do repórter e voz do escritor. Na voz do repórter, não há julgamento autoral. Se houver algum julgamento, será atribuído a terceiros. Esse processo de atribuição encontra sua expressão lingüística no discurso direto (DD), indireto (DI) e suas variações.

Na voz do correspondente, não há restrições aos julgamentos de estima social. A sanção social inscrita não ocorre ou é mínima; se houver sanção social inscrita, é então atribuída a terceiros.

Na voz do comentarista, não ocorrem restrições no julgamento: a ocorrência tanto de estima como de sanção social é livre.



Fonte: Martin e White (2005)

**Figura 3.1 – Sistema de vozes jornalísticas**

Aqui, trabalharemos apenas com a voz do escritor, que apresenta julgamento autoral inscrito. Procuraremos identificar se, no conjunto de textos, há predomínio da voz do correspondente ou do comentarista. A concepção de “correspondente”, aqui na tese, portanto, não equivale a “jornalista que trabalha fora do país”, mas jornalista que não faz restrições aos julgamentos de estima social e expressa minimamente sanção social (normalmente em forma de atribuição). Já o conceito de “comentarista” envolve liberdade total de julgamento de estima e sanção social.

Uma leitura inicial levou à expectativa do encontro de vozes predominantemente livres, sem restrições de juízos quanto aos valores de sanção social. Esta foi a motivação primeira para a aplicação dos modelos apresentados nas teorias da avaliação.

A investigação de Martin e White (2005) permitiu determinar que as vozes envolvem reconfigurações particulares do potencial de construção de sentidos no sistema, de modo que tais reconfigurações estabeleçam claramente diversas probabilidades de ocorrência de diferentes tipos de Atitude, Gradação e Engajamento. É possível relacionar essas diferentes configurações a diferentes presenças autorais e a diferentes efeitos retóricos potenciais. A voz do repórter, por exemplo, pode ser vista como despersonalização estratégica pela qual o papel subjetivo do autor está encoberto.

A pesquisa dos autores demonstrou que, enquanto esse regime opera com uma proibição virtual para julgamentos autorais inscritos e avaliações de obrigação, a intensificação é fortemente favorecida e permite instâncias de apreciação autoral inscrita, relato de respostas afetivas de uma terceira pessoa, contraposições

construídas como uma relação inter-oracional, distanciamento e endosso de pontos de vista de fontes externas.

Além disso, há o uso freqüente de ocorrências de julgamento, que operam ideologicamente ao se apresentarem como ‘factuais’ ou ‘neutras’, quando evitam a sanção social e os sentidos de opinião. Simultaneamente posicionam o leitor através do uso seletivo de valores de Engajamento, Gradação e outros tipos de ocorrências de Julgamento e Atitude. Isso se evidencia pela insistência com que a mídia impressa se alinha ao senso comum, com a intenção de parecer objetiva e imparcial.

A distinção entre a voz do correspondente e a voz do comentarista se faz para naturalizar uma hierarquia de poder dentre as organizações principais da mídia pela qual o escritor está autorizado a empregar o estoque completo de sentidos de valoração, incluindo aqueles que passam julgamento moral. Nesse papel discursivo, o escritor, embora autorizado para ser explicitamente avaliativo, é significativamente mais contraído (MARTIN e WHITE, 2005).

Como a referência à voz de terceiros se materializa lingüística e estilisticamente através do DD, DI e variações, levantamos aqui um componente essencial da organização desses discursos: os verbos de atribuição.

### **3.4 Modos de atribuição do discurso**

Ao trabalharem com a Teoria da Valoração, Martin e White (2005) identificam o Engajamento como um dos subsistemas em que a opinião é expressa. Dentre os vários recursos que os autores citam como de expansão e de contração dialógica estão os verbos de elocução, que permitem diminuir o custo interpessoal da fala.

Investigação realizada por Thompson e Yiyun (1991), acerca dos gêneros acadêmicos, aponta para o potencial avaliativo dos verbos de atribuição. Ao fazer uso desses verbos, o escritor o faz com objetivos bem definidos, de modo a interagir com sua audiência de modo dinâmico: “Ou seja, o escritor de um artigo acadêmico (ou de qualquer outro texto) tem um propósito ao construir seu texto, um propósito que está posto pela escolha da informação que apresenta e pela escolha do modo como a apresenta” (THOMPSON e YIYUN, 1991, p. 367).

A avaliação, para os autores, é sinalizadora do objetivo do escritor, e situa-se no âmbito do discurso, e não no âmbito da oração: “ela pode envolver porções

relativamente longas de texto (incluindo um texto completo) e é freqüentemente cumulativa, em vez de claramente sinalizada em qualquer ponto do texto; pode depender crucialmente do contexto (inclusive da posição dentro do texto)” (THOMPSON e YIYUN, 1991, p. 367).

Os autores dividiram o conjunto de verbos de atribuição em duas grandes categorias. Na primeira, incluíram verbos que indicam processos: os textuais, os mentais e os de investigação. Os verbos textuais pressupõem o processo verbal como componente indispensável: “escrever, sublinhar, apontar, nomear, negar”. Nos verbos de atividade mental, Thompson e Yiyun (1991) incluíram, por exemplo, “acreditar, pensar, considerar, preferir”. Quanto aos verbos de investigação, foram selecionados “medir, calcular, quantificar, obter e encontrar”. Do *corpus*, retiramos os seguintes excertos:

“Ambos consideraram a notícia “grosseira”. (10.DR/LT.69)

“Essa é uma das vias pelas quais Lula acredita estar mudando a geografia comercial do mundo.” (50.RL.140)

“Não, o escritor não externava matéria contrária à moral e aos bons costumes, conforme reconheciam os dois peritos, tanto o da União como o do escritor.” (117.DS.72)

Na segunda categoria, os pesquisadores incluíram verbos que denominaram “atos autorais”, os quais foram divididos em dois subgrupos: os verbos de comparação e os verbos de teorização. Verbos de comparação são aqueles que indicam a perspectiva do autor ao examinar objetos de estudo em termos de semelhança ou contraste. São eles: “corresponder a, estar de acordo com, antecipar, contrastar” e outros. Quanto aos de teorização, citamos aqueles através dos quais os escritores desenvolvem seus argumentos: “explicar, basear-se, contar com”.

“A toda tese corresponde uma anti-tese, ensinava Hegel, o primeiro moderno a resgatar a dialética em toda sua vitalidade e pujança.” (128.MR.115)

“A ONU discutiu e resolveu o problema para nós”, explicou o presidente na

entrevista em Xangai.” (150.AN.42)

Thompson e Yiyun (1991) consideraram vários outros verbos como uma categoria separada: é o que eles denominam verbos avaliativos e de elocução. Esse grupo abrange três domínios principais: a avaliação do autor, a avaliação do escritor e a interpretação do discurso do autor.

Em relação aos verbos que expressam a opinião autoral, três posicionamentos foram categorizados: os verbos de avaliação positiva (“aceitar, enfatizar, hipotetizar, notar, apontar”), os verbos de avaliação negativa (“atacar, explorar, disputar, divergir, objetar, opor, questionar, rejeitar”) e os verbos neutros. Ao usar verbos neutros, a opinião autoral não se situa nem a favor nem contra e pode ser expressa através de itens como “examinar, avaliar, destacar, focar”. A seguir, colocamos algumas passagens do *corpus*:

“Além do mais, senhores senadores, deixemos de hipocrisia: duvido que alguns dos senhores não tenham ouvido, em algum momento, que o presidente exagera, de vez em quando, em suas libações”, atacou, ao justificar ataques do pedetista Leonel Brizola na reportagem do NYT.” (50.RLA.140)

“... o porta-voz do Palácio do Planalto, André Singer, tratou de rebatê-la imediatamente e com veemência por meio de nota oficial. “Não se trata de uma crítica ao governo. É algo que atinge a honra do presidente”, justificou um assessor.” (9.CRO.67)

A avaliação dos escritores pode ser apresentada através de três possibilidades: verbos factivos (“saber, demonstrar, identificar, reconhecer”, etc.), verbos contrafactivos (“ignorar, confundir, descurar”) e os não-factivos (“avançar, acreditar, clamar, examinar, generalizar, propor, utilizar”).

Para a interpretação do discurso do autor, quatro categorias foram apresentadas: verbos de interpretação do discurso do autor (“acrescentar, comentar, continuar, mencionar, repetir”), verbos de interpretação do comportamento do autor (“admitir, asserir, criticar, enfatizar, insistir”), verbos de interpretação do status funcional da abordagem, se informativa ou avaliativa (“confirmar, estabelecer,

provar, resolver”) e verbos não-interpretativos (“adotar, aplicar, calcular, empregar, observar, dizer, ver, usar, escrever”). Exemplificamos:

“ ‘Não podíamos deixar isso aumentar’, comentou um assessor do presidente.” (9.CRO.67)

“No sábado, Claudio Humberto contou no Dia que, duas semanas atrás, Miriam Leitão escrevera, também no Globo, que o presidente fez algo ‘perigoso’ em um jantar com a bancada do PTB.” (127.LW.106)

Ao trabalhar verbos de atribuição, Hunston (1995) parte das pesquisas de Thompson e Yiyun (1991) e faz algumas considerações importantes a respeito da diferença entre declaração e atribuição. Hunston parte do princípio de que toda a declaração é, por princípio, sempre atribuída a alguém, ou ao próprio autor ou a uma fonte externa. A exemplo de Thompson e Yiyun, volta sua pesquisa também para o discurso acadêmico, em que a atribuição concorre para passar a responsabilidade da informação/avaliação para uma terceira pessoa. Entretanto, a autora afirma que, mesmo assim, o atribuidor continua responsável pelas escolhas que fez ao usar a linguagem.

Hunston (1995) distingue entre verbos argumentativos e não-argumentativos. Os primeiros apresentam um grau maior de conteúdo avaliativo, enquanto os segundos não o possuem em tão alta escala. Um critério utilizado pela pesquisadora para distingui-los é a presença de atores humanos (como em “estar convencido, estar impressionado, ser persuadido, sugerir”, para verbos argumentativos) e a presença de atores não-humanos (como em “caracterizar, demonstrar, estabelecer, sugerir, indicar”), como é o caso de:

“Uma sugestão ganhadora, lembrando que o avião presidencial americano é chamado de Air Force One, sugeriu que o jato de Lula fosse batizado de ‘Pirassununga 51’, uma famosa marca de cachaça.” (80.LW.103)

“Por isso é que, também nesse domingo do texto contra Lula no "NYT", em um cantinho do segundo caderno do "Globo" saía uma carta de protesto do cônsul norte-americano, por "declarações e expressões" de Arnaldo Jabor sobre o presidente Bush, "caracterizadas", segundo a carta, "pela falta de

respeito e má educação". (13.JF.92)

Em pesquisa realizada em textos da mídia inglesa, Caldas-Coulthard (1994) investigou várias ocorrências de verbos de elocução, tanto em discurso direto quanto em discurso indireto. A conclusão do trabalho conduziu para a elaboração de uma taxonomia dos verbos de dizer mais freqüentes em seu *corpus* de análise. Não só verbos *dicendi* foram os mais freqüentes, mas também verbos de descrição e de transcrição. Na primeira categoria, a autora incluiu verbos neutros (“dizer, contar, perguntar, inquirir, responder”) e verbos metaproposicionais: assertivos (“explicar, concordar, aceitar, corrigir, contrariar”), diretivos (“instruir, ordenar”) e expressivos (“acusar, resmungar, lamentar, confessar, queixar-se”).

A seguir apresentamos um exemplo que se encaixa na classificação “expressivo” de Caldas-Coulthard (1994):

“Um deles ironizou Lula: “Foi o tal que disse que o Brasil era o segundo país mais atrasado da América do Sul por ter sido colonizado por portugueses.”  
(20.CH.52)

Na segunda categoria (verbos de descrição), Caldas-Coulthard (1994) incluiu verbos prosódicos (“chorar, gritar, urrar, guinchar”) e verbos paralingüísticos: aqueles qualificadores da voz (“cochichar, resmungar, murmurar”) e aqueles que indicam a atitude do enunciador em relação à voz (“rir, anunciar, gemer, ofegar”). Os verbos de transcrição (terceira categoria) são utilizados para sinalizar o discurso e dizem respeito a partes do discurso (“repetir, acrescentar, emendar”) ou à progressão desse discurso (“pausar, ir adiante, hesitar, continuar”).

São excertos retirados do *corpus*:

“E encerrava com mais uma piada infamante, mas adequada, no dia de ontem: - A coluna sugere um slogan a Lula: governe com moderação.”  
(22.NS.121)

“Não está mais agora em jogo se o jornalista do New York Times foi torpe ou não. O que está em jogo é se somos ou não uma república bananeira. Se somos ou não o Haiti”, completou Arthur Virgílio.” (64.TC.146)



A atribuição (uma das formas de expansão) é o domínio exclusivo dos verbos de citação: “dizer, declarar, anunciar, acreditar, pensar”, etc., e abre espaço para visões alternativas. Já verbos de citação do tipo “clamar” e o uso de destaques (aspas, por exemplo, na linguagem escrita) podem provocar um afastamento explícito da voz autoral em relação ao material atribuído, como é o caso de:

“Para o professor de história contemporânea da UFRJ Francisco Carlos Teixeira, no entanto, “a vida privada tem sido exposta pelo próprio presidente, não só nas metáforas que utiliza mas também no comportamento”.” (41.MP.114)

“... e, segundo o secretário de Imprensa da Presidência, jornalista Ricardo Kotscho, a atitude da direção do jornal foi ‘arrogante’.” (41.MP.114)

Por outro lado, dentre os recursos utilizáveis para demonstrar a contração dialógica, encontram-se os verbos “concordar, afirmar, defender” que limitam as alternativas dialogísticas. O endosso a proposições originadas de fontes externas realiza-se com processos verbais e formas nominalizadas equivalentes: “mostrar, provar, demonstrar, apontar”. Referindo-se à gramática do discurso reportado, Martin e White (2005) fazem menção a Halliday (1994), que considera esse tipo de construção sintática como “projeção” (X disse *que* Z):

“No artigo, Larry Rohter afirmava que o Presidente “nunca escondeu ter um fraco por uma boa cerveja, um whisky ou, melhor ainda, uma cachaça, bebida brasileira fortemente alcoolizada, à base de cana de açúcar.” (23.RSF.130)

“Como já escrevi numa outra coluna, não sou a favor do jogo, mas defendo que as pessoas tenham o direito de escolher o que fazer de suas vidas, assim como defendo o direito do presidente da República beber, se ele assim o desejar.” (37.HS.87)

As várias tipologias de verbos de elocução contribuem para mostrar como se realiza um dos procedimentos comuns da avaliação: colocar na voz de terceiros a responsabilidade pela veracidade de uma declaração. Destacamos que atribuir a

outros o peso de um julgamento pode ser uma estratégia eficaz para compartilhar o ônus de uma crítica sem mostrar-se explicitamente.

Durante a análise, cruzaremos as ocorrências de verbos de elocução com os recursos utilizados pelos jornalistas para expressarem seus juízos de valor a respeito do comportamento do Presidente da República.

## CAPÍTULO IV – PREPARAÇÃO DO JULGAMENTO

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa, que visa a investigar quais vozes autorais se manifestam em um conjunto de textos publicados pela internet no primeiro semestre do ano de 2004. Primeiramente fazemos uma caracterização do tipo de pesquisa realizada e explicitamos o processo de seleção do *corpus*. Logo após, discriminamos os procedimentos adotados durante a investigação, as categorias de análise e a ferramenta computacional utilizada para exame dos dados e comprovação das hipóteses da pesquisa. Por fim, registramos os critérios norteadores da análise, as etapas percorridas e o modo de apresentação dos resultados.

### 4.1 Caracterização da pesquisa

Para a realização de análise de materiais, sejam eles advindos da natureza ou mesmo produzidos pela mão humana, é necessário inicialmente o alinhamento epistemológico e a escolha de um método compatível com o *corpus* em questão. Em investigações no campo da lingüística, o procedimento não é diferente.

Esta tese caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, de caráter qualiquantitativo, especialmente configurada como estudo de caso. Estudo de caso, segundo Cervo e Bervian (2006, p. 67), é “a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida.” Para Barros e Lehfeld (2000), o estudo de caso é adequado para investigações em ciências sociais, uma vez que permite a observação, a coleta e a organização do material, a fim de se avaliar criticamente o que foi obtido e, se desejado pelo pesquisador, intervir na realidade observada.

Nessa linha, esta pesquisa explora funcionalmente recursos lingüísticos que se realizam como julgamento em artigos de opinião, cujo tema foi o episódio Lula x Larry Rohter (maio a junho de 2004). Situa-se na área da Semântica do Discurso

(MARTIN e WHITE, 2005) e ampara-se nos pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994) e nos recursos da Lingüística de *Corpus* (CHANNEL, 1999; BERBER-SARDINHA, 2000).

A Semântica do Discurso, segundo Martin e White (2005), corresponde a um campo de realização da linguagem, instanciada pelo texto como um todo. Situa-se, na Gramática Sistêmico-Funcional, no nível mais abstrato da realização da linguagem, apoiada pela fonologia/grafologia e pela lexicogramática. Para Martin e White (2005), a Semântica do Discurso abrange os sentidos que se encontram por trás da oração, ou seja, os vários aspectos da organização do discurso. Tais aspectos dizem respeito à *identificação* de pessoas, lugares e coisas, à *conjunção* de eventos e estados de coisas no tempo e no espaço, à *representação* dos participantes, à *negociação* das trocas lingüísticas e à *valoração* atribuída aos objetos semióticos.

As abordagens em que esta investigação se assenta envolvem:

- heteroglossia (BAKHTIN, 1981);
- teoria da valoração (MARTIN e WHITE, 2005) e recursos de avaliação (BEDNAREK, 2006);
- estudos sobre JULGAMENTO e sua realização na linguagem (MARTIN e WHITE, 2005);
- análise de verbos de elocução (CALDAS-COULTHARD, 1994).

Outros estudos também sustentam esta tese, especialmente aqueles que dizem respeito à mídia (FAIRCLOUGH, 1995; SILVERSTONE, 2002; THOMPSON, 1998), à imprensa brasileira e ao gênero discursivo artigo de opinião (MELO, 2006, 1994; CHAPARRO, 1998; BONINI, 2003, 2005).

Além dos fundamentos epistemológicos, esta pesquisa realizou buscas em vários *sites* de jornalismo brasileiro e empregou a ferramenta computacional TextStat - Simple Text Analysis Tool – versão 1.52. Ao programa foram inseridos 153 textos, definidos como *corpus* a ser investigado, e elaboradas listas de freqüência dos elementos lexicogramaticais e concordância de tais ocorrências. Estatisticamente a metodologia utilizada para análise do *corpus* caracterizou-se como censo (consulta à totalidade da população). O cômputo foi posteriormente transferido para planilhas Excell e transformado em quadros e tabelas explicativas.

O uso de ferramentas de computador se justifica pela necessidade de se obterem resultados mais apurados e se evitarem diferenças de classificação. Conrad

e Biber (1999) compartilham desse pensamento ao afirmarem que, através da análise baseada em *corpus*, é possível trabalhar a partir de uma perspectiva verdadeiramente distintiva em contextos particulares de uso da linguagem e, assim, identificar direções possíveis para novas investigações.

#### **4.2 Seleção do *corpus***

A seleção do *corpus* foi realizada após o estabelecimento de critérios que objetivavam o refinamento do material a ser investigado. Tais critérios foram os seguintes: o tipo de discurso, o tema, a mediação, o gênero, a quantidade e a representatividade do *corpus*.

Para a escolha do tipo de discurso, levamos em conta que qualquer que seja o objeto pertencente ao mundo material ou da consciência, aquele será sempre semiótico, já que ocupa um determinado lugar e exerce uma determinada função. Não é diferente com os vários discursos que permeiam a sociedade humana, uma vez que, conforme Fairclough (2001, p. 90), discursos são práticas sociais (econômicas, políticas, culturais) e não “atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

Na modernidade, a imprensa tem ocupado lugar de relevância, na medida em que tem incrementado sua penetração nos lares e na vida das pessoas. Vista como o Quarto Poder<sup>27</sup>, a cada dia cola-se mais às atividades humanas e permeia crenças e valores do grupo social. O discurso jornalístico, como parte da mídia que atua dentro de um sistema social, comporta representações, identidades e relações entre os grupos particulares e a população que compõe o sistema.

A análise lingüística, segundo Fairclough (1995), fornece subsídios para que se examine a natureza da mídia. “Minha visão é que nós precisamos analisar a linguagem da mídia como *discurso*, e a análise lingüística da mídia deveria fazer parte da análise do discurso da mídia” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 16). Tendo em vista o exposto, optamos pelo discurso jornalístico.

Definido o tipo de discurso, coube delimitar o tema sobre o qual o material de análise incidiria. A mídia, como parte do sistema social, apresenta, através de seus diversos gêneros, representações, identidades e relações entre os grupos

---

<sup>27</sup> O termo ‘Quarto Poder’ foi cunhado pelo inglês Lord Macaulay, em 1828, para definir “o papel dual e fundamental” da imprensa quando a democracia começava a ser instituída como sistema de governo.

particulares e a massa da população que compõe tal sistema. Uma vez que, segundo Bakhtin (2000), os enunciados carregam em si as características dos participantes e dos objetivos comunicativos do emissor, a análise da metafunção interpessoal pode contribuir para revelar, além de regularidades lingüísticas, valores, crenças, opiniões.

Os acontecimentos políticos de uma nação, principalmente aqueles de relevância nacional, contribuem para que opiniões e julgamentos aflorem no discurso da mídia.

No dia 09 maio de 2004, foi publicada, no jornal *The New York Times*, extensa matéria escrita pelo jornalista Larry Rohter intitulada *Brazilian leader's tipping becomes national concern* ("O hábito de bebericar do Presidente brasileiro torna-se preocupação nacional"), cujo subtítulo (*Questions raised over ability to perform*) especulava acerca da preocupação dos brasileiros com a interferência de tal procedimento de Luís Inácio Lula da Silva na governabilidade do país.

A matéria em questão, ofensiva à imagem do chefe brasileiro, foi traduzida e publicada pela Folha de São Paulo, o que provocou diversas manifestações no país, dentre elas um grande número de textos, colunas, notas e comentários na mídia impressa, eletrônica, televisiva e falada e derivou para a discussão acerca da liberdade de imprensa no país.

Um tema tão controvertido quanto esse apresenta alto grau de relevância para que se estude o material lingüístico produzido pela mídia, especialmente no que tange à Teoria da Valoração.

Para aplicarmos o terceiro critério, a mediação, delimitamos nossa escolha às novas tecnologias, que têm sido largamente utilizadas pela mídia. Os jornais costumam veicular as notícias diárias não só em papel impresso, mas a mediação pela internet é largamente utilizada. São notícias, reportagens, artigos de opinião, panoramas locais e mundiais, serviços que são oferecidos via digital a qualquer usuário que quiser acessá-los. Ler os textos que tratam de temas do momento nos diversos jornais do país é um modo de se entrar em contato com o que os jornalistas pensam acerca dos acontecimentos diários. O fácil acesso do pesquisador à diversidade das fontes de informação foi o fator determinante para a escolha do *corpus* digitalizado<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> "Se por outro lado se desejar um *corpus* de uma variedade específica, deve-se ser o mais seletivo possível na escolha dos exemplares, para que os mesmos reflitam de fato a variedade escolhida, ou seja, para que não haja

Para esta pesquisa, foram escolhidos textos dos jornais brasileiros em versão *on-line* própria ou listados em *sites* do governo federal, como o do Ministério das Relações Exteriores (<http://www.mre.gov.br/>, no link “Imprensa”), o *site* <http://www.presidencia.gov.br/presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Sinopses> e o do Ministério do Planejamento (<http://clipping.planejamento.gov.br>), que diariamente listam notícias, reportagens e artigos relevantes da imprensa brasileira.

O quarto critério – o gênero – partiu do pressuposto bakhtiniano de que as pessoas se comunicam através de enunciados, vistos como gêneros do discurso. Para esta pesquisa, optou-se pela seleção do gênero artigo (MELO, 2006, 1994; CHAPARRO, 1998; BONINI, 2003, 2005), tendo em vista que, neles, a opinião se faz obrigatória, quer implícita ou explicitamente.

A escolha por um gênero específico (artigo) deu-se por duas razões:

- é grande a variedade presente nos jornais ;
- é possível realizar estudos sobre valoração (MARTIN E WHITE, 2005; BEDNAREK, 2006) em artigos publicados em jornais e mesmo em *sites*, já que artigos são, por excelência, opinativos. Segue-se nesta pesquisa, a orientação de Berber-Sardinha (2000), para quem é importante que se parta do objetivo em direção ao texto, e não do texto em direção ao objetivo da investigação (“eu desejo investigar esta questão, então eu necessito de um *corpus* com estas características” – BERBER-SARDINHA, 2000).

Todos os textos analisados foram escritos e divulgados em *sites* de jornais brasileiros *on-line* ou na página do Observatório de Imprensa. São artigos de opinião publicados, na maioria, em editorias de política. Alguns foram veiculados em fontes diferentes no mesmo dia, às vezes com cortes no original, como é o caso das colunas de Cláudio Humberto (publicadas em vários jornais no mesmo dia) ou de artigos que foram repetidos em veículos diferentes (por exemplo, jornal “O Globo” e “Observatório de Imprensa”; jornal e *sites* oficiais brasileiros encarregados de fazer a coleta dos textos jornalísticos mais expressivos publicados no país, como o *site* do Ministério das Relações Exteriores e o *clipping* do Ministério do Planejamento).

---

vieses nem contaminações” (BERBER-SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus* histórico e problemática. *Delta*. v. 6, n. 2. São Paulo, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 19 maio 2007).

Os textos que constituem o *corpus* são de caráter opinativo e são considerados, no universo das redações, artigos e/ou colunas assinadas. Artigo de opinião é, segundo Bonini (2003, 2005) um gênero central, livre e autônomo, pois constitui uma unidade textual independente ou predominante em blocos de textos. Ao adotarmos esta conceituação, temos em vista o processo social e de linguagem envolvido, em que o autor tenta “descrever o gênero pelo modo como ele funciona no jornal” (BONINI, 2003).

Uma vez que a linguagem é constitutiva da sociedade (HALLIDAY, 1989), os eventos nos quais os homens se envolvem costumam ser verbalizados, o que é a forma utilizada para a circulação da informação e do conhecimento. Se tomarmos como referência o conjunto de textos em análise, podemos afirmar que, em nível do contexto mais imediato (FAIRCLOUGH, 1989), o *corpus* vincula-se à sucessão de fatos no período de 10 de maio a 10 de junho de 2004 (publicação da reportagem, cancelamento do visto do repórter, ameaça à liberdade de imprensa, reconsideração da medida punitiva).

Quanto ao nível da instituição social, o discurso caracteriza-se como típico do segmento da imprensa, uma vez que os artigos foram escritos por profissionais do ramo e publicados em órgãos específicos. Quanto ao nível da sociedade como um todo, o conjunto de artigos constituiu tema de discussão no Brasil inteiro, tendo em vista a veiculação de grande quantidade de textos dos mais variados gêneros midiáticos. O grande tema em questão tornou-se, com o tempo, a liberdade de imprensa, o que abalou os ânimos de todas as categorias, porque suscitou a lembrança e o temor de restrições impostas em um período negro da história do Brasil<sup>29</sup>.

Levamos em conta a quantidade e a representatividade do *corpus*. Foram selecionados 153 artigos de jornais brasileiros eletrônicos e do Observatório da Imprensa. Procuramos observar os quatro pré-requisitos para a formação de um *corpus* computadorizado (BERBER-SARDINHA, 2000): textos autênticos, em linguagem natural, textos escritos por falantes nativos, conteúdo do *corpus* escolhido criteriosamente e representatividade. A quantidade só foi estabelecida após a aplicação de critérios de seleção, empregados na seguinte ordem:

---

<sup>29</sup> No período de 1964 a 1985 o Brasil enfrentou um longo e doloroso período de ditadura militar. A Lei 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, no governo do presidente Castelo Branco, instituiu severas restrições à liberdade de manifestação do pensamento e de informação (<http://www.igutenberg.org/leiatual.html>).



- coleta de artigos acessíveis na internet;
- adequação ao tema: o episódio Lula x Larry Rohter;
- autoria somente de jornalistas que trabalham na mídia brasileira;
- artigos publicados no período entre 10 de maio de 2004 e 10 de junho de 2004.

Seguindo-se esses critérios, o *corpus* de análise pode ser caracterizado como de tamanho pequeno-médio (conforme a classificação de BERBER-SARDINHA, 2000), uma vez que totalizou 153 porções de linguagem com 13.146 formas (*types*<sup>30</sup>) e 85.570 palavras (*tokens*<sup>31</sup>) - mantendo-se o título do artigo e o subtítulo pertinente. Vale observar que, na maioria dos textos coletados, figura o artigo completo dos jornalistas. Entretanto, em colunas do estilo “picadinho” (tópicos variados seguidos de pequenos comentários), aproveitaram-se os trechos que se coadunavam com a proposta da pesquisa, não considerando o restante do texto.

Como alguns jornalistas publicam seus artigos em vários jornais ao mesmo tempo, e nem sempre totalmente iguais, muitas vezes com cortes no número de palavras, os textos foram computados apenas uma vez, levando em conta aquele com o maior número de palavras. Nos Anexos A e B, na coluna intitulada “Publicado em”, constam, na mesma entrada, os nomes dos diferentes jornais onde os artigos foram veiculados.

Os textos são originários dos seguintes jornais:

- Estado de São Paulo: Folha de São Paulo (22 textos), O Estado de São Paulo (6), Valor Econômico (5), Gazeta Mercantil (1);
- Estado do Rio de Janeiro: O Globo (21), Jornal do Brasil (18);
- Estado do Rio Grande do Sul: Zero Hora (6), Correio do Povo (5);
- Estado de Mato Grosso: Diário de Cuiabá (7)
- Estado de Alagoas: Gazeta de Alagoas (1);
- Distrito Federal: Correio Braziliense (11), Jornal de Brasília (5);
- Estado do Amazonas: Jornal do Commercio (2);
- O Estado de Minas Gerais: Hoje em Dia (12).

---

<sup>30</sup> Formas ou *types*, em Lingüística de *Corpus*, significam o número correspondente a cada item ou palavra, sem considerar as repetições.

<sup>31</sup> Palavras, ou *tokens*, em Lingüística de *Corpus*, significam o número total de itens ou palavras, incluindo as repetições de um mesmo item ou palavra.

Por outro lado, a internet apresenta muitas outras páginas que servem para divulgação de idéias e para publicação de trabalhos. O Observatório da Imprensa – [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) – é um veículo jornalístico voltado para a crítica da mídia, o qual está na Internet desde abril de 1996. “É uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo – e é um projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)” ([www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)). Em 1998, passou a ter também uma versão televisiva (TVE do Rio de Janeiro e TV Cultura de São Paulo) transmitida semanalmente pela Rede Pública de Televisão para várias capitais e cidades do interior do Brasil.

O Observatório da Imprensa é uma entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. Exerce o poder controlador da *mídia-watching*, idéia surgida nos Estados Unidos da América, advinda de experiências anteriores como o *ombudsman* e o *media criticism*. Funciona como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, podem manifestar-se e participar ativamente.

Silverstone (2002), um dos defensores do Quinto Poder<sup>32</sup>, já apontara para a necessidade de um controle mais rigoroso sobre o comportamento da mídia. “Precisamos saber, todos nós, como a mídia funciona e precisamos saber como ler e compreender o que vemos e ouvimos. Claro, esse é o nosso projeto; pois nós que estudamos a mídia devemos também passar adiante o que aprendemos” (p. 283).

O *site* do Observatório da Imprensa informa o seguinte em relação a seus objetivos:

Será este serviço público (e não as empresas ou os profissionais que executam as suas diretrizes) a matéria-prima das avaliações e diagnósticos. O Observatório da Imprensa não pretende competir, substituir ou alinhar-se às tradicionais entidades associativas, como a ABI, a FENAJ, a ABERT, a ANJ e a ANER.

No caso dos meios de comunicação de massa, o Observatório da Imprensa propõe-se a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os

---

<sup>32</sup> Quinto Poder é uma expressão utilizada por Ignácio Ramonet para designar o movimento mundial da mídia para fiscalizar a própria mídia. De ordem moral, pune e divulga, por meio de relatórios, pesquisas e publicações na internet, os erros “de honestidade” da mídia. O artigo de Ramonet, intitulado “O Quinto Poder” pode ser lido no endereço [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211020032.htm](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211020032.htm).

mediados, preenchendo o nosso "espaço social", até agora praticamente vazio ([www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)).

O *site* organiza-se em dezesseis *links*, dos quais se pode destacar Jornal de Debates, Caderno da Cidadania, Monitor da Imprensa, Imprensa em Questão, Entre Aspas e Circo da Notícia. Os textos escolhidos para esta pesquisa foram retirados das seções Imprensa em Questão, Circo da Notícia, Entre Aspas (em que artigos de outros jornais passam pelo processo de *copyright*).

O Observatório da Imprensa contribuiu com 30 artigos e mais outros dois republicados em seu *site*, um originário da Comissão de Proteção aos Jornalistas (CPJ) e outro da instituição Repórteres sem Fronteiras.

Quando trabalhamos com Lingüística de Corpus, não só os *corpora* bastante extensos podem ser analisados, mas também aqueles que permitam o trabalho de intervenção humana ou de programas de computador. Uma vez que haja elementos suficientes para o cumprimento dos objetivos e para a aplicação da metodologia, pensamos ser válido o atual *corpus*, que reúne atributos como tipologia (artigos de opinião no discurso jornalístico), adequação (um tema norteador e coerente com o objetivo da análise), especificidade (“normalmente, *corpora* compilados em pequena escala por pesquisadores individuais acabam sendo mais representativos do que os respectivos subcorpora dos corpora gerais”, BERBER-SARDINHA, 2000) e representatividade (população constituída por vários órgãos de prestígio da imprensa brasileira e da mídia na internet, probabilidade, léxico).

Tendo em vista que a linguagem é a mediadora de muitas práticas sociais e que a imprensa tem como um de seus objetivos fazer o acompanhamento e a crítica da sociedade, percebemos que os textos produzidos em torno de um tema polêmico fazem parte de um bloco de eventos e conduzem a possíveis caracterizações dos valores eleitos pelos participantes. Os sujeitos envolvidos divulgam, pela linguagem, suas manifestações de emoção, de julgamento subjetivo em relação ao evento temático e de engajamento ou não às práticas discursivas de outrem.

### **4.3 Procedimentos de análise**

#### **4.3.1 Organização do *corpus***

No episódio Lula x Larry Rohter, os textos foram evoluindo com o passar dos dias e com as decisões do governo brasileiro, de modo a modificar o foco das

discussões. Para acompanhar esta evolução, organizamos duas planilhas, uma em ordem cronológica (segundo a data de publicação) e outra em ordem alfabética (segundo o primeiro nome e sobrenome dos autores). Cada artigo foi etiquetado individualmente, com um código composto de um número de 1 a 153 (em ordem cronológica), iniciais do nome do autor e mais outro número (ordem alfabética). Por exemplo, o texto 88 AN 41 foi o octogésimo oitavo artigo, escrito por Augusto Nunes, que ocupou o quadragésimo primeiro lugar na planilha de ordem alfabética. Além disso, cada artigo teve computado o número de suas palavras, pesquisado com a ferramenta “Contar palavras” do Programa Microsoft Office Word 2003.

Tal procedimento teve o objetivo de facilitar a consulta aos dados identificadores das amostras em particular.

#### 4.3.2 Delineamento da configuração contextual

A configuração contextual – CC (HASAN, 1989) de uma dado evento comunicativo apresenta três variáveis: campo, relações e modo, que funcionam com valores específicos e possibilidades adequadas às diversas situações. O campo é responsável pelo tipo de ato que está sendo realizado; as relações explicitam os participantes e o papel que exercem na situação comunicativa, bem como a distância social entre eles e o grau de controle que um pode exercer sobre o outro. Já o modo especifica o canal e o meio utilizados pelos participantes na interação.

Ao examinarmos as três variáveis da CC – campo, relações e modo -, inicialmente, fizemos o relato do cenário político gerado pelo acontecimento-gatilho, o que originou a produção de uma grande enxurrada de artigos sobre o fato em si e posteriormente sobre a questão “liberdade de imprensa”. Buscamos informações sobre os jornalistas-escritores, sua afiliação profissional e consideramos os meios tecnológicos utilizados para que os textos chegassem aos leitores em potencial.

#### 4.3.3 Identificação das fases do episódio

Com o desenrolar dos fatos do episódio, rotulamos cada uma das fases cronológicas, de acordo com a reação dos jornalistas aos acontecimentos:

- Primeira fase: Corresponde ao conjunto de textos produzidos nos dias 10 e 11 de maio de 2004. A característica comum a todos eles é surpresa dos

jornalistas em relação ao teor da reportagem de Larry Rohter. Nesta tese, esse movimento será denominado “Apoio ao Presidente”. Abrange os textos de número 1 a 16.

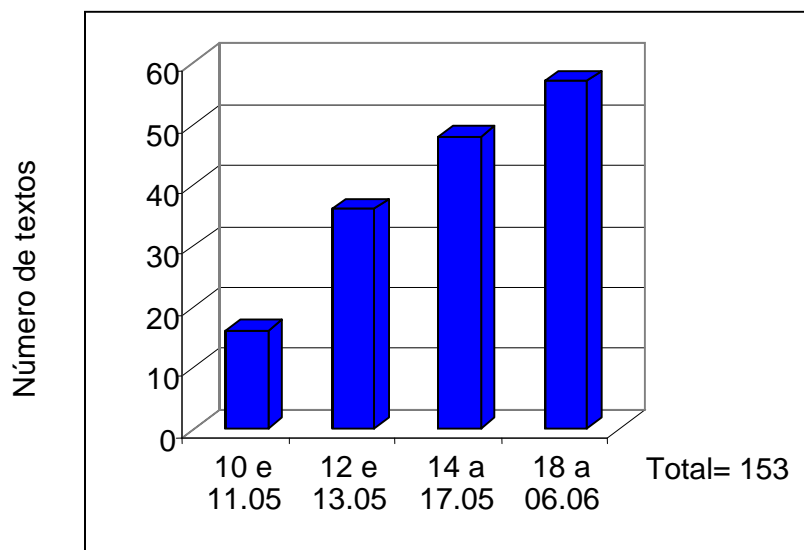
- Segunda fase: Diz respeito aos textos publicados nas datas de 12 e 13 de maio, logo após o cancelamento do visto do repórter americano. Esta fase será denominada “Indignação contra o Presidente” e envolve 36 artigos: do número 17 ao 53.
- Terceira fase: A ser denominada “Descrédito do Presidente”, engloba os textos produzidos entre 14 a 17 de maio, este último o dia em que o cancelamento do visto do correspondente do The New York Times foi anulado (artigos 54 a 101, perfazendo um total de 48).
- Quarta fase: identificada como “Avaliação dos Atos do Presidente”, abarca a produção de artigos referentes ao período de 18 de maio a 06 de junho de 2004 (data do último texto encontrado com o tema em questão). Abrange os textos de número 102 a 153, num total de 57 artigos.

A partir dessa divisão, organizamos uma planilha (Anexo E) com as ementas de cada artigo, o que nos foi útil no momento da análise das regularidades lingüísticas e temáticas. A Figura 4.1 dá-nos uma noção da quantidade de textos que coube a cada uma das fases.

#### 4.3.4 Identificação das ocorrências de julgamento

Nesta etapa, delimitamos como alvo do julgamento os atos do Presidente da República, representados nos artigos através de variados itens lexicais pertencentes ao mesmo campo semântico: “Lula”, “Luís Inácio”, “Luís Inácio Lula da Silva”, “o mito Lula”, “Da Silva”, “ele” (sr. Lula), “o presidente”, “a Presidência”, “o atual governo”, “o operário”, “o (ex)metalúrgico”, “o petista”, “o Planalto”, “a capacidade do governo”, “o gesto de Lula”, “o presidente e seus áulicos”, “a decisão (do Presidente)”, “a reação (oficial) (do governo)”, “a retirada do visto”, “a saída encontrada”, “a expulsão (do jornalista)”, “os hábitos de Lula”, “o desgoverno”, “o episódio Lula x NYT”, “a atitude (de Lula)”, “Lula e seus conselheiros”, “a (brutal) trapalhada”, “um mandatário”, “o processo de decisão que levou à cassação do visto” e “a medida”. Chegamos à listagem dessas realizações gramaticais através da pesquisa manual e da

checagem, no *corpus*, através da ferramenta auxiliar TextStat - Simple Text Analysis Tool – versão 1.52.



**Figura 4.1 - Número de textos selecionados em cada fase**

A fim de viabilizarmos nosso trabalho, acomodamos as ocorrências de julgamento nas categorias propostas por Martin e White (2005) e Bednarek (2006). Como a abordagem de Martin e White (2005) tem como referência jornais britânicos e australianos e a de Bednarek (2006) é resultado da pesquisa nos grandes jornais e nos tablóides da imprensa britânica, sentimos a necessidade de propor novo modelo de categorias específicas dos artigos do evento em questão, sob a forma de recursos de avaliação, pertinentes ao perfil do jornalismo brasileiro.

Em nossa tese, sugerimos a existência de cinco recursos de avaliação, específicos de nosso *corpus*: CAPACIDADE, USUALIDADE, TENACIDADE, VERACIDADE e PROPRIEDADE, tanto para as declarações do próprio autor quanto para as atribuições. Porque, ao declarar sua opinião, o escritor se compromete em maior grau com sua proposição, determinamos que, para esta pesquisa, os cinco recursos referentes à *declaração* seriam denominados centrais, e aqueles referentes ao *dizer do outro* seriam denominados periféricos.

Optamos também por grafar, a exemplo de Bednarek (2006), os nomes dos recursos em caixa alta, a fim de facilitar a rápida investigação por parte do leitor e também a menção dos termos semântico-discursivos.

As categorias escolhidas estão dispostas no Quadro 4.1.

ÂMBITO	MODO	RECURSO	
		Estima social	Sanção social
Central	Declaração	CAPACIDADE	VERACIDADE
		USUALIDADE	PROPRIEDADE
		TENACIDADE	
Periférico	Atribuição	CAPACIDADE	VERACIDADE
		USUALIDADE	PROPRIEDADE
		TENACIDADE	

**Quadro 4.1 – Recursos de avaliação: artigos do episódio Lula x Larry Rohter**

Os critérios que utilizamos para identificar os recursos dizem respeito à estima social (quando julgamos o comportamento dinâmico de alguém) e à sanção social (quando julgamos o comportamento ético de alguém). A estima social refere-se a julgamentos do comportamento do indivíduo no cotidiano, em termos de ações, habilidades, relacionamentos familiares, profissionais e sociais, regulados pelo senso comum e pelos códigos da cultura do grupo social.

Os três recursos referentes à Estima Social são:

- **CAPACIDADE:** expressa juízos relativos a habilidades, conhecimentos e qualidades de bom ou ruim (o foco da avaliação é o comportamento epistêmico de um ator social);
- **USUALIDADE:** diz respeito à usualidade e à expectativa em relação ao comportamento de outrem (diz respeito ao comportamento canônico de alguém);
- **TENACIDADE:** refere-se à aptidão do indivíduo, a sua prontidão e a seu querer fazer (a avaliação incide sobre o comportamento bulomaico de um ator social).

Os dois recursos referentes à Sanção Social incidem sobre o comportamento ético do indivíduo e diz respeito aos códigos culturais regulados pela moral e pela lei. São eles:

- **VERACIDADE:** refere-se os valores de verdadeiro e falso, ou seja, a avaliações do comportamento alético de um ator social;
- **PROPRIEDADE:** realiza os valores de certo e errado e diz respeito ao comportamento deontico de um ator social.

Nossa proposta pode ser resumida, então, pelo que apresentamos no Quadro 4.2.

<b>Julgamento</b>	<b>Recurso</b>	<b>Comportamento</b>	
<b>estima social</b>	CAPACIDADE	dinâmico	epistêmico
	USUALIDADE		canônico
	TENACIDADE		bulomaico
<b>sanção social</b>	VERACIDADE	ético	alético
	PROPRIEDADE		deôntico

**Quadro 4.2 – Correlação entre recursos de avaliação e comportamentos julgados**

#### 4.3.5 Identificação das vozes autorais

Após termos realizado todos os cálculos das ocorrências de julgamento, dentro dos critérios que apresentamos anteriormente, procedemos à quinta etapa de nossa investigação. Fizemos o cruzamento das ocorrências de declaração e atribuição com os verbos de elocução, a fim de detectarmos as regularidades dos textos e determinarmos se o julgamento de sanção social parte da opinião do autor ou da fonte citada por ele. Assim foi possível classificar as realizações lingüísticas, identificadas na etapa 4, nas categorias “voz do correspondente” e “voz do comentarista”.

Esse é um traço importante a ser observado nos textos, uma vez que no Brasil vigora a liberdade de imprensa, e os jornalistas sentiram-se extremamente afrontados com a possível expulsão do repórter americano.

#### 4.3.6 Organização dos dados estatísticos

Por fim, transformamos os resultados obtidos em porcentagens, usando a metodologia simples de censo populacional. O cálculo da porcentagem realizou-se com base no número de formas<sup>33</sup> ocorridas nos textos em relação a cada fase e, posteriormente, como um todo. Finalmente, os resultados foram transportados para planilhas Excell e transformados em gráficos.

<sup>33</sup> *Types*, em *Lingüística de Corpus*.



#### 4.4 Ferramenta auxiliar de análise

Channell, em estudo datado de 1999, aponta que a mudança de item lexical implica que

- a mesma palavra tem diferentes sentidos para diferentes falantes no mesmo momento e
- falantes continuam a aprender nos sentidos e novos usos para as palavras que eles realmente conheçam e ainda
- especular sobre o conteúdo e a estrutura do léxico mental humano torna-se correspondentemente mais difícil (CHANNELL, 1999, p. 54).

As análises mais complexas (ocorrências de julgamento, declaração e atribuição, bem como dos recursos de avaliação) foram feitas, num primeiro momento, manualmente. Após, com vistas a uma maior fidedignidade dos dados, foi utilizado para a conferência de dados um *software* auxiliar – TextSTAT – Simple Text Analysis Tool – versão 1.52. É programado para analisar textos ASCII/ANSI (em diferentes codificações) e arquivos HTML (diretamente da internet). Produz listas de frequência de palavras e concordâncias desses arquivos. A versão inclui uma *webspider* que lê quantas páginas forem desejadas de um *site* particular e coloca-as num corpus TextStat.

Conrad e Biber (1999) compartilham da necessidade do uso de uma ferramenta computacional, pois para eles através da “análise baseada em *corpus* nós ganhamos um perspectiva a qual é verdadeiramente distintiva em contextos particulares de uso da linguagem e que identifica direções possíveis para futuras investigações” (p. 73).

Sendo assim, a ferramenta computacional foi utilizada por nós não como objeto de análise, mas como recurso auxiliar, de modo a tornar a localização das palavras no *corpus* mais rápida e a assegurar a credibilidade dos dados. A complexidade de usos em uma população de 85.570 palavras tornaria a análise manual, isolada, duvidosa. Houvemos por bem aliar as duas metodologias, a fim de termos mais segurança nos resultados.

No próximo capítulo, especificaremos os resultados de cada uma das etapas de investigação e também faremos comentários acerca de nossas averiguações.

## CAPÍTULO V – O JULGAMENTO FINAL

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos durante a análise dos 153 textos que constituem nosso *corpus*. Inicialmente apresentamos os dados relativos à configuração contextual (CC) e, a seguir, as observações realizadas em cada uma das etapas listadas no capítulo IV.

### 5.1 Episódio Lula x Larry Rohter: configuração contextual

A configuração contextual (CC), segundo Hasan (1989, p. 55-59), é composta de três elementos: o campo, as relações e o modo, os quais se referem a certos aspectos da situação social refletidos na linguagem em uso. O campo é o tipo de evento comunicativo que está acontecendo; as relações referem-se ao tipo de interação e de envolvimento social que se realiza no momento, e o modo aponta para o canal e o meio utilizados na realização do evento. Assim, os membros de cada opção podem combinar-se, consistindo em uma configuração, um conjunto específico de valores que compreendem campo, relações e modo.

#### 5.1.1 Campo

No dia 09 maio de 2004, foi publicada, no jornal The New York Times, uma extensa matéria escrita pelo jornalista Larry Rohter intitulada “Hábito de beber do Presidente do Brasil torna-se preocupação nacional” (*Brazilian leader’s tipping becomes national concern*), cujo subtítulo especulava: “Questões são levantadas acerca da habilidade de governar” (*Questions raised over ability to perform*). A reportagem vinculou gafes e trapalhadas cometidas por Luís Inácio Lula da Silva (Lula) ao hábito do Presidente em fazer uso de bebidas alcoólicas em público. Estampou uma foto do governante acompanhado de sua esposa e de outros políticos em uma *Oktoberfest* na cidade catarinense de Blumenau, em 3 de outubro

de 2003, festa muito comum no Sul do Brasil, em que os concursos para tomar chope em metro são bastante prestigiados. Esta é uma brincadeira típica de tais comemorações em comunidades descendentes de imigrantes alemães e aquele que tomar, em centímetros, a maior quantidade de chope, ganha o prêmio da noite.

A matéria em questão, ofensiva à imagem do Presidente brasileiro, foi traduzida e publicada pela Folha de São Paulo no mesmo dia 09 de maio de 2004, o que provocou diversas manifestações no país e ocasionou a reação do governo brasileiro para desmentir as afirmativas feitas e procurar manter o bom conceito que possuía diante de outras nações. Na noite do dia 09 de maio, o Porta-Voz da Presidência da República do Brasil divulgou uma nota oficial como resposta à matéria. O governo brasileiro, por se achar em uma situação de grande vulnerabilidade, sentiu-se na obrigação de não só desmentir as proposições da reportagem como também desfazer a má impressão provocada pela matéria.

No dia 11 de maio, o The New York Times publicou uma carta do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, na qual ele exprimia sua "indignação", considerando "surpreendente e lamentável que o jornal The New York Times tenha dado crédito a uma história tão ofensiva e totalmente infundada". O The New York Times se manifestou dizendo, através de sua porta-voz, Catherine Mathis, que o jornal acreditava que a reportagem estava correta. A mesma frase foi repetida por Catherine quando questionada sobre a intenção do governo brasileiro de acionar o jornal na Justiça.

Como conseqüência, e com base no Estatuto do Estrangeiro, legislação muito utilizada na época da ditadura brasileira, no dia 11 de maio de 2004, foi anunciado pelo governo brasileiro, em nota oficial, o cancelamento do visto temporário de Larry Rohter no território brasileiro. Tal atitude, desconhecida do então ministro da Justiça, Márcio Tomas Bastos, que estava em viagem à Suíça, causou muitas manifestações por parte da imprensa nacional e internacional.

O fato provocou tumulto no país, e o que era para ser mera especulação tomou proporções internacionais. Vários órgãos ligados ao jornalismo e à defesa da liberdade de imprensa se manifestaram, afirmando que a publicação da reportagem não justificava a expulsão do repórter. O fato foi tomando vulto aos poucos na imprensa nacional e internacional, e várias foram as manifestações acerca do episódio.

No dia 14 de maio, após muita confusão, declarações de ministros e políticos, Larry Rohter enviou uma carta ao ministro da Justiça brasileiro com um pedido de reconsideração do ato autoritário. Como saída diplomática, o governo brasileiro retirou a solicitação de cancelamento do visto e deu por encerrado o assunto. Em 17 de maio, já de volta ao Brasil, o ministro Márcio Thomas Bastos assinou o despacho, reconsiderando a decisão tomada anteriormente pelo governo brasileiro.

### 5.1.2 Relações

O episódio contou com a participação de vários atores: o jornalista americano (Larry Rohter), o Presidente da República (Luís Inácio Lula da Silva), assessores do Palácio do Planalto, diplomatas brasileiros, editor e porta-voz do jornal The New York Times, jornalistas brasileiros.

Em virtude do foco desta tese, apenas dois sujeitos e um grupo de profissionais serão identificados: o jornalista Larry Rohter, o Presidente do Brasil e o grupo de jornalistas a que pertencem os artigos selecionados por nós.

William Lawrence Rohter Junior é repórter americano e vivia no Rio de Janeiro desde a década de 90. É casado com uma brasileira e possui filhos nascidos no Brasil. Quando publicou a polêmica reportagem, era chefe da sucursal do jornal americano The New York Times no Brasil e na América Latina.

O segundo ator social, que constitui o alvo dos julgamentos realizados pelos jornalistas, é Luís Inácio Lula da Silva. Presidente do Partido dos Trabalhadores – PT, foi eleito Presidente de Brasil no final de 2002. Era um operário advindo do sindicalismo metalúrgico paulista e foi a quarta vez que disputou as eleições nacionais, saindo vencedor absoluto em relação ao seu adversário, José Serra. Pela primeira vez o país tinha, como governante máximo, um homem vindo das camadas mais populares, de hábitos simples iguais aos de qualquer outro brasileiro. Durante a campanha eleitoral, seus adversários alegavam que a pouca escolaridade desse trabalhador seria um empecilho à governabilidade do país. Foi acusado, na reportagem de Larry Rohter, de exagerar no consumo de bebida alcoólica.

Os desdobramentos da reportagem de Larry Rohter contaram com a participação de vários jornalistas que, na época, pronunciaram-se em toda a mídia falada, impressa, televisiva e digitalizada. Nesta tese, tais participantes foram

escolhidos segundo critérios de nacionalidade (brasileiros), gênero discursivo produzido (artigo de opinião) e de instrumento de mediação (publicações de jornais *on-line* e do Observatório da Imprensa).

Os textos aqui analisados foram escritos por um total de 87 autores, vinculados a quinze jornais, duas instituições representativas da classe (Comitê de Proteção dos Jornalistas e Repórteres sem Fronteiras) e uma instituição de *midia watching* (Observatório da Imprensa). Os jornalistas atuam em diversos pontos do Brasil e exercem as mais variadas tarefas, dentre elas a autoria de colunas periódicas em jornais (Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Teresa Cruvinel – O Globo, Dora Kramer – Jornal do Brasil, Rosane de Oliveira – Zero Hora, por exemplo), editoriais de revistas, jornais ou TV (Nélson de Sá, Gustavo de Oliveira, Marcel de Brot, Paulo César de Oliveira, Ali Kamel, Alberto Dines e outros).

São também blogueiros e colunistas de vários jornais (Cláudio Humberto), profissionais de outras áreas além do jornalismo (Mauro Chaves, Carlos Brickmann), autores de artigos esporádicos no Observatório de Imprensa (Ana Maria Oliveira, Beatriz Singer) e autores de colunas de variedades, inclusive política (Ancelmo Góis, Mônica Bergamo). A listagem completa dos autores, em ordem alfabética, seus respectivos artigos e órgãos de atuação encontram-se explicitados no Anexo B.

Inicialmente, os dois participantes principais do episódio ocupam posições hierárquicas diferentes. O agressor é um jornalista de um importante veículo americano e, como tal, desfruta de uma posição privilegiada em relação a todos os demais. Por outro lado, o agredido é o Presidente do Brasil, figura máxima na hierarquia nacional, a quem se deve respeito pelo cargo que ocupa.

As outras personagens são, em geral, jornalistas. São cidadãos brasileiros que trabalham para a imprensa e cujo fazer diário é escrever, provocar discussão e posicionar-se, alguns verbalizando a presumida superioridade do colega e da mídia americana e outros fazendo a defesa do repórter estrangeiro. Vejamos algumas declarações:

“Até concordo que o jornalista, talvez de nariz empinado como costuma se posicionar a maioria dos norte-americanos frente a outras nações, exagerou na dose da reportagem.” (73.AAV.11)

“... já que o que emana do artigo é o tom velho de superioridade sobre a

república das bananas, que condena o problema cultural pelo avanço da pobreza, e não as estratégias da OMC e do FMI) poderia achar que não é um bom momento para a mídia americana querer ensinar uma suposta liberdade de imprensa, ...” (124.LC.101)

“Isto posto, vamos aos prováveis porquês. O primeiro deles é óbvio:

William Larry Rohter Junior é um jornalista americano que escreve para um jornal americano. Se ele se chamasse Guillaume Rohterac e escrevesse para o Le Monde de Paris ou Wilhelm Rohterberg e escrevesse para o Die Welt de Berlim, não lhe cassariam o visto.” (80.LW.103)

Por esses excertos, já vemos a crítica à hegemonia americana e a explicitação do complexo de “país das bananas”. Começa a desenvolver-se a idéia de que haveria, por trás do episódio, uma conspiração americana com o objetivo de acabar com a popularidade do Presidente.

Entretanto, com a evolução dos fatos e a iminente expulsão de Rohter, as posições mudam: Lula transforma-se no agressor, e os jornalistas são os agredidos. Como exemplos, apresentamos alguns títulos dos artigos coletados: “De vítima a vilão” (53.VC.150); “Da tolice a uma crise” (35.CR.63). A figura de Larry Rohter passa para um segundo plano, e daí em diante é lembrada apenas como “o jornalista americano” (13.LG.102), “o colega norte-americano do NYT” (121.IL.90).

O terceiro componente da CC – o modo - não será desenvolvido nesta seção 5.1, por considerarmos importante dedicar a ele uma seção em que todas as considerações sobre a organização da mensagem constem em conjunto.

## **5.2 Identificação das fases temáticas**

Hunston (1999) já se manifestava acerca da possibilidade de se analisar um conjunto de textos. Além da intertextualidade presente, é importante que estudemos neles o modo como a avaliação se apresenta, pois ela “exerce um importante papel na construção de uma ideologia particular, através de um texto ou de um conjunto de textos” (HUNSTON, 1999, p. 177). Ao lermos todos os artigos que compõem nossa amostra, perceberemos a possibilidade de considerarmos o conjunto um grande bloco, uma vez que há unidade de tema (BAKHTIN, 2000), de gênero e de atividade social envolvida.

Para cumprirmos a segunda etapa de trabalho, partimos do conjunto de textos que formam o *corpus* e identificamos estágios delimitados, processos, participantes e circunstâncias específicas. Do total dos acontecimentos, delimitamos quatro fases constitutivas, levando em consideração o posicionamento dos jornalistas em relação ao comportamento do Presidente da República: Apoio ao Presidente, Revolta contra o Presidente, Descrédito do Presidente e Avaliação dos Atos do Presidente.

### 5.2.1 Primeira fase: Apoio ao Presidente

O primeiro momento está constituído de dezesseis artigos produzidos nos dias 10 e 11 de maio de 2004 (Anexo A), que correspondem aos dois primeiros dias após a publicação da matéria no The New York Times, ofensiva ao Presidente Lula. A grande maioria dos textos exprime sua surpresa em relação à reportagem de Larry Rohter (para alguns, “recortagem”- 14.MP.113). A maioria dos jornalistas selecionados demonstrou seu descrédito com a reportagem, e a atitude geral foi de apoio ao Presidente do Brasil, que foi considerado vítima da reportagem. Apresenta-se um estado de coisas para o qual perguntamos: “O que está acontecendo?”

Apontamos como exemplos:

- (1) “Brizola pode falar pelo tempo em que conviveu com Lula, mas não pelo presente. Há muito os dois estão afastados, não freqüentam os mesmos lugares e não têm sequer amigos comuns. O conceito de ‘beber socialmente’ é elástico no Brasil.” (3.RO.135)
- (2) “O que tem demais o presidente tomar uns drinques?” (4.AC.3)
- (3) “... ao insinuar que nele se bebe demais. Bobagem. Bebe-se tanto quanto no mundo jornalístico ou no mundo empresarial ou qualquer outro ambiente.” (8.CR.62).
- (4) “Mas nunca o vi bêbado, e nada indica nos seus atos que esse gosto pela bebida seja um empecilho à sua atuação na Presidência.” (14.MP.113)
- (5) “Ilustrar uma reportagem sobre o suposto hábito de beber além da conta do presidente Lula com uma foto dessas, ou é desinformação completa ou é má-fé. Eu já participei de vários jantares e almoços em que o presidente

Lula esteve presente, e já o vi beber diversos tipos de bebida, inclusive "bebidas fortes" como cachaça. Mas nunca o vi bêbado, e nada indica nos seus atos que esse gosto pela bebida seja um empecilho ..." (14.MP.113)

Pelo que observamos nos exemplos acima, os escritores descartam a bebida como um empecilho para a governabilidade do país, levando em conta a realidade cotidiana brasileira (1), em que "beber" é um ato socialmente aceitável (2) tanto na esfera da política quanto nas outras esferas sociais, inclusive no jornalismo (3). O clamor geral da maioria dos autores (4) e a incerteza quanto aos hábitos etílicos do Presidente do Brasil e as críticas à reportagem (5) apontam para o apoio ao comportamento social de Luís Inácio.

Até foi elaborada uma comparação entre as reações dos brasileiros e dos americanos à acusação de abuso do álcool por parte de uma autoridade:

- (6) Creio que os leitores brasileiros não entendem as implicações desse tipo de acusação nos EUA. Este país tem raízes puritanas, com um passado de leis e campanhas pela total "proibição" de bebidas. Álcool, celebridades e política não se misturam. Ou, pelo menos, não deveriam se misturar "em público" (6.ABR.26).

Mas as relações pacíficas entre o Quarto Poder e o Executivo foram se modificando de acordo com as ações do governante.

### 5.2.2 Segunda fase: Indignação contra o Presidente

Refere-se aos textos publicados nos dias 12 e 13 de maio, logo após o cancelamento do visto do repórter americano. Está constituído de 36 artigos: do número 17 ao 53 (Anexo A). Nesse período, a reação dos jornalistas foi de revolta com a decisão tomada pela Presidência da República. A maioria dos textos manifesta-se contra a atitude oficial extrema e questiona o cerceamento à liberdade de imprensa, ao mesmo tempo em que demonstra temor quanto à volta do autoritarismo no Brasil, especialmente em relação à imprensa. Todos os textos têm forte conteúdo crítico, o que se pode perceber pela seleção lexical utilizada.



O conjunto de artigos responde à questão: “O que mudou a partir da primeira fase? Que problema está acontecendo?” Os seguintes excertos contêm algumas passagens do segundo momento:

- (7) “A expulsão do jornalista Larry Rohter do Brasil vai transformá-lo em vítima e conferir ao Governo Lula, que foi vítima de seu mau jornalismo, um traço autoritário. Virão agora os questionamentos sobre sua compreensão da liberdade de imprensa. A última expulsão ocorrida no Brasil foi na ditadura...” (2.TC.144)
- (8) “O governo errou duas vezes. Primeiro, ao maximizar a matéria sobre o consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente da República, dando-lhe relevância descabida. Segundo, ao expulsar o autor da polêmica reportagem. A repercussão ganhou força na imprensa mundial porque, na visão geral, abriu um perigoso precedente.” (26.AAL.14)

Observamos que, após a decisão presidencial, o julgamento dos jornalistas em relação ao comportamento de Luís Inácio Lula da Silva muda radicalmente. Embora a classe ainda considere a reportagem de Larry Rohter uma infelicidade (7), os ânimos tornam-se mais acirrados, criando um grande “problema” nacional e até internacional (8). Aos poucos, são retomados os julgamentos feitos na primeira fase, e alguns manifestam opinião contrária às formuladas no primeiro período, como observamos nas seguintes passagens:

- (9) “Mas o governo errou muito mais ao deixar que o natural sentimento de honra ofendida atropelasse a liturgia sagrada da liberdade de imprensa, dando a um caso típico de mau jornalismo uma inexistente dimensão política.” (30.AM.28)
- (10) “E de vítima, o governo se tornou vilão.” (3.CL.48)
- (11) “Agora, a afronta dirige-se à imprensa.” (36.DK.75)
- (12) “De todas as vezes em que a índole democrática do governo foi posta à prova, o que se exibiu foi autoritarismo, freqüentemente agravado por arrogância.” (39.JF.93)
- (13) “O governo Lula deixou-se levar pela cólera e não pela razão ao

cancelar...” (40.MCL.111)

Em (9) podemos perceber o ponto mais delicado em torno do qual giraram os artigos produzidos no período: o cerceamento à liberdade de imprensa. O uso de verbos como “atropelasse”, de expressões como “deixou-se levar pela cólera” e de nomes como “vilão”, “afronta”, “autoritarismo” conduzem os julgamentos para o valor negativo. O trecho a seguir é uma mostra do que afirmamos:

(14) “A exibição de músculos do governo brasileiro, ao expulsar do País o jornalista do New York Times que escreveu uma matéria especulativa sobre os hábitos éticos do presidente Lula, revela uma espécie de "machismo" latino-americano capaz de agravar a nossa imagem internacional. Além de estúpida, a atitude demonstra fragilidade do governo. Nos últimos dias, vimos uma republiqueta semelhante àquela satirizada por Woody Allen no seu hilariante filme Bananas. Sabemos que o próprio presidente não levou o assunto tão a sério, mas a sua equipe de alguns zelosos comissários cometeu a insensatez de tomar medidas desproporcionais à ofensa, mostrando involuntariamente que uma "ferida narcísica foi atingida". (46.RL.129)

O julgamento emitido pelos jornalistas amplia-se, e à pessoa do Presidente é associado o país como um todo, a exemplo de (14), em que Reinaldo Lobo qualifica nosso país como uma “republiqueta de bananas”. Expressões como “exibição de músculos”, “machismo latino-americano”, “fragilidade do governo”, “medidas desproporcionais”, “ferida narcísica” dão a dimensão do quanto a atitude presidencial atingiu a classe dos jornalistas.

A menção ao filme Bananas reforça a intenção de ridicularizar a ação presidencial. O filme narra a história de um testador de produtos de uma grande firma que é apaixonado por uma ativista política. Para conquistar o seu amor, o testador de produtos vai para San Marcos, uma republiqueta na América Central, e lá se une aos rebeldes, acabando por tornar-se o presidente do país. Quando o vê como um líder político, a ativista se apaixona por ele (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bananas>).

Nesse momento, aos poucos vai se instalando um clima de menosprezo dos autores em relação aos atos de Luís Inácio Lula da Silva, como podemos observar em 15:

- (15) “O problema do Lula não é o que ele faz bêbado; é o que faz lúcido...”  
(47.RB.131)

### 5.2.3 Terceira fase: Descrédito do Presidente

O terceiro momento responde à questão: “Como foi visto o ato de voltar atrás de uma decisão?” Engloba os textos produzidos entre 14 a 17 de maio. Em 14 de maio, foi concedido pelo Superior Tribunal de Justiça a Larry Rohter *um habeas corpus* como medida de proteção para permanecer no Brasil. No dia 17, aconteceu a anulação do cancelamento do visto, atitude essa que pretendia dar o caso por encerrado. Os artigos que fazem parte deste momento constituem um total de 48 textos, numerados de 54 a 101 na planilha (Anexo A). São exemplos:

- (16) “Ontem, ao perceber o tamanho do estrago, voltou atrás divulgando nota. Tirou a escada e deixou a turma do Planalto pendurada no pincel.” (58 ABD 38)
- (17) “Quando carece o devido apoio da assessoria, como no caso do Times, Lula troca os pés pelas mãos.” (57 AM 29)
- (18) “... o Governo e mais precisamente o presidente Lula ficaram com um abacaxi na mão, pelo exagero da medida.” (59 CL 49)
- (19) “É só um exemplo para se mostrar o beco sem saída em que o governo se meteu ao dar caráter de grave questão de Estado ao que era uma bobagem, lamentável, mas bobagem.” (61 CR 64)
- (20) “Lula arrumou uma sarna que o incomodará por muitos anos. Coçando até arrancar sangue todas as vezes que for flagrado com um copo na mão.” (70 VB 153)

Os artigos jornalísticos apresentam uma grande quantidade de expressões da gíria e da linguagem coloquial, que são utilizadas como estratégia discursiva para desacreditar Lula. A ameaça iminente às prerrogativas do livre exercício de

expressão faz com que imagens verbais sejam construídas, todas em sentido negativo. O presidente é visto como não-confiável (16), trapalhão (17), exagerado (18), insensato (19) e inábil (20).

Em (21), Villas-Bôas Corrêa estabelece uma comparação entre os acontecimentos reais com um jogo de futebol, metáfora muito apreciada pelo Presidente brasileiro, quando se dirige ao povo em geral. Usa contra o Presidente a sua própria estratégia.

(21) “Não vou chover no molhado e repisar obviedades, como a reprovação à leviandade do repórter americano ao embarcar em fofocas e mexericos de fontes vulneráveis pelas suas notórias posições políticas. Mas o jogo estava ganho por goleada no primeiro tempo...” (70.VB.153)

Em (22) e (23), substantivos e adjetivos são usados para caracterizar os atos de Lula:

(22) “... confunda a descontração tupiniquim presidencial... ex-sindicalista falastrão e desastrado como Lula.” (68.PL.128)

(23) “...já se perdeu tempo demais com essa trapalhada. (...) o desfecho foi o melhor possível depois da desastrada decisão...” (84.RO.138)

As alusões aos possíveis hábitos éticos do Presidente tornam-se mais irônicas e freqüentes, e os jornalistas fazem várias colocações escarnecedoras que remetem ao campo semântico de “cachaça” (24, 25, 26, 27). Também o comparam a outras figuras da política brasileira e mundial (28), famosas por apreciarem bebidas alcoólicas.

(24) “Daí a se jogar no lixo toda uma biografia ... só de porre mesmo.” (68.PL.128)

(25) “Duda Mendonça bem que poderia transformar num produto de exportação de grande sucesso, quem sabe com a marca Caipirinha Da Silva - Uma expulsão de alegria! Mas, infelizmente, a brutal trapalhada governamental ...” (81.MCH.112)

- (26) “Agora a reação de Lula e adjacentes bem que pareceu roda de cachaça.” (86.AL.1)
- (27) “Chega!  
E já está o escriba, “cachacista” veterano, assumido e militante, também empanturrando a paciência dos leitores. Vamos deixar o retumbante tema para a discussão no local apropriado: o boteco.” (86.AL.1)
- (28) “Zuzo bem”  
E Boris Yeltsin, hein? Se o então presidente russo expulsasse os jornalistas estrangeiros que noticiaram suas bebedeiras, não sobrava ninguém no país.” (89.CH.56)

A desconsideração com a figura política mais alta do país chega aos níveis mais baixos, inclusive com reprodução fonética de uma fala de bêbado (28), como também ocorre com “Fim de papo (hic!). O ‘núcleo duro’ do governo já estava sendo chamado de ‘núcleo líquido’...” (89.CH.56).

#### 5.2.4 Quarta fase: Avaliação dos Atos do Presidente

O quarto e último estágio do acontecimento refere-se aos textos de número 102 a 153, publicados entre 18 de maio (um dia após a revogação da expulsão) a 06 de junho de 2004 (data do último texto encontrado dentro dos critérios de seleção). São 57 artigos no total (Anexo A). Corresponde ao período de avaliação e responde à questão: “Como se pode avaliar a atitude de Lula durante a crise?”

Já com a sensação de “pauta vencida” (“Na maioria dos telejornais e nos *sites* noticiosos, o clima era de pauta vencida. Até a próxima crise.” - 124.LC.101). Nesta fase os jornalistas escrevem seus pareceres sobre a confusão como um todo, e especialmente sobre as perturbações provocadas pela ameaça à liberdade de imprensa no Brasil. As passagens a seguir comprovam a existência do quarto momento.

- (29) “Até a tarde de terça-feira (11/5), era o senhor da situação, envolvido pela solidariedade federal. Naquela mesma noite, por artes de uma decisão extemporânea, foi remetido à condição de Geni – saco de pancadas da

irritação nacional.” (104.ADI.10)

- (30) “Para a sorte do Presidente, o de bêbado não só tem dono (ao menos o meu, tem) como também sorte, muita sorte.” (140.AL.2)
- (31) ““Por muito tempo, Lula da Silva terá de ouvir gracinhas do tipo "se beber, não governe; se governar, não beba", a insólita e sugestiva assertiva de que "governo de bêbedo não tem dono" ou a sábia advertência: "Governe com moderação".” (134.AS.33)

Nessa etapa, a avaliação total do episódio segue na linha “chula”: a autoridade máxima é reduzida a “saco de pancadas” (29) e tem seu comportamento associado a ditados de baixíssimo calão (30, 31). O slogan "se beber não dirija", usado por propagandas oficiais ou por marcas de bebidas alcoólicas, é recontextualizado, para mostrar a incapacidade de tomar decisões acertadas.

Nesse período de críticas, há várias reflexões sobre a conduta da imprensa brasileira e o seu papel no contexto atual (32, 33, 34, 35), e também sobre o país como um todo (36). É o caso dos seguintes excertos:

- (32) “Existe, sim, corporativismo na imprensa, como há no sindicalismo onde Lula militou no passado.” (115 CRO 68)
- (33) “Uma boa aula de Direito Constitucional, por exemplo, evitaria a geléia jurídica feita pelos jornais ao usar indiscriminadamente as expressões extraditar, expulsar e deportar, como se fossem sinônimos.” (119.FB.80)
- (34) “A imprensa não defende o controle externo do Judiciário? E quem fiscaliza os jornalistas? Afinal, o presidente bebe em excesso? Escrevi na última edição do Observatório que jornalistas e jornais jamais conseguirão ser plenamente imparciais porque dispõem da prerrogativa de publicar apenas o que for conveniente ao seu interesse, mas não assumem essa prática. "A velha e batida questão ética...", bocejou um crítico. O assunto é realmente velho, mas só está batido para quem se conforma...” (119.FB.80)
- (35) “... parece que a imprensa nacional – se não toda, uma boa parte – continua fabricando seu produto para um povo idiota, sem estudo, como se ninguém soubesse o que mudou.” (123.LM.100)
- (36) “Tudo isso poderia ter sido evitado, se Lula da Silva tivesse discernimento

para perceber a imensa mancada que o desacreditou nas manchetes internacionais e maculou o Brasil com a pecha de país repressor da liberdade de expressão.” (134.AS.33)

O sentimento geral, então, era o de conscientização de que acontecera uma “tempestade num copo d’água”, pois fora dada importância a uma reportagem que criticava a pessoa do Presidente da República. Sabemos que aqueles que ocupam o poder sempre são motivo de histórias, mexericos e piadas. Lembramos aqui a afirmativa de Bond, quando se refere a colunas sobre os bastidores da política: elas se parecem muito com as colunas de fofocas, mas apresentam significação maior (“transcendem aquela tagarelice” – BOND, 1962, p. 240). Ao invés de nomes de pessoas comuns, constam nomes de autoridades políticas, como líderes, congressistas, senadores. Já os temas fogem daqueles triviais, pois se referem a assuntos nacionais e internacionais.

Com base na produção escrita que circulou no período de 10 de maio a 10 de junho de 2004, resumimos o conjunto de acontecimentos reais em cada fase. Com isso, usando a expressão de Alberto Dines (104.ADI.10), foi feita a “anatomia da ressaca”.

Passamos agora para os índices de julgamento com base em critérios de estima e sanção social.

### **5.3 Recursos de julgamento**

Nesta fase da investigação do *corpus*, identificamos todas as ocorrências de julgamento que se encaixam no modelo de Bednarek (2006). Fizemos um quadro de ocorrências por classificação, identificando adjetivos, substantivos, verbos, advérbios e expressões que constam dos nove recursos da autora.

Logo partimos para a identificação, nos artigos, dos índices de evidencialidade (declaração /atribuição), que dizem respeito às passagens em que os autores utilizam a sua própria voz ou a voz de outrem para exprimir sua opinião. Consideramos a *declaração* como a manifestação do próprio autor em relação ao que diz e a *atribuição* a manifestação de terceiros no texto. Combinamos as ocorrências com as fases cronológicas observadas no evento.

Os julgamentos expressos pelo próprio autor, que indicam alto grau de comprometimento com o seu dizer, trazem implícita a afirmativa “Eu digo que”. Encontramos no *corpus* total, através de análise manual e posterior conferência através da ferramenta TextStat, 163 adjetivos ligados ao julgamento de Lula (por exemplo, “tempestuosa”, “burro”, “grotesco”, “estranho”), 194 substantivos (“inépcia”, “fragilidade”, “líder”, “vítima”, “hipocrisia”, dentre outros), 67 verbos (“fingem”, “minando”, “erram”, “prejudica”), 10 advérbios ou sintagmas adverbiais (“debochadamente”, “de improviso”, “fora da medida”) e 117 expressões (dentre elas “decidir com o fígado”, “é o outro lado da mesma moeda”, “faz água por todos os poros”, “mandou brasa na expulsão”). O Anexo C contém a listagem completa das ocorrências de julgamento autoral.

Quando o jornalista atribui a outrem a responsabilidade da avaliação, está implícita a afirmativa: “X diz que”. Encontramos 193 ocorrências de atribuição, distribuídas em 97 de DD, 67 de DI e 29 de outras formas (discurso indireto com citação, narrativas de atos de fala, colocação de sinais de pontuação para sinalizar a fala da fonte externa). O Anexo D contém a lista completa de todas as ocorrências de julgamento através de atribuição.

Logo após, tendo em vista as regularidades percebidas no *corpus*, elegemos cinco categorias específicas de julgamento, com o nome de recursos de avaliação. Nesta tese, definimos “recurso” como categoria de valoração, ou seja, a variável (ou subdomínio) que emergiu do *corpus* como sintetização dos aspectos semânticos de julgamento. Cruzamos as classificações de Martin e White (2005) e de Bednarek (2006), buscando elaborar o nosso próprio quadro de análise, que rerepresentamos no Quadro 5.1.

ÂMBITO	MODO	RECURSO	
		Estima social	Sanção social
Central	Declaração	CAPACIDADE	VERACIDADE
		USUALIDADE	PROPRIEDADE
		TENACIDADE	
Periférico	Atribuição	CAPACIDADE	VERACIDADE
		USUALIDADE	PROPRIEDADE
		TENACIDADE	

**Quadro 5.1 – Recursos de avaliação pertinentes ao *corpus***



Ao contemplar o domínio do julgamento, pretendemos buscar regularidades lingüísticas quanto aos juízos que os jornalistas fazem em relação ao comportamento do Presidente no episódio Lula X Larry Rohter, especialmente nas ocorrências de declaração e de atribuição.

### 5.3.1 Recursos centrais

Os recursos centrais, em nossa pesquisa, dizem respeito a ocorrências lexicogramaticais e semânticas de julgamento, que deixam entrever o posicionamento dos próprios autores dos artigos analisados – são as declarações autorais. Para a análise do *corpus*, inicialmente manual, utilizamos a ferramenta TextStat - Simple Text Analysis Tool – versão 1.52 para a conferência dos resultados. Vinculamos as análises a cada um dos quatro estágios em que se dividiu o *corpus*: (1) Apoio ao Presidente, (2) Indignação contra o Presidente, (3) Descrédito do Presidente e (4) Avaliação dos Atos do Presidente, cujos dados são apresentados separadamente.

#### 5.3.1.1 Primeira fase: Apoio ao Presidente

Este primeiro estágio contém os artigos publicados em 10 e 11 de maio de 2004, ocasião em que todo o Brasil foi tomado de surpresa com a reportagem de LR e com a conseqüente nota oficial emitida pelo Porta-Voz da Presidência da República. A análise do *corpus*, nesta fase, demonstrou que as evidências de julgamento incidiram mais sobre adjetivos e substantivos.

Citamos como exemplos:

#### (37) “Reação excede a carência de fatos

O artigo do jornalista Larry Rohter, correspondente do New York Times no Brasil, a respeito de presumida "preocupação nacional" em torno da quantidade e da oportunidade do consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente Luiz Inácio da Silva, carece de sustentação jornalística. Este é o único problema real de um caso que desde sábado à noite mobiliza o Poder Executivo e ontem mobilizou o Legislativo o dia inteiro. Como se não

- houvesse nada mais a fazer no país, além da produção de veemências à deriva por causa de um artigo de jornal sustentado em depoimentos anônimos.” (12.DK.74) – VERACIDADE
- (38) “O presidente – e não apenas porque foi um simples metalúrgico, mas porque é um bom garfo e um bom copo – assume publicamente os seus prazeres e hábitos.” (5.ADI.8) - CAPACIDADE
- (39) “O hábito de fazer improvisos, criticado por muitos, inclusive por mim, nada tem a ver com a bebida, e não tenho notícia de que alguma vez Lula tenha errado num improviso por ter bebido demais. Pode ser inadequado para um presidente dizer a um grupo de políticos que acordou "invocado" e resolveu telefonar para o Bush. Mas isso nada tem a ver com a bebida.” (5.ADI.8) - CAPACIDADE
- (40) “Gente até parece que virou moda! O que tem demais o presidente Lula tomar uns drinques? Será que é preciso todas essas manchetes? É que na verdade nos Estados Unidos o normal é político ser envolvido com escândalos sexuais, regado com muitas bebidas e drogas.” (4.AC.3) - USUALIDADE
- (41) “Não bastassem todas as dores de cabeça próprias das crises econômica e política, o presidente Lula e seus ministros enfrentam mais uma [crise] nesta semana...” (3.RO.135) - USUALIDADE
- (42) “Seria injusto atribuir exclusivamente ao presidente a culpa pelas sucessivas crises enfrentadas nos últimos meses, a começar pelo escândalo Waldomiro Diniz ...” (3.RO.135) - PROPRIEDADE
- (43) “(...) o suposto alcoolismo do presidente. (...) Não me sentiria incômodo se omitisse um testemunho pessoal (...) Em nenhum deles [momentos agudos] Lula demonstrou o mais leve sinal de que havia bebido” (8.CR.62) - VERACIDADE

Identificamos, nesta fase, mais ocorrências de julgamento autoral quanto ao comportamento de Lula em termos de CAPACIDADE e de USUALIDADE. Os exemplos 38 e 39 respondem à pergunta básica referente à categoria: “Quão capaz é o indivíduo?” No caso, a origem trabalhista (“simples metalúrgico” - 38) de Lula não interfere em sua aptidão para governar.

Em 40, a jornalista procura responder à pergunta básica “Quão normal é a atitude do Presidente?” (USUALIDADE). O comportamento presidencial é considerado como normal, dentro dos padrões da média dos brasileiros (“O que tem demais ...?” – 40). Além disso, em 41 é citada a regularidade dos problemas que o governo tem procurado gerenciar (“mais uma crise nesta semana” - 41).

Como, neste período, os jornalistas estavam apoiando o Presidente, encontramos, igualmente, índices positivos de sanção social, isto é, houve julgamento positivo quanto à VERACIDADE e PROPRIEDADE. Houve uma tentativa de isentá-lo tanto do hábito da bebida (37, 43) quanto da responsabilidade pelos rumos do governo (42).

No Quadro 5.2 apresentamos o número de ocorrências dos recursos centrais de avaliação nos dias 10 e 11 de maio de 2004. A ferramenta TextStat forneceu-nos o número de formas relativas ao período (2.582), o que serviu de base para nossos cálculos. Salientamos que as formas referem-se apenas aos julgamentos dirigidos ao presidente. A maioria das avaliações deste período é relativa à reportagem; por isso elas não foram contadas. O centro da avaliação, nesta fase, não é o Presidente, daí os índices reduzidos de julgamentos quanto ao comportamento de Lula.

Total de formas na fase	Recurso	adjetivos	substantivos	verbos	advérbios	expressões	Subtotal
2582	1 CAPACIDADE	9	6	2	0	0	17
	2 USUALIDADE	7	5	3	2	2	19
	3 TENACIDADE	1	1	1	0	0	3
	4 VERACIDADE	1	2	6	0	2	11
	5 PROPRIEDADE	1	1	1	0	1	4
	<b>Total</b>	19	15	13	2	5	<b>54</b>

**Quadro 5.2 – Primeira fase: Dados relativos ao julgamento autoral**

A surpresa que a publicação da reportagem causou em todo o Brasil é bem sintetizada por Alberto Dines, um dos dirigentes do Observatório de Imprensa, em seu artigo datado de 11 de maio:

(44) “No primeiro dia (domingo), reproduziu-se passivamente o que disse o NYT. No segundo dia, fez-se o mesmo com a reação do governo. E só no

terceiro dia (terça) começaram a aparecer as matérias "jornalisticamente trabalhadas" (para usar a feliz expressão de Eugênio Bucci), menos factuais e mais analíticas." (5.ADI.8)

### 5.3.1.2 Segunda fase: Indignação contra o Presidente

O segundo momento corresponde aos dias 12 e 13 de maio de 2004, ocasião em que a classe jornalística foi tomada de espanto por causa da ameaça de expulsão de Rohter do território brasileiro. Ao analisarmos o *corpus*, nesta fase, percebemos mais evidências de julgamento, pois Lula ameaçou a liberdade de imprensa. Da noite para o dia, de vítima, passou a vilão. E isso se refletiu nos ataques da mídia.

Esta etapa constituiu o gatilho do confronto Mídia x Lula, pois, até então, ele tinha sido poupado de maiores desafios. A seguinte declaração resume a fase: "Esse grupo ainda deposita esperanças em achar uma saída honrosa que preserve a autoridade do presidente, mas conserte o estrago na imagem do governo causado pela expulsão de Rohter." (27.AD,GE,DR.16)

Outros exemplos mostram o início do "ponto de fervura":

- 45) "A reação oficial foi claramente exagerada." (40.MCL.111) - USUALIDADE
- 46) "Agora, Lula e seus conselheiros fornecem um atestado da incapacidade de conviver com os equívocos alheios ..." (24.RO.136) – CAPACIDADE
- 47) "Revelou ao mundo uma surpreendente inabilidade do governo para lidar com os instrumentos jurídicos disponíveis (...)" (51.SL.141) - CAPACIDADE
- 48) "(...) o presidente passou a algoz da liberdade de imprensa." (48.RO.137) – PROPRIEDADE

Ainda mantendo um nível de linguagem sem maiores apelos às "baixarias", os índices de julgamento são negativos. A maior parte deles refere-se à estima social, referindo-se à inabilidade e incapacidade no governar. Foi criticada igualmente a reação desproporcional ao fato. Um jornalista comentou: "A reação do governo (...) pode ser reflexo do fato de que Lula não respeita a chamada "liturgia do cargo" (49.RL.139). Mais grave foi a acusação dirigida à PROPRIEDADE, que responde à questão básica: "Quão distante está X da repreensão?"

Os resultados da análise dos itens lexicogramaticais e dos contextos semânticos em que o julgamento foi emitido pelos autores, na segunda fase, constam no Quadro 5.3.

Total de formas na fase	Recurso	adjetivos	substantivos	verbos	advérbios	expressões	Subtotal
4680	1CAPACIDADE	7	11	2	1	5	30
	2 USUALIDADE	7	10	6	1	5	29
	3 TENACIDADE	6	4	2	-	5	17
	4 VERACIDADE	3	0	4	0	4	11
	5 PROPRIEDADE	5	15	5	0	4	29
	<b>Total</b>	28	44	19	2	23	<b>116</b>

**Quadro 5.3 - Segunda fase: Dados relativos ao julgamento autoral**

O Quadro 5.3 mostra que a avaliação de julgamento foi expressa principalmente através de substantivos e adjetivos. Comparando as duas fases, vemos que os julgamentos de CAPACIDADE, USUALIDADE, TENACIDADE e PROPRIEDADE aumentaram na segunda fase, ao passo que os de VERACIDADE diminuíram. Através dos dados, podemos inferir que não importa mais aos jornalistas se o que a reportagem diz sobre Lula é verdadeiro ou falso, mas interessa, sim, a atitude de Lula em relação ao repórter e, através dele, à classe jornalística.

#### 5.3.1.3 Terceira fase: Descrédito do Presidente

A terceira fase, correspondente aos dias 14 a 17 de maio de 2004, está constituída de textos marcadamente irônicos. Embora já tivesse acontecido o pedido de *habeas corpus* para o jornalista americano, o clima nas redações era um misto de revolta e de raiva, pois o fantasma da coerção à liberdade de imprensa estava a rondar os profissionais da área.

Até então, as relações entre os atores sociais eram relativamente reguladas pela polidez. Os jornalistas se mostravam contidos nos seus textos, mas magoados pela ameaça de amordaçamento. A partir daí, as relações começam a ficar extremadas, o que se manifesta principalmente no vocabulário selecionado para o julgamento.

Neste momento, acentua-se o que Fairclough (1995) chamou de *conversacionalização*: os traços lingüísticos e contextuais que o escritor utiliza em seu discurso simulam uma fala de uma pessoa do povo. Ocorre o emprego de vocabulário coloquial, de expressões típicas da fala cotidiana, como provérbios e comparações.

Nos textos, em relação à maior autoridade do país, rolaram palavras e expressões com conotação negativa como “falastrão, manjada, papagaiada, saco de gatos, doída como ferroadada de marimbondo, entornou o caldo, reagiu com o fígado, ficaram com o abacaxi na mão, capaz de tirar coelho da cartola, arrumou uma sarna, deu um tiro no pé, trocar os pés pelas mãos”.

A seguir, apresentamos algumas passagens que evidenciam os julgamentos autorais:

- (49) “Aliás, a fragilidade de Lula ao seu crescente gosto pela bebida...”  
(68.PL.128) - CAPACIDADE
- (50) “O que valorizou o assunto, ressuscitado com fôlego de sete bichanos, foi a invocada, despropositada, incompetente reação do presidente, na estréia da expulsão do país de jornalista ...” (70.VB.153) - USUALIDADE
- (51) “...a decisão teve uma outra motivação: demonstrar autoridade num ano em que Lula só faz apanhar. 2004 começou com uma arrastada reforma ministerial.” (66.KA.98) – USUALIDADE
- (52) “Agora, a reação de Lula e adjacentes bem que pareceu coisa de roda de cachaça. Que porre! Pior de tudo foi aturar, inclusive na imprensa, os exageros, de parte a parte, de “paladinos” da liberdade de imprensa ou da reação desastrada de Lula.” (86.AL.1) - USUALIDADE

Em (49), o jornalista questiona a capacidade do Presidente em resistir ao gosto pela bebida. Em (50) e (51), o tom irônico das passagens mostra que Lula não possui o comportamento esperado para pessoas que ocupem seu cargo, agindo fora dos padrões normais.

O exemplo (52), ao utilizar palavras e expressões da área semântica de “boteco”, sugere que os assessores de Lula também bebem, e constituem com ele uma “roda de cachaça”, o que mostra a fragilidade de seu governo. É comum que em bares, em conversas de bêbados, temas de interesse nacional sejam abordados

e “solucionados” no calor das discussões. Todas as passagens demonstram o descontentamento da classe jornalística com os últimos acontecimentos.

Os números relativos ao terceiro bloco de textos encontram-se explicitados no Quadro 5.4.

Total de formas na fase	Recurso	adjetivos	substantivos	verbos	advérbios	expressões	Subtotal
5451	1CAPACIDADE	16	21	3	0	12	52
	2 USUALIDADE	18	19	10	2	21	70
	3 TENACIDADE	13	15	5	-	4	37
	4 VERACIDADE	4	4	2	-	4	14
	5 PROPRIEDADE	12	22	5	-	10	49
	<b>Total</b>	63	81	25	2	51	<b>222</b>

**Quadro 5.4 – Terceira fase: Dados relativos ao julgamento autoral**

A pesquisa evidenciou que, no terceiro momento, há maior uso de substantivos, adjetivos e expressões avaliativas. Os recursos mais utilizados pelos jornalistas são USUALIDADE, CAPACIDADE e PROPRIEDADE, respectivamente. Interpretamos esses dados como juízos acerca dos valores de “inesperado”, “ruim” ou “errado”. As evidências de VERACIDADE continuam a apresentar número bem baixo (apenas 14) em relação aos outros recursos.

#### 5.3.1.4 Quarta fase: Avaliação dos Atos do Presidente

A quarta etapa inicia um dia após ter sido divulgada a decisão do Superior Tribunal de Justiça acerca da anulação do ato governamental que previa a expulsão do jornalista americano do território nacional. Nesta fase, houve uma grande produção de textos, muitos deles a tecer críticas ao episódio como um todo e outros a fazer reflexões sobre o papel da imprensa. Nos textos em que os jornalistas fazem considerações sobre as atitudes presidenciais diante do fato, o vocabulário continua grosseiro e afrontoso à figura presidencial. Apresentamos, dentre os inúmeros exemplos, os seguintes excertos:

(53) “Entre outras funestas conseqüências dessa asneira o que se viu foi a associação do presidente às cachacinhas da vida, na tosca tentativa de

- assim identificá-lo mais ainda com o povão.” (122.JP.95) - CAPACIDADE
- (54) “...entre a exposição vexatória de seu presidente e a reação atabalhoada e inconveniente do governo...” (124.LC.101) - CAPACIDADE
- (55) “Complexo de vira-lata - No Festival de Besteiras que Assolou o País após a reportagem do New York Times...” (110.CB.45) - CAPACIDADE
- (56) “A estúpida e autoritária decisão de expulsar Larry Rohter, repórter do New York Times que deu status internacional à fofoca favorita dos círculos políticos e jornalísticos brasileiros sobre os excessos de libações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ...” (37.JN.96) – CAPACIDADE e USUALIDADE

A exemplo da terceira etapa, os jornalistas continuam a usar a conversacionalização como recurso para se aproximarem de seus leitores. Ao fazerem uso de adjetivos do tipo “tosca”, “atabalhoada”, “estúpida” e “autoritária” buscam passar a seus leitores a idéia da inadequação do comportamento do Presidente, considerando-o incapaz de exercer o cargo que lhe foi entregue pela nação.

As retomadas intertextuais dão ênfase ao retrato de trapalhão. Em (55), há referência a Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), que, com seu *Festival de Besteira que Assola o País - FEBEAPÁ*, afirmava ser difícil precisar a época em que as tolices começaram a devastar o Brasil, mas considerou como marco a ação de uma inspetora de ensino no interior de São Paulo, que, ao saber que o filho tirara zero numa prova de matemática, denunciou o professor da criança como perigoso agente comunista ([http://www.releituras.com/spontepreta\\_bio.asp](http://www.releituras.com/spontepreta_bio.asp)).

Aos juízos relativos à incapacidade em governar, os jornalistas acrescentam críticas quanto à incoerência das atitudes do Presidente, não condizentes com sua condição de líder sindical advindo das camadas populares. Políticos representativos do povo mais necessitado normalmente tomam decisões ditas “democráticas”, especialmente quando se referem às classes trabalhadoras. Para eles, o comportamento do Presidente contraria as expectativas de muitos, e sua atitude é considerada anormal, não-usual, provocadora de tumultos desnecessários.

- (57) “Há um fundo grotesco nisso tudo: a decisão precipitada de expulsão do



- jornalista, o recuo atabalhoado (já que não houve realmente desculpas formais do jornal), ...” (129.MU.119) - USUALIDADE
- (58) “A seqüência de tumultos demonstra um governo com baixa capacidade de coordenação da máquina pública e da coligação parlamentar de apoio, ...” (145.AM.31) - USUALIDADE
- (59) “Convém lembrar que a trapalhada se deu na mesma semana em que a pesquisa CNT-Sensus divulgava os primeiros sinais positivos na avaliação pública do governo Lula ...” (103.AFJ.6) - USUALIDADE
- (60) “É claro que, num primeiro momento, predominou a reação intempestiva, pessoal e imatura de quem, pela envergadura do cargo, em hipótese alguma, assim deveria proceder.” (121.IL.90) - USUALIDADE

Novamente prevalecem as evidências de julgamento autoral em relação à INCAPACIDADE de o Presidente gerenciar crises (53 a 56), ou mesmo em relação aos atos inesperados (USUALIDADE – 57-60) no exercício do cargo.

Agora livres da ameaça de restrições à livre expressão, os jornalistas sentem-se mais à vontade para criticar as decisões presidenciais, e continuam usando inúmeros adjetivos (“estúpido, cachaceiro, vergonhoso”), substantivos (“brutalidade, asneira, bravatas, repeteco, bê-a-bá, machismo”) e até dizeres populares (“mandou brasa na expulsão, síndrome de Reizinho, não deixou barato”) para marcar bem sua avaliação sobre as atitudes de Lula.

Uma tendência que já vinha se delineando desde o início é a de fazer a autocrítica do comportamento da imprensa diante dos acontecimentos. Dentre os 57 textos selecionados nesta última fase, 13 ocupam-se especialmente em apresentar reflexões sobre as reações de jornais, emissoras de TV, colunistas, etc., e muitos outros fazem considerações sobre as relações da imprensa com o governo e do governo com a imprensa, ao mesmo tempo em que analisam a crise Lula x Larry Rohter.

Selecionamos o seguinte excerto: “O que está por traz [*sic*] do fato sobre o jornalista americano não é a liberdade de imprensa, mas o poder da imprensa de dizer qualquer coisa muito alto e para muita gente num contexto de pouca liberdade de expressão (a pobreza cala), sem fundamento, e independentemente da repercussão, do contexto político e do impacto social; e, no caso atual do Brasil, no

contexto de mídia absoluta desacostumada à democracia, esquerda oportunista e direita que acha ilegítimo perder eleição.” (103.AFJ.6).

A questão levantada por Fairclough (1995), a respeito da tensão entre o público e o privado, fica bastante evidente: um tema da vida privada – beber socialmente – é objeto de discussão na vida pública. No *corpus*, esta estratégia pode ser vista como um recurso altamente argumentativo dos jornalistas, já que, ao falarem sobre hábitos pessoais de Lula de uma maneira até grosseira, buscam a adesão de seus leitores a suas opiniões.

Muitos jornalistas que ainda não tinham se manifestado publicam artigos relatando suas experiências antigas com o Presidente da República, contando passagens de sua convivência com Lula e até curiosidades a respeito de outras figuras internacionais: “Infográficos aparecem e reforçam a questão da bebida, numa ironia ao tema principal, onde são comparados chefes de Estado de acordo com o “grau etílico” de cada um, e aí colocando Hitler, Yeltsin e Jânio Quadros junto a Lula” (151.AF.12).

Dentre os recursos empregados, predominam a CAPACIDADE e a USUALIDADE. Os julgamentos de PROPRIEDADE diminuem, e os de VERACIDADE permanecem em número bastante baixo. O Quadro 5.5 apresenta os dados numéricos relativos à quarta fase:

Total de formas na fase	Recurso	adjetivos	substantivos	verbos	advérbios	expressões	Subtotal
8076	1CAPACIDADE	22	15	1	0	13	51
	2 USUALIDADE	14	16	1	2	4	37
	3 TENACIDADE	8	6	-	2	9	25
	4 VERACIDADE	1	1	1	-	2	5
	5 PROPRIEDADE	6	8	6	0	5	25
	<b>Total</b>	51	46	9	4	33	<b>143</b>

**Quadro 5.5 – Quarta fase: Dados relativos ao julgamento autoral**

A fim de concluir esta etapa de análise, reunimos todos os dados obtidos através de declaração autoral nas quatro fases (535) e cruzamos os resultados obtidos. Podemos inferir que, em relação às evidências de julgamento, em que o agente da avaliação é o próprio autor, prevalecem os valores de Estima Social (387) sobre os de Sanção Social (148), o que comprovamos no Quadro 5.6.

Recursos centrais	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Total	%
CAPACIDADE	17	30	52	51	150	1,14
USUALIDADE	19	29	70	37	155	1,17
TENACIDADE	3	17	37	25	82	0,62
VERACIDADE	11	11	14	5	41	0,31
PROPRIEDADE	4	29	49	25	107	0,81
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>116</b>	<b>222</b>	<b>143</b>	<b>535</b>	
Formas	2582	4680	5451	8076	13.146	
<b>Total %</b>	<b>2,09</b>	<b>2,47</b>	<b>4,07</b>	<b>1,77</b>	<b>4,06</b>	<b>4,06</b>

Quadro 5.6 – Ocorrência de recursos centrais nas quatro fases

Se transformarmos os dados obtidos em gráfico, poderemos visualizar mais claramente os resultados (Figura 5.1).

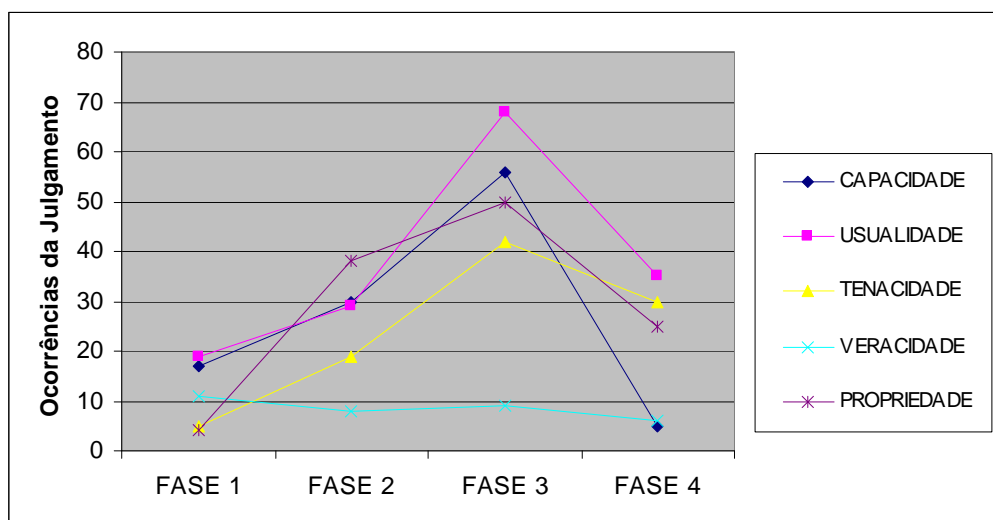


Figura 5.1 - Valores em seqüência cronológica: Declaração

A Figura 5.1 demonstra os valores pelos quais o comportamento do Presidente brasileiro é avaliado. O gráfico permite inferir que:

- no primeiro momento (10 e 11.05 – publicação da reportagem e da nota do Porta-Voz da Presidência), os itens lexicogramaticais e semânticos de julgamento declarado mantêm uma certa uniformidade, em que o uso de avaliativos de CAPACIDADE e USUALIDADE prevalecem. As linhas da grade dizem: “Estamos surpresos com a reação do Palácio do Planalto à reportagem duvidosa de Larry Rohter.”

- no segundo momento (12 e 13.05 – cancelamento do visto de Larry Rohter), os ânimos no meio jornalístico acirram-se, e o Presidente é julgado com maior intensidade em termos de CAPACIDADE, USUALIDADE e PROPRIEDADE. A segunda fase pode ser resumida na seguinte declaração: “O presidente está sendo incapaz de gerenciar a crise e esbarra em questões éticas.”
- no terceiro momento (14 a 17.05 – pedido de *habeas corpus* e decisão do Superior Tribunal de Justiça), a CAPACIDADE do Presidente em governar é intensamente julgada pelos jornalistas. Nesse ponto é que reside a maioria das manifestações de despreço pelos autores, já que a ameaça de cerceamento da liberdade de imprensa está presente na maioria dos textos. Os resultados do gráfico, em relação à terceira fase, podem assim ser verbalizados: “Falta CAPACIDADE ao governo para gerenciar a crise, e a atitude tomada é inesperada”.
- no quarto movimento (18.05 a 06.06 – avaliação do episódio como um todo), a USUALIDADE (usualidade) é avaliada pelos autores e também o comportamento deontológico do Presidente é alvo do julgamento dos jornalistas. Isso se deve ao fato de que, passadas as turbulências e o perigo iminente, não há mais clima para punições. A fase pode ser verbalizada como “Lula teve dificuldades em gerenciar a crise, pois quis cercear a liberdade de imprensa brasileira, mas finalmente tudo volta ao normal. É hora de pensarmos em nosso papel de jornalistas”.

A Gradação que, segundo Martin e White (2005), é um dos domínios da valoração, não foi analisada em nossa tese como uma categoria em separado, já que compartilhamos a posição de Bednarek (2006), para quem os graus de intensidade estão associados aos recursos.

### 5.3.2 Recursos periféricos

A atribuição realiza-se lexicogramaticalmente quando o autor transfere a palavra para outrem de modo que esse seja o responsável pelo dizer. Quanto às ocorrências de julgamento, elas podem tanto partir do próprio escritor quanto de fontes externas tidas como importantes para reforçar a própria opinião. Esse é um recurso muito utilizado quando o autor não pretende arcar sozinho com a responsabilidade do dizer e compartilha-a com alguém ou a transfere a um outro.

Para a obtenção dos resultados computamos todas as passagens em que, além da evidência de heteroglossia, havia também a ocorrência de julgamento em relação a Lula, seu comportamento, seu governo. A análise do *corpus* demonstrou algumas diversidades nos resultados. No *corpus* como um todo, foram identificadas 97 ocorrências de DD, 67 ocorrências de DI, 7 ocorrências em que há mistura de DD com DI (mistura de discurso indireto com citação), 0 de discurso indireto livre (DIL) e 22 de outros casos (narrativa de atos de fala ou mesmo a simples apresentação do dizer alheio).

Os “outros” (as fontes da informação), no *corpus*, estão constituídos por ministros, governadores de estado, deputados, senadores, jornalistas, jornais, blogueiros, entidades de representação de classe, juristas, assessores do governo, Larry Rohter, o próprio Lula e demais fontes. Também são citados como fontes externas “a coluna” (7.CH.51), “a assessoria de imprensa” (10 DRLT 69), o “Jornal Nacional” (22.NS.121), “meu respeitável amigo Raimundo, um senhor de 84 anos que já viu de tudo” (110.CB.45) dentre muitos. Para efeito de identificarmos passagens de julgamento, também procuramos no *corpus* sinalizadores do tipo “conforme”, “segundo”, “de acordo com”, sinais de dois pontos e travessão, como indicadores da transcrição de diálogos.

Verificamos que, no escopo dos casos de atribuição de julgamentos a terceiros, ainda outras vozes foram incluídas, isto é, dentro dos discursos direto e indireto apareceram referências a ditados, frases, expressões recontextualizadas para dar maior ênfase às críticas dos jornalistas.

A tipologia que estamos propondo entende que os recursos periféricos abrangem as mesmas categorias dos valores centrais, com a diferença de que não se situam no âmbito das declarações autorais, mas no âmbito da atribuição à voz de outrem, tomado como autoridade ou testemunha. Em relação à estima social, os recursos abrangem CAPACIDADE, USUALIDADE e TENACIDADE; já em relação à sanção social, configuram-se em VERACIDADE e PROPRIEDADE.

Os verbos de atribuição aqui analisados seguiram a orientação de COULTHARD (1994), que cita, dentre outras, as seguintes formas:

- verbos de citação:
  - neutros: falar, dizer, perguntar, responder;

- metaproposicionais: assertivos (explicar, concordar, aceitar, corrigir), diretivos (instruir, ordenar) e expressivos (acusar, lamentar, confessar, queixar-se, jurar);
- metalingüísticos: narrar, destacar, recontar.
- verbos de descrição:
  - prosódicos: gritar, urrar, guinchar
  - paralingüísticos: modo de qualificar a voz (cochichar, murmurar) e a atitude que qualifica a voz (rir, anunciar, ofegar, gemer).
- verbos de transcrição: os que têm relação com outras partes do discurso (repetir, ecoar, acrescentar, emendar) e os que sinalizam a progressão do discurso (pausar, ir adiante, hesitar, continuar).

Para a obtenção dos resultados finais, computamos somente as passagens dos textos onde ocorreu confluência de julgamento com atribuição, mais especificamente julgamento de outrem ao comportamento do Presidente da República durante o suceder dos acontecimentos. As passagens em que havia ocorrências de narrativas de atos de fala, de atos de escrita, de nominalizações de comportamento ou referências a agentes humanos, associações, grupos ou instituições (“uma das três fontes”, “boatos”, “matéria”, “coluna”, “horóscopo”, “o jornal O Globo”) ou mesmo a presença de um agente humano indeterminado (“Pensa-se”, “Comentava-se”) também foram computadas. Os processos verbais implícitos, mas claramente inferíveis no texto, foram substituídos pelos verbos correspondentes e também contados.

Também foram computadas na categoria “Outros” as passagens em que não foram usados *verbos* de atribuição (“Do senador Almeida Lima (PDT-SE) sobre o *habeas corpus* concedido ao jornalista do NYT: “Ele imagina que é o Estado. Mas não é. Agora podemos dizer à comunidade internacional que Lula não é o Brasil. É um equívoco” – 60.CH.54) e aquelas em que foram usados sinalizadores diversos dos já especificados (“Mesmo que a reportagem tivesse caído feito “uma bomba” no Planalto, segundo o colunista Fernando Rodrigues, da Folha de S.Paulo. Mas o PT no poder não se proibiu de ofender os seus professados compromissos democráticos” – 80.LW.103).

Para facilitar a apresentação dos exemplos das subseções de 5.3.2, uma vez que eles têm uma grande variedade de sinais, grifos, pontuação e notações léxicas, suprimiremos o sinal de aspas que colocaríamos para indicar a autoria dos

jornalistas. Entretanto, aqueles que pertencerem ao texto original permanecerão, a fim de que possamos verificar o valor semântico de tais marcações gráficas.

### 5.3.2.1 Primeira fase: Apoio ao Presidente

Na primeira fase, encontraram-se 25 ocorrências de valoração atribuídas a fontes diversas. Houve maior incidência de verbos assertivos (“reportou, alude, informou, relata”), no total de 6. O Quadro 5.7 sumariza os dados coletados.

	neutro	assertivo	diretivo	metalingüístico	Parte do discurso	progressão do discurso	TOTAL
DD	1	1	1	1	1	2	7
DI	4	6	1	-	-	-	11
DD + DI	1	-	-	-	-	-	1
DIL	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	6
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>25</b>

**Quadro 5.7 - Cômputo de atribuições: Primeira fase**

O Quadro 5.7 demonstra que a grande maioria dos verbos de atribuição utilizados são os assertivos (“assumiu, alude, dispensa, informou, mostra”) e os neutros (“dizer, declarou, dizia, dizer”). As evidências de heteroglossia ocorrem também através de outros recursos lexicogramaticais (“De acordo com..., segundo...”, etc).

Há também verbos que se referem a narrativa de atos de fala (“Boatos circulam ...”) e a termos da metalinguagem (“O autor introduz uma adversativa...”).

Os atores sociais aos quais é atribuído o julgamento são:

- para os verbos neutros: “o autor, “O porta-voz”, “o ministro Dirceu”;
- para os verbos assertivos: “Sílvio”, “o diário novaiorquino”, “O autor”, “A assessoria de imprensa”, “A reportagem”, “levantamento”.
- para os verbos diretivos: “O segundo parágrafo”, “O autor”, “A coluna”;
- para os verbos metalingüísticos: “Ali Kamel”, “Leonel Brizola, o único”;
- para os verbos que se referem a partes do discurso: “A nota oficial”;

- para os verbos que se referem à progressão do discurso: “O autor”.

A seguir, apresentamos alguns excertos em que há manifestações não-autorais de julgamento dos atos do Presidente da República.

- (61) O porta-voz diz que “os hábitos do presidente são moderados e em nada diferem...” (3.RO.135) USUALIDADE
- (62) “Uma ofensa que o Brasil inteiro repudia”, dizia o ministro Dirceu. (16.TC.146) - PROPRIEDADE
- (63) No terceiro parágrafo, o autor alude a “especulação” sobre seu aparente desengajamento e passividade”, “relacionados a seu apetite por álcool”, embora registre que “seus apoiadores, entretanto, negam as acusações de excesso de bebida”. (11.DS.70) - TENACIDADE
- (64) Leonel Brizola, o único que teve a coragem de assumir que ouviu dizer que o presidente bebe em excesso, que já bebia muito na campanha de 1998 e “de acordo com o que estão dizendo, continua a beber”. (11.DS.70) - USUALIDADE
- (65) Na abertura, o autor, sem citar as fontes para afirmação tão grave, depois de dizer que “o presidente Lula nunca escondeu sua inclinação por um copo de cerveja, uma dose de uísque, ou, melhor ainda, um copinho de cachaça”... (11.DS.70) - TENACIDADE

O valor da atribuição é significativo nos exemplos (61-63): o porta-voz, o Ministro e seus apoiadores, por serem subordinados ao Presidente, negam sua ligação necessária ao álcool. Já Brizola, “que nutre pelo presidente sentimentos bem pouco elevados” (3.RO.136), “assume” que ouviu dizer que Lula estava irremediavelmente ligado ao álcool. Em (65), o diz-que-diz introduz as preferências etílicas presidenciais, culminando, como não poderia deixar de ser, com uma preferência bem popular.

O Quadro 5.8 faz um sumário dos recursos de julgamento através das variadas formas de atribuição utilizadas pelos autores na primeira fase.



	neutro	assertivo	diretivo	metalingüístico	partedidiscorso	progressão discursivo	outro	TOTAL
CAPACIDADE	-	2	-	-	1	-	-	3
USUALIDADE	-	-	-	-	-	-	1	1
TENACIDADE	6	6	-	-	1	1	3	17
VERACIDADE	-	-	1	1	-	-	-	2
PROPRIEDADE	1	-	1	-	-	-	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>25</b>

**Quadro 5.8 - Cômputo de recursos em atribuições: Primeira fase**

### 5.3.2.2 Segunda fase: Indignação contra o Presidente

Na segunda fase, encontramos 72 ocorrências de julgamento, 68 atribuídas a fontes reconhecidas e 4 relativas a outras formas de atribuição (“a organização, o jornal esquerdista, o jornal “O Globo”). Houve maior incidência de verbos neutros (“disse, diz, dizia, dizendo, questionaram, pergunta, conta”), seguidos dos assertivos, como “declarou, mostrou, informou, acham, informa, atribuiu, afirmou, citava, alegando”.

O Quadro 5.9 apresenta os resultados obtidos.

	neutro	assertivo	diretivo	expressivo	metalingüístico	prosódico	partes do discurso	progressão do discurso	TOTAL
DD	15	6	4	3	2	2	2	1	35
DI	11	13	3	1	3	-	-	-	31
DD + DI	-	-	-	-	2	-	-	-	2
DIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>72</b>

**Quadro 5.9 - Cômputo de atribuições: Segunda fase**

O conjunto de textos desta fase apresentou cinco passagens em que a heteroglossia ocorre através de outros recursos lexicogramaticais (“razão, slogan, para ele, segundo, frases”, etc.): “No plenário da Câmara, os deputados faziam piada do episódio. “Lula não quer Larry Rohter no Brasil. Ele pediu para o New York

Times contratar um tal de Johnnie Walker, com pelo menos 12 anos de experiência”...” (31.ASA.34); “A coluna sugere um slogan a Lula: governe com moderação” (22.NS.121).

Nesses exemplos, e em inúmeros outros, os jornalistas usam a intertextualidade como recurso para ironizar as decisões governamentais. Ao citar “Johnnie Walker”, fazem referência a uma famosa marca de uísque, e, ao apresentar o conteúdo do *slogan*, parodiam uma frase muito comum em anúncios de bebidas alcoólicas: “Beba com moderação”.

Os verbos a seguir foram associados aos seguintes falantes :

- para os verbos neutros: “Celso Amorim”, “a diretora-executiva”, “o presidente nacional da OAB”, “Fernando Gabeira”;
- para os verbos assertivos: “Ricardo Carvalho”, “Larry Rohter”, “o governador Aécio Neves”, “o secretário Luís Gushiken”, “o jurista Sérgio Bernardes”;
- para os verbos diretivos: “a organização”, “a coluna”, “o advogado do jornalão”, “o PSDB”;
- para os verbos expressivos: “um deles (leitor do NYT)”, “o Jornal Nacional”, “a nova reportagem”;
- para o verbo prosódico: “o jurista”;
- para os verbos metalingüísticos: “Rohter”, “o embaixador”, “um diplomata brasileiro”, “o site da TF1”;
- para os verbos que se referem a partes do discurso: “a organização”, “o presidente”, “Arthur Virgílio”.

Apresentamos os seguintes exemplos:

- (66) Ricardo Carvalho informa que o seu bloco “Siri na Lata”, um dos mais irreverentes do Recife, já definiu o tema do carnaval de 2005: “O bêbado e o desequilibrado.” (20.CH.52) - TENACIDADE
- (67) A organização solicitou que as autoridades “ajam com sensatez”, anulando a medida. “Estamos surpresos com esta decisão, que consideramos indigna de um regime democrático. Sobretudo, ela pode causar um prejuízo maior à sua imagem no exterior que o próprio conteúdo do artigo

incriminado." (23.RSF.130) - PROPRIEDADE

- (68) O governador Aécio Neves disse aqui ontem que Larry Rohter não merece viver no Brasil. Mas acha que o governo errou ao expulsá-lo. (52.TC.145) - PROPRIEDADE

Em (66), a referência intertextual a “O Bêbado e o Equilibrista”, composição musical de João Bosco, reforça, pelo trocadilho, julgamento dos atores sociais sobre TENACIDADE e USUALIDADE. O mesmo articulista informa que “Larry Rohter será convidado a presidir o júri que vai distribuir o troféu “Bafômetro de Ouro” (20.CH.52).

Quanto aos recursos de julgamento expressos nas passagens de atribuição, na segunda fase, prevaleceram os recursos TENACIDADE e PROPRIEDADE, o que explicitamos no Quadro 5.10.

Podemos inferir, então, que, na segunda fase, prevaleceram os julgamentos do comportamento canônico (USUALIDADE) do Presidente e os julgamentos quanto ao seu comportamento deônico (PROPRIEDADE). As fontes utilizadas expressaram valores de estima social e de sanção social. O valor atribuído ao julgamento das fontes localizou-se especialmente no pólo negativo.

	neutro	assertivo	diretivo	expressivo	metalingüístico	prosódico	parte do discurso	progressão do discurso	outros	TOTAL
CAPACIDADE	6	2	-	-	2	-	-	-	2	12
USUALIDADE	2	-	1	-	-	1	1	-	-	5
TENACIDADE	7	8	3	2	2	-	1	-	3	26
VERACIDADE	-	3	1	-	1	-	-	1	-	6
PROPRIEDADE	9	6	2	2	2	1	1	-	-	23
<b>TOTAL</b>	24	19	7	4	7	2	3	1	5	<b>72</b>

**Quadro 5.10 - Cômputo de recursos em atribuições: Segunda fase**

### 5.3.2.3 Terceira fase: Descrédito do Presidente

Na terceira fase, as ocorrências de valoração feitas através da atribuição somaram 48, das quais 40 realizaram-se através de verbos de atribuição e 8 através de outras formas lingüísticas. Houve maior incidência de verbos neutros (“diz, dizem,

dito, disse, dizer, conta-se”), seguidos dos assertivos (“atribuiu, afirmou, alegar, comentava-se”), das outras formas de atribuição (“Do Senador Almeida Lima, Segundo o colunista, Em outras palavras”) e dos metalingüísticos (“definiu, esclarece”) e dos referentes ao modo do discurso (“ em menor número.

Citamos alguns exemplos:

- (69) Como disse Igor Gielow na edição impressa da Folha, "O Estado não é Lula." (66.KA.98)
- (70) No caso “NYT”, pode-se até alegar que Lula terá sido a vítima — no caso, de um artigo preconceituoso e leviano. (99.HC.86)
- (71) Definiu bem a liderança petista no Congresso ao descrever, sob reservas, o ambiente que cerca o presidente Lula no Palácio do Planalto e do qual resultou a infeliz decisão de cassar o visto do jornalista Larry Rohter, do The New York Times: “Ele está acuado, não tem amigos, fica cercado de pessoas que não têm coragem de falar a verdade. (57.AM.29)

No Quadro 5.11, apresentamos os dados coletados:

	neutro	assertivo	diretivo	expressivo	metalingüístico	prosódico	atitude - voz	partes do discurso	TOTAL
DD	13	8	1	-	4	1	1	1	29
DI	9	2	-	-	-	-	-	-	11
DD + DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>1</b>		<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>48</b>

**Quadro 5.11 - Cômputo de atribuições: Terceira fase**

Quanto aos valores de julgamento utilizados pelos jornalistas, observamos que este período, por ser bastante produtivo em número de textos, propiciou o julgamento dos atos do Presidente de acordo com os mais variados recursos, especialmente os de TENACIDADE, VERACIDADE e PROPRIEDADE:

- (72) Mas, numa roda, surgiram duas piadas sobre o episódio com Larry Rohter: uma, atribuindo a decisão de expulsar o jornalista ao “núcleo Drurys” do governo e, outra, que o novo correspondente do “New York Times” aqui será Johnnie Walker. (56.AGO.20) - CAPACIDADE
- (73) Do senador Almeida Lima (PDT-SE) sobre o habeas corpus concedido ao jornalista do NYT: “Ele imagina que é o Estado. Mas não é. Agora podemos dizer à comunidade internacional que Lula não é o Brasil. É um equívoco”. (60.CH.54) - VERACIDADE
- (74) Os dois extremos são igualmente destrutivos. A virtude, como se diz, está no meio. (54.AGA.7) - PROPRIEDADE

A ironia se faz presente em muitas passagens do *corpus*, o que contribui para torná-la parecida com as zombarias utilizadas pelos opositores políticos do governo e para reforçar a característica de conversacionalização dada à linguagem, já apontada por Fairclough (1995). É o caso do núcleo “Drurys”, por analogia com o núcleo duro (mas bêbado) do governo, e o do nome do novo correspondente americano, em alusão a uma marca de uísque (72).

Em (73), o autor recorre à fala de um senador para informar que há um equívoco no conceito que Lula faz de si mesmo, pois não é verdade que o Presidente simbolize a nação como um todo e receba a unanimidade em torno de sua pessoa. O segmento remete à citação atribuída a Luís XIV da França: “O Estado sou eu”. Já em (74), a intenção do jornalista é dividir com o senso comum sua crítica extremada à reação do Presidente que não agiu virtuosamente “no meio”, como recomendava Aristóteles (“In medio stat virtus”).

Como vimos, no Quadro 5.11, as ocorrências de DD foram bem mais freqüentes, em contraposição às de DI. Os julgamentos que se realizam através de atribuição, na terceira fase, apresentam atribuidores diversificados, e estão relacionados aos seguintes verbos:

- verbos neutros: “a turma de amigos e auxiliares”, “o ministro Francisco Gonçalves Martins”, “Igor Gielow”, “Frei Betto”, “integrantes do primeiro escalão”;
- verbos assertivos: “Senador Mão Santa”, “Lula”, “João L. de Castro”, “Gushiken;”

- verbo diretivo: “o Presidente Lula”;
- verbos metalingüísticos: “o redator da coluna”, “o horóscopo de Lula”, “a liderança petista”;
- verbo prosódico: “Lula”;
- verbo sinalizador referente a uma parte do discurso: “ele”.

No quadro a seguir (Quadro 5.12), fazemos um sumário dos recursos de julgamento através das variadas formas de atribuição utilizadas pelos autores na terceira fase.

O recurso 3 – TENACIDADE – apresentou o maior número de ocorrências, seguidas de PROPRIEDADE, recurso 5, e VERACIDADE, recurso 4. Podemos inferir, então, que, na terceira fase, prevaleceram novamente os julgamentos do comportamento canônico do Presidente e os julgamentos quanto ao comportamento ético. As fontes utilizadas expressaram recursos de estima social e de sanção social.

	neutro	assertivo	diretivo	metalingüístico	prosódico	atitude - voz	parte do discurso	outros	TOTAL
CAPACIDADE	-	2	-	2	-	-	-	2	6
USUALIDADE	3	-	-	-	-	-	-	2	5
TENACIDADE	7	8	1	-	1	-	-	1	18
VERACIDADE	4	1	-	1	-	1	-	2	9
PROPRIEDADE	4	1	-	1	-	-	1	3	10
<b>TOTAL</b>	18	12	1	4	1	1	1	10	<b>48</b>

**Quadro 5.12 – Cômputo de recursos em atribuições: Terceira fase**

#### 5.3.2.4 Quarta fase: Avaliação dos Atos do Presidente

No período final, em relação à atribuição, houve maior incidência de verbos metalingüísticos (dentre eles “escrevia, parodia, retifica, escreve, considerava, mata a charada, diagnosticou”), seguidos de neutros (“disse, contou, perguntou”), assertivos (“afirmou, refere”), diretivos (“acusou, confessou, sugeriram”), expressivo (“lamenta”), prosódico (“bravateou”) e sinalizador do progresso do discurso (“acrescenta”).

Dentre a riqueza que o *corpus* nos oferece, selecionamos algumas passagens que consideramos expressivas:

- de verbo prosódico: "Este país tem leis, e aqui as leis são cumpridas", bravateou". (150.AN.42);
- de verbo referente ao progresso do discurso: "Puro amadorismo. E acrescenta: "A expulsão levanta mais questões sobre o discernimento de Lula do que qualquer coisa que o jornalista escreveu" (131.PO.127);
- de metalingüístico: "Dos homens do presidente, o colunista Clóvis Rossi, da Folha, fez o epitáfio perfeito: "Se foi alguém do círculo íntimo de Lula [quem instigou a decisão], é rezar para que peça demissão, porque visivelmente não serve nem para passar pela calçada de um palácio de governo. Vale idêntico raciocínio para todos os que não se opuseram. Que horror." (61.CR.64).

As ocorrências de DD em muito suplantaram as de DI. Ao atribuir, os jornalistas também fizeram uso, nesta fase, da mistura de DD com DI e de itens lexicogramaticais como "segundo", "de acordo com", "da jornalista".

	neutro	assertivo	diretivo	expressivo	metalingüístico	prosódico	parte do discurso	TOTAL
DD	10	2	1	1	9	1	2	26
DI	5	1	2	-	6	-	-	14
DD + DI	-	-	-	-	4	-	-	4
DIL	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	-	-	-	-	4
<b>TOTAL</b>	15	3	4	1	18	1	2	<b>48</b>

**Quadro 5.13 - Cômputo de atribuições: Quarta fase**

O julgamento dos atos de Lula, pesquisados no período de 18 a 06.05.2004 e atribuído a vozes não-autorais, recorreu a atribuidores diversos. A seguir, mostramos o resultado do cruzamento dos tipos de verbos com as respectivas fontes externas.

- verbos metalingüísticos: “Miriam Leitão”, “leitores”, “A “Economist”, “o jornal NYT”, “o porta-voz do Planalto André Singer”, etc.
- verbos neutros: “amigos”, “o jornalista”, “o chefe do governo”, “Hélio Costa”, etc.
- verbos assertivos: “o jurista Dalmo Dallari”, “Alberto Dines”, “meu respeitável amigo Raimundo”, “Brizola”, etc.)
- verbos diretivos: “Lula”, “o assessor Ricardo Kotscho”;
- verbo expressivo: “Clóvis Rossi”;
- verbo prosódico: “Amorim”;
- verbos que se referem a partes do discurso: “A “Economist”, “o Manual da FSP”.

Dos recursos encontrados no *subcorpus* da quarta fase, separamos os seguintes excertos de estima social:

- (75) Parodiando Camões, "nessas horas uma nuvem que os ares escurece/ sobre nossas cabeças aparece". "E tão temerosa vinha e carregada/ que pôs nos corações um grande medo". (116.DS.71) - CAPACIDADE
- (76) O que o correspondente do New York Times disse foi apenas que alguns políticos e jornalistas começam a se perguntar se o hábito de beber do presidente não estaria afetando sua capacidade de governar. (119.FB.80) – CAPACIDADE
- (77) Razão tem Clóvis Rossi, da Folha, quando lamenta: "Como o presidente parece dar ouvidos a essas teorias ridículas e até concordar com elas, fica mais fácil de entender o seu pobre governo. Sua assessoria e ele próprio preferem fantasiar a encarar os fatos." (126.LW.105) - CAPACIDADE

A citação de Camões em (75) questiona a capacidade do Presidente Lula e de seus assessores (representada por “nossas cabeças”) em se manterem lúcidos (“que pôs nos corações um grande medo”) nas ocasiões em que problemas (“uma nuvem que os ares escurece”) não triviais precisam ser resolvidos. A avaliação é bastante negativa, embora se esconda por detrás dos versos portugueses.

Em (76), o jornalista também questiona a capacidade do Presidente Lula em governar o país, caso ele tenha tendência ao alcoolismo, segundo “alguns políticos e



jornalistas que começam a se perguntar” sobre a questão. Ao dividir a responsabilidade com “alguns”, o articulista busca manter-se afastado da responsabilidade da afirmativa, mas sabemos que a simples escolha de uma declaração já revela também uma opinião. As fontes indefinidas dão à atribuição um caráter de fofoca, em que os falantes são alguém que não se conhece (apenas por ouvir dizer) ou não se quer identificar, por conveniências pessoais.

A escolha do verbo expressivo “lamenta”, no exemplo (77), é significativo, porque, além do processo de dizer, carrega uma significação negativa, resultado de uma reinterpretação por parte do jornalista à fala de Clóvis Rossi.

Também outros recursos de estima social foram identificados:

- (78) Talvez para justificar essa ausência, facilmente observável apenas numa primeira leitura, disse: “Líderes e jornalistas comentam entre si mas evitam falar do assunto”. (120.GD.82) - TENACIDADE
- (79) Embora tenha prometido, o presidente Lula ainda não nomeou o deputado Milton Martini para uma diretoria da Eletrosul. “Martini, humm... Se ainda fosse pinga, tinha alguma chance”, mata a charada o leitor Illya Nathashe. (135.CH.59) - USUALIDADE

O “assunto” a que o autor do excerto (78) se refere é a questão da tendência ética do Presidente. Novamente os falantes estão indeterminados (“líderes e jornalistas”), sem referência clara às vozes não-autorais, significando que uma inclinação particular do Presidente é motivo de conversas em rodinhas de políticos e jornalistas nas festas em Brasília. Consideramos que aqui volta a se sobressair o diz-que-diz, de modo que ninguém assume o custo pessoal da afirmativa.

O exemplo (79) também é emblemático, porque apresenta ironicamente um comentário feito por um leitor. O acolhimento do jornalista ao dizer da fonte externa revela que ele compartilha da mesma opinião. “Martini”, na fala do leitor, remete a uma bebida alcoólica, o que cria um trocadilho – uma charada, no dizer do jornalista.

Quanto aos recursos de julgamento de sanção social, indicamos as seguintes passagens como expressivas:

- (80) Não há nada de errado em se perguntar uma coisa dessas. Errado seria

não se perguntar", argumentou o colunista Diogo Mainardi, na Veja desta semana (119.FB.80) - PROPRIEDADE

- (81) "F\*\*\*-se a Constituição" (que impede a expulsão de estrangeiros casados com brasileiros). A imprecação foi divulgada na quinta-feira pelo jornalista Ricardo Noblat em seu blog. (125.LW.104) - PROPRIEDADE

Os exemplos (80-81) dizem respeito à PROPRIEDADE, em que os valores de certo/errado são expressos. Em (80), não é errado perguntar se o hábito de beber está afetando o desempenho de Luís Inácio. Em (81), especialmente, a interrupção da palavra, já na sua primeira letra, sugere um ato diretivo do Presidente quanto à expulsão do jornalista. O palavrão interrompido marca o uso de palavras de baixo calão e contribui para o caráter de conversacionalização do discurso dos jornalistas (FAIRCLOUGH, 1995). Ademais, esse palavrão é muito comum em "rodas de cachaça".

Observamos, através do Quadro 5.14, a prevalência do recurso TENACIDADE, seguido do de CAPACIDADE e do de PROPRIEDADE. Também acontecem julgamentos de VERACIDADE e USUALIDADE:

	neutro	assertivo	diretivo	expressivo	metalingüístico	prosódico	parte do discurso	Outros	TOTAL
CAPACIDADE	1	1	1	1	5	-	-	-	9
USUALIDADE	1	1	-	-	3	-	1	-	6
TENACIDADE	7	3	1	-	4	-	-	1	16
VERACIDADE	3	1	-	-	3	-	-	1	8
PROPRIEDADE	1	-	1	-	3	1	1	2	9
<b>TOTAL</b>	13	6	3	1	18	1	2	4	48

**Quadro 5.14 – Cômputo dos recursos em atribuições: Quarta fase**

O valor atribuído ao julgamento das fontes localizou-se especialmente no pólo negativo. São outros exemplos:

- (82) Efeito Orloff

Há realmente um traço de complexo de vira-lata no governo brasileiro, como bem diagnosticou nesse espaço a editora de Opinião, Dad Squarisi.

(149.GM.84) - TENACIDADE

- (83) "Cidadãos que têm vida pública perdem, por isso, pelo menos parte do direito à privacidade", diz o Manual de Redação e Estilo de O Globo. Para o Manual da Redação da Folha de S.Paulo, "a vida particular de personagem público que busca essa condição por vontade própria tem interesse social". E acrescenta, com total propriedade: "Isso é verdade em especial para os governantes ou candidatos a governantes: ..."

(147.RS.134) - PROPRIEDADE

- (84) De acordo com eles, Lula está sendo submetido a um padrão diferente e injusto do que seu antecessor pois ele é o primeiro presidente brasileiro da classe trabalhadora e tem primeiro grau incompleto ... (105.AK.13) - PROPRIEDADE

O título do excerto (82) remete ao bordão de um anúncio da vodca Orloff: "Eu sou você amanhã". A frase era dita pela imagem de um consumidor refletida num espelho. A mensagem do fabricante era positiva: quem tomasse o seu produto ficaria livre da ressaca. Em relação ao contexto aqui estudado, esse pólo positivo se inverte.

Igualmente de conotação negativa é a expressão "complexo de vira-lata", criada pelo dramaturgo, jornalista e escritor Nelson Rodrigues, para explicar os fracassos do nosso futebol frente ao europeu até meados do século passado: diante dos atletas anglo-germânicos, os nossos jogadores eram acometidos de pânico e, ao invés de mostrar o seu valor, ganiam como vira-latas ([http://www.booklink.com.br/arthurpoerner/comp\\_vira\\_lata.htm](http://www.booklink.com.br/arthurpoerner/comp_vira_lata.htm)).

Se, para efeitos de condensação dos resultados, reunirmos as informações expostas nos quadros de número 5.7 a 5.14, concluímos, em relação ao modo de organização do discurso de outrem nos artigos examinados, que prevaleceu o uso do discurso direto e de formas mais sintéticas de citação (uso de discurso indireto misturado com citação, colocação de dois pontos ou aspas para marcar a fala, sem o uso do verbo de atribuição, por exemplo), combinado com o emprego de verbos neutros e assertivos (Quadro 5.15).

Para melhor visualizarmos os modos de atribuição nas quatro fases, elaboramos a Figura 5.2, em que apresentamos os resultados relativos às várias formas do discurso (DD, DI, DIL e outros). Houve primazia de DD (97), seguido de

FASES	DD	DI	DD+DI	DIL	OUTROS	TOTAL
FASE 1	7	11	1	-	6	25
FASE 2	35	31	2	-	4	72
FASE 3	29	11	-	-	8	48
FASE 4	26	14	4	-	4	48
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>67</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>193</b>

Quadro 5.15 – Número de atribuições do discurso a fontes externas

DI (67) e de outros modos de atribuição (22). O DIL foi o que menor desempenho demonstrou no *corpus* pesquisado.

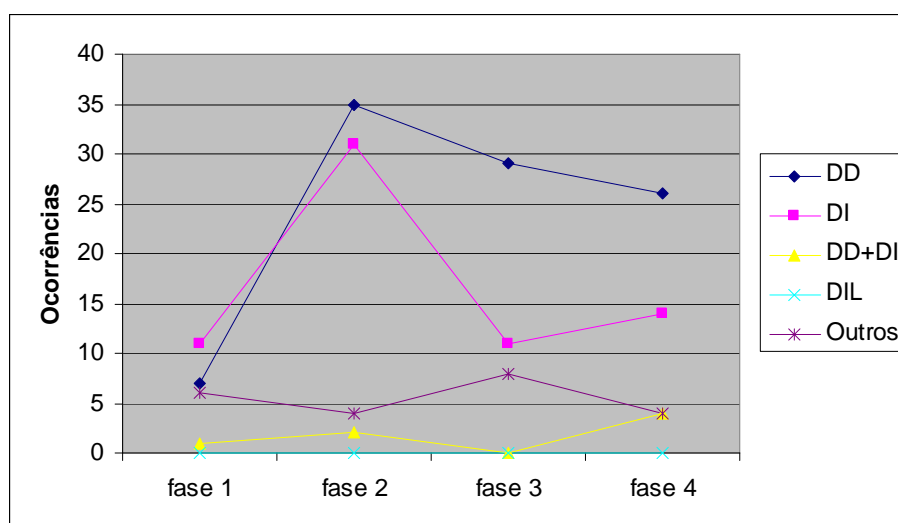


Figura 5.2 – Formas de organização do discurso não-autoral

No que se refere às evidências de julgamento por atribuição, prevaleceram os julgamentos de TENACIDADE (estima social) e PROPRIEDADE (sanção social) quando o avaliador é uma fonte externa.

Os dados numéricos obtidos, se calculados em relação ao total de formas do *corpus*, apresentam os resultados explicitados no Quadro 5.16, confirmando a hipótese de que, quando as avaliações do comportamento do Presidente têm como fonte um outro, acontece mais frequentemente a sanção social, embora haja muitas evidências de estima social. Ou seja, o comportamento ético do Presidente é avaliado, no texto dos jornalistas, por fontes não-autorais. Isso posto, vale lembrarmos a afirmativa de Hunston (1999), para quem toda a atribuição é também uma forma de declaração.

Se transformarmos em gráfico os dados obtidos, poderemos visualizar mais claramente os resultados (Figura 5.3).

Recursos periféricos	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Total	%
CAPACIDADE	3	12	6	9	30	0,22
USUALIDADE	1	5	5	6	17	0,12
TENACIDADE	17	24	18	16	71	0,54
VERACIDADE	2	6	9	8	25	0,19
PROPRIEDADE	2	23	10	9	44	0,33
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>72</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>193</b>	<b>1,47</b>
Formas	2582	4680	5451	8076	13.146	
<b>Total %</b>	<b>1,0</b>	<b>1,53</b>	<b>0,88</b>	<b>0,6</b>	<b>1,47</b>	

Quadro 5.16 – Ocorrência de recursos periféricos nas quatro fases

A Figura 5.3, referente a julgamentos não-autorais, demonstra os valores pelos quais o comportamento do Presidente brasileiro é avaliado.

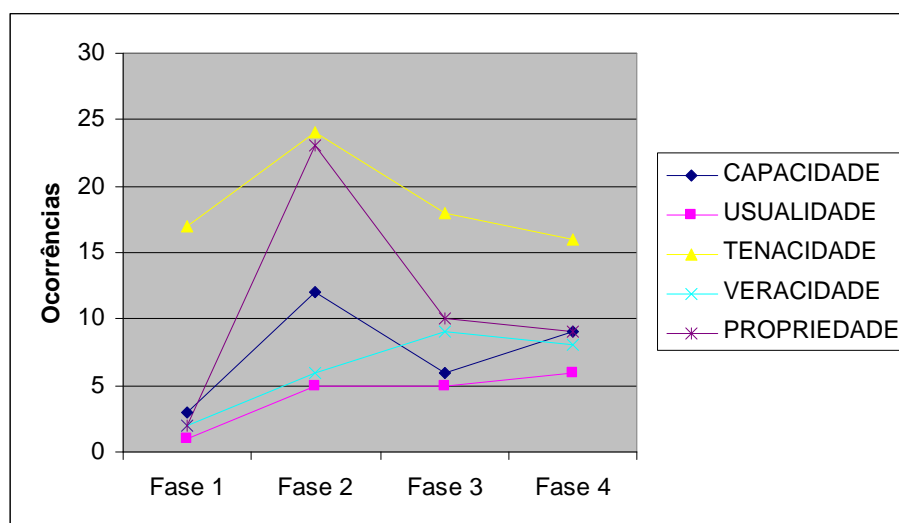


Figura 5.3 - Comportamento dos recursos periféricos

O gráfico permite inferir que:

- no primeiro momento (10 e 11.05 – publicação da reportagem e da nota do Porta-Voz da Presidência), os itens lexicogramaticais e semânticos de julgamento não-autoral diferenciam-se bastante. Há um maior número de julgamentos de TENACIDADE negativa, em que as fontes externas vêem o Presidente como alguém que, por beber, é dependente de seus assessores e muito diferente do perfil que se deseja para um chefe de nação. As outras

categorias apresentam números não significativos de atribuições. As linhas da grade informam: “X diz que o Presidente bebe e precisa de ajuda para bem governar.”

- no segundo momento (12 e 13.05 – cancelamento do visto de LR), continuam sobressaindo os julgamentos de TENACIDADE, agora acompanhados dos de PROPRIEDADE. É o comportamento deôntico do Presidente sendo avaliado por fontes não-autorais. Persiste ainda o juízo de que o chefe da nação precisa de assessoria para resolver o problema criado, mas ao mesmo tempo também é julgado em termos éticos. A segunda fase pode ser resumida na seguinte declaração: “X diz que o presidente possui uma forte inclinação para a bebida e, ao governar, esbarra em algumas questões éticas.”
- no terceiro momento (14 a 17.05 – pedido de *habeas corpus* e decisão do Superior Tribunal de Justiça), todos os valores recuam, mas a TENACIDADE continua como categoria de avaliação. Os resultados do gráfico, em relação à terceira fase, podem assim ser verbalizados: “X diz que o Presidente da República tem forte INCLINAÇÃO para o álcool, mas, em vista de ter aceitado rever a decisão, eticamente seu comportamento é mais aceitável”.
- no quarto momento (18.05 a 06.06 – avaliação dos atos do Presidente), todos os percentuais de avaliação baixam, mesmo porque a situação, uma vez resolvida, encaminhava-se para o esquecimento. Apesar da grande quantidade de textos ainda produzidos nessa fase, a maioria deles já derivava, em meio a análises sobre o papel da imprensa, para outros temas (como, por exemplo, a iminente viagem do Presidente à China), o que se pode consultar no Anexo E desta tese. O julgamento predominante é o de TENACIDADE. A fase pode ser verbalizada como “X diz que Lula, por ter inclinações éticas, teve dificuldades em gerenciar a crise, mas finalmente estamos retornando à rotina”.

#### **5.4 Enfim, o fim**

Uma vez analisados os resultados parciais, reunimos todos os recursos de julgamento, tanto os autorais quanto os não-autorais (declaração e atribuição) para que pudéssemos perceber como a valoração do desempenho do Presidente, neste

episódio Lula x Larry Rohter, realizou-se semântica e discursivamente dentro das quatro fases.

No cruzamento desses dados, obtivemos os resultados finais da pesquisa. Na totalidade, o *corpus* apresentou 728 ocorrências de julgamento em relação ao comportamento do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, durante o episódio Lula x Larry Rohter. Do total de ocorrências de julgamento, 535 são referentes à opinião do jornalista autor do texto e 193 são referentes à opinião de outrem.

Dentre os recursos inferidos da análise do *corpus*, organizamos uma tipologia de cinco centrais e cinco periféricos. Percebemos que o julgamento autoral situa-se mais no âmbito da estima social (CAPACIDADE, USUALIDADE, TENACIDADE) em todas as etapas dos acontecimentos. As evidências de sanção social apresentam menor frequência e se realizam mais através do julgamento do comportamento alético (VERACIDADE).

Quanto aos recursos periféricos, referentes ao posicionamento atitudinal de uma fonte externa, observamos que prevaleceram as ocorrências de TENACIDADE (estima social), seguidas de PROPRIEDADE (sanção social). À atribuição coube, em nosso *corpus*, realizar juízos bastante delicados, como afirmar que o Presidente tem inclinação por bebidas alcoólicas e também que o chefe da nação infringe leis morais e éticas no exercício do poder.

Afirmamos também que a atribuição foi um recurso utilizado pelos jornalistas para expressarem suas opiniões acerca do desenrolar dos fatos e, principalmente, procurar não ferir preceitos institucionais, mesmo quando é colocada à prova a liberdade de imprensa. Por trás do uso da assertividade, repousa o uso bastante difundido da neutralidade e do julgamento de estima social. A palavra do outro, então, é o recurso que os jornalistas utilizam para apresentar suas próprias opiniões. Lembramos aqui que contextos em que há atribuição comportam (para HUNSTON, 1999) também uma declaração, aquela encaixada na proposição.

Portanto, quando os autores dos artigos emitem seus juízos de valor quanto ao comportamento do Presidente, assumem a voz do correspondente, ao abordar questões relativas à estima social, mas vão um pouco mais além, ao criticar valores relacionados à sanção social. O mesmo ocorre quando os jornalistas emitem os juízos de valor de outras fontes, inserindo em seus textos pronunciamentos de estima social, mas também de sanção social.

A nossa pesquisa mostrou que, mesmo fazendo uso, muitas vezes, da voz do comentarista, os autores dos 153 textos procuraram manter-se numa posição intermediária, entre correspondentes e comentaristas, o que torna difícil a escolha por uma só categoria de voz nos artigos analisados.

A seguir, encaminhamos nosso trabalho para as considerações finais, onde retomaremos vários conceitos utilizados na pesquisa, bem como os resultados obtidos. Por fim, apresentaremos sugestões para novos trabalhos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho efetuado pela mídia, segundo Fairclough (1995), contribui para a construção de representações particulares do mundo (metafunção ideacional), de identidades e de relações (metafunção interpessoal). Tal construção acontece pela via da linguagem, em discursos que se materializam em textos, como, por exemplo, nos artigos de opinião aqui analisados. Como afirmamos na introdução, é difícil sabermos todos os propósitos que concorrem para a realização dos eventos comunicativos. Entretanto, parte deles pode ser inferida, no processo de consumo, através dos textos, como é o caso da identificação do posicionamento dos autores diante dos fatos.

A tensão entre o público e o privado, apontada por Fairclough (1995), ficou evidente na análise dos textos: a vida privada do Presidente do Brasil foi questionada em todo o período (10 de maio a 10 de junho de 2004) e se tornou tema nacional, vindo a público a discussão sobre suas conseqüências na condução dos assuntos de governo. Apesar do clima de “pauta vencida”, muitas vezes ainda hoje é lembrado como um episódio singular e é motivo de piadas freqüentes. Encontramos farta publicação de textos, na internet, que se encaixam no tema que delimitamos, mas não atendem à condição de temporalidade e autoria que estabelecemos.

Não foi o fato em si que interessou a nossa pesquisa – a publicação da reportagem sobre os possíveis hábitos éticos do Presidente do Brasil -, mas as opiniões emitidas nos artigos selecionados. Com *status* de discurso não-ficcional, as opiniões apresentam vários matizes e dizem respeito a diversos aspectos do comportamento de Luís Inácio Lula da Silva, mas não podem ser submetidas ao valor de verdade. Isso ficou comprovado pelo baixo número de ocorrências de VERACIDADE no *corpus* – somente 66 ocorrências dentre 13.146 formas (0,5%) e 85.570 palavras (0,07%).

Retomando Hunston (1999), três variáveis concorrem para a análise da valoração: o que é avaliado, quem avalia e como é feita a valoração. O objeto do

juízo, que utilizamos como critério para a realização de nossa pesquisa, foi o comportamento do Presidente do Brasil, tendo em vista o decorrer dos acontecimentos após a publicação da reportagem no jornal *The New York Times* sobre sua inclinação particular para a bebida alcoólica. Quanto à segunda variável – quem avalia, delimitamos os jornalistas brasileiros que escreveram artigos de opinião sobre o caso no período compreendido entre 10 de maio e 10 de junho de 2004.

A terceira variável – como é feita a valoração – foi objeto de nossa pesquisa, pois queríamos comprovar a tese de que, ao redigirem seus artigos de opinião, os articulistas brasileiros fazem uso de julgamentos que se caracterizam mais por valorizarem a estima social e menos a sanção social. Assim, a voz do correspondente prevalece sobre a voz do comentarista. Para comprovar nossa tese, buscamos, no *corpus*, regularidades lingüísticas, uma vez que “composições particulares para esses aspectos do contexto social condicionam que opções lingüísticas provavelmente serão assumidas pelo texto (MARTIN e WHITE, 2005, p. 162).

No decorrer do trabalho, fomos respondendo às nossas perguntas iniciais. Tomando como ponto de partida um conjunto de textos que dialogam sobre o mesmo tema, concluímos que, em termos lexicogramaticais, houve a presença de muitos adjetivos, grande quantidade de verbos de elocução, dos tipos neutro e assertivo, acompanhados do discurso direto ou mesmo de outras formas de citação, como o discurso indireto com citação.

A característica que se destacou, na análise do material lingüístico, foi a presença das expressões de gíria, tanto jornalísticas quanto da linguagem coloquial e dos “botecos”<sup>34</sup>. Dentre todas as ocorrências de juízo, encontramos 112 passagens desse teor, o que representou 0,85% do total de formas do *corpus*. É o que Fairclough (1995) já observava em relação à crescente conversacionalização dos textos da mídia. No *corpus* analisado, essa característica se fez presente nas freqüentes alusões à vida prévia do Presidente.

Pessoas como o Presidente do Brasil têm seus hábitos sociais desvendados e são motivo de muita especulação, inclusive internacional; por isso afirmamos aqui que “fofocas” relativas à vida particular institucionalizam-se através

---

<sup>34</sup> “Boteco”, palavra muito utilizada no *corpus* que reunimos, é a denominação popular para pequenas vendas, geralmente na periferia das cidades ou à beira de estradas, onde se vende de tudo um pouco, inclusive cachaça.

dos meios de comunicação de massa, mais rapidamente que há algum tempo atrás, quando ainda não dispúnhamos de internet em domicílios.

Ao analisarmos detidamente o *corpus*, dividindo-o em quatro fases (Apoio ao Presidente, Indignação contra o Presidente, Descrédito do Presidente e Avaliação dos Atos do Presidente), identificamos e computamos as ocorrências de julgamento, o que está descrito detalhadamente nos Anexos C e D. Registramos um total de 728 passagens em que o comportamento de Lula foi avaliado nos 153 artigos reunidos por nós.

Com relação às distintas ocorrências de julgamento, as que emanam do próprio autor e as que são atribuídas a fontes externas, identificamos 535 passagens em que o julgamento é autoral e 193 em que o julgamento é não-autoral. Consideramos o número de julgamentos não-autorais alto em relação aos primeiros, uma vez que foram utilizados em artigos de opinião, onde se espera que prevaleça o que pensa o escritor, ao contrário de notícias ou reportagens, em que as atribuições são uma constante.

Inferimos aqui alguns motivos para tal procedimento: a delicadeza do tema, o cargo da pessoa que está sendo avaliada e a dificuldade em comprovar o que é especulado nas rodas de conversas informais em Brasília.

Os resultados apontam que, enquanto os escritores, ao emitirem seus próprios julgamentos, usam mais avaliações em termos de TENACIDADE (quão (in)dependente o Presidente é) e VERACIDADE (quão verdadeiras são as atitudes do Presidente), as avaliações atribuídas a fontes externas situam-se mais nos campos de TENACIDADE (in/dependência) e PROPRIEDADE (quão certo ou errado o Presidente procede), a maioria delas de valor negativo. Com isso respondemos às indagações das perguntas norteadoras quatro e cinco, que questionavam a natureza e o valor das ocorrências de julgamento, tanto as autorais quanto as não-autorais.

O passo seguinte foi identificar que voz jornalística predomina nos artigos analisados, utilizando a tipologia de White (1998) e Martin e White (2005). Constatamos a presença tanto da voz do correspondente quanto a do comentarista, mas com diferenças básicas: nos julgamentos autorais predomina a voz do correspondente e, na voz não-autoral, mesmo predominando também a voz do correspondente, há um número muito grande de voz do comentarista, tendo em vista a presença dos números em que a PROPRIEDADE foi usada como recurso.

Por meio da pesquisa, elaboramos uma tipologia de análise em relação aos 153 textos. Propusemos a divisão entre recursos centrais e periféricos, estes referentes ao julgamento não-autoral, e aqueles referentes ao julgamento autoral. Justificamos a tipologia escolhida por nós em termos de “comportamento”, tendo em vista as observações feitas no *corpus* e na literatura. Martin e White (2005) já apresentavam uma correlação possível entre modalização e modulação (HALLIDAY, 1994) e a Teoria da Valoração. Enquanto a modalização (em proposições: informação) trabalha com probabilidade e usualidade, a modulação (em propostas: bens e serviços) trabalha com a obrigação e a prontidão (que compreende a inclinação e a habilidade).

Retomamos essa correspondência e a ligamos a formas de comportamento humano:

- ao darmos informação, fazemo-lo para contar fatos que são comuns no grupo social (ou usuais, ou normais) e outros que consideramos verdadeiros, falsos, prováveis, possíveis ou certos. A esses dois modos de representar a realidade denominamos comportamentos canônicos (habituais no grupo) e aléticos (preocupados com a verdade da informação).
- ao oferecermos ou solicitarmos bens e serviços, fazemo-lo tendo em vista a capacidade nossa ou do outro (sou/é hábil ou não), a inclinação (sou/é (in)dependente) e a obrigação (sou/é obrigado ou não). O comportamento que revela a capacidade foi denominado por nós epistêmico; aquele que revela a inclinação foi denominado bulomaico; aquele que revela a obrigação foi denominado deontico.

Daí resulta que, se adaptarmos o quadro de Martin e White (2005) aos tipos de comportamento que são julgados pelos jornalistas, podemos distribuí-los em duas áreas: a área do comportamento dinâmico, que requer habilidade, usualidade ou inclinação para ser efetivado, portanto de estima social, e a área do comportamento ético, referente à sanção social, que requer o cumprimento de normas de conduta em termos de veracidade e de ação sobre outro ator social.

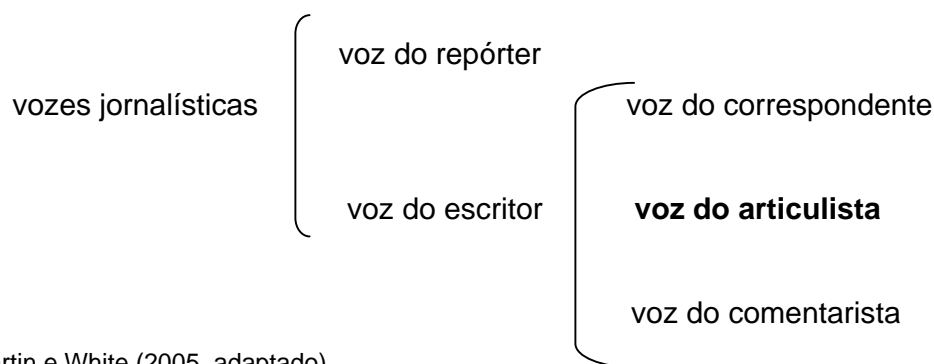
Também resultou de nosso trabalho a constatação de que o adjetivo, como *lhe é de direito*, é o elemento lexicogramatical que dá suporte para todas as ocorrências de avaliação em um texto. Mesmo que as realizações aconteçam da forma mais variada possível (substantivos, verbos, advérbios, expressões populares, ditados, elementos intertextuais), sempre é possível resumir-se o juízo a um adjetivo.

Na nossa pesquisa, utilizamos esse recurso e consideramos, para a parametrização, a caracterização de bom/mau/apto/inapto para a CAPACIDADE, normal/anormal, esperado/inesperado para a USUALIDADE, dependente/independente, inclinado/não-inclinado para a TENACIDADE, verdadeiro/falso para a VERACIDADE e certo/errado para a PROPRIEDADE.

Assim, concluímos que as teorias que se preocupam com a avaliação possibilitaram a abertura de um campo promissor (e complexo) para os estudos da linguagem. Halliday (1994) já abriu possibilidades de novos desenvolvimentos quando, ao tratar da metafunção interpessoal, colocava que, através da metáfora interpessoal, há um número muito grande de modos de os locutores expressarem suas opiniões, “ou, mais propriamente, de dissimular do fato de que eles *estão*<sup>35</sup> expressando suas opiniões” (HALLIDAY, 1994, p. 355).

Quanto às subdivisões do conceito de “vozes jornalísticas”, pensamos que a classificação de Martin e White (2005) é adequada aos jornais australianos e ingleses e também condizente com o gênero analisado por eles – as notícias “graves”, ou seja, as notícias das seções de desastres, casos policiais, sinistros e também política.

Nossa proposta é que, então, crie-se uma categoria intermediária – a voz do articulista, vista como uma característica do gênero artigo de jornal, o que pode ser explicitado na Figura 6.1.



Fonte: Martin e White (2005, adaptado)

**Figura 6.1 – Proposta de sistema de vozes jornalísticas**

A voz do articulista se caracteriza, segundo o que propomos, como a voz autoral que explícita e implicitamente é o atribuidor do julgamento. Tal categoria usa

<sup>35</sup> Grifo do autor (HALLIDAY, 1994, p. 355).

predominantemente os valores de estima social e, em menor número, os de sanção social, tanto para declarações quanto para atribuições. Não tem a liberdade avaliativa de um comentarista.

Sugerimos novas investigações no sentido de caracterizar o gênero artigo, tendo em vista sua indefinição no meio jornalístico. É válido analisar os propósitos comunicativos, a estrutura composicional e as regularidades lingüísticas. Ao mesmo tempo, é interessante que se faça a análise da valoração em outros gêneros, especialmente aqueles já estabelecidos no meio jornalístico. A exemplo de White (1998), Martin e White (2005) e Bednarek (2006), podemos realizar investigações quanto a padrões avaliativos utilizados nas notícias “sérias” (*hard news*: incêndios, catástrofes, assassinatos, política) e também em editoriais. Uma outra sugestão nossa é fazer uma análise comparativa entre esse tipo de notícia na imprensa estrangeira e na imprensa brasileira, com vistas a identificar as características peculiares de cada uma.

A partir dos estudos que já existem sobre avaliação, é importante que seja analisado como o posicionamento atitudinal dos autores se realiza em textos pertencentes a outros discursos, como da política, da história e do humor, e em produções orais da fala cotidiana.

Entretanto, a área da valoração em lingüística ainda é incipiente. Há muito a ser pesquisado, principalmente no Brasil. O grande complicador do estudo dos gêneros do jornal é, sem dúvida, a questão da (pseudo) imparcialidade do repórter. Para ilustrar o que dissemos, citamos aqui um trecho do artigo “A eterna geléia jurídica”, escrito por Fábio Borges e publicado no Observatório da Imprensa em 18.05.2004, em que o autor atribui a um crítico o seguinte comentário:

Escrevi na última edição do Observatório que jornalistas e jornais jamais conseguirão ser plenamente imparciais porque dispõem da prerrogativa de publicar apenas o que for conveniente ao seu interesse, mas não assumem essa prática. “A velha e batida questão ética...”, bocejou um crítico. (119.FB.80)

Em decorrência das conclusões obtidas em nossa tese, apresentamos um questionamento que, sugerimos, seja tema de um trabalho posterior: está a necessidade de criação de uma nova categoria de jornalistas – a do articulista -

relacionada ao comprometimento ideológico de alguns setores da imprensa com o Poder Executivo?

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *The dialogic imagination: four essays*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BARROS, N. C. Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) *Gêneros textuais e práticas discursivas*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2000.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEDNAREK, M. *Evaluation in media discourse*. London and New York: Continuum, 2006.
- BERBER-SARDINHA, T. Lingüística de Corpus: histórico e problemática. *DELTA*, v.16, n.2, São Paulo, 2000.
- BERLO, D. K. *O processo na comunicação*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BESNIER, N. Literacy and feelings: the encoding of affect in Nukulaelae letters. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 69-91, 1989.
- BIBER, D.; FINEGAN, E. Styles of stance in English: lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 93-124, 1989.
- BIBER *et al.* *The Longman grammar of spoken and written English*. London: Longman, 1999.
- BOND, F. F. *Introdução ao jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. *Gêneros textuais: reflexões e ensino* (orgs.). Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*. 4(1), jul/dez. 2003. Disponível em:



<<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>>. Acesso em 20.jul.2006.

CALDAS-COULTHARD, C. R. On reporting reporting: the representation of speech in factual and fictional narratives. In: COULTHARD, M. *Advances in written text analysis*. London: Routledge, 1994.

CAMUS, Albert. *The Rebel*, 1951. Disponível em <<http://www.quotegarden.com/misc1.html>> Acesso em 31 jan 2007.

CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*, 5. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. *Evidentiality: the linguistic code of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1986.

CHANNELL, J. Corpus-based analysis of evaluative lexis. In: HUNSTON, S. E THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CHAPARRO, M.C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém/PT: Jortejo, 1998.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CONRAD, S; BIBER, D. Adverbial marking of stance in speech and writing. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M A. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London and New York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Media Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FONSECA, V. P. da S. *O jornalismo na lógica do capital: mediação ou prestação de serviço?* Disponível em: [www.facom.ufba.br/pos/gtjornalismo/doc/virginia\\_fonseca](http://www.facom.ufba.br/pos/gtjornalismo/doc/virginia_fonseca) 2004. Acesso em 10 out. 2007.

FORTKAMP, M. B. M. & TOMITCH, L. M. B. (orgs.). *Aspectos de lingüística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. London and New York: Routledge, 1991.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

\_\_\_\_\_. *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. Part I. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. *Language, context and text: aspects of a language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. *Language, context and text: aspects of a language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2004.

HARRÉ, R. *The singular self: an introduction to the psychology of personhood*. London: Sage, 1998.

HASAN, R. The structure of a text. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. *Language, context and text: aspects of a language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HAVILAND, J. B. 'Sure, sure': evidence and affect. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 27-68, 1989.

HEBERLE, V. M. *Critical Reading: integrating principles of critical discourse analysis and gender studies*. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 38, p. 115-139, 2000.

HUNSTON, S. Evaluation and the planes of discourse. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. A corpus study of some English verbs of attribution. *Functions of Language* 2, 2: p. 133-158, 1995.

JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1983.

LAGE, N. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, C. A. *Language and the politics of emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LUTZ, C.; WHITE, G. M. The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, 15: 405-436, 1986.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), 2003.

MARTIN, J. R. Introduction. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 171-181, 2003.

\_\_\_\_\_. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Text and clause: fractal resonance. *Text* 15 (1): 5-42, 1995.

\_\_\_\_\_. *Factual writing: exploring and challenging social reality*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I.M.; PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Edward Arnold, 1997.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave, 2005.

MASLOW, A. Uma teoria da motivação humana. In: BALÇÃO, Y.; CORDEIRO, L. L. *O comportamento humano na empresa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MEDINA, C. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MELO, J. M. de. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEURER, J. L. O conhecimento dos gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem, In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). *Aspectos de*

*lingüística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn.* Florianópolis: Insular, 2000.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teoria, métodos e debates.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem.* Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech.* n. 70, p. 151-167, 1984.

OCHS, E. Introduction. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 1-5, 1989.

OCHS, E.; SCHIEFFLEN, B. Language has a heart. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 7-25, 1989.

PAGE, R. An analysis of APPRAISAL in childbirth narratives with special consideration of gender and storytelling style. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 211-237, 2003.

PAINTER, C. Developing attitude: an ontogenetic perspective on appraisal. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 183-209, 2003.

PINHEIRO, D. *Perfil.* Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq30052001991.htm>>. Acesso em 10 out. 2007.

PINHEIRO, N. F. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem.* Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PRECHT, K. *Gender differences and similarities in stance in informal American conversation.* Disponível em <http://www.kprecht.net/Mywordk/Precht%20Gender%202006.pdf>> Acesso em 02 fev. 2007

PRECHT, K. Stance moods in spoken English: evidentiality and affect in British and American conversation. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 239-257, 2003.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação.* Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RAMONET, I. *O Quinto Poder.* Disponível em: <[www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211020032.htm](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211020032.htm)> Acesso em 02 jul. 2007.

ROSSI, C. *O que é jornalismo?* 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RYSTROM, K. *The why, who and how of the editorial page*. 2. ed. Pennsylvania: Strata Publishing Company, 1993.

SARANGI, S. Evaluating evaluative language. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 165-170, 2003.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

SPITULNIK, D. Anthropology and mass media. *Annual Review of Anthropology* 22:293-315. 1993. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/aronline>>. Acesso em 22 dez. 2005.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G. e HUNSTON, S. Evaluation: an introduction. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, G E YIYUN, Y. Evaluation in the reporting verbs used in academic papers. *Applied Linguistics*, v. 12, n.4. Oxford University Press, 1991.

VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia*. Porto: Campo das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *News as discourse*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN LEEUWEN, T. Generic strategies in press journalism. *Australian Review of Applied Linguistics* 10 (2): 199-220. 1987.

WHITE, P. R. R. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva . *Linguagem e(m) Discurso*, v. 4, n. Especial, 2004.

\_\_\_\_\_. Beyond modality and hedging: a dialogic view of the language of intersubjective stance. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 259-284, 2003.

WHITE, P. R. R. *Telling media tales: the news story as rethoric*. 1998, 298f. Tese (Doctor of Philosophy) – University of Sydney, Austrália, 1998. Disponível em <<http://www.grammatics.com/appraisal>> Acesso em 27 fev. 2006.

WHITE, P. R. R. Death, disruption and the moral order: the narrative impulse in mass-media hard news reporting. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. *Genres and institutions: social processes in the workplace and school*. Longon: Cassel, 1997.

**Sites consultados:**

[http://www.booklink.com.br/arthurpoerner/comp\\_vira\\_lata.htm](http://www.booklink.com.br/arthurpoerner/comp_vira_lata.htm)

<http://www.clicabrasilia.com.br>

<http://clipping.planejamento.gov.br>

<http://www.correiodopovo.com.br>

<http://www.correioweb.com.br>

<http://www.diariodecuiaba.com.br>

<http://www.estadao.com.br>

<http://www.folha.uol.com.br>

<http://www.gazetamercantil.com.br>

<http://gazetaweb.globo.com>

<http://www.grammatics.com/Appraisal/>

<http://www.hojeemdia.com.br>

<http://jbonline.terra.com.br>

<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/noticias>

<http://www.jcam.com.br>

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>

<http://oglobo.globo.com>

[http://www.presidencia.gov.br/search\\_form](http://www.presidencia.gov.br/search_form)

<http://www.quotegarden.com/misc1.html>

<http://www.valoronline.com.br>

[http://www.releituras.com/spontepreta\\_bio.asp](http://www.releituras.com/spontepreta_bio.asp)

[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 19 maio 2007

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bananas>

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora>

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

**ANEXO A - COLUNAS E AUTORES (em ordem cronológica)**

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Sigla</b>	<b>No. Alf.</b>	<b>Nome coluna</b>	<b>Publicado em</b>	<b>Data</b>	<b>Nº palavras</b>	
1	Armando Burd	ABD	36	Intérprete	Correio do Povo	10/05	15	
2	Ilimar Franco	IF	89	Exportando mais	O Globo – RJ	10/05	161	
3	Rosane de Oliveira	RO	135	Um problema a mais	Zero Hora	10/05	289	<b>465</b>
4	Adriana Cidade	AC	3	O jogo	Jornal do Comercio – Manaus	11/05	57	
5	Alberto Dines	ADI	8	NYT de pileque, nossos jornalões de ressaca	Observatório da Imprensa	11/05	940	
6	Antonio Brasil	ABR	26	Bush e Lula, 'álcool' em comum	Observatório da Imprensa	11/05	887	
7	Cláudio Humberto	CH	51	“O presidente serve...”	Jornal de Brasília Hoje em Dia	11/05 11/05	380	
8	Clóvis Rossi	CR	62	Testemunho	Folha de São	11/05	314	



					Paulo			
9	Cristiano Romero	CRO	67	O caso "NYT" e a teoria conspiratória	Valor Econômico	11/05	948	
10	Denise Rothenburg/ Lílian Tahan	DR/ LT	69	Em defesa de Lula	Correio Braziliense	11/05	730	
11	Deonísio da Silva	DS	70	Os porres do Presidente	Observatório da Imprensa	11/05	789	
12	Dora Kramer	DK	74	Reação excede a carência dos fatos	Jornal do Brasil	11/05	588	
13	Jânio de Freitas	JF	92	O bêbado e o desequilibrista	Folha de São Paulo	11/05	525	
14	Merval Pereira	MP	113	Deu no 'The NYT'	O Globo – RJ	11/05	1016	<b>7644</b>
15	Nairo Alméri	NA	120	Petrobrás vai explorar na costa da Colômbia	Hoje em dia	11/05	250	
16	Teresa Cruvinel	TC	143	Terceiro turno	O Globo – RJ	11/05	220	
17	Ancelmo Góis	AGO	18	Cine Revanche	O Globo	12/05	173	
18	Anselmo de Carvalho Pinto	AP	25	Sobre o Lula	Diário de Cuiabá	12/05	361	
19	Carlos Lindenberg	CL	47	A unanimidade de Lula	Hoje em Dia	12/05	649	
20	Cláudio Humberto	CH	52	"Ruptura não é coisa	Jornal de Brasília	12/05	146	

				fácil de se fazer e as seqüelas são gravíssimas"				
21	Comitê de Proteção a Jornalistas	CPJ	66	Protesto contra a expulsão II	Observatório da Imprensa	[12/05] 18/05	420	
22	Nelson de Sá	NS	121	Toda Mídia	Folha de São Paulo	12/05	503	
23	Repórteres sem Fronteiras	RSF	130	Protesto contra a expulsão	Repórteres sem Fronteiras Observatório da Imprensa	[12/05] 18/05	576	
24	Rosane de Oliveira	RO	136	Reação desproporcional	ZH	12/05	305	
25	Teresa Cruvinel	TC	144	Dois pãezinhos	O Globo- RJ	12/05	149	<b>3296</b>
26	Ana A. Lemos	AAL	14	Além dos limites	Zero Hora	13/05	102	
27	Ana Dubeux, Guilherme Evelin e Denise Rothenburg	AD/ GE/ DR	16	Esforço para demover Lula	Correio Braziliense	13/05	1423	
28	Ancelmo Góis	AGO	19	New York, New York...	O Globo	13/05	220	
29	André Singer	AS	24	Uma reação à altura	Folha de São	13/05	828	

					Paulo			
30	Antonio Machado	AM	28	O Planalto em ação	Correio Braziliense	13/05	411	
31	Arlete Salvador	ASA	34	Justiça na Mira	Correio Braziliense	13/05	126	
32	Armando Burd	ABD	37	Governo excede nos megatons	Correio do Povo	13/05	181	
33	Carlos Lindenberg	CL	48	Exageraram na dose	Hoje em Dia	13/05	626	
34	Cláudio Humberto	CH	53	MP quer cassar Maia	Jornal Hoje em Dia Jornal de Bras[lia Gazeta de Alagoas	13/05 13/05 13/05	346	
35	Clóvis Rossi	CR	63	Da tolice a uma crise	Folha de São Paulo	13/05	333	
36	Dora Kramer	DK	75	O ovo da serpente	Jornal do Brasil	13/05	758	
37	Hélio Schwartzman	HS	87	Uma boa idéia?	Folha de São Paulo	13/05	1764	
38	Jaime Matos	JM	91	O perigo de deixar a treva entrar	Gazeta Mercantil	13/05	537	
39	Jânio de Freitas	JF	93	A cassação	Folha de São	13/05	409	

					Paulo			
40	Maria Clara R. M. do Prado	MCL	111	Uma resposta autoritária a uma peça de mau jornalismo	Valor Econômico	13/05	663	
41	Merval Pereira	MP	114	Truculenta e autoritária	O Globo	13/05	976	
42	Miriam Leitão	ML	116	Lei e ato errados	O Globo	13/05	953	
43	Nélson de Sá	NS	122	Com a palavra, Lula	Folha de São Paulo	13/05	469	
44	Otávio Frias Filho	OF	125	Inacreditável	Folha de São Paulo	13/05	467	
45	Paulo César de Oliveira	PO	126	“Dia da Indústria” se transforma em grande acontecimento político	Hoje em Dia	13/05	73	
46	Reinaldo Lobo	RL	129	Evoé, baco!	O Estado de SP	13/05	994	
47	Ricardo Boechat	RB	131	Bem cotado	Jornal do Brasil	13/05	95	
48	Rosane de Oliveira	RO	137	Goleada contra	ZH	13/05	69	
49	Rudolfo Lago	RLA	139	O povo contra Larry Rohter	Correio Braziliense	13/05	718	
50	Rudolfo Lago	RLA	140	De volta ao ataque	Correio Braziliense	13/05	601	
51	Sérgio Leo	SL	141	Poder embriaga, mas dá	Valor Econômico	13/05	986	<b>16048</b>

				dor de cabeça				
52	Teresa Cruvinel	TC	145	Força ou grandeza	O Globo - RJ	13/05	731	
53	Valdo Cruz	VC	150	De vítima a vilão	Folha de São Paulo	13/05	289	
54	Agostinho Gaspar	AGA	7	A ressaca da crise	Valor Econômico	14/05	906	
55	Ana A. Lemos	AAL	15	Paz e amor	Zero Hora	14/05	98	
56	Ancelmo Góis	AGO	20	Leão gordo	Gazeta de Alagoas	14/05	242	
57	Antonio Machado	AM	29	Falta ordem na casa...	Correio Braziliense	14/05	915	
58	Armando Burd	ABD	38	Julgar é com magistrados	Correio do Povo	14/05	300	
59	Carlos Lindenberg	CL	54	Um problema e uma solução	Hoje em Dia	14/05	626	
60	Cláudio Humberto	CH	49	"A ignorância é audaciosa. A experiência é que leva à sabedoria"	Jornal de Brasília	14/05	324	
61	Clóvis Rossi	CR	64	O futuro te condena?	Folha de São Paulo	14/05	322	

62	Dora Kramer	DK	76	Temporada de caça ao aliado	Jornal do Brasil Observatório de Imprensa	14/05 18/05	158	
63	Gabriela Wolthers	GW	81	Fígado e cérebro	Folha de São Paulo	14/05	278	
64	Igor Gielow	IG	88	Desconstruindo Lula	Folha de São Paulo	14/05	320	
65	Kennedy Alencar	KA	97	Recuo de Lula foi um avanço	Folha de São Paulo	14/05	506	
66	Kennedy Alencar	KA	98	Quando recuar é um avanço	Folha de São Paulo	14/05	445	
67	Newton Rodrigues	NR	123	Os pés pelas mãos	Jornal do Brasil	14/05	622	
68	Paulo Maria Ferreira Leite	PL	128	Só de porre ...	Diário de Cuiabá	14/05	514	
69	Teresa Cruvinel	TC	146	Três poderes e uma crise	O Globo - RJ	14/05	499	<b>7916</b>
70	Villas-Bôas Corrêa	VB	153	O governo perde todas no segundo tempo	Jornal do Brasil	14/05	841	
71	Adriana Cidade	AC	4	Presente de grego	Jornal do Commercio –	15/05	97	

					Manaus			
72	Alberto Dines	ADI	9	A lógica da ilógica	Jornal do Brasil Observatório de Imprensa	15/05 18/05	569	
73	Alecy Alves	AAV	11	E agora, Lula?	Diário de Cuiabá	15/05	343	
74	Ancelmo Góis	AGO	21	Legião urbana	O Globo	15/05	75	
75	Arlete Salvador	ASA	35	A crise e o bom senso	Correio Braziliense	15/05	72	
76	Armando Burd	ABD	39	Sob a brisa do mar	Correio do Povo	15/05	104	
77	Cláudio Humberto	CH	55	Mordomia garantida	Hoje em Dia	15/05	382	
78	Dora Kramer	DK	77	Bastos pôs o cargo em jogo	Jornal do Brasil	15/05	475	
79	Jorge Bastos Moreno	JM	94	Aos leitores	O Globo	15/05	329	
80	Luis Weis	LW	103	Um talho na face do governo	O Estado de São Paulo	15/05	1229	
81	Mauro Chaves	MCH	112	A culpa é do Antonio Cândido	O Estado de SP	15/05	1039	
82	Mônica Bergamo	MB	117	Show de Bola	Folha de São Paulo	15/05	110	
83	Ricardo Boechat	RB	132	Que país ...	Jornal do Brasil Com Ronaldo	15/05	111	

					Herdy			
84	Rosane de Oliveira	RO	138	A saída possível	Zero Hora	15/05	296	
85	Teresa Cruvinel	TC	147	Os tucanos refazem o seu jogo	O Globo - RJ	15/05	289	<b>5416</b>
86	Adilson Lopes	AL	1	Tudo bem	Diário de Cuiabá	16/05	207	
87	Armando Burd	ABD	40	Apartes (16)	Correio do Povo	16/05	16	
88	Augusto Nunes	AN	41	Os áulicos são mais numerosos que os sensatos	Jornal do Brasil	16/05	906	
89	Cláudio Humberto	CH	56	“Continuamos sustentando que nossa reportagem é precisa e justa”	Hoje em Dia	16/05	197	
90	Clóvis Rossi	CR	65	Faltam cancelamentos	Folha de São Paulo	16/05	313	
91	Dora Kramer	DK	78	De costas para o Brasil	Jornal do Brasil	16/05	267	
92	Gustavo de Oliveira	GO	85	Lula e o New York Times	Diário de Cuiabá	16/05	438	
93	Marcel de Brot	MDB	107	Momento crítico	Hoje em Dia	16/05	605	



94	Márcio Moreira Alves	MMA	109	Erraram na dose	O Globo	16/05	763	
95	Teresa Cruvinel	TC	149	Faltam amigos junto a Lula	O Globo - RJ	16/05	852	<b>4878</b>
96	Valdo Cruz	VC	151	Manual trocado	Folha de São Paulo	16/05	314	
97	Carlos A. Sardenberg	CS	44	Espírito autoritário	O Estado de São Paulo	17/05	1067	
98	Cláudio Humberto	CH	57	Viegas subiu no telhado Pensando bem...	Jornal de Brasília	17/05	42	
99	Helena Chagas	HC	86	Muito além do 'NYT'	O Globo	17/05	405	
100	Marco Antônio Rocha	MR	110	Todos os sabujos do Presidente	O Estado de São Paulo	17/05	1058	
101	Mônica Bergamo	MB	118	"A gravidade é diferente"	Folha de São Paulo	17/05	410	<b>2982</b>
102	Afonso Caramano	AFC	5	Das bebericagens à barbeiragem	Observatório da Imprensa	18/05	467	
103	Afonso Junior Ferreira de Lima	AFJ	6	Jornalismo sem contexto é ideologia	Observatório da Imprensa	18/05	1458	
104	Alberto Dines	ADI	10	A anatomia da ressaca	Observatório da	18/05	789	

					Imprensa			
105	Ali Kamel	AK	13	Nossa culpa	O Globo	18/05	689	
106	Ana Maria Oliveira	AO	17	Governo e jornal atordoados	Observatório da Imprensa	18/05	1159	
107	Ancelmo Góis	AGO	22	Cara de mau	O Globo	18/05	49	
108	Antonio Machado	AM	30	Xô, urubu!	Correio Braziliense	18/05	574	
109	Beatriz Singer	BS	43	Governo em polvorosa	Observatório da Imprensa	18/05	818	
110	Carlos Brickmann	CB	45	Complexo de vira-lata	Observatório da Imprensa Circo da Notícia	18/05	625	
111	Carlos Eduardo Pestana Magalhães	CP	46	Desmandos de colonizador	Observatório da Imprensa	18/05	1121	
112	Carlos Lindenberg	CL	50	Um presidente mais austero	Hoje em Dia	18/05	691	
113	Cláudio Humberto		58	“A súmula vinculante é uma imposição de cima para baixo”	Jornal de Brasília  Gazeta de Alagoas (em parte)	18/05  18/05	191	

114	Cláudio Júlio Tognolli	CT	61	A metafísica do verbo como fonte	Observatório da Imprensa	18/05	673	
115	Cristiano Romero	CRO	68	Lula coloca-se acima das instituições	Valor Econômico	18/05	947	
116	Deonísio da Silva	DS	71	Ainda há juízes em Brasília	Jornal do Brasil	18/05	573	
117	Deonísio da Silva	DS	72	O Judiciário freia o Executivo	Observatório da Imprensa	18/05	776	
118	Diego Iraheta	DI	73	Jornalista ou escrevinhador?	Observatório da Imprensa	18/05	546	
119	Fábio Borges	FB	80	A eterna geléia jurídica	Observatório da Imprensa	18/05	823	
120	George Diniz	GD	82	Hora de uma auto-regulamentação eficaz	Observatório da Imprensa	18/05	1100	
121	Ivo Lucchesi	IL	90	Desafio à inteligência	Observatório da Imprensa	18/05	1230	
122	José Antônio Palhano	JP	95	Governo trôpego, mídia eufórica	Observatório da Imprensa	18/05	790	
123	Leida Maria Mordenti Borba Leite de Moraes	LM	100	Melindres jornalísticos	Observatório da Imprensa	18/05	904	

124	Luciano Martins Costa	LC	101	A imprensa morde e assopra	Observatório da Imprensa	18/05	1620	
125	Luis Weis	LW	104	A mídia reagiu à altura à baixaria do governo	Observatório da Imprensa	18/05	856	
126	Luis Weis	LW	105	Um surto de <i>delirium tremens</i> ou de má-fé	Observatório da Imprensa	18/05	960	
127	Luis Weis	LW	106	Por que não se fez (direito) o que o NYT faria (torto)?	Observatório da Imprensa	18/05	752	
128	Miguel do Rosário	MR	115	Liberdade ou bandalheira?	Observatório da Imprensa	18/05	1580	
129	Muniz Sodré	MU	119	Faltou um “despacho saneador”	Observatório da Imprensa	18/05	1130	
130	Nilson Lage	NL	124	O estranho direito de ofender as pessoas	Observatório da Imprensa	18/05	913	
131	Paulo César de Oliveira	PO	127	Guerra parte para a briga de ‘saúde de segunda classe’	Hoje em Dia	18/05	167	
132	Ricardo Noblat	RN	133	O começo de tudo	Observatório da Imprensa	18/05	1906	
133	Sidney Borges	SB	142	Mau jornalismo!	Observatório da Imprensa	18/05	656	<b>27536</b>

					Imprensa			
134	Antonio Sepúlveda	AS	33	Governe com moderação	Jornal do Brasil	19/05	503	
135	Cláudio Humberto	CH	59	Lula promove trem de luxo	Jornal de Brasília	19/05	58	
136	Gilberto Amaral	GA	83	Lula: viver a vida	Jornal do Brasil	19/05	118	
137	José Nêumanne	JN	96	Síndrome de Reizinho	O Estado de São Paulo	19/05	801	
138	Lúcia Stella de Moura Gonçalves	LG	102	A mesma rapidez, presidene!	O Globo	19/05	540	
139	Teresa Cruvinel	TC	149	O que quer o PL?	O Globo - RJ	19/05	218	<b>2238</b>
140	Adilson Lopes	AL	2	Nada a ver	Diário de Cuiabá	20/05	54	
141	Dora Kramer	DK	79	Em perfeito desequilíbrio	Jornal do Brasil	20/05	613	
142	Valdo Cruz	VC	153	O céu é o limite	Folha de São Paulo	20/05	312	<b>979</b>
143	Kennedy Alencar	KA	99	Ainda o efeito "New York Times"	Folha de São Paulo	21/05	608	
144	Márcio Fagundes	MF	108	Secretarias para PMDB	Hoje em Dia	21/05	127	<b>735</b>

				e PFL				
145	Antonio Machado	AM	31	Temperatura máxima	Correio Braziliense	23/05	274	<b>274</b>
146	Antônio Bulhões	ABU	27	O homem que Rohter derrubou	Observatório da Imprensa	25/05	613	
147	Ricardo Setti	RS	134	Lula, o NYT e a privacidade dos políticos	Observatório da Imprensa	25/05	2114	<b>2727</b>
148	Antônio Machado	AM	32	Desfazendo nós	Jornal do Brasil	26/05	189	
149	Graciela Urquiza Mendes	GM	84	Efeito Orloff	Correio Braziliense	26/05	385	<b>574</b>
150	Augusto Nunes	AN	42	Um colibri viaja na poltrona do falcão	Jornal do Brasil	30/05	379	<b>379</b>
151	Alexandre Frigeri	AF	12	O gole de Lula e o porre de Veja	Diário de Cuiabá	03/06	1057	<b>1057</b>
152	Anselmo Góis	AGO	23	Meu Herói	O Globo	05/06	39	<b>39</b>

153	Cláudio Humberto	CH	60	“Neste ritmo, o valor real do SM será dobrado em 50, não em 4 anos”.	Jornal de Brasília	06/06	66	<b>66</b>
<b>153</b>	<b>TOTAL</b>		<b>153</b>					<b>84912</b>

## ANEXO B - COLUNAS E AUTORES (em ordem alfabética)

No. geral	Autor	Sigla	No. Col	Nome coluna	Publicado em	Data	Nº pal.
1	Adilson Lopes	AL	1	Tudo bem	Diário de Cuiabá	16/05	207
2			2	Nada a ver	Diário de Cuiabá	20/05	49
3	Adriana Cidade	AC	1	O jogo	Jornal do Comercio – Manaus	11/05	55
4			2	Presente de grego	Jornal do Comercio – Manaus	15/05	91
5	Afonso Caramano	AFC	1	Das bebericagens à barbeiragem	Observatório da Imprensa	18/05	467
6	Afonso Junior Ferreira de Lima	AFJ	1	Jornalismo sem contexto é ideologia	Observatório da Imprensa	18/05	1458



7	Agostinho Gaspar	AGA	1	A ressaca da crise	Valor Econômico	14/05	886
8	Alberto Dines	ADI	1	NYT de pileque, nossos jornalões de ressaca	Observatório da Imprensa	11/05	940
9			2	A lógica da ilógica	Jornal do Brasil Observatório de Imprensa	15/05 18/05	569
10			3	A anatomia da ressaca	Observatório da Imprensa	18/05	789
11	Alecy Alves	AAV	1	E agora, Lula?	Diário de Cuiabá	15/05	343
12	Alexandre Frigeri	AF	1	O gole de Lula e o porre de Veja	Diário de Cuiabá	03/06	1057
13	Ali Kamel	AK	1	Nossa culpa	O Globo	18/05	689
14	Ana A. Lemos	AAL	1	Além dos limites	Zero Hora	13/05	102
15			2	Paz e amor	Zero Hora	14/05	98
16	Ana Dubeux, Guilherme Evelin e	AD/ GE/	1	Esforço para demover	Correio Braziliense	13/05	1422

	Denise Rothenburg	DR		Lula			
17	Ana Maria Oliveira	AO	1	Governo e jornal atordoados	Observatório da Imprensa	18/05	1159
18	Ancelmo Góis	AGO	1	Cine Revanche	O Globo	12/05	170
19			2	New York, New York...	O Globo	13/05	219
20			3	Leão gordo	Gazeta de Alagoas	14/05	238
21			4	Legião urbana	O Globo	15/05	72
22			5	Cara de mau	O Globo	18/05	48
23			6	Meu Herói	O Globo	05/06	36
24	André Singer	AS	1	Uma reação à altura	Folha de São Paulo	13/05	828
25	Anselmo de Carvalho Pinto	AP	1	Sobre o Lula	Diário de Cuiabá	12/05	360
26	Antonio Brasil	ABR	1	Bush e Lula, 'álcool' em	Observatório da Imprensa	11/05	887

				comum			
27	Antônio Bulhões	ABU	1	O homem que Rohter derrubou	Observatório da Imprensa	25/05	613
28	Antonio Machado	AM	1	O Planalto em ação	Correio Braziliense	13/05	411
29			2	Falta ordem na casa...	Correio Braziliense	14/05	911
30			3	Xô, urubu!	Correio Braziliense	18/05	572
31			4	Temporada máxima	Correio Braziliense	23/05	271
32			5	Desfazendo nós	Jornal do Brasil	26/05	186
33	Antonio Sepúlveda	AS	1	Governe com moderação	Jornal do Brasil	19/05	503
34	Arlete Salvador	ASA	1	Justiça na mira	Correio Braziliense	13/05	121
35			2	A crise e o bom senso	Correio Braziliense	15/05	65
36	Armando Burd	ABD	1	Intérprete	Correio do Povo	10/05	15
37			2	Governo excede nos megatons	Correio do Povo	13/05	181
38			3	Julgar é com	Correio do Povo	14/05	300

				magistrados			
39			4	Sob a brisa do mar	Correio do Povo	15/05	104
40			5	Apartes (16)	Correio do Povo	16/05	16
41	Augusto Nunes	AN	1	Os áulicos são mais numerosos que os sensatos	Jornal do Brasil	16/05	905
42			2	Um colibri viaja na poltrona do falcão	Jornal do Brasil	30/05	379
43	Beatriz Singer	BS	1	Governo em polvorosa	Observatório da Imprensa	18/05	818
44	Carlos A. Sardenberg	CS	1	Espírito autoritário	O Estado de São Paulo	17/05	1066
45	Carlos Brickmann	CB	1	Complexo de vira-lata	Observatório da Imprensa Circo da Notícia	18/05	624
46	Carlos Eduardo Pestana Magalhães	CP	1	Desmandos de colonizador	Observatório da Imprensa	18/05	1121

47	Carlos Lindenberg	CL	1	A unanimidade de Lula	Hoje em Dia	12/05	645
48			2	Exageraram na dose	Hoje em Dia	13/05	623
49			3	Um problema e uma solução	Hoje em Dia	14/05	621
50			4	Um presidente mais austero	Hoje em Dia	18/05	687
51	Cláudio Humberto	CH	1	“O presidente serve...”	Jornal de Brasília	11/05	379
52			2	“Ruptura não é coisa fácil de se fazer e as seqüelas são gravíssimas”	Jornal de Brasília	12/05	146
53			3	MP quer cassar Maia	Hoje em Dia	13/05	354
54			4	“A ignorância é audaciosa. A experiência é que leva á sabedoria”	Jornal de Brasília	14/05	320
55			5	Mordomia garantida	Hoje em Dia	15/05	376
56			6	“Continuamos sustentando que nossa reportagem é precisa e justa”	Hoje em Dia	16/05	185

57			7	Viegas subiu no telhado Pensando bem...	Jornal de Brasília	17/05	40
58			8	“A súmula vinculante é uma imposição de cima para baixo”	Jornal de Brasília	18/05	176
59			9	Lula promove trem de luxo	Jornal de Brasília	19/05	51
60			10	“Neste ritmo, o valor real do SM será dobrado em 50, não em 4 anos”.	Jornal de Brasília	06/06	50
61	Cláudio Júlio Tognolli	CT	1	A metafísica do verbo como fonte	Observatório da Imprensa	18/05	643
62	Clóvis Rossi	CR	1	Testemunho	Folha de São Paulo	11/05	314
63			2	Da tolice a uma crise	Folha de São Paulo	13/05	333
64			3	O futuro te condena?	Folha de São Paulo	14/05	322
65			4	Faltam cancelamentos	Folha de São Paulo	16/05	313
66	Comitê de Proteção a Jornalistas	CPJ	1	Protesto contra a expulsão II	Observatório da Imprensa	18/05	420

						[12/05]	
67	Cristiano Romero	CRO	1	O caso "NYT" e a teoria conspiratória	Valor Econômico	11/05	948
68			2	Lula coloca-se acima das instituições	Valor Econômico	18/05	947
69	Denise Rothenburg/ Lílian Tahan	DR/ LT	1	Em defesa de Lula	Correio Braziliense	11/05	729
70	Deonísio da Silva	DS	1	Os porres do Presidente	Observatório da Imprensa	11/05	789
71			2	Ainda há juízes em Brasília	Jornal do Brasil	18/05	573
72			3	O Judiciário freia o Executivo	Observatório da Imprensa	18/05	776
73	Diego Iraheta	DI	1	Jornalista ou escrevinhador?	Observatório da Imprensa	18/05	546
74	Dora Kramer	DK	1	Reação excede a carência dos fatos	Jornal do Brasil	11/05	588

75			2	O ovo da serpente	Jornal do Brasil	13/05	758
76			3	Temporada de caça ao aliado	Jornal do Brasil Observatório de Imprensa	14/05 18/05	152
77			4	Bastos pôs o cargo em jogo	Jornal do Brasil	15/05	469
78			5	De costas para o Brasil	Jornal do Brasil	16/05	261
79			6	Em perfeito desequilíbrio	Jornal do Brasil	20/05	612
80	Fábio Borges	FB	1	A eterna geléia jurídica	Observatório da Imprensa	18/05	823
81	Gabriela Wolthers	GW	1	Fígado e cérebro	Folha de São Paulo	14/05	278
82	George Diniz	GD	1	Hora de uma auto-regulamentação eficaz	Observatório da Imprensa	18/05	1100
83	Gilberto Amaral	GA	1	Lula: viver a vida	Jornal do Brasil	19/05	118
84	Graciela Urquiza Mendes	GM	1	Efeito Orloff	Correio Braziliense	26/05	383



85	Gustavo de Oliveira	GO	1	Lula e o New York Times	Diário de Cuiabá	16/05	438
86	Helena Chagas	HC	1	Muito além do 'NYT'	O Globo	17/05	404
87	Hélio Schwartzman	HS	1	Uma boa idéia?	Folha de São Paulo	13/05	1764
88	Igor Gielow	IG	1	Desconstruindo Lula	Folha de São Paulo	14/05	320
89	Ilimar Franco	IF	1	Exportando	O Globo – RJ	10/05	159
90	Ivo Lucchesi	IL	1	Desafio à inteligência	Observatório da Imprensa	18/05	1230
91	Jaime Matos	JM	1	O perigo de deixar a treva entrar	Gazeta Mercantil	13/05	537
92	Jânio de Freitas	JF	1	O bêbado e o desequilibrista	Folha de São Paulo	11/05	525
93			2	A cassação	Folha de São Paulo	13/05	409
94	Jorge Bastos Moreno	JBM	1	Aos Leitores	O Globo	15/05	326

95	José Antônio Palhano	JP	1	Governo trôpego, mídia eufórica	Observatório da Imprensa	18/05	790
96	José Nêumanne	JN	1	Síndrome de Reizinho	O Estado de São Paulo	19/05	801
97	Kennedy Alencar	KA	1	Recuo de Lula foi um avanço	Folha de São Paulo	14/05	506
98			2	Quando recuar é um avanço	Folha de São Paulo	14/05	445
99			3	Ainda o efeito "New York Times"	Folha de São Paulo	21/05	608
100	Leida Maria Mordenti Borba Leite de Moraes	LM	1	Melindres jornalísticos	Observatório da Imprensa	18/05	904
101	Luciano Martins Costa	LC	1	A imprensa morde e assopra	Observatório da Imprensa	18/05	1620
102	Lúcia Stella de	LG	1	A mesma rapidez,	O Globo	19/05	540

	Moura Gonçalves			presidente!			
103	Luis Weis	LW	1	Um talho na face do governo	O Estado de São Paulo	15/05	1229
104			2	A mídia reagiu à altura à baixaria do governo	Observatório da Imprensa	18/05	847
105			3	Um surto de <i>delirium tremens</i> ou de má-fé	Observatório da Imprensa	18/05	960
106			4	Por que não se fez (direito) o que o NYT faria (torto)?	Observatório da Imprensa	18/05	751
107	Marcel de Brot	MDB	1	Momento crítico	Hoje em Dia	16/05	601
108	Márcio Fagundes	MF	1	Secretarias para PMDB e PFL	Hoje em Dia	21/05	120
109	Márcio Moreira Alves	MA	1	Erraram na dose	O Globo	17/05	760
110	Marco Antônio Rocha	MR	1	Todos os sabujos do Presidente	O Estado de São Paulo	17/05	1058

111	Maria Clara R. M. do Prado	MCL	1	Uma resposta autoritária a uma peça de mau jornalismo	Valor Econômico	13/05	663
112	Mauro Chaves	MCH	1	A culpa é do Antonio Cândido	O Estado de SP	15/05	1039
113	Merval Pereira	MP	1	Deu no 'The NYT?'	O Globo – RJ	11/05	1010
114			2	Truculenta e autoritária	O Globo	13/05	976
115	Miguel do Rosário	MR	1	Liberdade ou bandalheira?	Observatório da Imprensa	18/05	1580
116	Miriam Leitão	ML	1	Lei e ato errados	O Globo	13/05	953
117	Mônica Bergamo	MB	1	Show de Bola	Folha de São Paulo	15/05	144
118			2	"A gravidade é diferente"	Folha de São Paulo	17/05	906
119	Muniz Sodré	MU	1	Faltou um "despacho saneador"	Observatório da Imprensa	18/05	1082

120	Nairo Alméri	NA	1	Petrobrás vai explorar na costa da Colômbia	Hoje em Dia	11/05	248
121	Nelson de Sá	NS	1	Lula expulsa	Folha de São Paulo	12/05	503
122			2	Com a palavra, Lula	Folha de São Paulo	13/05	450
123	Newton Rodrigues	NR	1	Os pés pelas mãos	Jornal do Brasil	14/05	622
124	Nilson Lage	NL	1	O estranho direito de ofender as pessoas	Observatório da Imprensa	18/05	914
125	Otávio Frias Filho	OF	1	Inacreditável	Folha de São Paulo	13/05	486
126	Paulo César de Oliveira	PO	1	“Dia da Indústria” se transforma em grande acontecimento político	Hoje em Dia	13/05	63
127			2	Guerra parte para a briga de ‘saúde de segunda classe’	Hoje em Dia	18/05	153

128	Paulo Maria Ferreira Leite	PL	1	Só de porre ...	Diário de Cuiabá	14/05	514
129	Reinaldo Lobo	RL	1	Evoé, baco!	O Estado de SP	13/05	994
130	Repórteres sem Fronteiras	RSF	1	Protesto contra a expulsão	Repórteres sem Fronteiras Observatório da Imprensa	12/05 18/05	576
131	Ricardo Boechat	RB	1	Bem cotado	Jornal do Brasil	13/05	31
132			2	Que país ...	Jornal do Brasil Com Ronaldo Herdy	15/05	107
133	Ricardo Noblat	RN	1	O começo de tudo	Observatório da Imprensa	18/05	1906
134	Ricardo Setti	RS	1	Lula, o NYT e a privacidade dos políticos	Observatório da Imprensa	25/05	2114
135	Rosane de Oliveira	RO	1	Um problema a mais	Zero Hora	10/05	289
136			2	Reação desproporcional	ZH	12/05	305

137			3	Goleada contra	ZH	13/05	69
138			4	A saída possível	ZH	15/05	261
139	Rudolfo Lago	RLA	1	O povo contra Larry Rohter	Correio Braziliense	13/05	713
140			2	De volta ao ataque	Correio Braziliense	13/05	597
141	Sérgio Leo	SL	1	Poder embriaga, mas dá dor de cabeça	Valor Econômico	13/05	986
142	Sidney Borges	SB	1	Mau jornalismo!	Observatório da Imprensa	18/05	656
143	Teresa Cruvinel	TC	1	Terceiro turno	O Globo – RJ	11/05	218
144			2	Dois pãezinhos	O Globo- RJ	12/05	147
145			3	Força ou grandeza	O Globo - RJ	13/05	724
146			4	Três poderes e uma crise	O Globo - RJ	14/05	498
147			5	Os tucanos refazem o seu jogo	O Globo - RJ	15/05	289
148			6	Faltam amigos junto a Lula	O Globo - RJ	16/05	776

149			7	O que quer o PL?	O Globo - RJ	19/05	211
150	Valdo Cruz	VC	1	De vítima a vilão	Folha de São Paulo	13/05	289
151			2	Manual trocado	Folha de São Paulo	16/05	312
152			3	O céu é o limite	Folha de São Paulo	20/05	312
153	Villas-Bôas Corrêa	VB	1	O governo perde todas no segundo tempo	Jornal do Brasil	14/05	842
<b>153</b>	<b>TOTAL</b>		<b>153</b>				



### ANEXO C - EVIDENCIALIDADE (DECLARAÇÕES)

#### 1. CAPACIDADE/ HABILIDADE (BOM/RUIM; APTO/INAPTO)<sup>1</sup>

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>ADJETIVOS</b>			
Bonachona e "popular" – 11	(menos) inteligente – 13	Desgraçado – 14	Circunspecto – 18
Ética – 11	Burro – 13 – 13	Extremo – 14	Contraditória – 18
Tempestuosa – 11	Inteligente – 12	Falastrão – 14	Mais emotiva – 18
Bem-vinda – 11	Pequeno – 12	Incompetente – 14	Mais austero – 18
Pouco elevados – 11	Primária – 13	desastrado (governo) – 15 – 15	(Imagem) desgastada – 18
Alegre -11	Tolo – 13	Elaborada, medida, ponderada – 15	Chateado – 18
Descontraída – 11		Capaz – 15	Imaginativo governo – 18
Sem problemas - 11		(governo) divino e maravilhoso – 15	Atabalhoada e inconveniente – 18
		Brutal – 15	Tosco – 18
		Manjada – 16	Grotesco – 18 – 25
		Melhor possível – 15	Arranhada – 18
		Pobre – 16	Atarantado (Lula) – 19
		Enredado – 16	Estúpida – 19
		Preocupante – 16	Brutal – 19
		Lamentável – 17	Péssimo e inconveniente sinal – 21
		Insensata – 16	Atrabiliária
			Estulta – 19
			Triste – 26
			Baixa (capacidade de compreensão) -

<sup>1</sup> Os números que constam ao lado dos itens lexicogramaticais referem-se ao dia em que foi publicado o artigo.

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>Substantivos</b>			
Jeito de governar – 1	Estrago – 13	Inépcia – 14	Despreparo para o poder – 18
Mal-estar – 10 – 11	Clareza – 13	Bobagem – 14 (o episódio)	Asneira – 18
Problema da bebida - 11	Incapacidade – 12 – 13	Imagem de conseqüência – 14	Despreparo para o exercício do poder
Não são preocupação nacional - 11	(Atestado de) incapacidade – 12	Sonho de consumo – 14	Incompetência – 18
Bom garfo, bom copo- 11	Surpreendente inabilidade – 13	Pedra preciosa – 14	Sérias limitações pessoais – 18
	Encrenca – 13	Fragilidade – 14	Agravante – 18
	Mostra de incompreensão – 13	Balda ou incompetência – 14	Decisão emocional – 18
	Sinal de insegurança – 13	Opereta – 14	Clara inadequação – 18
	Narcisismo ferido – 13	Papagaiada – 15	Apedeuta – 19
	Trapalhada – 13	Limitações intelectivas – 15	Completo desconhecimento do chefe – 19
	Extremo oposto – 13	Arraigadas colunas educacionais e culturais – 15	Bravatas – 19
	Governo que não sabe o que fazer – 13	Desordenação, confusão de funções, falta de unidade – 15	Despreparo para o poder – 18
	Típico de republiquetas de terceiro mundo – 13	Saco de gatos – 15	Asneira – 18
	Inação - 13	Desgaste político interno – 16	Despreparo para o exercício do poder agravante – 18
	Tentativa infantil – 13	Abulia presidencial – 16	Sérias limitações pessoais – 18
	Ineficiência – 13	Falta de compreensão – 16	Força - 23
		Visão conspirativa da história – 16	
		Imperícia – 18	
		Desatinos - 14	
		Despreparo – 18	

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>VERBOS</b>			
Não faz diferença – 11	Desprezo e enveredou – 13	Joga mal – 14	Patina – 18
Deixando de convencer os brasileiros – 11		Tem dificuldade para entender -14	
		Coloca em risco – 16	

<b>ADVÉRBIOS</b>			
	Debochadamente – 12		

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>EXPRESSÕES</b>			
	Não será bom – 13	Lula precisa ouvir os que usam mais a cabeça – 14	Condição de Geni, saco de pancadas da irritação nacional – 18
	Tem que botar a dor de lado – 13	Não poderia ser mais exemplar -14 (o caso todo).	Quer um repeteco integral e irrestrito – 18
	não tem compreensão suficiente – 13	Recuo no ar, no caso, foi um avanço – 14	Ainda não ultrapassou o bê-á-bá – 18
	Fez-se confundir com a nação – 13	Lula só faz apanhar – 14	Festival de Besteiras que assolou o País – 18
	Atuando com uma lógica primária - 13	Agir por impulso – 14	O presidente ... entendido que a liberdade de expressão é um bem em si mesmo – 18
		Se confundiu com o país – 14	Faz água por todos os poros – 18
		Inacreditável incompetência da obtusa decisão da responsabilidade turrona de Lula – 14	Lula está só -18
		Doída como ferroadada de marimbondo – 14	Lula está só -18
		Sua imagem não ficou nada bem – 15	Patinando teimosamente na ampla e avassaladora repreensão negativa da decisão – 18
		Coisa de República das Bananas – 15	Soube dar uma resposta rápida e eficiente – 18
		Pareceu coisa de roda de cachaça – 16	Merece o dano – 18
		Manjada tática de declarar vitória e bater em retirada correndo – 16	Não vejo nada demais nisso – 18
			O presidente se safou em tempo – 23



10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>SUBSTANTIVOS</b>			
Desgovernos – 11	Decepção – 12	Turbulências – 14	Crise – 18
Dores de cabeça – 11	Descabida – 13	Estrago – 14 – 14	Malogros – 18
Crises – 11	Polêmica – 13	Antídoto – 14	Estrago – 18
Escândalo – 11	Reação desmedida – 13	Crise – 14	Esfarelamento – 18
Vermelhidão das bochechas e do nariz - 13	Exagero – 13	Enrascada – 15	Incômoda circunstância – 18
	Mão de ferro – 13	Derrota -15	Viés autoritário -18
	Forte carga	Roubada – 15	Trapalhada – 18 – 18
	Ditadores 12	Práticas muito distantes – 15	
	Ameaça	Prepotência – 15	Trapalhada – 23 – 03
		Desfaçatez – 15	Encrenca – 19
		Trapalhada – 15 – 17	Festival de besteiras – 19
		Surto – 16	Desproporção entre ofensa e a retaliação – 18
		Alternativa sem precedentes - 16	Rapidez – 19
		Bomba – 16	Seqüência de tumultos – 23
		Estrago – 16	Reações incongruentes e excessivas – 19
		Tropeço – 16	

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>VERBOS</b>			
Gosta de beber	É sabido – 12	Entornou o caldo – 14	Arranhou – 21
Nunca vi nada	Igualou – 12	Reagiu com o fígado – 14	
exagerando	Maximizar – 13	Ficaram com um abacaxi na mão – 14	
	Bombardeada – 13	Reagiu fora do tom – 14	
	Excede – 13	Manchando a imagem do presidente – 14	
	Exagerando – 13	Manchar – 14	
		Mostrou autoridade – 14	
		Minando – 14	
		Reverte em derrotas – 14	
		Erram – 14	
		Extrapolou – 14	
		Ficaram com o abacaxi na mão – 16	
		Se perde – 16	
		Prejudica – 16	

<b>ADVÉRBIOS</b>			
Pela primeira vez – 11	Exageradamente – 13	De improviso – 14	Sem cálculo estratégico – 18
De praxe – 11		Fora da medida – 16	(Agiu) rápido - 20

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>EXPRESSÕES</b>			
Festa da cerveja – 11	Não precisa nada disso – 13	Os prejudicados dirão “Bebeu” – 14	Mandou brasa na expulsão – 18
Frenesi da imprensa – 10	Deu um tiro no próprio pé – 12	Amplificando de extraordinária extraordinária	Colocou sob suspeita sua vocação democrática – 18
	Ora, vejam só – 12	O alcance do texto – 14	Esqueceu a valiosa contribuição da mídia `a sua biografia – 18
	É natural – 12	Capaz de tirar qualquer coelho da cartola – 14	Pode estar precipitando seus estertores – 18
	Não vinha mal – 12	Decidir com o fígado – 14	
	Uma relevância que não tem – 13	Deixar as pessoas boquiabertas – 14	
		Arrumou uma sarna – 14	
		Ficaram com o abacaxi na mão – 14,16	
		Entornou o caldo – 14	
		Reagiu com o fígado – 14	
		Nada com um uísque atrás do outro como uma retratação ao meio – 15	
		Acha que dar uma de rato que ruge para cima dos americanos pega bem – 15	
		Desfigurou, como um talho de facão, a face exposta do governo Lula – 15	
		Não deixou barato – 16	
		Inexplicável rompante de autoritarismo – 16	
		Saiu-se mal – 16	
		Pagou um mico maior do que nossa dívida externa – 15	
		Um prato cheio oferecido ao deboche do primeiro mundo - 15	
		Conseguiu unir até mesmo parcelas da oposição – 16	
		Um tiro no pé – 16	
		Causou muitos danos à imagem do Brasil – 16	
		Não exerce sua autoridade – 16	



### 3. TENACIDADE/ INCLINAÇÃO (IN)DEPENDENTE)

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>ADJETIVOS</b>			
Recorrente - 11	Vingativo – 12	Típica de um gabinete ... 14	(gesto) insano – 18
	Desnecessário – 13	Cretina e insolente – 14	Trôpego – 18
	Contraproducente – 13	Rústico – 14	Indignada – 18
	Líder - 13	Invocada – 14	Enfurecida – 30
	Unanimidade – 12	Cacoete agravado pela teimosia – 14	(Zeus) acima do bem e do mal e de qualquer suspeita – 19
	Autoritário – 13, 13, 13	Mania	Aparente ingenuidade – 19
		Simplicidade comovente dos retirantes ativistas de esquerda – 14	Misteriosas – 26
		Antidemocrático – 14 – 16	Autoritária – 13, 13,18
		Macho – 15	
		Inadequado – 16	
		Vaidoso – 17	
		Cheio de si – 17	
		Cheio de preconceitos – 17	
		Autoritária – 14, 14, 14	

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>SUBSTANTIVOS</b>			
Recorrente – 11	Líder – 12	Desgaste duplo – 14	Humildade - 18
	Vítima – 13 – 13	Efeitos nocivos – 14	Esforço para manter desperta a vigilância – 18
	Democrata – 13	Dano maior – 14	Carismática liderança nacional – 18
	Liderança de Lula – 13	Linha dura – 14	Cachaceiro – 18
		Um sonho crescente – 14	Machismo – 19
		Mente autocrática – 14	Ânimo revanchista – 19
		Descontração tupiniquim - 14	Reizinho – 19
		Figura romântica, popular, livre, pura – 14	Síndrome de Reizinho – 19
		Líder grevista – 14	Tragicomédia – 19
		O cacique – 15	Zeus inalcançável – 19
		Vítima – 15	O operário que chegou ao Paraíso – 19
		O Homem – Que – Deus – Enviou para Salvar – o – Brasil – 16	Inviabilidade aparente – 19
		Aquele – Que – Tudo – Sabe – Tudo – Vê – 16	Leniência ou intransigência – 20
		Desfeito – 16	Tolerância – 20
		Irritação – 16	Insensatez -30
		Paradoxal servilismo – 18	
		Autoritarismo - 16	
		Flexibilidade – 18	

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>VERBOS</b>			
Assume – 11	Não dar sinais – 13	Não se importou (com as conseqüências) – 14	
Não demonstrou (o mais leve sinal) – 11	Se dobrar	Adora (uma branquinha) – 14	
Não têm a menor importância - 11		Saiu na defensiva – 15	
		Parece achar-se – 16	
		Agiu rápido – 16	

<b>ADVÉRBIOS</b>			
			Num golpe de mestre – 18
			Autoritariamente - 18

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>EXPRESSÕES</b>			
	Esbanja musculatura nas relações internacionais – 12	O beco sem saída em que o governo se meteu – 14	Preferiu os carbonários – 18
	Importa quando está sóbrio – 12	Levou para o campo pessoal – 14	Teve mais juízo e recuou – 18
	Não poderia ficar inerte – 13	Sem o ranço decadente das elites – 14	Consertou o estrago – 18
	Decidiu aguardar antes de tomar uma medida – 13	Sucumbe à síndrome de Galtieri – 16	Ainda há juízo no Palácio do Planalto – 18
	Não há dúvida de que o presidente bebe – 13		Nem chega a ser socialista – 18
			O que não faz dele um alcoólatra – 18
			O presidente só bebe socialmente – 19
			Não consegue conviver com a crítica – 26
			O presidente tem sorte, muita sorte – 20
			A intenção lhe faltou – 23
			Está fazendo escola – 26
			Ao governo tudo pode faltar, menos emoção – 23

#### 4. VERACIDADE – VERDADEIRO/FALSO

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>ADJETIVOS</b>			
Supostos (alcoolismo, hábito) – 11	Suposto – 12	Injuriado – 16	Misteriosas - 26
	Desconhecida - 13	Legítimo - 15	

<b>SUBSTANTIVOS</b>			
Denúncias – 11		Desconstrução do mito Lula – 14	Farsa – 18
Entrave nenhum – 11		Espetáculo de hipocrisia – 15	

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>VERBOS</b>			
Não esconderam – 11	Acredita - 12	Fingem – 16	Nega – 18
Nunca o vi bêbado – 11	Arranhou a percepção – 13		
Nada indica que – 11			
Nunca ouvi – 11			
Nunca presenciou alguém um excesso - 11			
Insinuar			

<b>EXPRESSÕES</b>			
Não há mistério – 11	Lula não acredita ... Mas hay ... 12	Certezas de Lula cada vez mais parecidas com receitas	Lula confundiu sua pessoa física com a instituição Presidência da República – 18
É verdade - 11	Nem uma coisa nem outra – 12	de livros de auto-ajuda, desconectado da realidade – 14 64IG88	Ajudando a ocultar a evidente leviandade - 18
	Não é Stalin – 13	Preferem fantasiar a encarar os fatos – 16	Ninguém viu o Lula bêbado – 18
	Não compartilha do ridículo risível do humor involuntário provocado ... - 13	é o outro lado da mesma moeda – 17	

### 5. PROPRIEDADE – CERTO/ERRADO

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>ADJETIVOS</b>			
Injusto – 11	Gravosa – 12	Infeliz (decisão) – 14	Ultrajado – 18
	Furioso – 13	Errado – 14	(Ato) sinistro – 18
	Truculenta – 13	Politicamente incorreto – 14	Discricionário – 18
	Errada – 13 – 13	Transgressora – 14	Vergonhoso – 18
	Algoz da liberdade de imprensa – 13	Truculentas – 14	Imperdoável – 18
		Censória – 15	
		Digno – 15	
		Probo - 15	
		Mais grave – 16	
		Justa - 17	
		Enganoso - 15	
		Equivocado - 16	

<b>SUBSTANTIVOS</b>			
Micolândia	Vilão – 12	Atentado contra a liberdade de expressão – 14	Desgoverno – 18
	Ato discricionário - 13 – 13	Desmoralização – 14	Cerceamento do direito de expressão – 18
	Retaliação – 13	Vítima – 14	Mancada – 19
	Déspota – 12,12	Monarca absolutista – 14	Deslizes – 19
	Afronta – 13	Decisão insensata – 14	Espetáculo de intolerância – 19
	Truculência – 13 – 13	Agressor da liberdade – 14	Represália – 23
	Ignonímia – 13	Erros – 14	Erro – 25
	Agressão – 13	Erro – 14 – 14	Truculência – 05
	Condenação – 13	Demonstração cabal – 14	Brutalidade – 19
	Exercício de força – 13	Vítima – 14	
	Abuso – 13	Algoz – 14	

	Agressão a liberdade de imprensa – 13	Arbitrio – 16	
	Equívoco – 13, 13, 13	Ameaça – 16	
	Stalinista - 12	Barbearagem – 18	
		(colossal) erro – 16	
		Insensatez – 15	
		Vilão – 15	
		Atentado à liberdade de imprensa – 15	
		Ida ao paredão – 16	
		Arbitrariedade – 15	
		Truculência – 15 – 15	

10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>VERBOS</b>			
Não consegue fazer o que prometeu – 11	Errou – 13 – 13 – 13	Tem errado – 14	Insiste em desmoralizar o correspondente – 18
	Tem o direito – 13	Deu um peteleco – 14	Vilipendiou a liberdade de imprensa – 18
	Arranhou a liberdade de imprensa – 13	Decide acima da lei – 14	Ter atentado contra a liberdade de imprensa – 18
	Manchou sua reputação – 13 – 13	Usando um mecanismo da ditadura – 14	Julga ter punido um mau jornalista – 18
		Dar um peteleco – 14	Errou – 21
			Faltou bom-senso – 21



10 e 11/05	12 e 13/05	14 a 17/05	18/05 a 06/06
<b>EXPRESSÕES</b>			
Pagar mico – 11	Maciez meliflua da desmoralização – 13	Troca os pés pelas mãos – 14	Contrariou o princípio de liberdade de informação – 18
	Apelou para a truculência – 12	O que não se deve fazer quando se pretende minimizar ou reduzir as dimensões de uma crise – 14	Põe o seu projeto de poder acima das instituições – 18
	Não é para tanto – 12	Disparar um tiro de canhão – 14	Não deixou barato – 19
	Cabendo a Lula o processo por calúnia, injúria e difamação – 13	Eliminar aquele que teoricamente poderia ajudar – 14	Que não tinha amparo jurídico no ordenamento brasileiro – 21
	Isso gente que se firmou ... críticas ao adversário – 13	A jogar no lixo toda uma biografia – 14	Impor mordaza/exílio – 26
		É sua a culpa – 14	
		Tem o direito de julgar – 17	
		Não tem o poder legal nem político – 17	
		Não pode negar o registro – 17	
		É perigoso agir de cabeça quente – 15	
<b>TOTAL:</b> 1	5	10	5

## ANEXO D – EVIDENCIALIDADE (ATRIBUIÇÃO)

1ª fase: 10 e 11/05/2004

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
A carta de um leitor	são dedicados	neutro	3	preocupado...	especulação		
Leonel Brizola	assumir	assertivo	3		que ouviu dizer		
O autor	Registre	diretivo	4		que seus apoiadores		
O autor (LR)	alude	assertivo	3		o governo		
O segundo parágrafo	dispensa (comentários)	assertivo	3		profunda indignação		
O autor (LR)	dizer	neutro	3		que hábitos		
O autor (LR)	introduz	parte do discurso	1				adversativa
O porta-voz	diz	neutro	3		que os hábitos		
A coluna	sugere	diretivo	5	Governe com moderação			
Sílvio	declarou	neutro	3		que o Presidente...		
A assessoria de imprensa da embaixada [em Washington]	informou	assertivo	3		que a maior parte do material		
Levantamento realizado pelo correio	mostra	assertivo	1		que desde a posse		
A nota oficial	chega ao detalhe de dar satisfações	parte do discurso	3	“amiúde se estende”			
A reportagem	relata	assertivo	1	impressões e declarações			
Ali Kamel	refutando	metalingüístico	4	as insinuações			

<b>Atribuidor</b>	<b>Verbo</b>	<b>Tipo verb.</b>	<b>Rec.</b>	<b>DD</b>	<b>DI</b>	<b>DD+ DI</b>	<b>Ou tras</b>
O diário novaiorquino	reportou	assertivo	3		que o presidente bebe muito		
O ministro Dirceu	dizia	neutro	5	"Uma ofensa"			
Boatos	circulam	neutro	3				x
Levantamento	mostra	assertivo	3		que desde pequeno		
O autor	dizer	neutro	3		que "o presidente..."		
O título	afirma	ordem do discurso	3	o suposto vício			
De acordo com A. S.			2				x
Segundo a matéria			3				x
Segundo os relatos			3				x
De acordo com o Porta- Voz			3				x

## 2ª. fase: 12 e 13/05/2004

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec..	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
Leonel Brizola é um dos que	acham	assertivo	3		que Lula exagera ...		
Ricardo Carvalho	Informa	assertivo	3		que o seu bloco ...		
Um deles (leitor do NYT)	ironizou	expressivo	3	"Foi o tal que disse"			
Rother	escreveu	metalingüístico	3		que alguns brasileiros...		
O embaixador	escreveu	metalingüístico	3			que "o presidente ..."	
Celso Amorim	tendo dito	neutro	5	"isso não é ..."			
A Diretora-executiva do CPJ	disse	neutro	2	"O ato do governo ..."			
FHC	Achou por bem dar o seu apoio	assertivo	4	Estranho que um jornal ...			
FHC	avaliou	metalingüístico	5			que a report . "desmoralizou"	
Ricardo Kotscho	(disse)	neutro	5	"Foi uma posição extrema do governo ..."			
Os demais participantes	questionaram	neutro	5	o ataque à liberdade de imprensa			
Cláudio Humberto	Encerrava com mais uma piada infamante	partes do discurso	3	"a coluna sugere ..."			
A organização	solicitou	diretivo	5		que "as autoridades"		
Repórteres sem fronteiras	ressaltou	prosódico	2	"Estamos surpresos"			
A organização	acrescentou	partes do discurso	5	"Os processos de difamação"			

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec..	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
Larry Rothter	afirmava	assertivo	3		que o Presidente "nunca escondeu..."		
O governador de Minas, Aécio Neves	informava	assertivo	3		"ter enviado ao The NYT..."		
Aécio Neves	informava	assertivo	3	"Apoiarei qualquer iniciativa ..."			
Aécio Neves	acha	assertivo	5		que o governo errou		
Lula	disse	neutro	5		que o cancelamento		
(Lula)	disse	neutro	5	Com este jornalista			
Lula	disse	neutro	3		que pensou muito		
A coluna	sugere	diretivo	3	Governe com moderação.			
(Lula)	afirmou	assertivo	3	"Eu sempre contei ..."			
Um diplomata brasileiro ouviu de um advogado americano	[Ouviu]	metalingüístico	1		que uma eventual...		
O advogado do jornalão	pedisse	diretivo	4	um exame de sangue			
Temer	diz	neutro	1	"O ato causa mais..."			
O jornal esquerdista Liberation	pergunta	neutro	3	"Lula bebeu para ...?"			
Alberto Fraga	dizia	neutro	3	"Lula não quer..."			
O deputado João Fortes	conta	neutro	3	É um dos expulsos	Como um bom sorvedor ...	x	
A reportagem do NYT	citava	assertivo	4		Que o ato não agride...		
(O autor)	dizer	neutro	5	"Foi o pior golpe ..."			
O presidente nacional da OAB, R. B.	[disse	neutro	5		A principio, a		
Ricardo Noblat revelou que: Lula	afirmou	assertivo	5	(F* a Constituição)			
Sérgio Cabral Filho	homenageou (o pai dizendo)	neutro	3	"Há vinte anos eu fui ..."			
O decalque	diz	neutro	1	"Se beber, não dirija o Brasil"			
Fernando Gabeira	dizer	neutro	1		que a reportagem...	x	

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
O site da TF1	trata (a história)	metalingüístico	1		como psicodrama		x
O ministro do Planejamento, G.M.	atribuiu	assertivo	1		a "grandes interesses..		x
O secretário Luis Gushiken	atribui	assertivo	5		"a uma conspiração		x
O porta voz do NYT, C. M.	disse	neutro	5		que a decisão "não está ..."		x
Políticos governistas e ministros de Estado	alegando	assertivo	5		que o povo brasileiro ...		
O jurista Sérgio Bernardes	afirma	assertivo	5		que quando se...		
O jurista Bernardes	ressalta	prosódico	5	"Se não gostasse ..."			
O professor de história	explica	metalingüístico	5	"Se a União ..."			
O professor Teixeira	Para x segundo		1				x
O professor Teixeira	diz	neutro	2		que Lula ...		x
Professor de história contemporânea	chamou	assertivo	3	"de gesto destemperado ..."			
O professor	analisa	metalingüístico	4	"Eles reagiram a um medo imaginário..."			
O presidente	dizer	neutro	5		que a expulsão "para saber..."	x	
O presidente	acrescentou	parte discurso	2	" Se eu não tomasse ..."			
A embaixadora Donna Hrinak	negou	assertivo	4		que o caso tenha	x	
O Jornal Nacional	Jogou forte	expressivo	5	"A expulsão do ..."			
A nova reportagem	destaca	expressivo	5		que o líder		
O âncora Alisson Anderson	Terminou (um lamento) dizendo	neutro	1	"Infelizmente ..."			
Arthur Virgílio	completou	Progressão do discurso	4	"Não está mais agora..."			
Ideti Salvatti	disse	neutro	1		que respeitavam...		

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
O ex-líder do governo na Câmara Miro Teixeira	Criticou/lamentou	expressivo	3	"Isso acabará dando ..."			
O PSDB	pediu	diretivo	5		que saísse a decisão		
(ele) Jefferson Peres	atacou	diretivo	3	"Além do mais, senhores ..."			
O jornal "O Globo"	apontava	diretivo	2		o autoritarismo ...		
O jornal "O Globo"	acusa	assertivo	5		de errar na dose		
Artur Xexéo	Se dizia	neutro	1		envergonhado com a medida ...		
Celso Amorim	relatava	assertivo	1	O "I am sorry"			
O líder Luizinho	disse	neutro	3	Quem o viu demonstrar ...			
O ex-deputado Fernando Lyra	dizer	neutro	3		que seu governo ...		
Lula	Teria dito	neutro	3	"Por que não vão ao Rio ..."			
Uma das três fontes	noticiar	assertivo	3		que Lula tem problema		
A coluna	sugere	diretivo	3				slogan
Razão simples			3	"O Presidente nãoé...			x
Para ele	Foi duro		3		na crítica		x

## 3ª. fase: 14 a 17/05/2004

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
A virtude	Como se diz	neutro	4	Está no meio			
O presidente Lula	Teria sugerido	diretivo	3	“Não reajam ...”			
O horóscopo de Lula	publicado	metalingüístico	5	“Escorpião. Se esteve ...”			
A liderança petista	definiu	metalingüístico	1	“Ele está acuado. Não tem amigos ...”			
Senador Mão Santa	atribuindo	assertivo	1	“A ignorância ...”			
A turma de amigos e auxiliares do Ministro José Dirceu	dizem	neutro	3	“Isso é coisa de japonês ...”			
Ministro Amir Lando	pronunciada	atitude voz	4	“ A frustração ...”			
Miniistro Amir Lando	Diga-se	neutro	4		que é uma mentira		
O ministro Francisco Gonçalves Martins	Diz	neutro	5	“No estado democrático ...”			
O leitor Francisco Bueno	escreveu	metalingüístico	4	“Temo que alguém ...”/ digam:“Está vendo ...?”			
ele	Completa	parte do discurso	5	“Aí pode ser a desmoralização total”			
Lula	proclamou	prosódico	3	“O Brasil está cada vez mais...”			
Igor Gielow	disse	neutro	4	“ O Estado não é Lula”			
Tancredo Neves	dito	neutro	2	“ Em política não se ...”			
Lula	atribuiu	assertivo	3	“ao corporativismo ...”			
João L. de Castro	(disse)	assertivo	3	“Brasília compete ...”			
José Carlos Araújo	afirmou	assertivo	3	“Espero ... que anda ...”			
O redator da coluna	esclarece	metalingüístico	1	“como tudo o que é ...”			
Rother	afirmar	assertivo	3	“alguns concidadãos ...”			
-	Pergunta-se	neutro	5	Será Luiz Inácio o único culpado deste embroglio ? Terá ele ...			
Frei Betto	Produziu (a frase)	assertivo	3	“Lula adora tomar ...”			
O sen. Tasso Jereissatti	Disse//pôs o dedo )	assertivo	3	“A decisão foi ...”			



Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
Senador Artur Virgílio	disse	neutro	5	Saiu-se mal o Executivo			
Um auxiliar antigo	diz	neutro	3		que há muitos anos não o via tão indignado		
-	Conta-se	neutro	3		que a reunião de terça-feira à noite nem ... mas não ousaram ...		
Gushiken	atribuída	assertivo	3	“O presidente quer ... o presidente quer.”			
Alguns auxiliares	costumam dizer	neutro	3		que aconselhamento demais tiraria ...		
Os petistas	dirão	neutro	3		que naquele episódio ...		
O próprio Lula	disse	neutro	2		(foi) “uma reação dos grandes do mundo ...”		
	Pergunta-se	neutro	2	“porque o NY Times estaria na conspiração ...?”			
	dizem	neutro	4		que o presidente é quem fica de porre.		
	afirmar	assertivo	4		que o novo avião de US\$ ... Viracopos.		
Integrantes do primeiro escalão	dizem	neutro	3		que 90% ... governo		
	Pode-se alegar	assertivo	5		que Lula está sendo vítima ...		
Frei Betto	perguntava	neutro	3	“como se destrói um símbolo?”			
Celso Amorim	disse	neutro	5	“uma coisa é ...”			
Lula	(fez) paralelo	-	5	“é engraçado ...”			x

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
Gabeira:			5	- mas os dois casos têm dois dois tipos de razão ...			x
Gabeira:			5	- Eu estou dizendo ... diferentes. A razão ...			x
Gabeira:			2	- foi um tiro no pé			x
(Foram suas palavras)			4	"Aceito todas..."			X
	Comentava-se:	assertivo	3	"o bom-senso..."			
(Senador)	atribuindo	assertivo	1	"A ignorância..."			
Do Senador A. Lima			4	"Ele imagina ..."			x
(palavras do escritor):			2	"Primeiro levaram ..."			x
(resumo de M. Reali Jr.):			1	"Se a notícia ..."			x
Segundo o colunista F. R.			1				x
Em outras palavras			3	Será o digno...			x

## 4ª. fase: 18/05 a 06/06/2004

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
O jurista Dalmo Dallari	afirmou	assertivo	3	"Houve o propósito ..."			
O presidente Lula da Silva	dito	neutro	3	"Emily, não atrapalhe".			
A jornalista Bárbara Gancia	escrevia	metalingüístico	3	"independentemente se Da Silva ..."			
(O artigo)	diz	neutro	3	"O presidente ..."			
Amigos	dizem	neutro	2		que nunca viram Lula ...		
Alberto Dines	afirmou	assertivo	4	A maioria das pessoas nem pensa nisso			
Meu respeitável amigo Raimundo, senhor de 84 anos	se refere	assertivo	3		aos churrascos como "cervejada" ou "cachaçada".		
(Lula)	acusou (a imprensa)	diretivo	3	De "corporativa ..."			
Camões	(o autor parodia)	metalingüístico	2	"nessas horas uma nuvem ..."			
O teor da matéria	retifica	metalingüístico	4	"Se Mr. Da Silva ..."			
Rother	escreve	metalingüístico	2		que "os brasileiros ..."		
(Rother)	Qualificou (o presidente)	metalingüístico	3		como "homem de apetites ..."		
O colunista Diogo Mainardi	argumentou	metalingüístico	5	"O que o correspondente ... perguntar.			
O jornalista	disse	neutro	3	"Líderes ..."			
O porta-voz do planalto A. Singer	escreveu	metalingüístico	5		que o governo reagiu à altura ...		
O assessor Ricardo Kotscho	confessou	diretivo	1		que se opusera ...		
(palavras)			5	- F* a Constituição".			x
Clóvis Rossi	fez o epítáfio	metalingüístico	1	"Se foi alguém"			
Noblat	assegurou	metalingüístico	4		que duas fontes o confirmaram [F* a Constituição].		

Atribuidor	Verbo	Tipo verb.	Rec.	DD	DI	DD+ DI	Ou tras
Josias	Usou (=disse)	neutro	3	"A verdade é ..."			
O texto	diz	neutro	3		se Lula "toma um trago ..."		
Clóvis Rossi	lamenta	expressivo	1	"Como o presidente ..."			
Miriam Leitão	escrevera	metalingüístico	1	"Misturaram ..."	que o presidente fez algo ...	x	
Mônica Bérgamo	contou	neutro	1		que Lula ganhou ...		
Leitores	escreveram	metalingüístico	4		para saber se ele bebera ...		
Miriam Leitão	considerara	metalingüístico	5	"perigoso "	que o presidente ...	X	
O artigo (da colunista)	havia associado	metalingüístico	3	"os disparates..."	à mistura	x	
A 'Economist'	escreveu:	metalingüístico	1	o que os brasileiros...			
A 'Economist'	acrescenta:	parte do discurso	2	"A expulsão ..."			
O jornal Liberation	perguntou:	neutro	3	"Será que Lula...?"			
Alguns engraçadinhos	sugeriram	diretivo	5		que o próximo ...		
O leitor Illye Natashe	Mata a charada	metalingüístico	1	"Martini ... humm..."			
O chefe do governo	disse	neutro	4	"Eu não sou Lula"			
	Perguntou-se	neutro	4		se o presidente ...		
O senador e jornalista Hélio Costa	avaliou	metalingüístico	2	"Houve irresponsabilidade ..."	que houve exagero ...		
O Manual da FSP	acrescenta	parte do discurso	5	"isso é verdade ..."			
Hélio Costa	fala (à coluna)	neutro	5	"apesar de não ser ..."			
Dad Squarisi	diagnosticou	metalingüístico	3	Há realmente um traço de complexo de vira lata ...			
O jornal TNYT	escrevera	metalingüístico	1		que o hábito ...		
Amorim	bravateou	prosódico	5	"Este país tem leis..."			
Maluf	vai responder	neutro	4	"Bebo todas."			
Segundo a reportagem			4	Lula nunca escondeu...			x
De acordo com eles,			5	Lula está sendo ...			x
Um jornalista...:			3	"Da Silva nasceu ..."			x

<b>Atribuidor</b>	<b>Verbo</b>	<b>Tipo verb.</b>	<b>Rec.</b>	<b>DD</b>	<b>DI</b>	<b>DD+ DI</b>	<b>Ou tras</b>
Brizola	afirmou	assertivo	3	"Quando era vice ..."			
Assessores de Lula	sustentam	assertivo	2		que tais escorregões		
Vinícius T. Freire	disse	neutro	3	"Lula bebe e fuma..."			
Seus assessores	relatam	assertivo	1	sua irritação ...			

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

## ANEXO E

### EMENTA DOS TEXTOS DE ANÁLISE

#### PRIMEIRA FASE: 10 E 11.05.2004

Nº	Autor	Título	Tema
1	Armando Burd	Intérprete	Rápido comentário sobre o mal-estar provocado pela reportagem de LR <sup>1</sup>
2	Ilimar Franco	Exportando mais	Comentário sobre a reação do governo
3	Rosane de Oliveira	Um problema a mais	Considerações sobre o hábito do Presidente
4	Adriana Cidade	O jogo	Comentários sobre o comportamento de Lula
5	Alberto Dines	NYT de pileque, nossos jornalões de ressaca	Observações sobre o comportamento dos jornais e dos jornalistas
6	Antonio Brasil	Bush e Lula, 'álcool' em comum	Comparativo Bush x Lula
7	Cláudio Humberto	"O presidente serve..."	Considerações sobre as relações de Lula com a imprensa
8	Clóvis Rossi	Testemunho	Argumentação em favor do Presidente
9	Cristiano Romero	O caso "NYT" e a teoria conspiratória	Reação dos assessores de Lula
10	Denise Rothenburg/ Lílian Tahan	Em defesa de Lula	Reação dos assessores de Lula
11	Deonísio da Silva	Os porres do Presidente	Críticas à reportagem de LR
12	Dora Kramer	Reação excede a carência dos fatos	Comentários sobre a reação exagerada do Planalto
13	Jânio de Freitas	O bêbado e o desequilibrista	Considerações sobre a relação Lula x NYT <sup>2</sup>
14	Merval Pereira	Deu no 'The NYT'	Crítica à reportagem de LR
15	Nairo Alméri	Petrobrás vai explorar na costa da Colômbia	Argumentação em defesa de Lula
16	Teresa Cruvinel	Terceiro turno	Críticas de políticos à reportagem

<sup>1</sup> Daqui para frente será usada a sigla LR para indicar Larry Rohter.

<sup>2</sup> NYT: daqui para a frente designa o jornal americano The New York Times.

**TEXTOS DA SEGUNDA FASE: 12 E 13.05.2004**

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tema</b>
17	Ancelmo Góis	Cine Revanche	Ironia em relação ao comportamento do governo brasileiro
18	Anselmo de Carvalho Pinto	Sobre o Lula	Crítica ao comportamento do Presidente Lula
19	Carlos Lindenberg	A unanimidade de Lula	Argumentação em defesa de Lula
20	Cláudio Humberto	“Ruptura não é coisa fácil de se fazer e as seqüelas são gravíssimas”	Crítica ao comportamento dos jornalistas e dos assessores de Lula
21	Comitê de Proteção a Jornalistas	Protesto contra a expulsão II	Crítica à decisão do Ministério da Justiça
22	Nelson de Sá	Toda Mídia	Protesto contra o Ministério da Justiça
23	Repórteres sem Fronteiras	Protesto contra a expulsão	Crítica à atitude do Planalto
24	Rosane de Oliveira	Reação desproporcional	Especulações a respeito da incapacidade de Lula
25	Teresa Cruvinel	Dois pãezinhos	Críticas a LR e a políticos
26	Ana A. Lemos	Além dos limites	Crítica à atitude errônea do governo
27	Ana Dubeux, Guilherme Evelin e Denise Rothenburg	Esforço para demover Lula	Crítica à decisão do governo
28	Ancelmo Góis	New York, New York...	Crítica à confusão criada e ao NYT
29	André Singer <sup>3</sup>	Uma reação à altura	Apoio à decisão do governo brasileiro
30	Antonio Machado	O Planalto em ação	Crítica à atitude do governo
31	Arlete Salvador	Justiça na Mira	Considerações sobre a reação dos políticos
32	Armando Burd	Governo excede nos megatons	Crítica à atitude do governo
33	Carlos Lindenberg	Exageraram na dose	Crítica à decisão de Lula
34	Cláudio Humberto	MP quer cassar Maia	Comentários sobre a reação do governo
35	Clóvis Rossi	Da tolice a uma crise	Posicionamento crítico à reação de Lula
36	Dora Kramer	O ovo da serpente	Crítica feroz a Lula

<sup>3</sup> Na ocasião, André Singer era o próprio Porta-Voz do Palácio do Planalto. O artigo (29 AS 24) foi publicado na Folha de São Paulo dois dias após o cancelamento do visto de LR.



37	Hélio Schwartzman	Uma boa idéia?	Crítica a Lula
38	Jaime Matos	O perigo de deixar a treva entrar	Crítica à decisão governamental
39	Jânio de Freitas	A cassação	Crítica feroz ao cancelamento do visto
40	Maria Clara R. M. do Prado	Uma resposta autoritária a uma peça de mau jornalismo	Crítica à atitude do governo
41	Merval Pereira	Truculenta e autoritária	Crítica à medida governamental
42	Miriam Leitão	Lei e ato errados	Crítica contundente a Lula
43	Nélson de Sá	Com a palavra, Lula	Repercussões do ato governamental
44	Otávio Frias Filho	Inacreditável	Crítica a Lula
45	Paulo César de Oliveira	“Dia da Indústria” se transforma em grande acontecimento político	Análise da repercussão da medida governamental
46	Reinaldo Lobo	Evoé, baco!	Crítica a Lula
47	Ricardo Boechat	Bem cotado	Reprodução das falas de políticos e de jornalistas
48	Rosane de Oliveira	Goleada contra	Crítica a Lula
49	Rudolfo Lago	O povo contra Larry Rohter	Crítica a Lula
50	Rudolfo Lago	De volta ao ataque	Apresentação de reações de políticos e jornalistas
51	Sérgio Leo	Poder embriaga, mas dá dor de cabeça	Argumentação em defesa de Lula e crítica a assessores do presidente
52	Teresa Cruvinel	Força ou grandeza	Narrativa de reações de políticos
53	Valdo Cruz	De vítima a vilão	Análise da repercussão, na área política, da decisão do presidente

**TEXTOS DA TERCEIRA FASE: 14 A 17.05.2004**

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tema</b>
54	Agostinho Gaspar	A ressaca da crise	Comparação da crise governamental com crises em uma empresa
55	Ana A. Lemos	Paz e amor	Comparação entre dois Lulas, um bom e outro autoritário
56	Ancelmo Góis	Leão gordo	Comentários de políticos e jornalistas
57	Antonio Machado	Falta ordem na casa...	Crítica à decisão do Planalto
58	Armando Burd	Julgar é com magistrados	Comentários irônicos em relação ao imbróglgio
59	Carlos Lindenberg	Um problema e uma solução	Comentários de políticos sobre o caso Lula x LR
60	Cláudio Humberto	"A ignorância é audaciosa. A experiência é que leva à sabedoria"	Comentários acerca de <i>habeas corpus</i> como solução
61	Clóvis Rossi	O futuro te condena?	Análise das conseqüências da decisão governamental
62	Dora Kramer	Temporada de caça ao aliado	Apresentação de um poema de Brecht alusivo à confusão
63	Gabriela Wolthers	Fígado e cérebro	Comparação entre os casos LR x Waldomiro Diniz
64	Igor Gielow	Desconstruindo Lula	Críticas ao comportamento de Lula
65	Kennedy Alencar	Recuo de Lula foi um avanço	Elogio à atitude de Márcio Thomaz Bastos
66	Kennedy Alencar	Quando recuar é um avanço	Análise de erros de Lula e de sua equipe
67	Newton Rodrigues	Os pés pelas mãos	Reflexões sobre as conseqüências do ato governamental
68	Paulo Maria Ferreira Leite	Só de porre ...	Elogio aos hábitos simples de Lula
69	Teresa Cruvinel	Três poderes e uma crise	Crítica a Lula e seus assessores
70	Villas-Bôas Corrêa	O governo perde todas no segundo tempo	Considerações sobre a crise gerada
71	Adriana Cidade	Presente de grego	Chacotas a respeito de LR

72	Alberto Dines	A lógica da ilógica	Apoio ao gesto de Lula
73	Alecy Alves	E agora, Lula?	Críticas a Lula
74	Ancelmo Góis	Legião urbana	Defesa de jornalistas contra a truculência governamental
75	Arlete Salvador	A crise e o bom senso	Considerações sobre Márcio Thomaz Bastos
76	Armando Burd	Sob a brisa do mar	Comentários avulsos sobre a crise
77	Cláudio Humberto	Mordomia garantida	Apresentação de farpas contra Lula e assessores
78	Dora Kramer	Bastos pôs o cargo em jogo	Considerações sobre Márcio Thomaz Bastos
79	Jorge Bastos Moreno	Aos leitores	Apresentação de deboches e farpas contra a atitude do governo
80	Luis Weis	Um talho na face do governo	Crítica à reação do Planalto
81	Mauro Chaves	<small>A culpa é do Antonio Cândido</small>	Crítica à reação do governo
82	Mónica Bergamo	Show de Bola	Comentários sobre jornais
83	Ricardo Boechat	Que país ...	Críticas a Luiz Gushiken
84	Rosane de Oliveira	A saída possível	Elogios a Márcio Thomaz Bastos e Duda Mendonça
85	Teresa Cruvinel	Os tucanos refazem o seu jogo	Elogios a Márcio Thomaz Bastos
86	Adilson Lopes	Tudo bem	Críticas à decisão do governo
87	Armando Burd	Apartes (16)	Crítica ao Planalto
88	Augusto Nunes	Os áulicos são mais numerosos que os sensatos	Crítica aos assessores de Lula
89	Cláudio Humberto	“Continuamos sustentando que nossa reportagem é precisa e justa”	Registro de farpas contra o governo
90	Clóvis Rossi	Faltam cancelamentos	Crítica a Lula e assessores
91	Dora Kramer	De costas para o Brasil	Crítica a Lula e elogio a Márcio Thomaz Bastos
92	Gustavo de Oliveira	Lula e o New York Times	Crítica ao ato de Lula

93	Marcel de Brot	Momento crítico	Crítica a Lula
94	Márcio Moreira Alves	Erraram na dose	Crítica à decisão de Lula
95	Teresa Cruvinel	Faltam amigos junto a Lula	Crítica aos conselheiros de Lula
96	Valdo Cruz	Manual trocado	Críticas a Lula
97	Carlos A. Sardenberg	Espírito autoritário	Conselhos a Lula para procurar os tribunais
98	Cláudio Humberto	Viegas subiu no telhado Pensando bem...	Comentários diversos e farpas dirigidas ao governo
99	Helena Chagas	Muito além do 'NYT'	Críticas ao NYT e a Lula
100	Marco Antônio Rocha	Todos os sabujos do Presidente	Críticas a Lula e ao "núcleo duro"
101	Mônica Bergamo	"A gravidade é diferente"	Relato de entrevista com Fernando Gabeira

**TEXTOS DA QUARTA FASE: 18.05 A 06.06.2004**

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tema</b>
102	Afonso Caramano	Das bebericagens à barbearagem	Críticas à reação presidencial e a emissoras de TV
103	Afonso Junior Ferreira de Lima	Jornalismo sem contexto é ideologia	Considerações sobre a liberdade de imprensa
104	Alberto Dines	A anatomia da ressaca	Crítica ao jornalismo e a Lula
105	Ali Kamel	Nossa culpa	Análise do papel da imprensa
106	Ana Maria Oliveira	Governo e jornal atordoados	Considerações sobre a relação governo e imprensa
107	Ancelmo Góis	Cara de mau	Registro de farpas contra o episódio
108	Antonio Machado	Xô, urubu!	Reflexões sobre a política econômica
109	Beatriz Singer	Governo em polvorosa	Críticas à reportagem de LR
110	Carlos Brickmann	Complexo de vira-lata	Críticas à reportagem de LR e à imprensa
111	Carlos Eduardo Pestana Magalhães	Desmandos de colonizador	Crítica ao NYT e aos críticos de Lula
112	Carlos Lindenberg	Um presidente mais austero	Observações sobre o comportamento de Lula após o episódio Lula x LR
113	Cláudio Humberto	"A súmula vinculante é uma imposição de cima para baixo"	Registro de ironias contra os últimos acontecimentos
114	Cláudio Júlio Tognolli	A metafísica do verbo como fonte	Considerações sobre a imprensa e a verdade
115	Cristiano Romero	Lula coloca-se acima das instituições	Análise negativa do governo de Lula
116	Deonísio da Silva	Ainda há juízes em Brasília	Elogio à humildade de Lula
117	Deonísio da Silva	O Judiciário freia o Executivo	Elogios à atitude do Judiciário
118	Diego Iraheta	Jornalista ou escrevinhador?	Análise da reportagem de Rohter
119	Fábio Borges	A eterna geléia jurídica	Crítica aos jornalistas brasileiros
120	George Diniz	Hora de uma auto-regulamentação eficaz	Reflexões sobre a liberdade de imprensa

121	Ivo Lucchesi	Desafio à inteligência	Críticas à imprensa
122	José Antônio Palhano	Governo trôpego, mídia eufórica	Considerações sobre a relação Lula x mídia
123	Leida Maria Mordenti Borba Leite de Moraes	Melindres jornalísticos	Crítica à imprensa
124	Luciano Martins Costa	A imprensa morde e assopra	Crítica à reação da imprensa
125	Luis Weis	A mídia reagiu à altura à baixaria do governo	Análise do comportamento da mídia no episódio Lula x LR
126	Luis Weis	Um surto de <i>delirium tremens</i> ou de má-fé	Crítica ao comportamento da mídia
127	Luis Weis	Por que não se fez (direito) o que o NYT faria (torto)?	Críticas à dificuldade da imprensa brasileira em tratar o caso Lula x LR
128	Miguel do Rosário	Liberdade ou bandalheira?	Reflexões sobre a imprensa brasileira
129	Muniz Sodré	Faltou um “despacho saneador”	Apresentação de defeitos na reportagem de LR e crítica a assessores de Lula
130	Nilson Lage	O estranho direito de ofender as pessoas	Crítica ao comportamento de LR
131	Paulo César de Oliveira	Guerra parte para a briga de ‘saúde de segunda classe’	Repercussão do caso Lula x LR em jornais do exterior
132	Ricardo Noblat	O começo de tudo	Análise da reportagem de LR
133	Sidney Borges	Mau jornalismo!	Crítica ao jornalismo de LR
134	Antonio Sepúlveda	Governe com moderação	Análise dos resultados do episódio
135	Cláudio Humberto	Lula promove trem de luxo	Apresentação de farpas contra a atitude presidencial
136	Gilberto Amaral	Lula: viver a vida	Apresentação de conselhos a Lula
137	José Nêumanne	Síndrome de Reizinho	Considerações sobre os atores da tragicomédia
138	Lúcia Stella de Moura Gonçalves	A mesma rapidez, presidente!	Solicitação de mais cuidados com a violência do Rio de Janeiro
139	Teresa Cruvinel	O que quer o PL?	Apresentação de resultados de uma pesquisa de opinião sobre o episódio
140	Adilson Lopes	Nada a ver	Apresentação de ironia quanto ao

			episódio Lula x Larry Rohter
141	Dora Kramer	Em perfeito desequilíbrio	Crítica aos assessores de Lula
142	Valdo Cruz	O céu é o limite	Análise das reações de Lula
143	Kennedy Alencar	Ainda o efeito "New York Times"	Considerações sobre possíveis prejuízos internacionais
144	Márcio Fagundes	Secretarias para PMDB e PFL	Apresentação da opinião de Hélio Costa
145	Antonio Machado	Temperatura máxima	Apresentação de previsões futuras
146	Antônio Bulhões	O homem que Rohter derrubou	Apresentação da biografia de Rohter
147	Ricardo Setti	Lula, o NYT e a privacidade dos políticos	Questionamento do papel da imprensa na vida privada de políticos
148	Antônio Machado	Desfazendo nós	Apresentação de entrevista com Hélio Costa
149	Graciela Urquiza Mendes	Efeito Orloff	Previsão: Lula é Bush amanhã
150	Augusto Nunes	Um colibri viaja na poltrona do falcão	Considerações sobre a atuação de Celso Amorim
151	Alexandre Frigeri	O gole de Lula e o porre de Veja	Crítica à matéria da revista Veja
152	Ancelmo Góis	Meu Herói	Crítica a Celso Amorim
153	Cláudio Humberto	"Neste ritmo, o valor real do SM será dobrado em 50, não em 4 anos".	Críticas a Maluf

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.